



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

UNICAMP
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

**IMIGRAÇÃO, EDUCAÇÃO E RELIGIÃO: Um estudo
histórico-sociológico do Bairro dos Pires de Limeira, uma
comunidade rural de maioria teuto-brasileira.**

Autora: Maria Cristina dos Santos Bezerra

Orientadora: Prof^a. Dra. Olga Rodrigues de Moraes von Simson

Este exemplar corresponde à redação final da
Dissertação defendida por Maria Cristina dos
Santos Bezerra e aprovada pela Comissão
Julgadora.

Data: 16 / 05 / 2001

Assinatura: Olga R. de Moraes von Simson

Comissão Julgadora: Olga R. de Moraes von Simson
Maria Christina de Souza Campos
Zilda de B. L. Duarte

CAMPINAS, 2001

N.º CHAMADA: 7/UNICAMP
 B469i
 V. 46059
 TOMBO: 16-392101
 DATA: 16-08-01
 N.º CPO:

CM00158622-B

**CATALOGAÇÃO NA FONTE ELABORADA PELA BIBLIOTECA
 DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UNICAMP
 Bibliotecário Rosemary Passos - CRB-8º/5751**

B469i

Bezerra, Maria Cristina dos Santos.

Imigração, educação e religião : um estudo
 histórico - sociológico do Bairro dos Pires de Limeira, uma
 comunidade rural de maioria teuto - brasileira / Maria Cristina
 dos Santos Bezerra. -- Campinas, SP: [s.n.], 2001.

Orientador : Olga Rodrigues de Moraes von Simson.
 Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de
 Campinas, Faculdade de Educação.

1. Imigração. 2. Educação. 3. Religião. 4. Etnia.
 5. Memória. I. Simson, Olga Rodrigues de Moraes.
 II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de
 Educação. III. Título.

RESUMO

Este estudo resulta de pesquisa realizada em um bairro rural de maioria teuto-brasileira, formado na segunda metade do século XIX, por alemães oriundos das fazendas de café das cidades de Limeira e região. O objetivo foi trabalhar com memórias de pessoas mais velhas qualificadas pela idade e pela inserção social no grupo. Foi adotada a metodologia da História Oral, dentro de uma perspectiva histórico-sociológica, buscando-se compreender as relações sociais, culturais, econômicas e políticas vivenciadas pelos moradores do bairro, principalmente no período entre guerras e após a segunda Guerra Mundial, quando o bairro começou a se reestruturar, tanto social quanto economicamente. Partiu-se do princípio de que as pessoas entrevistadas, ao se pronunciarem sobre suas memórias, revelavam partes de suas vidas que muitos dos netos e bisnetos não conheciam. O trabalho serviu também para abrir o porão das memórias e retirar delas uma parte oculta no processo de construção da memória coletiva. Trabalhou-se assim com memória individual e coletiva, através de entrevistas e documentos escritos e iconográficos, que não apenas enfeitarão o texto, mas se constituirão como verdadeiros documentos, pois após suas análises mostraram aspectos importantes da organização social do grupo e a representação feita por eles de cada um desses lugares da memória, registrados em algumas poucas e antigas fotografias. Outro objetivo atingido foi a composição de um arquivo histórico sobre o Bairro dos Pires e para tal estão sendo apresentados documentos inéditos para a própria comunidade.

Palavras-Chaves:

1 ^M Imigração 2 Educação 3 Religião 4 Etnia 5 Memória

ABSTRACT

This study results from a research carried out in a rural district of Germany-Brazilian majority (called Bairro dos Pires), formed in the second half of the XIX century by German immigrants who came to work in the coffee farms in Limeira and other cities in this region.

The aim of the research is to study the memories of the older people of the group, qualified by their ages and by their social insert in the group. The methodology adopted was the Oral History, based on a historical-sociological perspective. We tried to comprehend the social, cultural, economic and political relationships lived by the inhabitants of the neighborhood, mainly in the periods between the two World Wars and after the Second World War, when the neighborhood began to be restructured social and economically. We were based on the principle that as the interviewees talked about their memories, they revealed parts of their lives, histories that even their own grandchildren and great-grandchildren didn't know. The research was also important to open the basement of the memories and to bring to light a hidden part in the process of construction of the collective memory. We worked, therefore, with individual and collective memory, through interviews, written documents and iconography analysis, what is not presented here only to illustrate the text, but as true documents because, after its analysis, they showed important aspects of the social organization of the group and the representation they did of each one of those positions of memory, registered in a few little and old pictures. Another achieved aim was the composition of a historical file about Bairro dos Pires, and, for this reason, such unpublished documents are being presented to the community.

key-words:

1 immigration 2 Education 3 Religion 4 Ethnic 5 Memory

DEDICATÓRIA

Ao companheiro das horas fáceis e difíceis, Luiz.
À Luis Henrique, Luiz Paulo, Maiara e Tainara pela compreensão e amor.
À memória de meu pai.

AGRADECIMENTOS

Tenho tanto a agradecer, que corro o risco de me esquecer de alguém, se isso ocorrer, me perdoem os amigos que tanto contribuíram com seu apoio à esse trabalho.

Primeiramente à professora Olga von Simson, pela orientação paciente à esta aprendiz de pesquisadora e acima de tudo pela confiança depositada. Nada que eu possa aqui dizer conseguirá expressar a minha gratidão e admiração pelo seu trabalho. Obrigada pelas palavras, por indicar os caminhos, por me fazer refletir, por me ensinar a caminhar sozinha e por acreditar nessa caminhada.

Às professoras doutoras Maria Christina Siqueira de Souza Campos e Zeila Fabri Demartini, pelas sábias palavras no momento da qualificação, palavras essas que serviram de ponto de recomeço e me guiaram para a conclusão deste trabalho.

Ao Luiz, companheiro sempre presente, mesmo quando ausente, pela paciência, compreensão, incentivo, pelo amor dedicado e tudo o mais. Devo muito mais do que posso expressar aqui e com o qual compartilho a satisfação do trabalho realizado.

Aos meus filhos, Henrique e Paulo, por terem compreendido a necessidade do estudo e terem “segurado a barra” na casa junto comigo, agradeço pelo esforço dedicado à essa mãe às vezes “virtual”. Às pequenas Maiara e Tainara, especialmente, peço desculpas pelo “abandono” involuntário das longas horas diante do computador, às vezes até mesmo disputando com elas um espaço na frente dele, quando elas pediam por um colo de mãe. Espero que um dia vocês, meus filhos, possam me compreender e perdoar pela ausência, mesmo quando estava em casa, presente.

Aos meus irmãos, pelo incentivo irrestrito sempre e pela compreensão das ausências nos encontros de família.

À minha mãe, que do seu jeito simplório, sempre soube me entender, mesmo quando sua face amorosa demonstrava uma grande incerteza. Desculpe-me se me fiz ausente nos últimos anos.

À memória de meu pai, grande incentivador enquanto vivo, e inspiração divina depois da partida, deixando um grande vácuo no meu coração. Senti sua presença ausente me empurrando, segurando a minha mão, quando pensava em desistir.

À Bezinha e à minha irmã Neta, pelo cuidado com as crianças, enquanto eu me aventurava pelos caminhos da pesquisa.

Às amigas inconstantes e sem as quais não teria chegado à esse momento: Elisa e Nice. Obrigada por me permitirem continuar “nossa” pesquisa iniciada na graduação. Obrigada por trilharem sempre ao meu lado. Em especial à Ika, pelas horas dedicadas a mim no acompanhamento de toda a pesquisa, às vezes se afastando de sua família, para que eu pudesse seguir trilhando o caminho da pesquisa. Pelas viagens em

que foi a motorista, pela ajuda nas entrevistas, pela companhia, enfim, por tudo que você sabe que representa para esse trabalho.

Às amigas da Escola Benedicta de Toledo, especialmente Bete, Simone, Renilda, Cidinha, Jô, Kelli, pelas orações e torcida na hora dos exames.

Às amigas da Escola José Paulino, pela compreensão, pelo apoio irrestrito, pela solidariedade e todo o mais que só vocês sabem o quê. À Judite e Janete, obrigada por serem o que são para mim. Compartilho com todas vocês esse momento de contentamento.

Ao Veit Stumpfenhausen, pelas horas dedicadas à tradução e por me ajudar a compreender um pouco mais o “espírito alemão”.

Aos amigos Edson e Silvana, pelo incentivo desde a minha entrada na graduação, sempre me apoiando e me empurrando na caminhada.

Aos Bezerras, (e aos Lima) por compreenderem a ausência e pelo apoio, mesmo que discreto. À Maria, por ter sempre confiado em mim.

Em nome da Bel, Rosinha, Érica, Ana Emília, agradeço a todos os amigos de luta da Apeoesp.

À Cida, ao Roberto e Mara, à Arlete, à Cláudia e aos demais colegas do Grupo de Estudos de Imigração do Centro de Memória da Unicamp, em especial à Zezé, que me deu dicas importantes e muito me incentivou.

Aos amigos Lília e Anselmo, por me terem dado a honra de conhecê-los e por compartilharem comigo essa fase de estudos.

À amiga Graziela, conhecida no trajeto de pesquisa e também de viagem de Limeira para Campinas e vice-versa, agradecimento especial pela amizade e ajuda na hora dos “Helps”.

À todos os amigos do Isca, aos novos e aos velhos, e à duas em especial, Maria Cristina Cruaães e Adriana Pessatte, que me abriram o caminho para a pesquisa.

À CAPES, pela bolsa concedida.

Ao pessoal da Secretaria da Pós e do Centro de Memória, pelas orientações e pelo atendimento. Ao Gil e a Rose da biblioteca.

Ao amigo Paulo Sérgio, por me ajudar nas minhas crises e me compreender tanto e tão bem. Muito obrigada pela atenção dedicada a mim, por estar sempre por perto quando gritava por socorro.

Ao senhor Theodoro Paulo Koelle, pela atenção ao me receber e pelo empréstimo de materiais.

À todos os moradores do Bairro dos Pires, especialmente os que me receberam com tanto carinho, meus entrevistados, que abriram para mim as suas casas e as suas vidas, sem os quais não haveria essa pesquisa. Vocês são muito importantes para mim. São novas amizades que eu conquistei. Devo agradecer também pela confiança, pelo material emprestado, pela fala dada. Enfim, por tudo!

SUMÁRIO

RESUMO	iii
ABSTRACT	iv
DEDICATÓRIA	v
AGRADECIMENTOS	vii
SUMÁRIO	ix
LISTA DE ANEXOS	xi
INTRODUÇÃO	01
CAPÍTULO I	07
METODOLOGIA: o caminho da pesquisa	07
CAPÍTULO II	19
IMIGRAÇÃO: CONSTRUÇÕES	19
1- Brasil em construção	19
2- Imigração São Paulo: Parceria – o Sistema em construção	33
3- Limeira, cidade por construir	39
4- A Limeira construída: economia de mercado paulista	53
CAPÍTULO III	61
O SER	61
1- O imigrante alemão: identidade em conflito	61
2- Sentimentos: ser, não ser, servir não servir. O preto no Branco	80
CAPÍTULO IV	95
BAIRRO DOS PIRES – A TERRA CONQUISTADA!	95
1- Caracterização histórica: o caminho para uma nova vida...	95
2- Viver, morar, trabalhar: o sonho realizado	110
3- Bairro-cidade: quem depende de quem?	118

4- a Religião uma só, mas igrejas são duas!	125
5- Escola: caminhos e descaminhos	153
CONSIDERAÇÕES FINAIS	179
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	187
BIBLIOGRAFIA DE APOIO	194
PERIÓDICOS, REVISTAS E MANUSCRITOS	197
“PORTRAITS” DO PIRES	199
ANEXOS	211

LISTA DE ANEXOS

- Anexo 1 - Contrato de Parceria
- Anexo 2 - Artigo de jornal: Escola Alemã – excursão para Limeira
- Anexo 3 - Artigo de jornal: Escola Alemã – excursão para Limeira – original alemão
- Anexo 4 - Relação de imigrantes alemães e respectivas funções
- Anexo 5 - Renda Regional
- Anexo 6 - Juramento de fidelidade ao Imperador - 1857
- Anexo 7 - Gratuidade da carta de naturalização - 1857
- Anexo 8 - Visita à Festa Escolar no Pires em 31/05/1925 – tradução
- Anexo 9 - Visita à Festa Escolar no Pires em 31/05/1925 – original alemão
- Anexo 10 - Carta do Engenheiro Hermann Günter – 01/02/1856
- Anexo 11 - Carta do Engenheiro Hermann Günter – 01/02/1856 - manuscrito
- Anexo 12 - Certidão de Casamento – ano de 1863
- Anexo 13 - Estatutos da Associação Escolar Alemã – 1914 – tradução
- Anexo 13 B - Estatutos da Associação Escolar Alemã – 1914 – original alemão
- Anexo 14 - Protocolo de reunião da Igreja Luterana – 06/01/1925 - tradução
- Anexo 15 - Protocolo de reunião da Igreja Luterana – 06/01/1925 - original alemão
- Anexo 16 - Protocolo de reunião da Igreja Luterana – 02/02/1925 - tradução
- Anexo 17 - Protocolo de reunião da Igreja Luterana - 02/02/1925 - original alemão
- Anexo 18 - Artigo do Jornal Evangélico Luterano - 100 anos da OASE - 09/1999. Walter Altmann
- Anexo 19 - Artigo do Jornal Evangélico Luterano - 100 anos da OASE - 09/1999. Martin Dreher
- Anexo 20 - Relatório sobre a situação das escolas rurais do interior de São Paulo – 06/05/1919 – tradução
- Anexo 21 - Relatório sobre a situação das escolas rurais do interior de São Paulo – 06/05/1919 – original alemão

- Anexo 22 - Escola Alemã – relatório de 1929 – tradução
- Anexo 23 - Escola Alemã – relatório de 1929 – original alemão
- Anexo 24 - Estatuto da Comunidade Evangélica Pires – 07/11/1939
- Anexo 25 - Estatuto da Comunidade Evangélica Pires – 07/11/1939 – recorte do Diário Oficial.

INTRODUÇÃO

“(...) Agora cheguei
nessa terra que diziam.
Como ela é uma terra doce
Para os pés e para a vista.
Os rios que correm aqui
Têm água vitalícia.
Cacimbas por todo lado;
Cavando o chão, água mina.
Vejo agora que é verdade
O que pensei ser mentira.
Quem sabe nesta terra
Não plantarei minha sina?”¹

Ser imigrante, ser retirante, há certamente uma semelhança. Na base de ambos há um sentimento de insatisfação com a situação vivida. Caso contrário, se houvesse a visibilidade de uma vida estável, de uma possibilidade de ser cidadão da terra onde se nasceu, nos termos legais, tendo direitos sociais, políticos e econômicos garantidos, direito a uma vida digna de ser humano, direito a ter direitos, não haveria o abandono da própria terra, em busca de um sonho percebido como no momento ilusório da partida tão bonito, sonho entretanto, que pode ser tão cruel quanto a terra de onde se veio. Segundo Abdelmalek Sayad (1991: p. 55), é o trabalho que faz o imigrante, e é também o trabalho que o faz morrer. Se há trabalho, ele tem um valor, caso contrário, não há como ser imigrante sem o trabalho. Diz que não é possível conciliar não-trabalho com imigração, pois o imigrante só existe pelo trabalho. O ser migrante se assemelha

¹ João Cabral de Melo Neto. *Morte e Vida Severina*. 20ª Edição. Livraria José Olímpio. Rio de Janeiro. 1984. p. 86

muito ao ser imigrante. Não ter trabalho no Nordeste e haver o vislumbre de encontrá-lo no sul ou sudeste, fez e ainda faz com que muitas famílias se “exilem” de sua terra natal à procura deste meio, único meio de sobrevivência de quem só tem os braços para o trabalho. É nesse ponto que o ser imigrante e emigrante se confundem. Eles também existem porque existe carência de mão-de-obra em um lugar e excesso de pobreza no outro. Há ainda, no local de destino, mais uma saga de fazenda em fazenda, de período em período, onde se paga melhor, onde a moradia é melhor, onde o patrão é mais “humano”.

O navio se assemelha ao “Pau de Arara”, meio de transporte comum de migrantes das décadas de 1940 e 50. Foi assim que meus pais chegaram no sudeste. Em busca de trabalho, percorreram várias fazendas na região noroeste do Estado, até vir com mais três famílias e seus respectivos filhos para a cidade de Limeira. Os bens móveis eram tantos, que couberam todos em um só caminhão. Foi assim que cheguei até aqui. A minha história de vida se assemelha à vida dos moradores do Bairro dos Pires.

Além da vivência familiar semelhante, da tentativa de conhecer minha própria história de vida, esta pesquisa surgiu como continuidade de um trabalho iniciado na graduação em Ciências Sociais, quando houve a oportunidade de entrar em contato com um grupo de alemães residentes na zona rural de Limeira com o objetivo de fazer uma reconstrução da história da comunidade e ao mesmo tempo fazer um contraponto com a população urbana. Senti, à época, uma carência muito grande de pesquisas e materiais escritos a respeito dessa população que é tão importante para a história da cidade de Limeira.

O presente trabalho tem como objeto de estudo o Bairro dos Pires de Limeira/SP, um bairro situado na zona rural da cidade e que foi ocupado, em meados do século XIX, por imigrantes alemães, vindos para o Estado de São Paulo, mais especificamente para esta cidade, para trabalhar nas lavouras de café, quando este produto começava a inserir o Brasil no mercado internacional e os cafeicultores necessitavam de braços que substituíssem a mão-de-obra escrava que escasseava.

A base deste trabalho está na compreensão do processo imigratório, que trouxe os alemães para a cidade de Limeira. Procura-se também a compreensão do

período em estudo, através das políticas ideológicas de abasileiramento e nacionalização, sabendo ser esta uma iniciativa efetivada por Getúlio Vargas nas décadas de trinta e quarenta, mas que, no entanto, já eram práticas que vinham se desenvolvendo anteriormente, com influências endógenas diversas e justificativas diversas, inclusive enfatizados pelo discurso do “perigo alemão”.

Não se pretende justificar, julgar nem condenar a campanha de nacionalização, mas fazer um estudo dos impactos dessa política na vida do bairro, tomando para isso a contribuição muito receptiva dos moradores do mesmo nos contatos e entrevistas concedidas, em documentos e fotografias emprestados e, fundamentalmente, pelo compartilhar de parte de suas vivências. Esse compartilhar das suas vivências ocorreu por acreditarem na pesquisa que, além de mostrar uma outra visão do bairro, traz consigo a valorização de cada depoente, pois ao se constituírem como co-autores de sua própria história, estão legando para seus descendentes uma certa reconstrução do conceito de germanidade, ao deixar-lhes a oportunidade de auto-conhecimento e a possibilidade de busca de dupla cidadania, tão valorizada nos tempos de globalização.

O primeiro capítulo aborda algumas reflexões acerca dos caminhos da pesquisa. Percorrendo esses caminhos, busquei dados para o desvendamento da história guardada na memória das pessoas do bairro, por dois motivos: um por não encontrar em Limeira registros escritos onde se pudesse perceber um certo rigor científico e que servissem de base para o desvelar dessa história. Por outro lado, por encontrar pessoas qualificadas, devido a sua idade, sua inserção na vida do bairro, sua importância social dentro do grupo e principalmente por se mostrarem interessadas em refazer seus trajetos de vida. Permitiram, assim, a concretização da pesquisa, mesmo que isso representasse, em alguns momentos, insegurança e em outros dor não manifesta nas palavras, mas nos sentimentos e nos silêncios. Essas memórias foram reconstituídas através da História Oral, com suas múltiplas possibilidades de uso graças à complementação de fontes, quando foi possível utilizar recursos diversos como fotografias (que figuram aqui como verdadeiros documentos reveladores de muitas histórias), entrevistas, imagens

para o Brasil, depois para o estado de São Paulo e as contribuições que esses imigrantes trouxeram para o Estado e para a cidade, apontando que os imigrantes não foram apenas colonos das fazendas de café, mas também tinham outros ofícios, que os ajudaram a sair das fazendas e se estabelecerem na cidade como artesãos. Mais tarde contribuíram para o desenvolvimento da indústria, do comércio e do próprio setor agrícola, com a introdução de uma nova cultura, a laranja, novas técnicas de produção da mesma, inclusive com a escola de enxertia, já no século XX, que facilitou a vida dos alemães que formaram o Bairro dos Pires, pois surgiu uma nova modalidade de agricultura a ser empreendida, após a queda do peço do café.

No terceiro capítulo trabalho com a complexidade do ser: imigrante, alemão, branco, aquele que vem para substituir a mão-de-obra escrava, o alvo de muitos e diferenciados discursos políticos que justificavam sua presença, enquanto ela era necessária. Depois, esses seres passam a receber críticas e ameaças por representarem “perigo ideológico” para a soberania do Brasil. Ser, não ser, servir, não servir. A dubiedade do processo migratório para São Paulo é discutido com base em pesquisas bibliográficas e documentos diversos (cartas, relatórios, artigos de jornais), além das entrevistas, sem as quais não seria possível a compreensão desses documentos e o entendimento do que é servir e não servir, ser e não ser: “é que quando a Alemanha perdeu a guerra, os alemães não tinha mais direito das coisas, porque eles eram do Brasil, eles eram pra ser brasileiros. E teve muito aquela coisa, que eles era muito contra os alemães. Acharam que os alemães não tinha mais vez” (Elíria S. D. Jurgensen: 1999, p. 49). Embora em meio a tantas adversidades, vê-se atualmente uma tentativa de reconstruir um pouco da história do bairro e uma busca, ainda que discreta, das tradições que se perderam nesse entretempo.

O último capítulo traz enfim o Bairro dos Pires, apresentado por seus moradores e nesse capítulo procuro mostrar a relação estabelecida entre o bairro e a cidade, onde um espaço não se sobrepõe ao outro, mas procuram viver em harmonia, sendo um subsidiário do outro. A análise das instituições mais importantes, escola, igrejas é permeada por versões interessantes e diversas. Não privilegio nenhum enfoque específico procurando apenas analisar os fatos, sem intervir. Procurou-se manter a

pictóricas, objetos para assim, fazer aflorar “*histórias de muitas vidas, subvertendo o silêncio de tantas décadas*” (Tucci Carneiro: s/d, p. 269).

Pude, portanto, tornar conhecida uma história que ficou escondida nos porões das memórias dos mais idosos do bairro, a qual nem mesmo seus descendentes conhecem, dadas as condições adversas enfrentadas por seus guardiões, fazendo com que as protegessem até o momento adequado.

As relações de confiança e respeito estabelecidas entre a pesquisadora e os sujeitos da pesquisa, fazem lembrar uma fala de Ecléa Bosi (1979: p. 2), pois pude vivenciar o mesmo sentimento ao fazer essa pesquisa: fui ao mesmo tempo sujeito e objeto. Sujeito enquanto indagava, procurava saber e objeto quando ouvia, registrava, como um instrumento de receber e transmitir a memória de alguém, um meio do qual esse alguém se valia para transmitir à sociedade mais ampla suas lembranças. É necessário que se compreenda uma outra questão para a qual Ecléa Bosi chama a atenção, que são os próprios limites dos sujeitos desta pesquisa, ou seja, a avançada idade de alguns, a juventude de outros, a língua falada com todos os lapsos gramaticais de quem teve que aprender uma segunda língua num ambiente em que a primeira era o alemão, tendo essa aprendizagem ocorrido devido a imposições e não ao processo natural de aculturação e assimilação.

Por acreditar que seja necessário mostrar como se deu a inserção dos imigrantes alemães na sociedade brasileira, retorno, no segundo capítulo um pouco no tempo, até o século XIX, numa tentativa de contextualizar em tempo e espaço determinados as relações sociais de produção e o processo de substituição da mão-de-obra escrava pela branca livre. Não trato apenas estes aspectos relacionados ao processo de imigração para São Paulo, mas para todo o país, uma vez que os imigrantes alemães vieram para o Brasil com diferentes finalidades, quer para ocupar espaços ociosos, para a instituição da pequena propriedade, para a defesa de divisas territoriais ameaçadas por outras nações e até mesmo para fins militares.

Parto de uma colocação mais geral, até chegar na particularidade do sistema de parceria focalizando as contribuições dos alemães para a cidade de Limeira. Procuro, então, mostrar como foram definidas as políticas de colonização e imigratórias

objetividade: apresentando o Bairro dos Pires na voz de seus moradores. Tudo o que vem antes dele nesse trabalho é o caminho natural para esse conhecimento construído de forma compartilhada.

A pesquisa bibliográfica permitiu-me entender um pouco da história das duas igrejas do Bairro dos Pires, porém, esse entendimento também se deu de forma indireta, pois muitas das informações sobre as duas vertentes da Igreja Luterana são baseadas em estudos sobre a religião de âmbito nacional, dada a dificuldade de encontrar bibliografia específica sobre as igrejas no Estado de São Paulo. Trabalhei com Jungblut que me ajudou a compreender um pouco mais sobre a vertente americana e Martin Dreher, que me auxiliou na compreensão da ideologia da vertente alemã. Já para a análise da escola, busquei em Lúcio Kreutz a compreensão do processo de escolarização e valorização da escola pelos imigrantes alemães vindos para o Brasil; também nos documentos encontrados no Arquivo Hans Staden, que seguem em anexo, traduzidos do alemão; bem como também, sem poder deixar de lado, das imagens fotográficas que depois de analisadas se configuram aqui neste trabalho como documentos históricos que testemunham momentos importantes, como a união das duas escolas do Bairro dos Pires na primeira década do século XX. Há ainda a colaboração ímpar dos depoimentos dos moradores do bairro, tanto dos mais jovens que não conheceram a escola antiga, quanto daqueles que nela estudaram e se recordam com saudade de um tempo em que o Bairro dos Pires era o “Bairro dos Alemães”.

Assim, delineiam-se as instituições étnicas e mostra-se abertamente a saga imigrante do Bairro dos Pires, pela primeira vez.

CAPÍTULO I

METODOLOGIA: o caminho da pesquisa

*“se te conto o que ouvi é para que
conheças que sobre o mesmo
assunto há mais de uma versão.
Sábio é o que não se envergonha
de aceitar uma verdade nova e o
mais sábio é o que a aceita sem
hesitação”².*

A trajetória da comunidade do Bairro dos Pires, com fortes traços culturais germânicos, desde sua formação até as transformações por que passa na atualidade, foi coletada através de depoimentos orais de pessoas mais velhas da comunidade³, em forma de entrevistas, associadas à coleta e análise de documentos e fotos antigas.

² Sófocles, *Antígona*. 1996: p.32

³ Há, segundo o dicionário Aurélio (1985: p. 356), uma enormidade de conceitos para definir o que seja uma comunidade, dentre eles, optei por trabalhar o Bairro dos Pires como uma comunidade levando em conta aspectos de ocupação do espaço, origem, religião, cultura e até mesmo pela história que comungam juntos: “qualquer grupo social cujos membros habitam uma região determinada, tem um mesmo governo e estão irmanados por uma mesma herança cultural e histórica”, ou ainda, “qualquer conjunto populacional considerado como um todo, em virtude de aspectos geográficos, econômicos e ou culturais comuns”, ou também como um “grupo de pessoas considerado dentro de uma formação social complexa, em suas características específicas e individualizantes”; ou até mesmo “grupo de pessoas que comungam uma mesma crença ou ideal”. Embora o Bairro dos Pires represente uma comunidade ligada pela origem étnica, história e cultural, há a divisão provocada pela crença, com as duas vertentes religiosas, no entanto, há que se considerar pertencerem à mesma religião: a Luterana. Ainda que utilizando a explicação do termo comunidade do dicionário da língua portuguesa, compreendo que a Antropologia, a Sociologia e outras ciências afins apresentam termos específicos para caracterizar comunidade que podem divergir ou não com o utilizado neste trabalho.

A História Oral se constitui num aporte importante na orientação desta pesquisa, uma vez que abre a possibilidade de se trabalhar com fontes variadas, tanto escritas quanto imagéticas, orientando o diálogo entre elas e para tal foram recolhidos materiais escritos junto aos próprios moradores do bairro, fotografias e depoimentos orais, tendo sido estes coletados sob a forma de entrevistas temáticas, opção feita por se acreditar estar trabalhando com um tema complexo, a campanha de nacionalização, um período que deixou traumas muito grandes nos depoentes.

As tentativas de coleta de histórias de vida mostraram que o tema em estudo não era espontaneamente abordado e assim optei pela entrevista, por ter esta um caráter mais diretivo, sem, no entanto torná-la um exercício de coação. Embora tenha sido direcionada através de perguntas focalizando o período da Campanha de Nacionalização, outros muitos momentos foram observados, como as passagens dos depoentes pela escola, as questões relacionadas à igreja, os relacionamentos pessoais, e grupais, enfim, os entrevistados ficaram à vontade para expor suas memórias do passado vivido e guardado por cada um e também sobre a vivência do presente, intermediada por essas memórias.

As primeiras entrevistas realizadas⁴ não atingiram as expectativas, uma vez que faltou objetividade nas perguntas, por pouco domínio da metodologia e até mesmo do próprio tema em estudo. Nessa fase tornou-se, pois, necessário uma revisão das entrevistas já coletadas, algumas delas em áudio e outras em vídeo, que foram transcritas, o que facilitou a sua análise e a elaboração do novo direcionamento das que foram feitas depois.

Assim, a opção pelo depoimento oral se deu por se buscarem “*dados informativos e factuais, assim como o testemunho do entrevistado sobre sua vivência*” (LANG e outras: 1998, p.12) e sobre os fatos que ocorreram no bairro, as perseguições políticas e policiais, o isolamento cultural, bem como as formas como estes acontecimentos repercutiram na sua vida. Buscou-se, através da análise desses depoimentos, estabelecer um paralelo entre as consequências que ultrapassaram o campo

⁴ Estas entrevistas foram coletadas nos anos de 1995 e 1996, ainda por ocasião do trabalho de pesquisa realizado para o curso de graduação em Ciências Sociais no Instituto Superior de Ciências Aplicadas – Limeira/SP.

da vivência pessoal e as que atingiram o campo da vivência coletiva e da manutenção sócio-cultural do próprio grupo.

Esta pesquisa não tem a intenção de construir uma verdade histórica absoluta, mas trabalhar com algumas das versões elaboradas sobre o mesmo assunto. Não se pretende um conhecimento estático, imóvel, mas uma versão dos fatos, colhida através da história oral, segundo a visão de colaboradores qualificados escolhidos entre os mais idosos, no entanto não única e exclusivamente com estes, mas com outras pessoas de diferentes idades que representaram ou ainda representam papel de destaque na comunidade.

Ao realizar a pesquisa adotando a perspectiva histórico-sociológica, busquei, portanto, o conhecimento dessas variadas versões junto a diferentes moradores do bairro representantes de variadas categorias (homens, mulheres, idosos e jovens), para obter conhecimentos sobre a comunidade em que tais categorias se inserem. A abordagem sociológica possibilitou a atribuição de sentido às versões obtidas pela história oral (LANG: 1998, p. 164), uma vez que abriu espaço para a conjugação de diversas práticas metodológicas favorecendo a compreensão de fenômenos sociais.

Nesse estudo, além dos documentos orais que foram construídos, culminando com uma obra de mais de cem páginas de depoimentos, servi-me também de documentos escritos de diferentes tipos: imprensa, cartas, livros de registros de instituições, (como igrejas, associações), registros de cartórios, anotações, diários, bem como o uso de fontes não verbais ou iconográficas, sendo priorizados no caso dessas fontes os registros fotográficos (de propriedade dos entrevistados ou coletados pela própria pesquisadora), além de obras literárias. Essas fontes possibilitaram abordagens diversas do assunto em estudo e enriqueceram a coleta dos depoimentos. Elas desempenharam um duplo papel no desenvolver da pesquisa, serviram ao mesmo tempo de “instrumento de captação da memória dos entrevistados” (fotos, cartas, registros, figuras, por ex.) “e como fontes de dados” (LANG: 1998, p. 16), pois, “a diversidade de fontes compreendendo documentos escritos, relatos orais e imagens torna-se fundamental, especialmente pela riqueza que a complementaridade entre as mesmas pode permitir” (DEMARTINI: 1998, p. 16).

Os moradores do bairro foram muito solícitos e cederam também a documentação não-verbal de que dispunham, deixando claro que possuíam uma preocupação em estar reconstruindo a sua história; não obstante os documentos sejam ricos em conteúdo, há um consenso entre os moradores em reproduzir a história oficial escrita por um autor limeirense e que foi editada em resumo num suplemento de um dos periódicos da cidade.

Percebe-se muito da história oficial na fala de um dos depoentes considerado como referência cultural do bairro, o “guardião da memória”, que não se cansava de repeti-la a quem quisesse ouvir. Sempre que solicitado e em todas as comemorações feitas na igreja ou na escola, ele estava presente para contar a história da constituição do bairro e de suas instituições principais, repetindo sempre o mesmo discurso de acordo com o narrado pelo historiador limeirense, em alguns momentos permeando esse discurso com fatos reais vivenciados por ele e pela comunidade, momento em que ele então passava a fazer parte dela. Embora se perceba no seu discurso a história cauterizada pela formalidade da escrita, ele nos incita à busca pela compreensão dos fenômenos que poderiam estar por trás dessa versão que já é pública e que reproduz uma história que já se encontra pronta, em oposição a outras versões que não encontraram o reconhecimento da história oficial.

A história oral constituída pelo diálogo com outras fontes favoreceu uma reconstrução conjunta dessa outra história, a história vivida pelos moradores do bairro, que não corresponde à oficial, uma vez que se percebeu, tomando como referência o livro História de Limeira (BUSCH: 1967) que alguns fatos nela foram ocultados. Há um endeusamento do sistema de parceria e conseqüentemente de seu idealizador, o Senador Vergueiro, e a história da imigração para Limeira se encerra na década de 1910, não havendo mais registros a partir daí de quaisquer acontecimentos que tenham ocorrido na comunidade, os quais essa pesquisa teve por objetivo tornar públicas. Procurei também compreender esse processo de construção da história oficial como uma busca de integração da memória local na memória coletiva nacional.

Pollak mostra que em algum momento há uma interrupção nesse processo de reconstrução histórica das memórias e a História Oral contribui para esse processo,

pois “ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à “memória oficial”, no caso a memória nacional” (POLLAK: 1989, p. 4).

Mercedes Vilanova vem aqui ressaltar uma das funções da História Oral, que é a desmistificação histórica, trazendo à tona os silêncios da memória, aquilo de que não se quer falar, uma das pretensões desse trabalho. Afirma que

desmistificar as interpretações historiográficas: esta função é a base de nosso ofício e das múltiplas utilidades das entrevistas. O primordial das fontes orais é que nos devolvem o senso comum e a orientação da bússola através dos acontecimentos e dos tempos, para abrir-nos as portas do caminho insólito e fascinante em direção do invisível, o qual, como os silêncios, resulta ser sempre a rocha sobre a qual se sedimenta uma interpretação senão certa, ao menos, profícua (VILANOVA: 1998, p. 9).

Fazer história oral tornou-se então um exercício constante de buscar compreender os não-ditos, compreender o silêncio e a emoção contida nos tropeços da voz, voz essa que vem do coração, traduzindo os sentimentos mais latentes, preservados pelo tempo guardados na memória. Coube então à pesquisadora usar de subterfúgios para acionar essa memória, acreditando que “o processo de rememorar se faz geralmente motivado por um fato externo” (SIMSON: 1990, p. 59).

O uso de imagens como detonadores de memória, além de favorecer o diálogo entre as fontes e contribuir para a coleta de depoimentos, serviu também como uma fonte de dados, é um elemento importante na conclusão deste trabalho pois possibilita uma devolução da pesquisa ao grupo pesquisado. Além de verem as imagens do passado no presente, estarão também tendo acesso à documentos antigos que falam de seus antepassados e que eles não sabiam da existência, como por exemplo, o estatuto da Associação Escolar Alemã e ao fazer a análise deste documento, ficou bem claro que houve no bairro por muitos anos duas escolas alemãs, e não uma única, como eles pensavam.

Simson, no artigo *Imagem e Memória* (1998: p. 22), analisa a presença da fotografia na vida das pessoas. Essa técnica de registro da imagem teve seu trânsito nas

diferentes camadas sociais facilitado pela diminuição mais recente do custo de produção das imagens. A vida dos grupos sociais, as memórias individuais e familiares passaram a ser registradas mais pelas imagens do que por cartas manuscritas, livros de memórias ou diários. Salienta que o suporte imagético na maioria das vezes vem orientando a reconstrução e a veiculação da memória, tanto como indivíduos quanto como participantes de grupos sociais, por mais diferentes que sejam.

Para o trabalho de pesquisa a foto, por si só, pode não ser representativa se não estiver acompanhada de análise e situada socialmente no tempo e no espaço. As imagens transmitem informações importantes sobre o passado e a análise de fotografias proporciona uma aproximação desse passado ao se levar em conta aspectos relevantes de constituição do social. “Portanto, para se chegar àquilo que não foi imediatamente revelado pelo olhar fotográfico, há que se perceber: as relações entre signo e imagem, aspectos da mensagem que a imagem fotográfica elabora, e principalmente, inserir a fotografia no panorama cultural, no qual foi produzida, e entendê-la como uma escolha realizada de acordo com uma dada visão de mundo” (MAUAD: 1997, p. 314).

A fotografia constitui-se como marca cultural de uma época, não só por representar o passado, mas também por trazê-lo de volta carregado de emoções, sendo “indiscutível a importância da fotografia como marca cultural de uma época não só pelo passado ao qual ela nos remete, mas também, e principalmente, pelo passado que ela traz à tona. Um passado que revela, através do olhar fotográfico, um tempo e um espaço que fazem sentido. Um sentido individual que envolve a escolha efetivamente realizada e um coletivo que remete o sujeito a sua época” (MAUAD: 1997, p. 315).

Portanto, são pedaços congelados do tempo passado que são colecionados em forma de imagens para que os informantes possam recordar, apreciando essas imagens a qualquer momento, trechos de sua trajetória ao longo da vida. As fotografias (...) “descongelam” momentaneamente seus conteúdos e contam a si mesmos e aos mais próximos, suas histórias de vida. Acrescentando, omitindo ou alterando fatos e circunstâncias que advêm de cada foto, o retratado ou o retratista tem sempre, na imagem única ou no conjunto das imagens colecionadas, o “start” da lembrança, da

recordação, ponto de partida, enfim, da narrativa dos fatos e emoções” (KOSSOY: 1996, p. 45).

Nessa pesquisa trabalhei com a associação entre imagem e memória, o que permitiu recuperar dados do passado que não foram registrados de outra maneira, além de transformá-los em informações do presente, como também representaram um instrumento de diálogo com as populações estudadas fato que possibilitou o avanço no conhecimento da realidade. Favoreceu também a devolução dos resultados finais da pesquisa traduzidos em linguagem facilmente acessível aos grupos nela envolvidos (SIMSON: 1998, p. 23).

As fotografias de espaços sociais cedidas pelos moradores mostram uma realidade do grupo que permaneceu guardada apenas na memória das pessoas mais velhas. A representação do espaço de lazer é fortalecida pela presença de grupos grandes de pessoas em um lugar comum, que segundo alguns dos depoentes tratava-se do local onde se davam as atividades culturais e coletivas do bairro, o chamado “bosque”. Este era situado na região central e se tratava de um lugar muito arborizado, havia ali também um armazém de bairro rural e um salão de bailes. Era

Uma mata fechada, e então tido tudo aquelas trilhas (assim) mais largo assim... (gesticulando com as mãos) que podia até passar um carro, assim uma condução, podia andar no meio bem no centro tinha um salão que dançava; fazia matinê e tinha o botequim; bar; banheiro; tudo, tinha um poço assim de tirar água de carretilha, tudo isso tinha era muito bonito, tudo aquelas árvores grossa assim, tudo bonita, não? Tudo podada assim por baixo então quando tinha uma festa assim, vinha muita gente de Limeira, muitos, tinha muitos alemão, era uma festa alemã mesmo, nossa aquilo enchia de povo e era muito bonito, música... (MATILDE JURGENSEN: 1995, p. 10)

Esse “bosque” se manteve como o elo de ligação cultural dos habitantes até meados da década de 30, quando aconteceram duas mortes acidentais no local. As versões encontradas contaram que um jovem identificado como Germano Beck caiu de um balanço que havia no local derrubando sobre sua cabeça a madeira que dava suporte ao balanço vindo a falecer imediatamente. Esse fato é narrado da mesma forma tanto por Josefina Maaz, irmã da vítima, como por outros informantes ouvidos.

A segunda tragédia acontecida no mesmo espaço de lazer é relatada dizendo que num domingo determinado o filho do proprietário do terreno onde se instalara o bosque convidou alguns freqüentadores do local para realizarem uma limpeza, derrubando árvores que estavam comprometidas, causando riscos às pessoas que ali compareciam. No decorrer dos trabalhos, ao cortar uma das árvores, o proprietário das terras que sediava o bosque seguiu na mesma direção para a qual a árvore pendeu, vindo a ser atingido por ela, provocando assim a sua morte.

Essas versões sobre as mortes acidentais e as fotografias coletadas denotam a existência do bosque e sua intensa utilização como área de lazer pelos moradores e seu posterior abandono. Os depoimentos dos moradores e a resistência ao se tocar no assunto formaram o motor propulsor da pesquisa. Fez-se necessário buscar compreender o processo social e político do período para o entendimento de fato do que houve no local e qual o significado desse silêncio voluntário sobre essa área de convívio social.

Através da complementaridade do uso da fotografia sobre o bosque associada ao recurso da história oral desvendei parte desse passado, que segue aqui escrito, devido à sua reconstituição pela memória dos habitantes mais antigos do bairro.

Reconstruir essas informações através da memória das pessoas, trazer à tona essas recordações possibilitou o desvendamento da história do bairro e auxiliou a construção de uma versão do que está escondido por detrás da história oficial cauterizada no discurso usual da comunidade e, ao mesmo tempo, trouxe também uma compreensão dos processos políticos e sociais, dos quais eles foram vítimas a tal ponto de abandonarem práticas que enfatizavam as características culturais mais evidentes desse grupo imigrante.

Busquei, portanto, analisar esses fatos cientificamente, produzir conhecimento histórico-sociológico e não apenas um relato ordenado dos fatos, da vida e da experiência da comunidade. Isso significa que não apenas registrei os depoimentos das pessoas com um gravador, mas ouvi a voz daqueles que até agora preferiram se calar diante das adversidades a que foram submetidos. E não só ouvi, como agora a transmito, para que toda a sociedade possa compartilhar junto com os moradores do Bairro dos

Pires dessa história que foi construída por nós, sujeitos e objetos da pesquisa: esta pesquisadora e os depoentes.

Lozzano dá bem uma dimensão do que seja ser um “fazedor” de história oral ao afirmar que “o historiador oral é algo mais que um gravador que registra os indivíduos “sem voz”, pois procura fazer com que o depoimento não desloque nem substitua a pesquisa e a conseqüente análise histórica; que seu papel como pesquisador não se limite ao de um entrevistador eficiente e que seu esforço e sua capacidade de síntese e análise não sejam arquivados e substituídos pelas fitas de gravação (sonoras e visuais)” (LOZZANO: 1998, p. 17). Seguindo esses passos delineados por Lozzano, fui atrás de informações no Arquivo do Estado, no Arquivo Hans Staden, no Centro de Memória da Unicamp, no Centro de Memória Histórica de Limeira e na rica bibliografia sobre imigração alemã para o Brasil, pois para o interior de São Paulo ainda são poucas as pesquisas que abordam essa imigração.

Esta pesquisa, além de trabalhar fundamentalmente com memórias individuais de idosos, entrevistou também moradores mais jovens que serviram para fazer um contraponto com a situação contemporânea do bairro, que passa por alterações substanciais e me permitiram compreender os impactos das políticas de nacionalização empreendidas desde o final do século XIX, até o seu auge nas décadas de 1930 e 40 do século XX, sobre as versões que os jovens constroem a respeito da trajetória imigrante de seus ancestrais.

Creio que uma boa avaliação desses impactos se faz ao perceber como a juventude de ascendência germânica visualiza a questão da germanidade em um sistema globalizado nos dias de hoje e as formas como procura reconstruir essas origens que foram se perdendo no tempo. “Eu acho que é dever nosso dos jovens e de todos os moradores do Bairro dos Pires tentar melhorar e tentar resgatar de alguma forma aquelas características que a gente até mantinha até alguns anos atrás” (DINÁ DIBBERN: 1996, p. 67).

Levando isso em conta, a motivação da pesquisadora se relaciona ao fato de lidar com memórias individuais que focalizam sempre fenômenos sociais e são reconstruídas com os olhos do presente, como afirma Halbwachs, ao dizer que a

memória não deve ser compreendida aprioristicamente como individual, mas que “a memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes” (apud POLLAK: 1992, p. 201).

Pollak entende que a memória apresenta características variáveis, flutuantes tanto no aspecto individual quanto coletivamente. Destaca, ainda, que na maioria das memórias existem pontos que são relativamente “*invariantes, imutáveis*” (POLLAK: 1992, p. 201), pontos que são possíveis de se observar na repetição dos fatos que são narrados pelos depoentes. Estes pontos apresentam certas características variáveis que ocorrem nos acontecimentos vivenciados por todos, descritos de formas diferentes de acordo com a maneira como cada um os vivenciou, embora na gênese, a questão seja a mesma, pois “é como se, numa história de vida individual houvesse elementos irredutíveis, em que o trabalho de solidificação da memória foi tão importante que impossibilitou a ocorrência de mudanças” (POLLAK: 1992, p. 201).

Tomando a memória como propriedade de conservar certas informações ligadas às funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas e que, portanto, podem evocar traços e problemas da memória histórica e da memória social (Lê Goff: 1996, p. 423), busquei, ao coletar essas lembranças, trazer à tona a vivência relacionada aos espaços sociais que foram utilizados pelos moradores do bairro durante anos a fio e que, no entanto, foram abandonados, como é o caso do Bosque e do Salão de Bailes. Também focaliza aqueles espaços que, embora não tenham sido deixados de ser vivenciados, sofreram modificações estruturais em seu funcionamento, como é o caso da igreja, da escola, da Associação Germânia. Também, quanto ao uso da língua, observei transformações ao longo da história do bairro percebendo a restrição de sua utilização hoje confinada ao espaço religioso.

Tal material de pesquisa, além de fornecer uma quantidade significativa de informações de caráter histórico-sociológico, introduz também com frequência, a própria construção dos depoimentos, o fator da emoção que enriquece e matiza o ato de pesquisar (SIMSON: 1990, p. 56).

Assim, afirma Carneiro (s/d: p. 269), “de cada testemunho registrado através da técnica da história oral, afloram histórias de muitas vidas, subvertendo o silêncio de algumas décadas” cujas memórias não foram transmitidas sequer aos próprios filhos e netos, que desconhecem os percalços vividos por seus pais - a não ser aqueles que vivenciaram juntamente todo o processo da Campanha de Nacionalização – mostra também a autora que “tais registros rompem as barreiras da memória, trazendo à tona os “não ditos” pelas fontes escritas ou, então, confirmando, a partir de fragmentos de suas histórias de vida, a prática do anti-semitismo político e xenófobo sustentado por parte da elite diplomática e intelectual brasileira” (CARNEIRO: s/d, p. 269).

O registro sistemático das entrevistas e dos depoimentos deu condições para que fossem detectadas as diferentes versões de um mesmo fato, as quais foram analisadas segundo a categoria social a que o informante pertence. Muitas dessas versões já se encontram metamorfoseadas por interferência da história oficial que permeia a mente das pessoas da cidade e que se reflete também na vida do bairro, mas a relação mais intensa com os informantes e auxiliada pelas imagens fotográficas, documentos históricos e objetos identificados conjuntamente permitiram a desconstrução dessas versões estereotipadas da história local e a construção desse novo documento que ora se apresenta.

Tomo algumas palavras de LE GOFF (1996: p. 476) para concluir essas concepções metodológicas. Ele diz que “a memória é um elemento essencial do que costuma chamar *identidade*, individual ou coletiva, cuja base é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre da angústia”, mas que “a memória coletiva não é não somente uma conquista, é também um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é sobretudo oral ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória”.

Essa pesquisa mostra os caminhos da construção da memória coletiva e que essas se sobrepuseram por muito tempo sobre a memória individual, no entanto, ela também se constitui como a reelaboração destas memórias, que inverte o processo de constituição da mesma, que agora deixa de ser individual, para junto com outras

memórias individuais, formar, em reação, uma nova memória coletiva, escrita, neste momento, por suas próprias vozes, as vozes do passado.

Ainda orientada pelo autor, faço aqui o uso dessas lembranças como contraponto a um conhecimento privatizado e monopolizado por grupos precisos em defesa de interesses constituídos, “a memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva de libertação e não para a servidão dos homens” (LE GOFF: 1996, p. 477).

CAPÍTULO II

IMIGRAÇÃO: Construções

1 Brasil em construção

Muito se tem escrito sobre a imigração para o Brasil⁵ e pesquisas sobre a imigração alemã para o interior do Estado de São Paulo começaram a tomar vulto no final do século XX, porém, para este estudo se faz necessário retornar um pouco a esse fenômeno migratório para a compreensão da formação sócio-cultural e econômica do Estado de São Paulo, a conseqüente constituição do interior paulista e sua inserção na economia do país, principalmente a partir dos meados do século XIX com o desenvolvimento da agricultura cafeeira na região, que pôde contar com a mão-de-obra do imigrante alemão nesse desenvolvimento.

O período migratório no Brasil não foi um fato isolado, mas conseqüência de um processo provocado por grandes transformações sociais, econômicas e políticas que assolaram todo o mundo devido à reestruturação por que passavam o sistema capitalista e as relações sociais de produção e se redefinia a hegemonia política.

⁵ Atualmente são muitos os estudos sobre a imigração para o Brasil, principalmente para a região sul do país, onde o fenômeno se deu de maneira mais efetiva e onde se concentrou a maior parte dos imigrantes alemães vindos para o Brasil, mesmo que em situação diferente daqueles que vieram para o Estado de São Paulo em meados do século XIX. Pode se destacar Celso Furtado que trata das questões econômicas da ocupação do território, dos ciclos da economia brasileira e dos problemas com a mão de obra (2000), Olga von Simson, Imigração para Campinas, diversas obras publicadas pelo Centro de Memória da Unicamp, Giralda Seyferth, Lúcio Kreutz, entre tantos outros que pesquisam a imigração.

a repercussão, no Brasil, dos acontecimentos políticos da Europa de fins do século XVIII e começo do seguinte, se por um lado acelerou a evolução política do país, por outro contribuiu para prolongar a etapa de dificuldades econômicas que se iniciara com a decadência do ouro. Ocupado o reino português pelas tropas francesas, desapareceu o entreposto que representava Lisboa para o comércio da colônia, tornando-se indispensável o contato direto desta com os mercados ainda acessíveis (FURTADO: 2000, p. 99).

Um aspecto salutar nesse processo e que repercutiu no Brasil nesse período foi a restrição à vinda de mão-de-obra africana imposta com a proibição do tráfico negreiro internacional a partir de 1850, proibição essa vinculada aos interesses da coroa britânica, embora essa interferência na economia brasileira seja muito anterior, tendo iniciado-se no momento em que o governo português se transferiu para o Brasil com a proteção da Inglaterra, graças aos privilégios econômicos que esta mantinha sobre Portugal e que se transferiram automaticamente para o Brasil independente. Para Caio Prado Júnior (1977: p. 128), *“o plano inglês de compensar-se de suas derrotas no continente europeu com a conquista das colônias ibero-americanas é óbvio”*. Salienta que, no caso do Brasil, as circunstâncias favoreceram e facilitaram o plano, uma vez que não houve necessidade de exércitos e de intervenções armadas, já que o soberano português entendeu ser mais conveniente aceitar a oferta inglesa e embarcar sob proteção britânica para o Brasil. Com este feito, conservava sua coroa e seus títulos, mas cedia ao aliado inglês a sua independência e sua liberdade de ação. A monarquia portuguesa não seria daí por diante mais que um joguete nas mãos da Inglaterra (PRADO JR: 1977, p.128). Desta forma,

A Inglaterra se prevalecerá largamente deste domínio; no que se refere ao Brasil, cuidará zelosamente de preservar a liberdade do seu comércio de que se fizera a grande beneficiária. A abertura dos portos brasileiros representa assim uma concessão que embora de caráter provisório, estava assegurada pelos dominantes interesses ingleses. Fazia-se impossível o retorno ao passado. E o Brasil entra assim definitivamente na nova etapa do seu desenvolvimento. Desfazia-se a base essencial em que se assentava o domínio metropolitano e que consistia, (...) precisamente no monopólio do comércio colonial. Com a abertura dos portos brasileiros e a concorrência estrangeira, sobretudo inglesa, contra que Portugal não se achava em condições de lutar, estava abolido de um golpe o que havia de

realmente substancial na dominação metropolitana. Daí por diante esta pode se considerar virtualmente extinta (PRADO JR: 1977, p.128).

Celso Furtado (2000: p. 32), analisando essa situação, contribui para o esclarecimento dessa relação de dependência que então se estabelece entre o Brasil e a Inglaterra, após a proclamação da Independência do Brasil, dizendo que,

se do ponto de vista militar, a independência constituiu uma operação simples, do ponto de vista diplomático exigiu um grande esforço. Portugal tinha em mãos uma carta de alto valor: sua dependência política da Inglaterra. Se se interpretasse a independência do Brasil como um ato de agressão a Portugal, a Inglaterra estava obrigada a vir em socorro de seu aliado agredido. As démarches feitas em Londres nesse sentido pelo governo lusitano foram infrutíferas, pois, para os ingleses, restabelecer o entreposto português seria obviamente mau negócio. O que importava era garantir junto ao novo governo brasileiro a continuidade dos privilégios conseguidos sobre a colônia. Assim, de uma posição excepcionalmente forte, pôde o governo inglês negociar o reconhecimento da independência da América portuguesa. A partir daí, o Brasil fica subordinado ao capital inglês e mais tarde, pelo tratado de 1827⁶, o governo brasileiro reconheceu à Inglaterra a situação de potência privilegiada, autolimitando sua própria soberania no campo econômico (FURTADO: 2000, p. 32).

Assim, o Brasil passa da situação de colônia de Portugal, se intitulando um país livre de domínios coloniais, mas, no entanto, se atrela declaradamente à coroa britânica, que tem muitos interesses na produção agrícola do país, na natureza a ser explorada e também na concessão de muitos privilégios de ordem econômica. Assim, a primeira metade do século XIX constitui um período de transição durante o qual se consolidou a integridade territorial e se firmou a independência política. Os privilégios concedidos à Inglaterra criaram sérias dificuldades econômicas (...).que, por um lado, reduzem a capacidade de ação do poder central, e por outro, através do descontentamento, criavam focos de desagregação territorial e segundo Furtado (2000: p. 32) é pela metade do século que ocorrem alguns fatos que permitirão consolidar definitivamente o país, e que marcarão o sentido de seu subsequente desenvolvimento.

⁶ Furtado, op. cit. P. 40: “o tratado foi firmado pelo imperador, independentemente de quaisquer consultas às câmaras”.

Já para Caio Prado Júnior (1977: p.153), é justamente com a abolição do tráfico de escravos que se encerra a fase de transição que teve início e se estendeu desde a transferência da corte portuguesa para o Brasil em 1808. A abolição será o último toque desta série de reformas que se sucederam *“desde aquele momento e que modificariam tão profundamente o país, tornando-o de colônia inteiramente submetida ao exclusivismo mercantil da metrópole, em estado soberano, aberto à livre concorrência internacional”* (PRADO JR: 1977, p.153).

Ainda segundo o autor, embora estas reformas econômicas, políticas e sociais se escalonem numa série ininterrupta que cobre quase todo esse meio século de evolução, é somente a partir de 1850 que elas se completam e ajustam plenamente, integrando o país na nova etapa do seu desenvolvimento (PRADO JR: 1977, p.153). Deste modo, reforça o autor, nas transformações ocorridas no Brasil no curso do século XIX, nenhuma terá contribuído para modificar a fisionomia do país como a verdadeira revolução que se opera na distribuição de suas atividades produtivas. Segundo ele, esta revolução já se poderia observar em seus começos na primeira metade do século; mas que na segunda é que se caracteriza propriamente e se completa, sendo também nela que, sobretudo, se fundam os acontecimentos econômicos desta fase (PRADO JR: 1977, p.157).

Para ele, dois fatos intimamente relacionados constituem essa nova fase; um de natureza geográfica, caracterizada pela mudança do centro de produção agrícola do norte para o centro sul e o outro, como consequência desta, de natureza econômica produtiva:

o deslocamento da primazia econômica das velhas regiões agrícolas do Norte para as mais recentes do Centro-Sul (o Rio de Janeiro e partes limitrofes de Minas Gerais e São Paulo). Outro é a decadência das lavouras tradicionais do Brasil - da cana-de-açúcar, do algodão, do tabaco -, e o desenvolvimento paralelo e considerável da produção de um gênero de pequena importância: o café, que acabará por figurar-se quase isolado na balança econômica brasileira. (PRADO JR: 1977, p.157).

Na medida em que o café aumenta a sua importância dentro da economia brasileira, ampliam-se as relações econômicas com os Estados Unidos e já na primeira metade do século esse país se transforma no principal mercado importador do Brasil. A importância dessa ligação e a ideologia nascente da solidariedade continental contribuem para firmar o sentido de independência da Inglaterra.

Assim, quando se expira em 1842 o acordo com esse último país, o Brasil consegue resistir à forte pressão do governo inglês para firmar outro documento do mesmo estilo. Eliminando o obstáculo do tratado de 1827, estava aberto o caminho para a elevação da tarifa e o conseqüente aumento do poder financeiro do governo central, cuja autoridade se consolida definitivamente nessa etapa. O passivo político da colônia portuguesa estava liquidado (FURTADO: 200, pp. 33/34).

Entretanto, Furtado (2000, p. 34) mostra-nos que do ponto de vista de sua estrutura econômica, o Brasil da metade do século XIX não era muito diferente daquilo que fora nos três séculos anteriores. Mantivera imutável a estrutura econômica baseada principalmente no trabalho escravo, tanto nas etapas de expansão, quanto nas de decadência, sendo a ausência de tensões internas, resultante dessa imutabilidade, responsável pelo atraso relativo da industrialização. Desse modo,

Somente com a expansão cafeeira da segunda metade do século XIX, na qual se modificam as bases do sistema econômico é que vai se constituir uma etapa de transição econômica, assim como a primeira metade desse século representou uma fase de transição política. Portanto, é das tensões internas da economia cafeeira em sua etapa de crise que surgirão os elementos de um sistema econômico autônomo, capaz de gerar o seu próprio impulso de crescimento, concluindo-se, então, definitivamente a etapa colonial da economia brasileira (Furtado: 2000, p. 34).

Desta forma, pela metade do século já se definira a predominância de um produto relativamente novo, o café, cujas características de produção correspondiam exatamente às condições ecológicas do país. É justamente com esse crescimento da produção que surge um novo problema para os produtores de café. Os investimentos na agricultura cafeeira e o aumento da produção requerem trabalhadores e com a restrição do tráfico de escravos africanos decretada pela Inglaterra, e o alto custo da rotatividade

da mão-de-obra interna, resta aos cafeicultores recorrerem a uma alternativa viável: a busca de trabalhadores livres europeus.

Alguns países europeus passavam por problemas sociais gerados com a Revolução Industrial, mas também com a concentração das propriedades rurais em várias nações em processo de constituição, após os quais formou-se um fluxo grande de expoliados sociais. Pessoas saíram do campo em busca de trabalho nas cidades, houve um crescimento na produção de manufaturados com a industrialização e aumentou a necessidade de se efetivar e ampliar um mercado consumidor para esses produtos.

O início do século XIX foi marcado por movimentos migratórios internacionais em virtude dessas alterações políticas, sociais e econômicas decorrentes da reestruturação capitalista na Europa, que gerou êxodo rural intenso expulsando populações da área rural para os centros urbanos industriais.

Esses fatores constituíram, junto com a pauperização do campo, a falta de trabalho e o difícil acesso à terra, elementos de expulsão do homem de seu local de origem, fazendo com que o mesmo procurasse em outros lugares por trabalho e pela realização do sonho de conseguir um pedaço de terra. Em contrapartida países em processo de colonização, como o caso do Brasil, acenavam com a possibilidade de acesso à terra, abundância de trabalho e possibilidades ilimitadas de enriquecimento ou ao menos de sobrevivência com dignidade.

PETRONE (1984; p. 11) reafirma que “um dos principais aspectos desse fenômeno das migrações transoceânicas é justamente a miragem ou possibilidade de acesso à propriedade fundiária (...) até populações urbanas, frente ao pauperismo ao qual foram relegadas pela industrialização, sonham, romanticamente, em se transformar em proprietários de um pequeno pedaço de terra e assim deixar de pertencer ao proletariado”.

No Brasil, antes do século XIX, as políticas oficiais de colonização visavam a ocupação e povoamento de regiões específicas, as quais a ocupação espontânea deixara ao abandono pelo fato de as terras não serem propícias à produção de gêneros tropicais de valor comercial como açúcar e café ou pela pecuária extensiva, como em Santa Catarina e Rio Grande do Sul, zonas fronteiriças que se encontravam

expostas à concorrência espanhola. Eram regiões estratégicas que deveriam ser ocupadas, sendo, até então, os povoadores recrutados entre portugueses pobres, oferecendo facilidades como “pagamento do transporte, demarcação prévia das terras e fornecimento gratuito de instrumentos agrícolas, sementes, animais, etc.” (LANDO e BARROS, 1976: p.9).

O início da ocupação do território brasileiro é em boa medida uma consequência da pressão política exercida sobre Portugal e Espanha pelas demais nações européias. Nestas últimas prevalecia o princípio de que espanhóis e portugueses não tinham direito senão àquelas terras que houvessem efetivamente ocupado (Furtado: 2000, p. 4), assim, tornando premente a ocupação dos espaços vazios sob o risco de perdê-los para outros países conquistadores.

A vinda de D. João VI, em 1808, deu início a uma política de imigração e colonização oficial com a abertura dos portos para as nações amigas, incluindo-se, assim, na política expansionista mercantil britânica, que, por sua vez, como já foi dito, procurava ampliar seu mercado consumidor. No entanto, o sistema escravista vigente no Brasil constituía um sério obstáculo à expansão capitalista inglesa, nesta forma de trabalho, o escravo era privado do poder aquisitivo, o que limitava a expansão do mercado inglês. Por necessitar de mercado consumidor a Inglaterra passou a pressionar a administração a comprometer-se com a abolição da escravatura, conseguindo em 1850 a extinção do tráfico negreiro para o Brasil (LANDO e BARROS, 1976: p.10).

Internamente consolidava-se uma nova situação com a extinção do tráfico de escravos, uma vez que a agricultura emergente na região sudeste necessitava de mão-de-obra, sobretudo para as plantações de café no interior de São Paulo. Plantadores das áreas mais antigas do país perceberam que a extinção seria um fator de valorização de seus escravos e aproveitaram para acionar o comércio interno de escravos, que se tornou muito lucrativo (MARTINS, 1973: p. 48).

Se a abolição efetiva do tráfico de escravos dificultou a aquisição de braços, a elevação dos preços provocada pelo tráfico interprovincial veio confirmar o colapso do sistema escravista, ocasionando a falta de mão-de-obra, acompanhada de dificuldade de reposição desta.

Desta forma, “o futuro inevitável da escravidão e as condições peculiares de participação da força de trabalho na agricultura de exportação, implicavam de imediato, na verdade, na formulação de uma política imigrante” (MARTINS: 1973, p. 50), embora essa já tivesse sido posta em prática desde o período colonial para ocupação de espaços estratégicos, como já salientado, como a política de colonização.

O que era necessário, após a abolição da escravatura, era uma política de imigração que pudesse constituir um mercado de mão-de-obra que fizesse o trabalho livre aceitável na grande lavoura.

A questão da imigração europeia para o Brasil no século XIX está intimamente ligada ao problema da escravidão. Trata-se de dois aspectos distintos de um mesmo processo: a transformação do regime de trabalho na sociedade brasileira. Na realidade a existência do regime de escravidão impede o crescimento do fluxo imigratório, sendo a decadência do primeiro a condição para a existência do segundo (LANDO e BARROS: 1976, p. 10).

O café, embora tenha sido introduzido no Brasil desde começos do século XVIII e se cultivasse por todas as partes para fins de consumo local, era uma cultura à qual até então não se tinha dado grande importância, como afirma Caio Prado Jr:

apesar da sua antiguidade no país (pois foi introduzido em 1727), a cultura do café não representa nada de apreciável até os meados do século passado (XIX). Disseminara-se largamente no país, do Pará a Santa Catarina, do litoral até o alto interior (Goiás); mas apesar desta larga área de difusão geográfica, o cafeeiro tem uma expressão mínima no balanço da economia brasileira. Sua cultura, aliás, destina-se mais ao consumo doméstico das fazendas e propriedades em que se encontra, e quando muito local. Comercialmente seu valor é quase nulo. Não era mesmo grande a aceitação do café.

Ainda segundo o autor, é somente no século XVIII que ele adquire importância para os mercados internacionais, tornando-se então o principal alimento de luxo nos países do Ocidente e que será este fato o estimulador da sua cultura nas colônias tropicais da América e Ásia. Ainda é o mesmo que reafirma o atraso do Brasil em iniciar esta cultura, que mais tarde será a produção mais lucrativa do país. “O Brasil entrará muito tarde para a lista dos grandes produtores; em princípios do século XIX

ainda ocupa posição muito modesta. Explica-se pelo fato de ter sido o século XVIII absorvido pela mineração; a agricultura não despertava grande interesse, e muito menos uma cultura nova que não fizera ainda sua experiência. É o renascimento da agricultura em fins daquele século que despertará as atenções para o café” (PRADO JR: 1977, p.159).

O desenvolvimento do café se torna então muito significativo para a economia do país e

no primeiro decênio da independência, o café já contribuía com 18 por cento do valor das exportações do Brasil, colocando-se em terceiro lugar depois do açúcar e do algodão. E nos decênios seguintes já passa para o primeiro lugar, representando mais de quarenta por cento do valor das exportações. (...). Todo o aumento que se constata no valor das exportações brasileiras, no correr da primeira metade do século passado, deve-se estritamente à contribuição do café (FURTADO: 2000, p. 118).

Os cafeicultores paulistas, iniciando empreendimentos capitalistas e necessitando de mão-de-obra, acreditavam no mito da superioridade dos trabalhadores europeus e também sentiam que era inevitável uma mudança nas estruturas de produção, pois, o sistema escravocrata era um empecilho para a constituição do modo capitalista de produção. Podia-se contar com um contingente de mão-de-obra livre disposta a vender sua força de trabalho, que ao mesmo tempo alargaria as possibilidades de expansão do mercado interno e se constituiria como mercado consumidor. “É neste momento que alguns fazendeiros, particularmente dotados de uma visão mais ampla, vão à Europa para assumir famílias de agricultores, com base em contrato que será depois adotado por todos e que transformará o imigrante europeu em colono, colocando-o a trabalhar junto à mão-de-obra escrava, cada vez mais escassa e instável” (VANGELISTA, 1991: p. 18). O modelo adotado pela nova classe dirigente do país, diga-se, os produtores de café, era baseado no processo de alocação de mão-de-obra que já era realizada nas colônias britânicas, sobretudo nos Estados Unidos:

a colonização de povoamento que se inicia na América no século XVII constitui, portanto, seja uma operação com objetivos políticos, seja uma forma de

exploração de mão-de-obra européia que um conjunto de circunstâncias tornara relativamente barata nas Ilhas Britânicas. Ao contrário do que ocorrera com a Espanha e Portugal, que se haviam visto afligidos por uma permanente escassez de mão-de-obra quando iniciaram a ocupação da América, a Inglaterra do século XVII apresentava um considerável excedente da população, graças às profundas modificações de sua agricultura iniciadas no século anterior. Essa população sobrando, que abandonava os campos na medida em que o velho sistema de agricultura coletiva ia sendo eliminado, e em que as terras agrícolas eram desviadas para a criação de gado lanígero, vivia em condições suficientemente precárias para submeter-se a um regime de servidão por tempo limitado, com o fim de acumular um pequeno patrimônio. A pessoa interessada assinava um contrato na Inglaterra, pelo qual se comprometia a trabalhar para outra por um prazo de cinco a sete anos, recebendo em compensação o pagamento da passagem, manutenção e, ao final indenização em dinheiro. Tudo indicava que essa gente recebia um tratamento igual ou pior ao dado aos escravos (FURTADO: 2000, pp. 18/19).

A primeira metade e principalmente o terceiro quartel do século XIX são basicamente a fase de gestação da economia cafeeira. A empresa cafeeira permite a utilização intensiva da mão-de-obra escrava, e nisto se assemelha à açucareira. Entretanto, apresenta um grau de capitalização muito mais baixo do que esta última, porquanto se baseia mais amplamente na utilização do fator terra. Se bem que seu capital também esteja imobilizado – o cafezal é uma cultura permanente – suas necessidades monetárias de reposição são muito menores, pois o equipamento é mais simples e quase sempre de fabricação local. Organizada com base no trabalho escravo, a empresa cafeeira se caracterizava por custos monetários ainda menores que os da empresa açucareira. Por conseguinte, somente uma forte alta nos preços da mão-de-obra poderia interromper o seu crescimento, no caso de haver abundância de terras. Como sua primeira etapa a economia cafeeira dispôs do estoque de mão-de-obra escrava, subutilizada da região da antiga mineração, explica-se que seu desenvolvimento haja sido tão intenso, não obstante a tendência pouco favorável dos preços (FURTADO: 2000, p.119).

A partir do momento que começa a crescer a procura de escravo no sul para as plantações de café, intensifica-se o tráfico interno em prejuízo das regiões que já estavam operando com rentabilidade reduzida. As decadentes regiões algodoeiras – particularmente o Maranhão - sofreram forte drenagem de braços para o sul. A

região açucareira, mais bem capitalizada, defendeu-se melhor. Demais, é provável que a redução do abastecimento de africanos e a elevação do preço destes tenham provocado uma intensificação na utilização da mão-de-obra e, portanto, um desgaste ainda maior da população escrava (FURTADO: 2000, p. 124).

O problema da mão-de-obra se agravou, quando foi eliminada a única fonte importante de importação, que era a africana, e passou-se a exigir urgente solução. Os produtores de café paulistas passaram, então, a pressionar o governo para a busca de solução para a escassez de mão-de-obra, o qual adotou a postura de incentivo à política imigratória.

As políticas de colonização ou de imigração em São Paulo tinham como objetivo primeiro o suprimento de braços para a lavoura, principalmente para a cafeeira em detrimento da distribuição de terras para a instituição da pequena propriedade, a qual chegou a ser vista como possibilidade de concorrência com as grandes empresas monopolistas no mercado internacional. Esses eram os dois modelos de colonização até então conhecidos no país: o regime de colonização com pequena propriedade, que, por razões óbvias, não interessava aos grandes latifúndios de São Paulo e do Nordeste, pois os cafeicultores queriam trabalhadores rurais e não pequenos proprietários que pudessem se tornar concorrentes na produção e no mercado consumidor (SEYFERTH: 1994, p. 12).

Nesse sentido, a imigração subordinava-se aos interesses da grande lavoura, conforme afirmam Lando e Barros (1976: p. 19) “a política imigratória teve como finalidade principal atrair correntes de estrangeiros, formando núcleos de trabalhadores com que os fazendeiros pudessem contar na época de maior serviço em suas propriedades”.

As viagens eram subsidiadas pelos fazendeiros interessados em adquirir braços para a lavoura, o que fazia com que o imigrante se submetesse a uma servidão temporária, ficando assim à mercê do senhor de terras, que também era o detentor do poder político. A forma de encarar as novas relações sociais de produção que se estabeleceram com a emergência do trabalho livre ainda se deu dentro da perspectiva do

sistema escravista, onde o senhor das terras tinha amplos poderes sobre a pessoa do escravo.

Beatriz Maria Lazzari (1980, p. 27), falando sobre o contexto sócio - econômico da segunda metade do século XIX, salienta que a escravidão fez com que fosse mantido o preconceito sobre o trabalho manual, tornando mais difícil a formação, diferenciação e expansão do mercado de trabalho, o que conduziria a uma exploração do liberto e do homem livre e semi livre que vivessem, assim, de sua força de trabalho. Dessa forma, “devido à distorção que sofrera o trabalho escravo no sistema de produção colonial, surge como se fosse um desdobramento daquele, como mercantilização da pessoa do trabalhador, isto é, não separando o trabalho como mercadoria da pessoa do trabalhador. Esta situação estrutural emprestaria a relações tipicamente contratuais um caráter essencialmente patrimonialista” (LAZZARI, 1980: p. 27).

Assim, o senhor que se tornava patrão reagia dentro desta concepção e para ele o trabalhador vendia, junto com o seu trabalho, a sua pessoa. O trabalho livre era visto ainda dentro dessas relações escravocratas de produção e, assim, “não havia no Brasil condições objetivas para a substituição da economia escravista em economia capitalista com trabalho assalariado” (LAZZARI, 1980: p. 27).

Dessa forma, contratos de trabalho estabelecidos entre senhores e imigrantes europeus tiveram traduzidos em seus bojos essas perspectivas, expressas nos contratos assinados entre colonos e futuros patrões.

Sérgio Buarque de HOLANDA (1972, p. XXXVI), no prefácio do livro de Thomas Davatz ao falar sobre o sistema de trabalho livre nas colônias de parceria, reconhece que “é verdade que para muitos fazendeiros a relação tradicional entre o amo e o escravo tinha fornecido um padrão fixo, inflexível e insubstituível para o trabalho na grande lavoura; introduzido o colono livre esse tipo de relação não desaparecia de todo, mas evoluía para uma forma de dependência apenas atenuada. É verdade também que as condições de vida do trabalhador livre não seriam extremamente invejáveis se comparadas às do escravo” (HOLANDA, 1972: p. XXXVI).

A imigração para o Brasil teve fases distintas: o povoamento que se deu do início até o século XIX através do afluxo espontâneo de colonos brancos, na maioria

portugueses, com a importação de escravos africanos e pela incorporação dos indígenas. A partir desse período, a nova corrente migratória passa a se constituir de trabalhadores braçais de origem européia, que chegam ao país através de política oficial de povoamento ou pela iniciativa de particulares interessados na obtenção de mão-de-obra branca européia.

A política imigrantista brasileira limitava-se aos chamados núcleos de povoamento e era essencialmente uma política de colonização. Com a abolição do tráfico, porém, passou a ser necessária uma política de imigração, para constituição de um mercado de mão-de-obra que fizesse do trabalho livre um fator de produção economicamente aceitável pela grande lavoura.

Era necessária a introdução de imigrantes em número tal e com tais características que se produzisse uma superoferta de força de trabalho. Em face destas novas condições, a imigração teria que perder, a partir de então, o seu vínculo exclusivo com os núcleos de povoamento, ou seja, teria que deixar de produzir pequenos proprietários e de alimentar a agricultura de subsistência (MARTINS: 1973, p. 51).

Entretanto, a suspensão da política de colonização não implicava necessariamente a disponibilidade de oferta de mão-de-obra para a grande lavoura. O regime de ocupação das terras tornaria o imigrante um proprietário e não um assalariado (MARTINS: 1973, p. 51). Assim, a política deixou de ser então de colonização, provocada pelas necessidades econômicas do país, passando a ser imigratória, esta, ainda por algum tempo, subsidiada pelo Estado.

Há em áreas diferentes do país processos migratórios diferenciados de acordo com o desenvolvimento das atividades econômicas de cada região. O sul apresenta uma certa peculiaridade com relação à imigração pois esta não se dá da mesma maneira que em São Paulo. Os imigrantes que se dirigiram para lá o fizeram atraídos por uma política governamental que tinha a pretensão de, ao fixá-los à terra, estar formando colônias que se dedicassem ao cultivo de gêneros necessários ao consumo interno. Eram instaladas próximas a centros urbanos, mas não próximas o suficiente das grandes propriedades de terras, de maneira tal que não representassem ameaça à hegemonia política e econômica destas.

Em São Paulo, a constituição da pequena propriedade amedrontou os grandes proprietários que se sentiram ameaçados e optaram pela reposição da mão-de-obra. Assim, o imigrante saía de seu país de origem contratado para o trabalho assalariado nas fazendas de café, dispondo de um pequeno pedaço de terra cedido para cultivo próprio, assim, “a situação dos imigrantes que se localizavam em São Paulo, resultou da oposição dos fazendeiros de café à colonização, pois, necessitados de mão-de-obra, preferiram a imigração, isto é, a importação de trabalhadores livres para as suas fazendas” (LANDO & BARROS: 1976, p. 20).

Observa-se, então, que havia uma crise de mão-de-obra, mas que essa era menor do que se queria acreditar. Havia ainda um certo “trânsito” interno de escravos, havia os pequenos produtores que viviam da agricultura de subsistência e os trabalhadores que residiam na área urbana, como afirma Furtado

mas não somente no sistema de subsistência existia mão-de-obra trabalhando com baixíssima produtividade, e que podia ser considerada como reserva potencial de força de trabalho. Também nas zonas urbanas se havia acumulado uma massa de população que dificilmente encontrava ocupação permanente. As dificuldades principais neste caso eram de adaptação à disciplina do trabalho agrícola e às condições da vida nas grandes fazendas. As dificuldades de adaptação dessa gente e, em grau menor, daqueles que vinham da agricultura rudimentar do sistema de subsistência, contribuíram para formar a opinião de que a mão-de-obra do país não servia para a ‘grande lavoura’ (FURTADO: 2000, pp. 125/126).

O problema então era outro, mais ideológico que físico, e é com essa ideologia que se despreza o trabalhador nacional e se inicia o processo de substituição da mão-de-obra escrava pelo trabalhador livre, branco e europeu no estado de São Paulo, uma vez que

A solução encontrada pelas elites paulistas foi o encaminhamento de uma política migratória dirigida no sentido de buscar no trabalhador branco europeu a redefinição do ato do trabalho, associando-o ao aumento da produção e ao progresso (...), a conjugação do interesse individual do imigrante às necessidades do fazendeiro paulista possibilitou uma ideologia do trabalho no Brasil que serviu perfeitamente ao projeto de hegemonia da burguesia proprietária (...). No discurso ideológico dos paulistas, o trabalho escravo, em oposição direta ao trabalho livre, passou a ser visto como entrave ao progresso, e o escravo foi

caracterizado como culturalmente inapto, ocioso, indisciplinado, símbolo de um Brasil colonial, atrasado e racialmente degenerado (ZUBARAN: 1994, p. 65).

Inicia-se um processo de degeneração da imagem do trabalhador nacional em detrimento do europeu, e esse processo trará para o Brasil consequências futuras que justificarão discursos de branqueamento, de purificação das raças, da criação de uma raça brasileira legítima – embranquecida⁷.

2 Imigração em São Paulo: Parceria – O Sistema em construção

Diante das especificidades regionais e da busca pela solução dos problemas enfrentados com escassez da mão-de-obra, e “reconhecendo que a política de colonização do governo imperial em nada contribuía para solucionar o problema da mão-de-obra da grande lavoura, a classe dirigente da economia cafeeira passou a preocupar-se diretamente com o problema” (FURTADO: 2000, p.131), o estado de São Paulo se empenhou e instituiu, então, um novo modelo de colonização. Esse modelo visava a fixação do colono nas próprias fazendas e grandes lavouras, trabalhando de início como subordinado regido por contrato de trabalho em regime de parceria.

Passou-se assim de um sistema baseado na formação de pequenos proprietários e camponeses independentes para a colonização por assalariados, correspondente ao período em que se tornou premente resolver em prazo curto o problema de mão-de-obra, tornando-se mais conveniente encaminhar os imigrantes para as grandes lavouras necessitadas de braços (PRADO JR: 1986, pp. 186-187). “Impunha-se, assim, como única solução inteligente, o recurso à colonização particular, amparada ou não pelos governos. Às primeiras tentativas realizadas nesse sentido está intimamente vinculado o nome de Nicolau de Campos Vergueiro” (HOLANDA: 1972, p. XXVI).

⁷ Entre os defensores da ideologia de embranquecimento da população brasileira destacam-se Oliveira Vianna, Alberto Torres e Sílvio Romeiro.

Vergueiro foi o primeiro a iniciar a importação de trabalhadores europeus em larga escala para a lavoura em São Paulo. Em 1840 introduziu em sua fazenda oitenta famílias de portugueses, colonos livres, que começaram a viver e a trabalhar junto com o elemento servil, existente em Ibicaba.

Vergueiro tinha em mente, a partir dessa data, substituir gradativamente o trabalho servil pela mão-de-obra livre. Essa tentativa de 1840 foi, de certa forma, a experiência de que necessitava para suas empresas futuras (Witter: 1982, pp. 25-26).

Envolvido no movimento liberal de 1842 em São Paulo, teve que abandonar o empreendimento até 1847. Nesses cinco anos o governo não deu qualquer espécie de amparo a esse setor. Somente em 1845 foi liberada uma verba para esse fim, que originou no ano de 1846 a constituição da sociedade Vergueiro & Cia, sediada em Limeira e Rio Claro, com sucursal em Santos e posteriormente, com agência em Hamburgo, visando trazer para o interior de São Paulo, imigrantes europeus” (Gazeta Suplemento: 1989, p. 19). Ainda segundo o mesmo Suplemento, em 1847 foi fundada a Colônia Vergueiro, na Fazenda Ibicaba, a primeira a instalar-se sob o regime de parceria. Para ela vieram 423 alemães e alguns portugueses.

Um plano minuciosamente elaborado preside dessa vez o empreendimento. A casa Vergueiro compromete-se a engajar colonos na Europa mediante contrato que não exclui a transferência dos mesmos a outros proprietários, desde que estes concordem em aceitar certas condições previamente estipuladas. Os adiantamentos feitos para o transporte e sustento dos colonos deverão ser pagos dentro de certo prazo e com juros de 6% ao ano. A cada família cabe o número de cafeeiros que possa cultivar, colher e beneficiar, além de roças para o plantio de mantimentos. O produto da venda de café é partido entre colono e fazendeiro, devendo prevalecer o mesmo princípio para as sobras de mantimentos que o colono venha a vender (HOLANDA: 1972, p. XXVI).

Analisando o sistema econômico brasileiro baseado nos moldes do modelo de trabalho (escravo) existente no Brasil, essa proposta era de fato inovadora, e serviu como base para a mudança deste. Entretanto, Furtado, na obra já referida por diversas vezes, afirma que a proposta de Vergueiro não tinha nada de inovadora se analisada num plano mais geral, mundial, que “a idéia do senador Vergueiro era uma simples adaptação do sistema pelo qual se organizara a emigração inglesa para os EUA

na época colonial: o imigrante vendia o seu trabalho futuro. Nas colônias inglesas, o financiamento corria por conta do empresário. No caso brasileiro, o governo cobria a parte principal desse financiamento que era o preço da passagem da família” (FURTADO: 2000, p. 131).

O sistema Vergueiro foi adotado por parte dos fazendeiros de São Paulo, chegando a ter mais de setenta fazendas seguindo o mesmo sistema. “De 1852 a 1855 formaram-se em São Paulo mais de 30 colônias de parceria. Neste ano, instalaram-se em Limeira as Colônias São Jerônimo e Santa Bárbara, do Senador Souza Queiroz entre outras⁸, no entanto, o sistema apresentou uma série de dificuldades na sua execução uma vez que a mentalidade desses era escravista, como se denota nos próprios termos do contrato de parceria, que era assinado entre colonos e fazendeiros ainda no país de origem” (DAVATZ, FURTADO, LANDO & BARROS)⁹.

O referido contrato apresentava cláusulas que submetiam o trabalhador aos desmandos de um sistema que se baseava na exploração do trabalho livre mediante a prática do endividamento e da transferência do trabalhador de uma fazenda à outra, desde que o fazendeiro interessado se comprometesse a pagar a sua dívida, sem o que o colono ficaria necessariamente preso a essa ou aquela fazenda com a qual houvesse assinado contrato.

Caio Prado Júnior (1986: p. 167) apresenta alguns inconvenientes que levaram ao fracasso do sistema de parceria: os proprietários que eram acostumados a

⁸ Gazeta Suplemento, editado pelo Jornal de Limeira, em comemoração aos 154º ano de Limeira p. 19. Dados também encontrados no livro “História de Limeira” de Reinaldo Kuntz Busch, que diga-se de passagem, era descendente de alemães. Colônias instaladas na região de Limeira, no mesmo sistema de parceria e com imigrantes germânicos contratados pela Cia Vergueiro: Em Rio Claro: Colônia Beri ou Biriri, de José Elias Pacheco Jordão e a Colônia Boa Vista, de Benedito Antônio de Camargo; em Campinas, a Colônia Sete Quedas, de Joaquim Bonifácio ao Amaral; ainda se criaram em Limeira: Colônia do Morro Azul (1854), de Alferes Franco, do Tatu (1854) de Cândido José da Silva Serra; Lagoa Nova, de Rafael Antônio de Sampaio; Lagoa Nova de Lourenço Franco da Rocha; Lagoa Nova de Joaquim Franco do Amaral; Capitão Diniz de Joaquim da Silva Diniz; e a colônia Angélica (1855), de Vergueiro & Cia. Em outras localidades: Morro Grande (1853) e Cabotinga (1855), em Rio Claro, Nossa Senhora das Dores (1854) e Tapera, em Campinas; São Lourenço e Santo Antônio, em Constituição (hoje, Piracicaba); São Joaquim (1853), Santo Antônio (1854) e São José, em Jundiá; Lagoa (1853) em Ubatuba; Cresciúmal (1854) em Pirassununga; Boa Vista, em Bragança; Varador, em Santa Isabel; Novaes em Lorena; e outras.

⁹ Cópia do contrato se encontra em anexo.

lidar exclusivamente com escravos e que continuavam a conservar muitos deles trabalhando ao lado dos colonos, não tinham para com estes a consideração devida à sua qualidade de trabalhadores livres; os contratos de trabalho que os imigrantes assinavam antes de embarcar na Europa e desconhecendo ainda completamente o meio e as condições do país onde se engajavam, eram redigidos em proveito exclusivo do empregador e não raro com acentuada má fé. Além disso, havia a coexistência de escravos com trabalhadores livres fazendo o mesmo serviço, o que para os últimos não era muito interessante e representava fonte de constantes atritos e indisposições. Celso Furtado complementa também, criticando o sistema de parceria dizendo que:

É fácil compreender que esse sistema se degeneraria rapidamente numa forma de servidão temporária, servidão essa que nem sequer tinha um limite de tempo fixado, como ocorria nas colônias inglesas. Com efeito, o custo real da imigração corria totalmente por conta do imigrante, que era a parte financeiramente mais fraca. O Estado financiava a operação, o colono hipotecava o seu futuro e o de sua família, e o fazendeiro ficava com todas as vantagens. O colono devia firmar um contrato pelo qual se obrigava a não abandonar a fazenda antes de pagar a dívida em sua totalidade. É fácil perceber até onde poderiam chegar os abusos de um sistema desse tipo nas condições de isolamento em que viviam os colonos, sendo o fazendeiro praticamente a única fonte do poder político (FURTADO: 2000, pp. 131-132).

Além desses fatos, o recrutamento de colonos na Europa se fazia sem nenhum cuidado, uma vez que os agenciadores não tinham outra preocupação que não fossem os números, pois era por eles que se calculava a sua remuneração.

Aceitavam assim “qualquer candidato, sem indagar da sua prestabilidade para o trabalho agrícola, e sobretudo o pesado esforço exigido por uma agricultura tropical de desbravamento. Chegavam a emigrar para o Brasil, não raro, até enfermos e velhos inválidos. Pode-se imaginar o desapontamento e a indisposição dos fazendeiros para com seus colonos quando, depois de longa e demorada espera, recebiam destas turmas de trabalhadores...” (PRADO JR.: 1986, p. 167).

Complementando, Sérgio Buarque de Holanda, no prefácio ao livro de Davatz, escreve que:

entre os colonos enviados a São Paulo por intermédio da casa Vergueiro figuravam, segundo o testemunho insuspeito do Dr. Heusser, não só antigos soldados, egressos das penitenciárias, vagabundos de toda espécie, como ainda octogenários, aleijados, cegos e idiotas. Essa gente encontrava, de parte de muitas administrações, todas as facilidades para emigrar. Quanto aos colonos mais jovens e sadios, só lhes eram fornecidos os adiantamentos para a viagem, quando aquiessessem em levar consigo os outros. De modo que os indivíduos de boa saúde se viam obrigados a sustentar os velhos e os doentes e mais a se responsabilizar por suas dívidas caso viessem esses a falecer (HOLANDA: 1972, pp. XXIX).

O mesmo autor chega a demonstrar que algumas nações usaram da imigração para depurar sua população criando empecilhos para a saída de elementos sadios, “válidos e úteis” (HOLANDA: 1972, pp. XXIX).

No entanto o traço mais marcante do sistema Vergueiro não se expressava na forma de recrutamento dos colonos, mas no regime de parceria a que ficavam sujeitos, uma vez instalados nas terras a serem cultivadas (HOLANDA: 1972, pp. XXIX-XXX).

A mentalidade escravocrata dos fazendeiros, que estabelecia as relações entre estes e os colonos, a associação com cláusulas obscuras do contrato de parceria que favoreciam deliberadamente o fazendeiro na divisão dos lucros e a política de endividamento também favorecida pelo contrato, ocasionaram desacordos e desavenças entre as partes, fatos que geraram um levante na própria colônia de Ibicaba de Vergueiro. Esse levante teve repercussão negativa nos países europeus fornecedores de imigrantes, principalmente Suíça, França e Portugal, ocasionando uma série de restrições por parte destes à saída de pessoas para o Brasil (LAZZARI: 1980, p. 42).

O contrato de parceria, após essas revoltas e suas repercussões, não foi no entanto, suspenso totalmente, sofreu algumas modificações e ainda em 1860 recebeu críticas. A reação na Europa – onde tudo que dizia respeito a um país escravista suscitava imediata preocupação - não tardou. Em 1867 um observador alemão apresentou à Sociedade Internacional de Emigração de Berlim uma exposição em que pretendia demonstrar que os “colonos” emigrados para as fazendas de café no Brasil eram submetidos a um sistema de escravidão disfarçada. Evidentemente o caminho tomado estava errado, e era indispensável reconsiderar o problema em todos os seus termos. (FURTADO: 2000, p. 131-132).

A primeira impressão não foi desfeita, embora haja exemplos de prosperidade entre os colonos introduzidos no Brasil pelo sistema de parceria embora tivesse o governo brasileiro sucessivamente tentado desfazer esta imagem desfavorável através de concessões vantajosas aos imigrantes europeus. O sistema de parceria evoluiu para o de locação de serviços e depois para o assalariamento, desaparecendo por pressão da opinião internacional e do próprio governo brasileiro ao longo do século XIX, ficando claro que “finalmente, o regime de colonização com pequena propriedade, por razões óbvias, não interessava aos grandes latifúndios de São Paulo e do Nordeste. Os cafeicultores queriam trabalhadores rurais, e foram justamente as condições impostas aos colonos nesse regime contratual, que levaram à proibição de emigrar para o Brasil (SEYFERTH: 1994, p. 12)”.

No período de 1850 a 1875 a imigração foi pequena e o problema da mão-de-obra se tornou cada vez mais grave. Segundo Furtado (2000), a partir dos anos sessenta a questão da oferta da mão-de-obra tornou-se particularmente séria. A melhora nos preços do café fazia mais e mais atrativa a expansão da cultura; mas, por outro lado a alta dos preços do algodão provocada pela Guerra de Secessão nos EUA dera início a uma grande expansão da cultura da fibra nos estados do Norte do Brasil, restringindo-se em consequência o tráfico de escravos para os estados do sul. Desta forma, a pressão dos acontecimentos exigia evidentemente medidas amplas. A evolução se inicia pelo sistema de pagamento ao colono¹⁰, sendo adotado inicialmente o regime de parceria,

dentro do qual a renda do colono era sempre incerta, cabendo-lhe a metade do risco que corria o grande senhor de terras. A perda de uma colheita podia acarretar a miséria para o colono, dada a sua precária situação financeira. A partir dos anos sessenta introduziu-se um sistema misto pelo qual o colono tinha garantida parte principal de sua renda. Sua tarefa básica consistia em cuidar de um certo número de pés de café, e por essa tarefa recebia um salário monetário anual. Esse salário era completado por outro variável, pago no momento da colheita em função do volume desta (FURTADO: 2000, p. 132).

¹⁰ por assimilação com os imigrantes que, por iniciativa do governo imperial, haviam chegado para formar colônias de povoamento, passou-se a chamar colono a todo imigrante que vinha para os trabalhos agrícolas, se bem que na quase totalidade dos casos fossem meros trabalhadores assalariados.

Não obstante o sistema de parceria tenha apresentado muitas falhas, é inegável que ele foi de fato importante para a constituição social e econômica do estado de São Paulo e, depois de feitas as reformulações necessárias,

estavam portanto, lançadas as bases para a formação da grande corrente imigratória que tornaria possível a expansão da produção cafeeira no Estado de São Paulo. O número de imigrantes europeus que entra nesse Estado sobe de 13 mil, nos anos setenta, para 184 mil no decênio seguinte e 609 mil no último decênio do século. O total para o último quartel do século foi 803 mil, sendo 577 mil provenientes da Itália (FURTADO: 2000, p.133).

O desenvolvimento da agricultura cafeeira favoreceu a entrada do país no mercado internacional, fator determinante das mudanças estruturais ocorridas na sociedade brasileira que se refletiu por todo o interior de São Paulo e em outras regiões do país. Quando o sistema foi suspenso, sendo substituído pela política de formação de núcleos coloniais, a semente da imigração já havia sido plantada e com resultados positivos.

3 Limeira, cidade por construir

Como se pode observar, a cidade de Limeira foi pioneira na implantação do sistema de trabalho baseado na mão-de-obra livre em substituição ao modelo até então vigente de trabalho escravo, por intermédio do sistema de parceria idealizado pelo Senador Vergueiro como já salientado. Após o contrato com os portugueses, interrompido por movimentos políticos com os quais o senador se envolveu, foi instituída a Colônia Ibicaba, considerada *célula mater* do sistema de parceria com mão-de-obra alemã no interior de São Paulo.

A imigração alemã para o Brasil passou por processos diferenciados sendo iniciada na região sul do país por projetos de colonização oficial no início do império com a fundação da Colônia de São Leopoldo em 1924, no Rio Grande do Sul e depois com projetos imigratórios de cunho particular em outros estados como Paraná, Santa Catarina, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo, destacando-se como pioneira a iniciativa do Senador Vergueiro de instituir as colônias de parceria com imigrantes de língua germânica.

Colônias estabelecidas no Estado de São Paulo (Província)

Nome das Colônias	Termos	Proprietários	Alemães		Suiço-Alemães	
			Fam	Indiv.	Fam.	Indiv.
1) Senador Vergueiro	Limeira	Senador Nicolau de Campos Vergueiro	51	227	62	167
2) Angélica	Rio Claro	Idem	04	20	28	129
3) Cresciunial	Pirassununga	Sen. Francisco Antônio de S. Queiroz				
4) São Jerônimo	Limeira	Idem	72	306	06	42
5) Santa Bárbara	Idem	Idem				
6) Morro Azul	Idem	Alferes Joaquim Franco de Camargo	01	09		
7) Boa Vista	Rio Claro	Benedito Antônio de Camargo	03	18	07	28
8) Biri e Covetinga	Idem	Dr. José Elias Pacheco Jordão	03	15	22	115
9) São Lourenço	Piracicaba	Comend. Luiz Antônio de Souza Barros	21	145	28	146
10) Boa Vista	Rio Claro	D. Ana Joaquina Nogueira de Oliveira	01	08		
11) S João Morro Grande	Idem	João Ribeiro dos Santos Camargo				
12) Tatu	Limeira	Cândido José da Silva	08	34		
13) Capitão Diniz	Idem	Joaquim da Silva Diniz				
14) Boa Esperança	Campinas	Antônio de Camargo Campos	14	60		
15) Tapera	Idem	D. Maria Inocência de Souza	09	45	06	22
16) Boa Vista	idem	Floriana de Camargo Penteado	01	47	07	22
17) Sítio Novo	Campinas	Antônio Rodrigues Barbosa	05	24		09
18) Sete Quedas	Idem	Joaquim Bonifácio do Amaral	08	37		
19) Laranjal	Idem	Luciano Teixeira Nogueira				
20) Boa Vista	Amparo	João Leite de Moraes Cunha			16	71
21) Soledade	Campinas	Hércules Florence			02	18
22) São Francisco	Idem	Francisco de Camargo Penteado	08	36		
23) São Joaquim	Jundiaí	Joaquim Bento de Queiroz Teles			07	34
24) Santo Antônio	Idem	Comendador Antônio de Queiroz Teles			14	98
25) São José da Lagoa	Idem	Cel. Antônio Joaquim Pereira Guimarães			07	38
Total			215	1031	274	1009

Fonte: Davatz, Thomas. Memórias de um Colono no Brasil (1850). Tradução, prefácio, notas de Sérgio Buarque de HOLANDA. B. Horizonte, Ed. Itatiaia/SP. EDUSP, 1980, p. 38, SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes. Identidades conjunturais X identidade tradicional. Revista Travessia. Ano XII. Nº 35. Set/Dez. 1999. P. 05; BUSCH. Reinaldo Kuntz. "História de Limeira". Limeira. SP. 1987. Pp. 187 e 188; Gazeta Suplemento. Limeira. SP. 15/09/1980. P. 21.

O período imigratório pelo qual passou o Brasil integrou um processo de transformação político, econômico e social por que passavam também outros países. A América do Norte já recebia um fluxo intenso de imigrantes de língua germânica, que para lá se dirigiam espontaneamente com seus próprios recursos, custeando assim o transporte, recebendo, assim, a maior parte dos alemães que emigraram em busca de outro país. O Brasil passou então a dividir esse fluxo imigratório, recebendo uma parcela da população imigrante que se dirigia para países que apontavam com uma melhor condição de vida e com a possibilidade de acesso à terra, no entanto, esses que para cá se dirigiram pertenciam às classes mais baixas, se submetendo às condições impostas por aqueles que pagaram pelo seu transporte, alimentação e moradia. Numericamente, dentre os alemães, “80% a 90% se destinaram aos Estados Unidos e 1,5% a 3% vieram para o Brasil (RENAUX: 1995, p. 17)”.

Já para Giralda Seyferth, os índices numéricos sobre a imigração alemã para o Brasil não são muito precisos, pois essas estatísticas se referem somente

aos imigrantes que entraram no país e sua procedência, mas não aos que reemigraram ou retornaram aos seus países de origem. Apesar disso, elas permitem algumas constatações que às vezes contrariam as interpretações mais laudatórias sobre a colonização alemã. A imigração alemã, numericamente foi muito menos significativa do que a italiana, portuguesa, espanhola e japonesa. Também não apresentou períodos de maior afluxo (como foi o caso dos italianos, por exemplo) caracterizou-se por entradas mais ou menos constantes no período de 1850 a 1919, com um aumento brusco na década de 1920, relacionado às dificuldades do pós-guerra na Alemanha. No total, chegaram ao Brasil pouco mais de 235.000 imigrantes alemães (...), muitos deles assentados como colonos através de projetos patrocinados pelo Estado ou por companhias particulares (SEYFERTH: 1994, p. 12).

A Alemanha, na sua história, por diversas vezes, esteve envolvida em disputas político-militares, o que prejudicou seu processo de desenvolvimento e a unificação enquanto nação, sendo um dos últimos países da Europa a se modernizar, mantendo-se essencialmente rural até meados do século XIX, quando se deu a revolução agrícola e demográfica que impulsionou o processo de industrialização, abolindo enfim a estrutura feudal hierárquica e estamental até então predominante.

O camponês que, como servo, ocupava uma terra que era passível de ser transmitida a seus descendentes, tornou-se proprietário dela com a condição de ceder um terço ao senhor. Essa reforma teve como efeito a libertação do camponês médio que, tendo cedido um terço ou metade de suas terras, poderia garantir a propriedade do que lhe restava, e constituir uma exploração contínua suficiente para garantir a alimentação da família.

O pequeno camponês, pelo contrário, viu-se reduzido a uma pequena exploração, que não representou mais que um recurso econômico; sendo necessário empregar-se como trabalhador agrícola a serviço do senhor ou arrendar terras suplementares para garantir a sua vivência. Por outro lado, seus filhos, cujas propriedades tinham a condição de minifúndio devido às sucessivas divisões provocadas por processos de herança, não encontravam outra alternativa senão a de buscar melhores condições emigrando para outros países. Desse modo a revolução agrícola dificultou a vida dos pequenos camponeses alemães e atuou como um fator de expulsão.

Outro fator importante que impulsionou a emigração de contingentes germânicos foi o tardio processo de industrialização pelo qual passou a Alemanha. Até 1860 esta se manteve organizada no regime de artesanato doméstico, regido por corporações diversas dispersas pelas províncias.

Como demorou muito para se modernizar, esse atraso com relação aos outros países no processo de desenvolvimento industrial tornou-se também um responsável pela liberação de um excedente populacional que o sistema de produção não conseguia mais absorver.

As constantes disputas político-militares de que foi palco têm como consequência mais desastrosa a desunião política. “Numa época em que o mercado nacional depende da unidade nacional e do centralismo político, a Alemanha encontra-se retalhada em partes independentes e sem condições de promover o próprio desenvolvimento” (LANDO e BARROS: 1976, pp. 13-14). Embora a unificação política só se tenha dado em 1871, desde 1834 já havia um acordo comercial de livre circulação de homens e capitais entre as unidades independentes, funcionando como uma espécie de mercado comum. Essa unidade econômica é que favoreceu a industrialização.

O processo de industrialização constituiu-se em uma via dupla, ao mesmo tempo que absorve um contingente considerável de mão-de-obra, se destitui da mão de obra artesanal e dos trabalhadores da indústria doméstica, que não tem condições de concorrer com as grandes empresas que começam a se instalar.

Mais uma vez a massa de trabalhadores pobres é excluída do processo produtivo pelo poder econômico dominante, tendendo a desaparecer. Assim, também os artesãos são expulsos do processo, tornando-se um grupo em potencial para deixar o país em busca do “Novo Mundo”.

A industrialização introduziu novas tecnologias na esfera da produção, o que gerou maior produção de alimentos e melhoria na qualidade de vida da população. Esse fato ajudou a causar o êxodo rural, favorecendo a emigração daqueles que foram espoliados de seus bens e de seus empregos, conforme Lando e Barros (1976), ao afirmarem que “se, por um lado, num primeiro período, a emigração se faz frente à marginalidade em que se encontra a Alemanha com relação à Revolução Industrial, numa segunda fase ela será propiciada pelo excedente populacional advindo do desenvolvimento industrial, do crescimento demográfico, e das crises de conjuntura econômica” (LANDO e BARROS: 1976, p.14).

Assim, a Alemanha modernizou-se lenta e gradativamente devido a pressões exógenas e endógenas às quais teve que ceder, quais sejam a superação da produção feudal e de sua orientação hierárquico-estamental, o aumento populacional do final do século XVIII e as conquistas tecnológicas oriundas da Inglaterra são algumas das causas que estimularam o início da sua industrialização. Dessa forma, tanto a técnica, quanto a economia e a sociedade alemãs sofreram “mudanças radicais e duradouras” (RENAUX: 1995, p. 15).

As mudanças tecnológicas atingiram também o campo, a própria agricultura tendeu a organizar-se em bases capitalistas, substituindo a produção de cereais que visava o suprimento de necessidades básicas locais pela produção de espécies com finalidades comerciais.

Isto gerou uma nova concorrência pelo uso da terra, pois no momento em que se tornou perceptível a possibilidade de obtenção de lucros com a agricultura, não

somente os senhores proprietários desejaram remover os camponeses do seu domínio para que mais terra fosse trabalhada em larga escala, como tal possibilidade de lucro fez com que os próprios camponeses percebessem a situação e passassem a requerer a posse integral da propriedade, a abolição das obrigações servis e conseqüentemente o não pagamento ao senhor pelo uso da terra.

Esses fatos passaram a alterar as relações sociais de produção no campo. O senhor tornou-se um capitalista visando o lucro para novos investimentos e o camponês se transformou em pequeno proprietário, meeiro ou trabalhador assalariado. A produção agrícola dessa forma ampliou-se, provocando o crescimento da população, que em determinado momento veio a exceder os meios de subsistência disponíveis, voltando à mesma situação de miséria e descontentamento anteriormente vivenciada.

Não obstante a condição social dos alemães que já os impelia a uma busca de alternativas à sua situação de pobreza, um outro fator contribuiu para a saída do país, a propaganda que incentivava a imigração em massa transformando os países de destino em paraísos, desencadeando assim o processo migratório.

Segundo Maria Luiza Renaux (1995), “o destino dos alemães que emigraram eram os Estados Unidos, o Brasil e a Austrália” e, embora não houvesse uma fórmula única que fosse capaz de explicar os motivos pessoais dos imigrantes, sem levar em conta o já exposto, ou seja, a relação entre a emigração e as circunstâncias de cada região da qual se retiravam, um outro aspecto para o qual ela chama a atenção é para o conservadorismo, numa busca de manutenção do *status quo*, em que “ideologicamente a transferência de pessoas de um continente a outro significou o que se pode chamar de reação conservadora, isto é, o empenho dos pequenos proprietários de terra e dos pequenos artesãos em não perder seu nível social diante da ameaça de proletarização que rondava o campo e as cidades da Europa” (RENAUX: 1995: p.18).

Embora a Alemanha não tivesse um programa oficial específico de incentivo à emigração, agenciadores recrutavam pessoas para os diferentes países e projetos colonizadores, inclusive com financiamento. Renaux traz em seu livro sobre o papel da mulher no Vale do Itajaí uma visão do que era a Alemanha no tempo da grande imigração em massa e relata fatos jornalísticos encontrados em sua pesquisa como a do

“Allgemeine Auswandererzeitung” (Jornal Geral da Emigração), de 1852 no qual foi noticiado que: “a miséria no nosso país está crescendo cada vez mais, os salários estão caindo diariamente, existe muita gente pobre e desempregada, pronta para trabalhar por seu alimento. Muitos municípios já não sabem mais como se defender da proletarização. Estão empenhados na procura de capitais, interessados em livrar-se de gente pobre pela imigração” (RENAUX: 1995, p.34).

Não obstante a emigração fosse uma alternativa para os desapropriados, que se acreditava estivessem na mesma condição social e fossem incentivados pela imprensa através de folhetos jornalísticos e propagandas de empresas e projetos de emigração, havia a orientação por parte destes para que eles “enfrentassem a travessia do Atlântico reunidos em grupos procedentes da mesma região e do mesmo estrato social (RENAUX: 1995, p. 34)”, talvez um facilitador na proliferação da consciência de se estar vivendo a mesma situação de vida, o que poderia favorecer o estreitamento de relacionamento, contribuindo para a interação e a solidariedade.

Para os criadores e defensores da ideologia de supremacia alemã, que embora dificultada pelas idéias divergentes dentro do território e das constantes disputas políticas, acreditavam que o Estado só era forte e poderoso quando aumentava a sua população e o seu poder tanto econômico, quanto fiscal e militar e não quando os diminuía, fazia-se necessário um movimento para dificultar a saída de seus súditos impondo certas condições militares e econômicas, como a quitação do serviço militar e pagamento das dívidas. Outros mecanismos foram utilizados para dificultar a saída da população. Caso saíssem, eram destituídos da cidadania pelo seu país de origem e não seriam acolhidos, caso resolvessem voltar. Foram barradas as correspondências para que não influenciassem outras pessoas a procurarem pela emigração e os serviços burocráticos foram dificultados.

Todas essas colocações deixam claro que a emigração para o Brasil foi consequência de um processo que não nasceu aqui no país. Não foi também uma iniciativa única e os imigrantes não vieram somente porque o Brasil era um país tropical que estava oferecendo trabalho com a possibilidade de acesso a um pedaço de terra.

Havia toda a conjuntura capitalista mundial de reorganização sócio-econômica que foi a mola propulsora de todo esse processo. Portanto,

o imigrante europeu, assolado pelas grandes convulsões políticas e sociais que abalaram a Europa desde meados do século XIX – entre ela pela unificação nacional da Alemanha, a guerra franco-prussiana, o crescimento do capitalismo industrial – terá uma atuação de grande relevância nos locais onde se estabelece, pois suas aspirações de vida, sua experiência cultural e os fatores estruturais favoráveis dotavam-no de condições para desempenhar papéis cuja importância se faria sentir com o passar dos anos” (LANDO e BARROS: 1976, p.15).

Convém ressaltar novamente que o Brasil, vivendo a economia de mercado agro-exportadora, estava aproveitando para substituir sua força produtiva, oferecendo uma série de incentivos que favoreciam a escolha de seu território por essas massas de espoliados europeus.

A maioria dos imigrantes de língua germânica que vieram para a região de Limeira eram oriundos do norte da Alemanha e o fizeram, além da sedução por um pedaço de terra, para fugir da situação de miséria provocada pelos conflitos militares regionais dentro do território alemão, que originaram uma onda de saques e a violação dos direitos das pessoas. “Os exércitos de magnatas regionais também se guerreavam uns aos outros em território alemão. Todos precisavam de alojamentos e alimentos provenientes dos campos. A insegurança cresceu. Bandos vagavam pela terra, pilhando, queimando e matando. Uma elevada proporção do povo alemão empobreceu” (ELIAS: 1997, p.19).

A Europa estava vivenciando um período de revoluções liberais e a partir de 1830 essas vieram a repercutir também no restante do mundo. No Brasil favoreceu a queda do Imperador Pedro I, em 1831. A Alemanha modernizava-se em meio às divergências e tensões com os vizinhos no centro da Europa, tornando-se assim “o epicentro de um terremoto mundial, olho de furacão envolvendo nações próximas e distantes” (CHACON: 1992, pp. 27/8).

A região do Holstein, da qual emigraram os pioneiros alemães do Bairro dos Pires, foi arrebatada pela seca em 1844 e 1846, culminando com uma crise agrícola (STAHLBERG: 1999, p. 13) e além disso, entre 1849 e 1852, foi palco de disputas

territoriais que tentavam separar os Grão Ducados de Holstein e Schleswig, “dois ducados de população predominantemente alemã rebelados contra o domínio dinamarquês e que pediram ajuda da Prússia” (CHACON: 1992, p.29), o que foi resolvido com pressões estrangeiras em favor da Dinamarca, devendo, portanto, os dois ducados ficar sob o seu domínio.

Esse clima de instabilidade política e econômica favoreceu os projetos imigratórios dos países americanos e a região de Limeira contou com uma parcela desses imigrantes que trouxeram contribuições significativas à economia cafeeira e enriqueceram a cultura limeirense, com outras contribuições, além da força de trabalho, “os imigrantes alemães trouxeram consigo processos modernos para o cultivo das terras, instalando paralelamente oficinas para carpinteiros, mecânicos, ferreiros, seleiros, fundição etc., possibilitando com isso a fabricação na própria fazenda (Ibicaba) do primeiro arado que sulcou a terra do país!¹¹”

Além disso, outras melhorias técnicas trazidas pelos imigrantes alemães vieram facilitar a forma de trabalho e de transporte nas fazendas do interior.

a vinda dos europeus trouxe grandes melhoramentos às atividades agrícolas locais. Os carros de tipo romano, com as rodas presas ao eixo, foram substituídos pelos de rodas girando sobre os eixos, mais leves e mais rápidos. As oficinas da Ibicaba começaram a fabricar, e mesmo a fornecer a outras fazendas, carroças, arados e outros instrumentos agrícolas. O arado foi aqui usado desde 1847, o primeiro a ser empregado na lavoura do café. O próprio senador Vergueiro idealizou um descascador de café que limpava 32.000 libras por dia, fabricado na fazenda. (Gazeta Suplemento: 1989, p. 17)

Toda essa evolução técnica ocorrida nos meios de produção na fazenda Ibicaba, que depois acabou se expandindo para outras fazendas da cidade e da região, se deveu ao fato de os imigrantes alemães que se instalaram na cidade de Limeira como colonos não serem todos eles provenientes de zona de produção agrícola em seu país de origem, ou seja, não eram necessariamente agricultores. Cabe lembrar que, como foi salientado anteriormente, houve a expulsão também de artesãos e profissionais liberais

¹¹ STAHLBERG, Altino, *Imigrantes Alemães e Suíços em Limeira*. Limeira. São Paulo. Projeto Memória Limeirense X. 1999. p. 17; BETTINI, Rita Filomena A J. *Laços Tecidos no Tempo: a Instrução Pública em Limeira*. Ed. Rima. São Carlos. 2000. P. 32.

de origem urbana. No Livro de Registro de Casamentos da Câmara Municipal de Limeira¹², é possível verificar que os trabalhadores das fazendas de café, ao declarar a profissão, nem sempre se declaravam “colonos”, mas ferreiro, fabricante de licor, alfaiate, carpinteiro, pedreiro, louceiro, carpinteiro de carros, canteiro, marceneiro, telheiro, e aqueles que já possuíam suas terras, como os que moravam no Bairro dos Pires, se identificavam como lavrador ou camponês¹³.

É possível, então, compreender que essa diversidade de profissões contribuiu no desenvolvimento da agricultura e das fazendas de café e que também a prestação de serviços profissionais, não só no interior das fazendas, mas também fora delas, pode ter facilitado a arrecadação dos meios de saldar as dívidas, o acúmulo de dinheiro e a saída das fazendas com a compra de terras, ou o estabelecimento na cidade como artesão. Mais tarde, a contribuição para a cidade se ampliou, com a inserção desses profissionais na indústria nascente, na própria agricultura, no comércio e na política.

O Bairro dos Pires foi ocupado por colonos provenientes das colônias de parceria, tanto da Ibicaba, quanto da São Jerônimo, não sendo possível afirmar que todos permaneceram o mesmo período de tempo como colonos nas fazendas, uma vez que Ibicaba recebia colonos desde 1846 e São Jerônimo começou a receber imigrantes alemães somente em 1852. São destas duas colônias que partiram as famílias que constituíram o Bairro. Foi formado, portanto, de um agrupamento de pessoas de mesma origem, de cultura semelhante, de mesma língua, embora houvesse a distância provocada pelo uso do dialeto (*platt deutsch*) ou pela utilização da língua culta (*hoch deutsch*). Isto gerou um “enquistamento étnico”, espontâneo ou não, mas que perdurou por quase um século.

¹² Livro de Registro de Casamento de não católicos da Câmara Municipal da cidade de Limeira. Consta nesse livro os registros de casamentos dos anos de 1864 a 1889. Originais se encontram no Arquivo Municipal, alocado na Biblioteca Municipal de Limeira. Nesse livro eram registrados os casamentos de não católicos por não pregarem a religião oficial – a católica – e por não haver o casamento civil, que só foi instituído após a Proclamação da República. Até então, os casamentos só eram válidos se celebrados na igreja católica e para isso os contraentes deveriam fazer opção pela religião católica também, caso contrário viveriam em regime de concubinato. Esse assunto será abordado mais detalhadamente no IV capítulo.

¹³ Segue anexo relação dos trabalhadores citados no Livro de Casamentos referido, suas origens e ocupações declaradas.

Os imigrantes alemães não ficaram presos somente a atividades rurais, para as quais a maioria viera; também deram grandes contribuições para o desenvolvimento das atividades urbanas da cidade, atuando em vários ramos da economia (comércio, indústria, agricultura), da política e também na sociedade. Já no final do século XIX os descendentes de alemães iniciavam o processo de ascensão social, ocupando cargos públicos até então destinados apenas aos luso-brasileiros; começavam, então, a participar da vida política da cidade, para depois expandirem-se por diversas áreas, como já referido acima. O capitão Joaquim Maynerth Kehl em 1889 era vice-presidente da Câmara Municipal de Limeira e com a Proclamação da República passou a fazer parte do governo provisório local.

No início do século XX se ampliou a inserção dos alemães ou seus descendentes na política local, principalmente no poder executivo. O primeiro prefeito de descendência teuta que consta da galeria de prefeitos da cidade de Limeira é José Levy Sobrinho (1908/1910/13 e 1938); seguido por Humberto Armbruster (1914) e posteriormente, Ary Levy Pereira (1939/42 e 1947). Atualmente o prefeito Pedro Theodoro Kühl, descendente de quinta geração é comerciante de tintas da cidade e está exercendo o seu segundo mandato consecutivo com a reeleição em outubro de 2000.

Há também registros de profissionais liberais, como o médico Renato Ferraz Kehl, filho do capitão Joaquim Maynert Kehl, primeiro intendente de Limeira após a República; a presença de alemães na industrialização da cidade, com os irmãos Gustavo, João, Reynaldo, Carlos e Emílio Kuntz Busch, que se dedicaram à torrefação e moagem de café e depois ao ramo de papelaria e tipografia. Encontram-se também nomes em atividades importantes como a de iluminação pública, representada pela Elétrica Kehl & Camargo, concessionária do serviço de eletricidade de Limeira. Havia ainda inserção no setor de transportes, que na época era feito por troles com uma empresa intitulada Cocheira Brammer, de aluguel de troles a qualquer hora do dia ou da noite, pertencente a Henrique Brammer¹⁴.

¹⁴ Este, possivelmente foi o primeiro alemão a se instalar no Bairro dos Pires, pois na literatura pesquisada sobre o Bairro, há menção a Heinrich Brammer, que em adaptação brasileira, pode ter sido modificado para Henrique Brammer.

No comércio a participação dos descendentes de alemães foi mais expressiva desde 1884, dos 72 estabelecimentos comerciais instalados na cidade, 17 deles eram de proprietários de origem germânica, embora não estejam todos relacionados aqui, a maioria é derivada de colonos do Ibicaba e São Jerônimo¹⁵; no setor de armazéns de secos e molhados, tem Benedito Frederico Kühl, Carlos Gustavo Busch, Christiano Kühl, Eduardo Stahl, Frederico Kühl, João Guilherme Kühl, João Luiz Krambeck, João Schlitzes, Jorge Stahl, José Levy & Simão (selaria e açougue), Lourenço Smith, Luiz Greve, Luiz Henrique Tank, Miguel Forster e Rodolfo Forster. Estas informações denunciam “desde logo grande influência de ordem econômica de antigos colonos alemães, que se desligaram do trabalho agrícola, sobretudo das fazendas Ibicaba e São Jerônimo” (BUSCH: 1967, p. 276)

Segundo BUSCH (1967: p. 275), ainda no ano de 1884, havia funcionários públicos descendentes de alemães que prestavam serviço na área da educação, como a senhora Maria Emília Keller de Arruda, que possuía uma escola, embora o autor não a nomine. Fala ainda do médico Adolf Lutz que passou a residir na cidade nesse período e dos farmacêuticos Carlos Machado e Kehl.

No ano de 1891 também é possível encontrar menções a outros feitos com o envolvimento de descendentes de alemães na cidade, como a fundação da Associação Telephonica de Limeira, pelos senhores Joaquim Maynert Kehl (membro da diretoria), José Levy, Theodoro Kühl e outros de descendência luso-brasileira.

A firma J. Levy & irmãos fundou em 1912 a Fábrica de Phosphoros (Radium), de produção diversificada, fabricando desde os fósforos como também pregos, caixas e serraria. Essa fábrica tinha uma dimensão tão importante para os alemães da cidade e de fora dela, que a Sociedade de Excursionistas de Villa Mariana organizou uma excursão com algumas pessoas da cidade de São Paulo para uma visita a esta fábrica e, de quebra, os visitantes aproveitaram para conhecer os pomares de laranja da família Levy, de quem receberam o convite, a hospedagem e hospitalidade, muito apreciada pelos visitantes. “O fim da excursão era mostrar uma vez às crianças um

¹⁵ A relação com os nomes dos empresários de origem germânica se encontra no Suplemento do Jornal Gazeta de Limeira publicado no ano de 1980, página 27.

cafezal, levá-las uma vez à fonte da qual este estado se abastece. Seguimos a convite da Família Levy para Limeira (...). O grande parque de propriedade do Senhor Levy, pertinho da estação era o nosso alojamento. Já na chegada dos olhos do nosso hospedeiro brilhava toda a bondade que ele nos compartilharia durante dois dias”¹⁶. Continuam ainda os relatos sobre a experiência considerada inesquecível para os alemães citadinos paulistanos que vieram à cidade:

Na manhã seguinte, o Dr Levy nos levou para a sua fábrica de fósforos. Provavelmente nunca um trabalho foi ainda contemplado com tanta alegria e verdadeiro interesse por nós como esta fábrica de fósforos. Foi uma visita de fábrica que se tornou nada tediosa. A manhã passou tão rápida. Por que? Porque tudo era tão simples, tão completamente claro pra um leigo entender. E o que nós não conseguimos entender das máquinas ativas sem descanso, foi nos explicado com competência. Assim, não ficou nenhuma dúvida e os nossos alunos foram capazes de dar relatos explícitos aos camaradas e professores que ficaram em casa. Sobre o processo do fósforo a partir do pau grosso de pinho até o momento que a mercadoria pronta para a remessa vai para o armazém. Também alguns de nós tentou a sua sorte de fazer fósforos na prática; obra manual que naturalmente era muito melhor que a mercadoria de fábrica, pois as cabeças eram grande feito unhas de polegar e quando se acendia-os aí fedia doze vezes mais que fósforos de verdade. Cada um, presenteado com um pacote de fósforos, nos bolsos, caixas de fósforos em todos os estados de desenvolvimento, voltamos para o nosso alojamento”¹⁷.

No campo da agricultura, embora a contribuição maior tenha sido para a produção do café, à qual estava vinculada a imigração alemã para Limeira, também o início da cultura que substituiria o café em sua decadência - a laranja - já era desenvolvida na cidade desde 1908, por iniciativa do Major Levy, seguido por outros produtores que perceberam que a laranja se tornaria uma atividade lucrativa. Começaram a aparecer pomares cultivados racionalmente e com sentido comercial. Em 1912 já era bom negócio remeter frutas cítricas para a capital. Assim, o Dr. Mário de Souza Queiroz decidiu aumentar a sua cultura pelo processo de enxertia e mandou vir da Alemanha um mestre enxertador, de nome Edmundo Hess.

¹⁶ Na página “Deutsches Archiv – São Paulo” (Arquivo Alemão) Extraído do Jornal Alemão de São Paulo em junho de 1926 - Escola alemã- excursão para Limeira

¹⁷ Idem.

João Dierberger comprou, em 1924 terras em Limeira, dedicando-se à cultura de laranja e outras plantas frutíferas, na sua Fazenda Citra. Contrata então Edmundo Hess e com ele organiza a primeira escola de enxertia. Em 1926, João Dierberger Jr e João Carlos Batista Levy iniciaram a exportação de laranjas para a Europa¹⁸.

Este foi um momento especialmente importante para a economia limeirense, que entrava definitivamente no mercado exportador. Desde 1915 se exportavam laranjas para a Argentina e Uruguai, contadas aos centos e precariamente acondicionadas em caixas de cebolas, já usadas. Assim foi, até que em junho de 1926 se iniciaram as exportações visando o mercado europeu, em caixas padronizadas (tipo californiano). A primeira remessa foi de 820 caixas de laranja Bahia, do pomar do Major Levy, exportação pioneira feita por João Carlos Batista Levy e João Dierberger Jr, para a Alemanha. Neste ano exportaram-se 16.900 caixas padrão¹⁹.

A segunda fase de da exportação foi no ano de 1927, também de junho a setembro, totalizando 43.239 caixas. A laranja normalmente exportada era a Bahiana, em julho de 1927 foram exportadas as primeiras 120 caixas de laranja pera, para Londres, do pomar de Mário de Souza Queiroz, a título de experiência, com bom resultado. Um mês depois, em 6 de setembro, foram embarcadas mais 600 caixas de Pera do Rio, que apodreceram na viagem, afetadas pela mosca das frutas²⁰.

Também a área da cultura recebeu incentivos da população teuta que habitava a cidade. O Instituto Musical Carlos Gomes foi fundado em 1925 por iniciativa de Martinho Levy, o qual foi o diretor. A área de assistência social também não ficou para trás, João Kühl filho fundou um asilo em 1917 que foi inaugurado em 1922, como Asilo da Mendicidade, hoje Asilo João Kühl Filho²¹.

Percebe-se que foi muito extensa a contribuição dos germânicos para a cidade de Limeira. Sua contribuição foi tanta que até inseriu o Brasil no mercado

¹⁸ Gazeta de Limeira Suplemento. P. 33. op. Cit.

¹⁹ Idem, p. 34

²⁰ Todas essas informações relativas ao início da citricultura na cidade de Limeira se encontram no Suplemento da Gazeta de Limeira, página 33 e 34. Obra já citada.

²¹ Idem, p. 35.

exportador de frutas cítricas. Foi também um passo dado no sentido da substituição da cultura do café, que começava a decair e substituir os pés de café por laranja foi um processo não muito longo.

Os moradores (tradicionais) do Bairro dos Pires produzem suas próprias mudas e cultivam seus pomares – aqueles que ainda não se desfizeram dela, pois acreditam que a terra é um bem durável e permanente, que lhes dará o alimento necessário para sua sobrevivência.

4 A Limeira construída: Economia de Mercado Paulista

Limeira é uma das muitas cidades paulistas que se formaram a partir de sesmarias nos meados do século XVIII. Dessas sesmarias surgiram cidades importantes que figuram no cenário político e econômico de São Paulo.

No seu livro História de Limeira, Reynaldo Kuntz Busch descreve a formação de vilas e freguesias a partir de doações de terras e relaciona a cidade entre nove cartas de sesmarias concedidas na região de Piracicaba no período compreendido entre 1799 e 1821. Essas terras deram origem às cidades de Limeira, Rio Claro, Araras, Santa Gertrudes, Cordeirópolis, Iracemápolis, Cosmópolis, Artur Nogueira e Conchal²².

A cidade tem como característica marcante na atualidade a indústria e o comércio, sendo o meio rural circundante um complemento para a economia do município, não se constituindo, portanto, fator preponderante desta. É conhecida no interior de São Paulo como a capital da laranja, por ter sido grande produtora no início do século XX, conquistando destaque pela citricultura.

No final do século XVIII, seguindo as trilhas da agricultura do nordeste do país, iniciava-se o cultivo da cana-de-açúcar na região de Limeira. O início do século XIX traz um considerável aumento da população e o desenvolvimento das culturas de subsistência, além da intensificação da cultura da cana.

²² Busch. Op. Cit. Pp. 24 a 28.

A partir de 1830 aparecem os primeiros indícios da cultura do café, que segue em expansão rumo ao oeste paulista. O desenvolvimento do café é rápido, acarretando uma sensível valorização do solo e a introdução do arado no cultivo. Em 1850 o café já é a cultura predominante no município.

Na segunda metade do século XIX a cidade estava inserida entre as principais produtoras de café, ocupando posição de destaque com grandes fazendas. Fazia parte do chamado oeste antigo, grande produtor de café, antes que esse fosse adentrando o interior em direção à região oeste que hoje se conhece.

Nesse período de intensa produção cafeeira quando Limeira se lançou na concorrência instaurada com as novas regras estabelecidas pelo mercado internacional do café é que se tornou necessária a redefinição das relações de trabalho, fato que culminou com a substituição da mão-de-obra escrava pela imigrante.

Inicialmente as experiências de imigração trouxeram para a cidade imigrantes portugueses, mais tarde substituídos por alemães, suíços-alemães e posteriormente italianos, entre as mais significativas presenças estrangeiras. Essas populações tiveram inserção na economia da cidade como um todo, tanto na agricultura, para a qual vieram, quanto para o comércio e indústria.

Limeira figura hoje entre as cidades de porte médio do interior de São Paulo, como Piracicaba e Campinas. Tem uma população de aproximadamente 286 mil habitantes distribuídos na zona rural e urbana. Seu desenvolvimento econômico, como o de outras cidades em grande parte do Estado de São Paulo, está intimamente ligado à expansão da cafeicultura.

Três fatores influenciaram decisivamente neste desenvolvimento. São eles: a acumulação de capitais decorrentes do desenvolvimento da cafeicultura; a imigração européia, que veio para trabalhar na cafeicultura, trazendo conhecimentos técnicos que permitiram o desenvolvimento das atividades industriais; a infra-estrutura rodo-ferroviária do município, que sempre contou com fácil acesso aos centros consumidores e produtores, capital e interior do Estado e pontos de saída para o mercado internacional.

Estes fatores influenciaram também o desenvolvimento da agricultura que se apoiou no comércio internacional e na expansão da demanda interna (agro-indústria de suco de laranja), além das políticas oficiais de apoio (cana-de-açúcar/Proálcool).

O primeiro passo para o desenvolvimento da citricultura em Limeira dá-se na década de 1920, com a instalação de uma escola de enxertia. Nesse momento, apesar da predominância do café e da cana-de-açúcar, a citricultura começa a se apresentar como boa opção para a agricultura do município.

Em 1929, a quebra da Bolsa de Nova York afeta diretamente a cultura do café e, com isso, a citricultura, apoiada no mercado internacional, e a cana-de-açúcar dividem o espaço antes ocupado pelo café.

Durante a Segunda Guerra Mundial, a citricultura sofre a primeira crise, devido ao enfraquecimento do comércio exterior e ao aparecimento de uma doença nos pomares. O fim da Segunda Guerra e a diversificação de enxertos marcaram a retomada do crescimento da citricultura.

Os anos de 1970 apresentaram nova crise da citricultura provocada por uma série de fatores externos e internos, e em contrapartida, um forte impulso à cultura canavieira apoiada principalmente na implantação do ProAlcool.

Atualmente, Limeira conta com aproximadamente 2.000 propriedades agrícolas, e a produção rural continua fortemente marcada pelas culturas da cana-de-açúcar, com mais de 1 milhão de toneladas/ano, e citrus (laranja, limão e tangerina), mais de 1,4 bilhões de unidades. Em menor escala há produção de abacate, milho, arroz e feijão. Limeira é considerada o berço da citricultura paulista e um centro reconhecido de produção de mudas, especialmente cítricas.

Segundo o IBGE, em 1994 a ocupação territorial das principais culturas estava assim dividida:

Cana-de-açúcar	16.500 ha
Citrus	15.746 ha
Milho	500 ha
Abacate	265 ha
Arroz	130 ha

Essas são as produções predominantes, mas a agricultura de Limeira é muito diversificada tanto em grãos quanto em frutas, de acordo com a época de plantio e colheita, sendo classificadas em permanentes e temporárias, por ocorrer entre as safras dos produtos principais, os permanentes. Pode-se acompanhar a evolução da área ocupada por cada cultura, desde 1990, bem como o comportamento da produção no mesmo período como observado nos quadros abaixo.

Evolução da Área Plantada, em Hectare

Lavoura Permanente	1990	1991	1992	1993	1994
Abacate	265	265	265	265	265
Café (coco)	70	70	110	110	77
Caqui	28	28	28	28	28
Laranja	19.500	19.500	17.000	12.308	12.308
Limão	110	110	110	110	110
Manga				10	10
Tangerina	3.328	3.328	3.328	3.328	3.328
Urucum (semente)	10	10	10	10	10

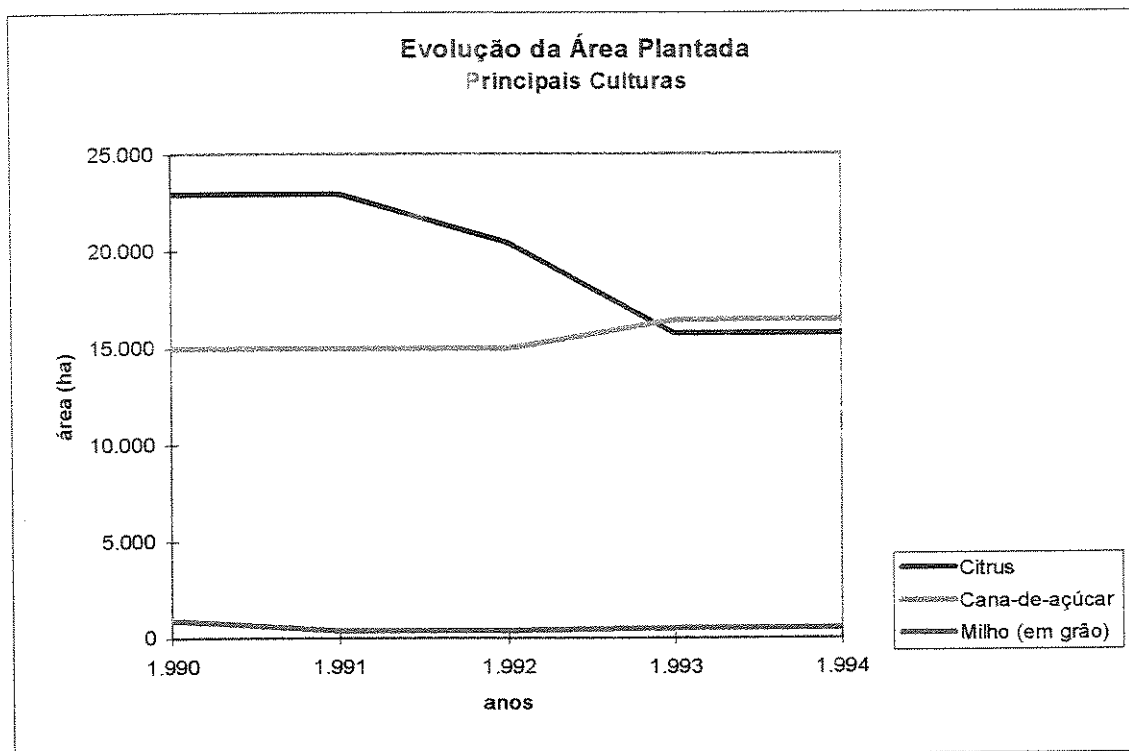
fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal. Prefeitura Municipal de Limeira.

Lavoura Temporária

Algodão herbáceo (em caroço)	88	30	30	20	
Arroz (em casca)	300	130	130		130
Cana-de-açúcar	15.000	15.000	15.000	16.425	16.500
Feijão (em grão)	40	40	52	40	40
Milho (em grão)	900	400	400	500	500
Soja (em grão)				40	
Trigo (em grão)		40			

fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal. Prefeitura Municipal de Limeira.

Evolução da Área Plantada das Principais Culturas, em hectare



fonte: Prefeitura Municipal de Limeira

A agricultura municipal é fortemente marcada pelo binômio cana-de-açúcar/citricultura, o que tem permanecido ao longo das últimas duas décadas praticamente inalterado, com ligeiro declínio, nos últimos anos, da área ocupada pela citricultura em favor da área ocupada pela cana-de-açúcar. A cultura de citrus ocupa uma área de 16.681 ha, num total de 1402 propriedades, e apresenta uma produtividade de 15 ton/ha.

Dessa forma, Limeira se encaixa entre os grandes centros produtores de laranja do estado de São Paulo, que tem sua produção superada apenas pela cana, que em Limeira também é uma concorrente de produção.

Essa situação acaba por gerar alguns problemas: a falta de espaço e de apoio para o desenvolvimento de outras culturas, insignificantes no contexto atual do município, contribui para a expulsão do trabalhador rural do campo, uma vez que são cada vez menores as suas chances de sobrevivência na área rural; a pouca rotatividade das culturas que acaba por comprometer a qualidade do solo, contribuindo para a perda da capacidade produtiva destas culturas; a globalização do mercado da produção citrícola, que implica oscilações da demanda gerada pela atividade industrial de processamento da laranja e pelo mercado internacional do suco concentrado, agravados com a criação do complexo agroindustrial citrícola, que, desde que foi formado no início da década de 1960, adquiriu características marcantes, sendo uma delas a orientação quase total da produção de suco concentrado para o mercado externo e a outra, sua estrutura de produção composta por um número reduzido de empresas processadoras, opondo-se ao grande número de produtores da matéria prima. Assim, constituiu-se um complexo com características oligopolistas e oligopsônicas, definidas pela grande concentração das empresas processadoras e por um mercado, em que há poucos compradores para muitos vendedores – muitos produtores de laranja para poucas indústrias (SILVA: 2000, p. 4).

A laranja vem passando por fortes crises nas últimas décadas, devido à verticalização da produção de laranja pelas empresas processadoras, que estão produzindo uma parte significativa e crescente das laranjas que moem. “Isso significou grande redução de compra da fruta de terceiros, permitindo que as indústrias rompessem a tradicional relação de dependência bilateral com os citricultores que eram responsáveis pelo fornecimento da matéria-prima” (SILVA: 2000, p. 11). A quantidade de pequenos produtores está diminuindo ano a ano,

“em 1985, os pequenos imóveis rurais respondiam por cerca de 75% da produção de laranja no estado de São Paulo, caindo para cerca de 67% em 1995. As pequenas propriedades sofreram contínua redução ao longo do período 1980/95, ocorrendo o inverso com os citricultores médios e os muito grandes, encontrando-se nesta categoria, os pomares próprios das empresas processadoras de suco, o que comprova o crescimento do processo de verticalização industrial para trás” (SILVA: 2000, pp. 13/14).

Uma das alternativas para o pequeno produtor seria o mercado interno da fruta fresca, mas esse também tem sido disputado pelos grandes produtores, que destinam para aí a fruta de melhor aparência. “Na verdade pode-se dizer que esses dois mercados – o de laranja para indústria e o de consumo *in natura* – estão cada vez mais interligados”²³. Tanto fruteiros quanto intermediários estão destinando o produto diretamente para o consumo ou para a indústria, em consequência aumentou a oferta de laranja comercializada *in natura* e a competição entre os compradores fez cair ainda mais o preço pago pela fruta no mercado interno, inviabilizando de vez os pequenos produtores das regiões citrícolas mais antigas (SILVA: 2000, pp. 13/14).

Os produtores do Bairro dos Pires se encontram entre os pequenos, e estão passando por todo esse processo de desvalorização do seu produto principal. Devido a essa inconstância do preço da laranja e a concorrência de grandes produtores, há muita perda de safras, o que acaba desmotivando o produtor, que às vezes prefere mesmo perder a sua safra que vendê-la a preço baixo, aliás, reflexo do tratamento dado aos produtores rurais de todo o país. Essa desmotivação tem provocado muitas mudanças nas áreas rurais da cidade de Limeira, como no caso do Bairro dos Pires, onde a maioria de suas terras estão sendo vendidas e onde havia antes muitos pés de laranja, agora se avista muitas chácaras de recreio. Embora haja aumentado a venda de suco de laranja em estabelecimentos comerciais e até mesmo a criação de um mercado informal de suco fresco – com a crescente quantidade de “laranjinhas” que se encontra em muitos locais da cidade vendendo suco de laranja para ser bebido à vontade, não está sendo o suficiente para mover a economia citrícola do município e para a preservação dos laranjais.

Além da citricultura e da cana-de-açúcar, existe uma importante atividade de produção de mudas cítricas, que também apresenta problemas relacionados à rotatividade de terras.

Limeira, como já foi dito acima, está inserida na região de Campinas, região esta marcada fortemente pela indústria de transformação e de tecnologia avançada, possuindo um PIB superior ao dos estados de Minas Gerais e Rio Grande do

²³ idem. P. 15

Sul e um faturamento das empresas instaladas maior que o faturamento dos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e dos estados da Região Nordeste do país²⁴.

Na economia formal, Limeira possui aproximadamente 1.000 indústrias, que empregam mais de 24.000 funcionários registrados, com uma significativa parcela de mão de obra especializada. O tamanho das empresas é bem diversificado, sendo seis as indústrias de grande porte reconhecidas internacionalmente. A estrutura industrial da cidade apresenta como principais ramos de atividade: metalurgia, mecânica, alimentícia e papel e papelão.

Com uma produção bastante variada, incluindo sistemas de freios, rodas automotivas, escapamentos, produtos metalúrgicos, máquinas para beneficiamento de produtos agrícolas, papel e papelão, embalagens, chapéus, entre outros, Limeira tem a maior concentração de produção de máquinas-ferramenta da América Latina, a maior indústria refinadora de açúcar da América do Sul, além de grande destaque na produção de sucos cítricos e glutamato monossódico.

Limeira possui hoje, um sólido parque industrial instalado, que se originou nos primórdios do processo de industrialização no Estado, nas décadas de 1920-1940, apoiado principalmente na expansão da cafeicultura e na imigração européia. O setor industrial responde por aproximadamente 50% dos empregos registrados na cidade. Dessa forma, Limeira assumiu sua vocação industrial, o que norteou o desenvolvimento e a implantação do seu parque industrial atual.

No entanto, os processos de modernização industrial, terceirização de serviços, automação, entre outros, vêm ocasionando um decréscimo da oferta de empregos no setor industrial, que não tem como ocupar a oferta atual e futura de mão-de-obra. Essa situação tende a criar problemas crescentes de desemprego, ainda que a economia informal possa amenizar um pouco esta tendência.

²⁴ Quadro: Ranking das regiões paulistas segundo o potencial de mercado. Em anexo.

CAPÍTULO III

O SER

1 O imigrante alemão: identidade em conflito

A política imigratória para o Brasil foi criada para atingir objetivos específicos que já foram trabalhados anteriormente: ocupar espaços ociosos; defender as fronteiras das ameaças de outros países vizinhos; criar a pequena propriedade e uma classe intermediária entre os caboclos e os grandes proprietários de terra; substituir a mão-de-obra escrava nas fazendas de café do Estado de São Paulo e ainda, implícito em tudo isso, depurar a população brasileira, com o intuito de, em algumas gerações, poder contar com uma população embranquecida.

Importam para essa pesquisa as medidas políticas e econômicas adotadas pelos governos estadual e federal com relação aos imigrantes alemães; partirei do geral para o particular, para assim estabelecer um paralelo entre essas políticas e a sua efetivação no interior de São Paulo refletindo-se sobre os alemães e seus descendentes alocados na cidade de Limeira e especificamente a repercussão de tais medidas na organização sócio-econômica-cultural do Bairro dos Pires.

A forma como essas políticas foram introduzidas no seio das comunidades de imigrantes alterou profundamente sua estrutura organizativa e, embora tenham sido aprofundadas na primeira metade do século XX, são formas de controle que vêm sendo elaboradas desde o século anterior. Começando pelas cartas de naturalização que eram um importante instrumento de “conversão” à brasilidade e de negação de sua origem e eram requeridas por ordem do Ministério dos Negócios do Império, a princípio sob o pagamento de uma taxa pelo estrangeiro e posteriormente tornada gratuita e devendo ser requerida junto à Câmara Municipal ou aos Juízes de Paz de cada cidade ou

Vila (conforme circular datada de 27 de novembro de 1857)²⁵. O citado documento determinava a necessidade de juramento à Constituição brasileira e demais leis do Império pelos colonos estrangeiros, para que pudessem obter a carta de naturalização e estarem, assim, aptos a gozar de todos os direitos, honras e prerrogativas, que pela Constituição competem aos brasileiros naturalizados”²⁶.

Se, desde meados do século XIX, houve a necessidade da naturalização, esta não significou o abandono das tradições culturais e adoção imediata da cultura luso-brasileira. Essa se deu num processo longo, de aproximadamente cem anos. Nesse período tanto as idéias como também os grupos dominantes detentores do poder político se alteraram e a efetivação dessas idéias foi se dando de forma simultânea para todos esses debates e acontecimentos. Houve um processo de constituição de um ideário liberal, tendo a elite cafeicultora se descoberto também como elite política e percebido os amplos limites de seu poder, passando a utilizá-lo a seu favor.

Essa nova classe dirigente foi formada em uma luta que se estendeu em uma frente ampla de objetivos específicos, quais sejam, aquisição de terras, recrutamento de mão-de-obra, organização e direção da produção, transporte interno, comercialização nos portos, contatos oficiais, interferência na política financeira econômica. Contavam com um elemento importante, que lhes garantia algumas vantagens sobre outros grupos políticos: a hegemonia econômica e a proximidade da capital do país.

Não demorou muito para que compreendessem também “a enorme importância que podia ter o governo como instrumento de ação econômica. Essa tendência à subordinação do instrumento de ação política aos interesses de um grupo econômico alcançará sua plenitude com a conquista da autonomia estadual ao

²⁵ “Circular. 1ª Secção – Palácio do Governo de S. Paulo. 27 de Novembro de 1857. “Remeto a Vmes. Para seu conhecimento e execução na parte respectiva, a copia inclusa do Aviso expedido pelo Ministério dos Negócios do Império, em data de 21 do corrente, declarando que o juramento de fidelidade à Constituição e mais Leis do Império, que devem prestar os Colonos estrangeiros para obterem carta de naturalização, pode ser recebido pelas Câmaras Municipaes, ou Juizes de Paz, cumprindo Vmes. Dêem conhecimento da matéria do referido Aviso aos Juizes de Paz desse Municipio. Deos Guarde a Vmes”. Circular remetida à Câmara Municipal de Limeira, endereçada aos “Snrs. Presidente e Vereadores da Câmara Municipal...”. documento nº 543, EIP12. Arquivo Municipal de Limeira. (Cópia). Esse juramento era regulamentado pela Artigo 2º do Decreto nº 808 a 23 de junho de 1855.

²⁶ Carta assinada pelo Imperador do Brasil. Cópia obtida junto ao Arquivo Municipal de Limeira.

proclamar-se República. (...) A descentralização do poder permitirá uma integração ainda mais completa dos grupos que dirigiam a empresa cafeeira com a maquinaria político-administrativa” (FURTADO: 2000, p. 27).

Segundo Regina Maria Monteiro (1998: p. 27), o período compreendido entre os anos de 1840 e 1880, foi marcado por discussões acerca da organização e democratização da representação política e, até meados do século XIX, a filosofia liberal foi expressa de maneira mais radical pelos movimentos insurrecionais que surgiram então, em todo o país. Afirma ainda que esses debates sobre a representação política foram reflexo das articulações dos grupos sociais que expressaram o conflito entre facções políticas de cunho liberal e conservador.

O Senador Vergueiro, figura fundamental na história de Limeira, era um político representante desse grupo de liberais, tendo participado inclusive do movimento liberal de 1842 (WITTER: 1982, p. 26). As elites cafeeiras disputavam a hegemonia política com os monarquistas ligados ao Partido Conservador e enfrentavam a oposição de um liberalismo de cunho mais radical dentro do Partido Republicano, no entanto, essas elites buscavam formar um ideário liberal, construir um Estado nacional que deveria derrubar a monarquia e o legado da Igreja (MONTEIRO: 1998, pp. 40/1).

Paralelamente aos debates sobre a formação do Estado nacional e a construção da Nação, estava a discussão sobre a formação do caráter nacional do povo brasileiro, sua identidade e adequação ao trabalho, com duas tendências definidas: uma em prol da inserção do indivíduo brasileiro na vida econômica e política e outra, majoritária, que defendia a “redenção do país à incorporação do branco europeu à vida nacional” (MONTEIRO: 1998, p. 54). É ainda a mesma autora que mostra que toda a discussão em torno da formação desse caráter nacional no século XIX teve influências de diversas tendências teóricas européias: na sociologia e antropologia, com ideais evolucionistas, que depois abandonaram os princípios de evolução para o de degeneração e o de indivíduo para raça; fundamentados na biologia utilizavam o discurso do darwinismo social. Neste sentido, transitava-se de conceitos explicativos políticos e culturais, trazidos pelo humanismo, enquanto fundamento da organização do Estado nacional, para explicações centradas na economia e na biologia.

Regina Maria Monteiro (1998: p. 6) explicita o ecletismo teórico ideológico existente dentro do movimento liberal, na tentativa de definição de um padrão de identidade brasileira ou, para ser mais enfática, quem cumpriria a condição normal de ser humano, já que as discussões correntes era

sobre qual indivíduo comportava os requisitos necessários para que se lhe atribuísse o direito à participação política, ao mesmo tempo em que estivesse apto a erguer o país ao patamar de desenvolvimento das nações européias, partia das teses evolucionistas. O atraso econômico e social no qual se encontrava o país foi associado à mestiçagem da população brasileira, pois as elites republicanas paulistas incorporaram como padrão para análise os conceitos civilização e cultura, presentes no darwinismo e na etnologia social. No entanto, essas elites procederam a uma reelaboração dessas teorias, a fim de apontar um caminho para que o Brasil pudesse alcançar o progresso desejado. (MONTEIRO: 2000, p. 6)

As elites republicanas de São Paulo, ligadas à cafeicultura do Oeste paulista, estavam preocupadas com a formação técnica para o desenvolvimento da indústria e da agricultura e com o sentimento de pertencimento à Nação, (...) através da construção de uma identidade coletiva (histórica, geográfica, simbólica etc.) e da veiculação de um ethos liberal que articulasse a idéia de nacionalidade (MONTEIRO: 2000, p. 6). Assim,

A consolidação da República em substituição ao regime monárquico, para as elites republicanas paulistas, não poderia prescindir desse ethos liberal que deveria conformar um modo de pensar alternativo ao pensamento escolástico que sustentava a Monarquia. Dever-se-ia, então, formar a sociedade meritocrática, isto é, uma sociedade cujos indivíduos, buscando o aperfeiçoamento individual, entrariam em acordo entre si para melhor aproveitamento dos recursos por ela apresentados. Nestes termos, o desenvolvimento econômico e social desejado seria alcançado de forma harmônica e dentro da ordem. Esse pensamento era resultado do olhar através do qual percebiam a sua população em relação às necessidades de ordem econômica e política que então se colocavam para que se alcançasse progresso e desenvolvimento: instituição do trabalho livre e de um regime federativo de governo. Este olhar seria filtrado pelo etnocentrismo europeu, através das teses evolucionistas, positivistas e liberais amplamente divulgadas nas academias de ensino superior do país (MONTEIRO: 2000, p. 6).

Nas últimas décadas do século XIX, o discurso se modifica, substituindo as teorias culturais elaboradas pelo romantismo pelas teorias que defendiam a etnicidade e a língua, que se tornaram “o critério central, crescentemente decisivo ou mesmo único para a existência de uma nação em potencial”²⁷. Deste modo, segundo Giralda Seyferth (1996, p. 41), se no nacionalismo cultural a língua era o elemento fundamental e juntamente com o folclore demarcadores das “tradições populares”, foram suplantados pela idéia de raça, e a partir daí, muitos nacionalismos descobriram o racismo, que a autora assim define:

este termo designa as doutrinas que afirmaram a desigualdade das raças humanas partindo do pressuposto que a cultura é biologicamente determinada. A idéia de raça construída sobre hierarquias denotando desigualdade dominou o pensamento social em muitos lugares, inclusive no Brasil. Foi respaldada, em parte, pela ciência, principalmente pela Antropologia Física, empenhada em classificar a humanidade em tipos naturais, arbitrando certas características fenotípicas por suas frequências em diferentes grupos humanos; mas, igualmente, por alguns estudiosos do campo das ciências sociais e humanas, que usaram e abusaram da metáfora darwinista da “sobrevivência dos mais aptos” e que inventaram a Eugenia para sugerir políticas públicas que, entre outras coisas, implicavam em limpeza étnica (SEYFERTH: 1996, pp. 42/43).

Ao mesmo tempo em que a elite cafeeira paulista se define politicamente e elabora suas propostas para a criação da identidade nacional e das características necessárias para a composição do indivíduo nacional, levando em consideração todas essas teorias já colocadas, após 1850, a miscigenação se transformou no assunto privilegiado no discurso nacionalista brasileiro, “vista como mecanismo de formação da nação desde os tempos coloniais e base de uma futura raça histórica brasileira, de um tipo nacional, resultante de um processo seletivo direcionado para o branqueamento da população. Como consequência, será o assunto obrigatório na discussão da política imigratória, especialmente a relacionada com a colonização, porque nesta estava em

²⁷ Hobsbawm, apud SEYFERTH. Giralda, Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de colonização. In Raça, Ciência e Sociedade. MAIO, Marcos Chor & Ricardo Ventura Santos. Ed. Fiocruz. Centro Cultural do Banco do Brasil. Rio de Janeiro. 1996. P. 42

jogo o outro elemento fundamental para a nação – a ocupação do território”. (SEYFERTH: 1996, p. 43)

As primeiras experiências com imigrantes europeus no Brasil foram feitas antes mesmo da independência. A primeira colônia com alemães foi estabelecida na Bahia, considerada um empreendimento mal sucedido e também com assentamentos de alemães no Nordeste e de Suíços no Estado do Rio de Janeiro em 1818, alemães em Minas Gerais, mas, em geral, foram experiências efêmeras, não se constituindo como fluxo imigratório a cujo fracasso atribuiu-se como causa o clima tropical. Segundo Seyferth (1996: pp. 44/5), na verdade, a maioria dos autores e a própria população teuto-brasileira utilizam como marco inicial a data da fundação de São Leopoldo – 25 de julho de 1824 -, a primeira “colônia alemã” do sul do Brasil.

É ainda em Seyferth (1996: pp. 44/45), que encontramos a afirmação de que o debate sobre a colonização tornou-se mais acirrado na década de 1840, diante das dificuldades de atrair imigrantes da Europa e que uma política mais consistente passou a vigorar somente em 1850, com a promulgação da Lei 601 que regulamentou a concessão de terras públicas e tornou mais fácil a expedição de títulos de propriedade para estrangeiros – um ato que coincidiu com a abolição do tráfico de escravos (SEYFERTH: 1996, pp. 44/45).

Para ela, durante o Império, os debates sobre política de imigração e colonização giraram em torno de dois conjuntos de questões:

a) as dificuldades decorrentes do assentamento de imigrantes em terras devolutas, isolados, e as medidas necessárias ao sucesso econômico das colônias – tendo como modelo padrão os assentamentos já realizados, fato que levou a uma hierarquização de imigrantes com base na sua suposta capacidade para produzir uma agricultura “moderna”; b) a abolição da escravidão como única medida capaz de tornar o Brasil um país civilizado – com seu corolário, o “trabalho livre” associado ao imigrante europeu; na prática, isto excluiu os “nacionais” (trabalhadores livres e escravos) do sistema de colonização com pequena propriedade (SEYFERTH: 1996, pp. 44/45).

O interior do Estado de São Paulo adota uma postura diferente com relação à imigração, opta pelo suprimento da mão-de-obra apenas, como já mostrado

nesse trabalho, no entanto, a escolha dos colonos recai sobre os suíços e alemães, que chegam a Limeira a partir de 1846. Toda a discussão anterior mostra as causas da escolha do elemento branco europeu para substituir o trabalhador escravo, como mostra também a ideologia de branqueamento e de criação de uma raça brasileira, onde paulatinamente o negro e o indígena seriam absorvidos, passando assim a não mais existir, não só o negro, mas também os caboclos, provenientes de outras misturas raciais.

O outro lado desse discurso, revertido na prática, do brasileiro ser insolente e não dado ao trabalho, pregava a superioridade do branco sobre os nacionais. A miscigenação como problema, ficou em plano secundário neste debate sobre as políticas de colonização, até porque as chamadas ‘raças inferiores’ foram deixadas à margem de todos os projetos oficiais ou particulares envolvendo imigrantes. Estes projetos defendiam a idéia de modernização da agricultura e que esta só aconteceria se dela fizessem parte os brancos europeus, pois

a agricultura moderna era coisa para civilizados brancos. Os pressupostos de inferioridade e a hierarquização baseada em elementos de natureza racial (como determinante de “capacidades”) são mais do que óbvios quando está em jogo a idéia de “progresso” orientadora das políticas de colonização. O eixo da discussão sobre política imigratória passa para questão racial, de forma mais explícita, nas primeiras décadas da República, sempre vinculada à colonização – ou seja, o imigrante preferencial é aquele que pretende se fixar como agricultor ou trabalhador rural. O tema preponderante é o da assimilação associado à miscigenação enquanto processo histórico de formação de uma “raça” ou “tipo” nacional (SEYFERTH:1996, pp. 47-49).

Os termos assimilação, caldeamento, mistura, são palavras chaves dos discursos nacionalistas. Se no início do processo, os alemães eram bem aceitos, devido à “superioridade da raça ariana” e pela capacidade de trabalho, houve a concentração destes em determinadas áreas do país – no sul, mais significativamente – mas também em pequenas colônias, formadas por imigrantes oriundos das fazendas de café de São Paulo, que devido às proximidades culturais e a facilidade na compra das terras por rateio, acabaram se concentrando em grupos fechados – como é o caso do Bairro dos Pires em Limeira, e da Vila dos Alemães em Rio Claro, entre outras - passaram, no

início do século XX a representar uma ameaça à soberania nacional. Giralda Seyferth complementa:

claro que o “monroísmo” e a propaganda ostensiva da Liga Pan-Germânica, bem como o acirramento dos nacionalismos europeus no período, além de doutrinas raciais já mencionadas, contribuíram para radicalizar posições xenófobas – dirigidas principalmente às etnias consideradas “inassimiláveis”. O sistema de colonização do Império foi considerado um desastre por ter permitido a concentração de estrangeiros no Sul do país em “colônias homogêneas” que permaneceram à margem da sociedade nacional (SEYFERTH: 1996, p. 49).

Esse sistema de concessão de terras persistiu até 1889, apesar das críticas suscitadas por sua composição étnica. Em São Paulo, a representação do trabalhador ideal, trouxe a mão-de-obra branca. A década de 1890 apresentou a maior estimativa de entrada de imigrantes, chegando cerca de 1,2 milhão de indivíduos. Segundo diversas estatísticas, até a década de 40 chegaram ao Brasil quase 5 milhões de imigrantes. São Paulo e os três estados do sul ficaram com a maior parcela (SEYFERTH: 1999, p. 201).

Pode-se observar que a incorporação dos imigrantes e seus descendentes à sociedade nacional estava presente na discussão sobre política imigratória e a formação – racial, étnica, cultural – brasileira desde meados do século XIX e se discutia também a ameaça da concentração de imigrantes, principalmente alemães,

somente na República Velha é que houve uma intervenção formal do Estado em instituições étnicas durante a Primeira Guerra Mundial. As medidas restritivas atingiram principalmente a população teuto-brasileira no período de 1917 a 1919, com intervenção na imprensa e nas “escolas alemãs”. Nessa ocasião surgiram as primeiras ações nacionalizadoras que modificaram os currículos escolares, como a exigência de ensino bilíngüe e a introdução das disciplinas de história e geografia do Brasil, além da língua portuguesa (SEYFERTH: 1999, p. 199).

Há que se levar em conta que muitos casos de fechamento cultural se deram devido às próprias condições criadas pelas políticas colonizadoras, como as já salientadas para as colônias no Sul do Brasil e em outras regiões onde o assentamento de alemães foi em colônias homogêneas, determinadas principalmente pela origem étnica.

Quando esses grupos começaram a representar uma ameaça à soberania brasileira, cujas idéias eram incentivadas de um lado pelos discursos do pangermanismo e do outro pelo panamericanismo, é que se intensificam a campanha de nacionalização e nesse período, entre 1917 e 1919 a primeira instituição do Bairro dos Pires a sofrer as agruras da perseguição foi a escola, organizada nos moldes semelhantes ao de muitas das escolas de imigrantes alemães: era representada por uma Associação que a geria, e esta tinha a função de reunir os sócios e cobrar as mensalidades desses sócios. O pagamento era a garantia de que haveria um professor como também a frequência do aluno à escola²⁸.

O depoimento de um morador do bairro denuncia as medidas restritivas impostas à instituição escolar, uma das primeiras a serem alvo das políticas nacionalizadoras, pois havia um entendimento de que a formação de uma nação passava também pela uniformização da língua, sendo o seu uso condição marcante para a brasilidade e a escola o veículo que permitiria a efetivação desse ideário. Esses aspectos agravaram-se com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, os anos posteriores de adequação econômica e política e a Segunda Guerra Mundial. A fala de um depoente nos mostra exatamente o percurso da instituição escolar durante esse período:

A escola iniciou uma escola alemã. Isso foi já no início desse século. Essa funcionou até 1914. 1914 estoura a Primeira Guerra Mundial e o Brasil entrou contra a Alemanha. Então, automaticamente a nossa escola, aquela que ainda tenho a fotografia aqui, foi fechada, ela continua fechada até 1925. Em 1924 então o prefeito de Limeira Major Levy Sobrinho devolveu a escola para a sociedade, mas com um trato: que nesse tempo houve a escola aqui, mas do governo, prefeitura. Porém de 1925 em diante ela não podia ser escola alemã. Ela ficou predominando Escola Deutsche Brasileira, que quer dizer que ela era alemã e brasileira. As crianças tiveram que tomar primeiro um ano e meio de aula, de lição de aula de português, depois de um ano e meio passou a aprender o alemão também, aonde eu consegui a ler e escrever, leio bem o alemão. Bastante gente daqui ainda, mas essa durou uma certa temporada. Em 1939 a escola torna a ser fechada. O Brasil guerreando contra a Alemanha, a escola alemã, tinha alemão no meio, não podia funcionar, foi tomada de novo. Até hoje não voltou mais para a sociedade. A escola hoje, eu sei que de lá para ...de 1939, a escola é do governo, leciona só em português, o alemão caiu fora (Walter Pommer: 1996, pp. 8/9).

²⁸ Sobre a escola, sua organização e outras instituições do Bairro será tratado posteriormente com maiores detalhes no próximo capítulo.

O relato, além de ser um desabafo daquele que teve sua identidade colocada sob suspeita, é também um resumo da compreensão da legislação que foi imposta a grupos de imigrantes, sendo que esta gerou muitos reflexos na vida dos moradores do Bairro, uma vez que não atingiu somente as instituições escolares, mais também as igrejas, as associações culturais e esportivas. O ser diferente deixou de ser normal e necessário e passou a ser uma ameaça. Se até então havia uma convivência pacífica, esta deixou de existir.

Helena M. B. Bomeny (1999: p, 152) diz que no Estado Novo todos os esforços de construção ideológica estavam fundados sobre a afirmação da nacionalidade, de construção e consolidação do Estado Nacional, não havendo, portanto, no projeto nacionalista do Estado Novo espaço para inclusão e aceitação de convivência com fortes e estruturados grupos culturais estrangeiros nas regiões de colonização.

de todos os grupos estrangeiros presentes nas zonas de colonização, o alemão foi o que, sem dúvida, despertou a maior atenção e a maior preocupação nas autoridades governamentais. Reconhecido como núcleo estrangeiro mais fechado em torno de sua própria cultura, de sua própria língua e de sua própria nacionalidade, eram os alemães acusados sistematicamente de impedir um processo de nacionalização pela insistência com que mantinham suas próprias características étnicas. A convivência com o núcleo estrangeiro que participava ativamente na comunidade com o trabalho, que se destacava pela obediência civil, mas ao mesmo tempo mantinha acesos os laços culturais que o prendiam fielmente à nação de origem, provocava um sentimento ambíguo nas autoridades brasileiras: um misto de admiração e medo. Porque, de fato, era nos alemães, e não nos brasileiros, que se encontrava, de forma marcante, o que Oliveira Viana defendia como ideal a ser atingido no Brasil. (BOMENY: 1999, p. 152).

Todas essas medidas, gestadas desde a segunda metade do século XIX e na primeira década do século XX, foram implementadas pelo Estado Novo na década de 1930 e na subsequente, tomando uma forma repressiva e violenta, visando desarticular toda a estrutura comunitária das regiões ocupadas por imigrantes,

no contexto de amplo criticismo sobre a política de colonização com imigrantes implementada antes de 1930, a partir de 1937 foram tomadas medidas coercitivas visando a atingir as organizações comunitárias étnicas produzidas pela

imigração, em nome da tradição de assimilação e mestiçagem demarcadoras da nacionalidade. Mudanças na legislação e a ação direta do Exército junto aos grupos considerados “quistos raciais” interferiram na vida cotidiana de uma parcela significativa da população, sobretudo no sul e em São Paulo (SEYFERTH:1999, pp.199/200).

Os incidentes ocorridos no Bairro dos Pires não foram, portanto, fatos isolados, mas consequência de medidas homogeneizantes adotadas pelo governo brasileiro em resposta aos anseios políticos e ideológicos da classe dominante. Assistiu-se, no século XX, à reconstrução de todo o percurso traçado pelos ideólogos do século XIX, apresentando, talvez, uma roupagem nova para o discurso velho.

Na década de 1930 surgiu uma vertente teórica que se contrapôs ao evolucionismo, tendo como seu expoente Franz Boas, que recusou a idéia de que o meio físico e as determinações raciais é que determinavam a diversidade dos modos de vida humanos, como pregava o evolucionismo e buscou na cultura e no particularismo histórico as fontes dessa diversidade

Para Consorte (1997: p. 27), “o culturalismo é a vertente do pensamento antropológico que confere à cultura o primado da explicação ou da responsabilidade por essa diversidade”. Essa perspectiva teórica pressupõe uma valorização da cultura dos grupos, respeitando suas características internas, o que de fato não se percebe no caso brasileiro, quando da imposição da política de nacionalização da educação pelo governo de Getúlio Vargas no final da década de 1930, embora tenha ficado claro que essas medidas já vinham sendo implementadas nas décadas anteriores. Em 1918 a Escola da Associação Alemã dos Pires foi fechada, o prédio desapropriado pelo “governo”, sendo reaberta somente no ano seguinte, com dois professores luso-brasileiros ocupando o lugar do professor alemão²⁹. Essa política pretendia nada mais que uma homogeneização cultural, através da restrição e ou proibição do uso, pelos grupos imigrantes, da língua

²⁹ Ver capítulo IV no tópico que trata da questão escolar.

materna na escola, primeiramente com a obrigatoriedade do ensino bilingüe desde 1924 e posteriormente obrigando o ensino somente em português³⁰.

O culturalismo foi, no entanto, o fundamento teórico em que se basearam os ideólogos do nacionalismo brasileiro, representado por diversos expoentes, dentre eles Sílvio Romero, Alberto Torres, Sud Menucci e Gilberto Freyre.

A característica mais marcante nesses discursos foi a defesa da constituição de uma identidade nacional e de um patriotismo exacerbado. Buscavam um desenvolvimento interno construtivo, no sentido do fortalecimento cultural da nação e, depois, com o objetivo de criar um Estado-Nação moderno e equilibrado. No início do Estado Novo, o nacionalismo saiu do campo intelectual para ocupar lugar na política.

O ardor patriótico foi outra característica nacionalista do Estado Novo e se concentrou, inicialmente, no problema interno das minorias estrangeiras não-assimiladas e, depois, externamente na participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial.

Como um dos interlocutores do nacionalismo brasileiro, o já citado Gilberto Freyre defendia vigorosamente a cultura nacional, especialmente face à ameaça do pangermanismo no sul do Brasil³¹. Defendia que os imigrantes deveriam ser assimilados e integrados à sociedade luso-brasileira, devendo, portanto, as minorias germânicas serem abasileiradas. Acreditava que os imigrantes constituíam uma ameaça

³⁰ Desde o final do século XIX houve uma preocupação com a nacionalização do ensino. A Lei 489, de 29 de dezembro de 1896, promulgada por Campos Salles, regulamentou a obrigatoriedade do ensino da língua portuguesa, da história e da geografia, devendo o ensino da língua nacional abranger leitura e noções de gramática portuguesa; em 1913 o decreto nº 2005 de 13 de fevereiro, assinado por Albuquerque Lins, determinou a ênfase aos fatos históricos, devendo ser trabalhados a idéia de pátria, da grande família: o Brasil e o enaltecimento do símbolo nacional: a Bandeira Nacional. Já em 1920, o Estado de São Paulo realiza uma nova Reforma da Instrução Pública, promulgada por Washington Luiz, sob o nº 1750, de 8 de dezembro. O artigo 4º, título III torna obrigatório o ensino da língua nacional, especialmente nos estabelecimentos particulares (parag. 4º, artigo 3º, no título IV, do Ensino Particular). A Lei nº 2095, de 24 de dezembro de 1925, objetivou também reforçar o sentido de nacionalidade, do espírito patriótico e também da obrigatoriedade do professor brasileiro ou luso-brasileiro: "(...) incluir no programa, em número de aulas que o governo determinar, o ensino do Português por professores brasileiros natos ou por portugueses natos, e o de Geografia e História do Brasil por professores natos, uns e outros de competência reconhecida (atos do poder Legislativo, 1925, p. 34). In BETINNI, Rita Filomena, *Laços Tecidos no Tempo: instrução pública em Limeira. RiMa Artes e Textos*, São Carlos. 2000. pp. 34 a 49.

³¹ Com relação à política pangermânica no Brasil ver Magalhães, Marionilde Brepohl *Pangermanismo e Nazismo*, 1998; Hilton, Stanley E. "Suástica sobre o Brasil", 1977; Tucci Carneiro, Maria Luíza. "Inventário DEOPS – Alemanha", 1977; Perazzo, Priscila Ferreira. "o perigo alemão e a repressão policial no Estado Novo". 1999.

para a unidade nacional e alertava para o perigo da propaganda cultural pró-germânica e antibrasileira que se espalhava entre as minorias de imigrantes alemães pouco assimilados e ainda que era necessário ao governo tomar medidas urgentes que acelerassem a “integração desses elementos na sociedade luso-brasileira” (LAUREHASS: 1986, pp. 90/91).

Quando o culturalismo chegou ao Brasil, veio atender às expectativas de compreensão da formação do povo brasileiro, da constituição da sociedade nacional, decorrentes da presença de povos de raças diferentes e distintas entre si que constituíam e constituem a malha cultural brasileira.

Ao apresentar o pensamento de Gilberto Freyre, Laurehass afirma que, embora este tenha se manifestado em prol de um sentimento nacionalista e tenha retratado alguns pensamentos que incentivavam a perseguição e aculturação dos teuto-brasileiros, como se coloca acima, soube reconhecer a pluralidade cultural brasileira, fato que chamava de “democracia social brasileira (racial, étnica e cultural)” (LAUREHASS: 1986, pp. 90/91).

Ainda falando sobre a década de 1930 e focalizando a preocupação da Antropologia a respeito desses aspectos de diferenciação cultural, Consorte (1997: p. 27) aponta duas fontes de diversidade cultural que preocupam, além de antropólogos, também políticos e educadores: os numerosos descendentes dos imigrantes italianos, alemães e japoneses e os descendentes dos africanos, que embora constituintes de contingentes diversos física e culturalmente falando, colocavam problemas específicos em relação ao nosso passado e ao nosso futuro.

Segundo ela, a preocupação com o abasileiramento dos descendentes de imigrantes era uma tentativa de eliminar qualquer possibilidade de ameaça à unidade nacional. Dessa forma, em sua análise fica claro que o culturalismo brasileiro, base do nacionalismo, estava muito aquém do que se poderia esperar de uma orientação baseada no culturalismo de Boas, de respeito à diversidade cultural na formação do povo brasileiro. Assim, ao invés de valorizar essas diferenças, as preocupações estavam voltadas para o desaparecimento das matrizes culturais tanto dos imigrantes quanto dos negros, outra etnia perseguida e estigmatizada.

Sobre o abasileiramento dos imigrantes, Consorte diz ainda que: “como esforços de abasileiramento, podemos citar o plano para auxílio federal aos estados onde mais premente se apresentava o problema da “nacionalização do ensino”, elaborado na gestão de Lourenço Filho, à frente do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), órgão criado pelo presidente Getúlio Vargas em 30 de julho de 1938, aproximadamente um ano antes do início da Segunda Guerra Mundial” (CONSORTE: 1997, p. 27).

Compreendendo esses enfoques gerais de onde partiu toda a ideologia dominante desde o século passado até a primeira metade desse século, entende-se os fatos que estão submersos nas memórias dos moradores do Bairro dos Pires, descendentes de alemães que até a década de 30 falavam a língua materna, ou seja, o alemão. “A maioria tudo falava alemão (hoch deutsche). O culto mesmo. O pastor fazia as oração tudo em alemão. Eu mesma ia na igreja e não entendia nada, porque era tudo em alemão. Os hinos que cantava, tinha o coro...” (Josefina Maaz: 1999, 26). Um dos fatos que fez com que Dona Josefina perdesse o contato com o alemão, ao ponto de não falá-lo, como fazia a maioria das pessoas da sua idade, é que na sua família, como em outras do Bairro, tradicionalmente o elemento propagador da língua e conseqüentemente da germanidade era sua avó. Como ela era a neta caçula, teve pouco contato com a avó tendo com a mesma uma convivência muito curta.

O Estado Novo efetiva a proibição do uso da língua e conseqüentemente a proibição de outras manifestações culturais de origem, como se pode encontrar em textos que colocam o pensamento de ideólogos do nacionalismo brasileiro que, como já descrito acima, pregavam o abasileiramento dos descendentes de imigrantes bem como sua assimilação à sociedade brasileira, “tal fato representava uma ameaça no cerne da civilização brasileira, e as minorias germânicas teriam de ser abasileiradas, pelo menos até a condição mínima de falarem o português e aceitarem os valores mais fundamentais da cultura tradicional (LAUREHASS: 1986, pp. 90/1).

Estes fatos não são inéditos, pois processos semelhantes que representavam total desrespeito por culturas que foram subjugadas no período colonial, são percebidos ainda no século XX, olhando-se pelo prisma do nacionalismo. Quando há

séculos atrás se tinha a figura do colonizador, representante de um movimento político e econômico de época, temos agora grupos também economicamente dominantes que impõem seus modos de vida e sua cultura sem levar em conta que cada comunidade pode ter uma cultura específica, principalmente quando se trata de um grupo étnico, até então de formação homogênea, uma vez que procuraram manter suas tradições, que eram transmitidas também via escola.

Nesse sentido, no momento em que o Brasil se envolveu politicamente em questões mundiais, como a guerra, grupos que até então não representavam perigo e habitavam o país como parte constitutiva da população brasileira, passaram a ser encarados como ameaça à soberania nacional, sendo, assim, modificado todo o relacionamento e a compreensão social da convivência com esses grupos culturais:

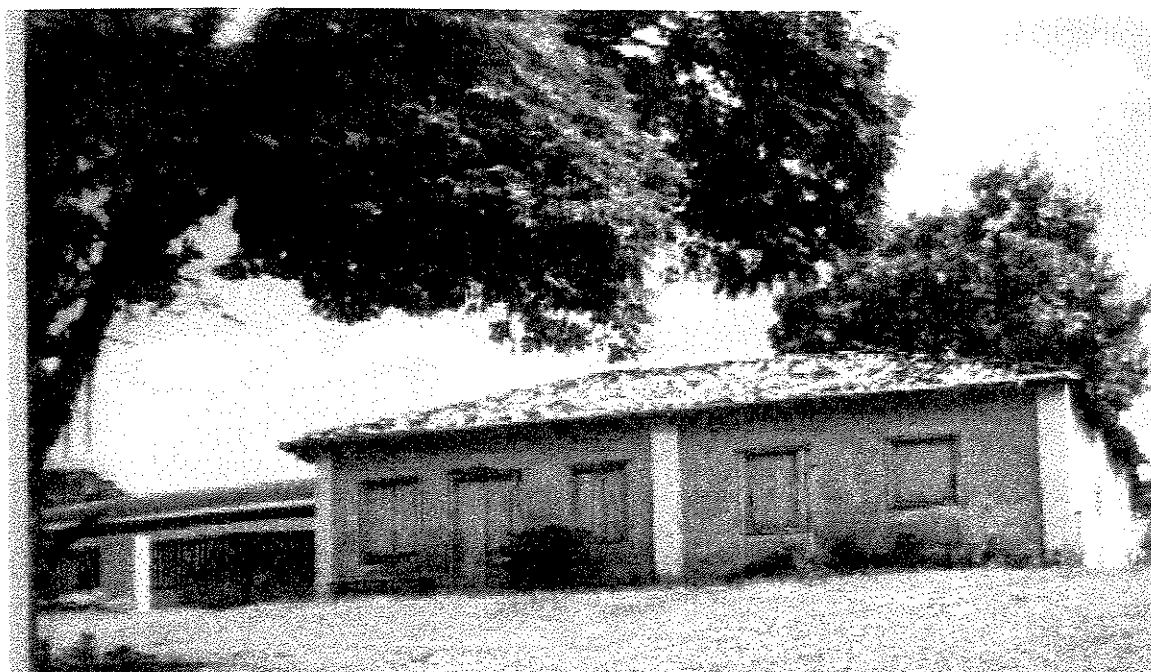
compreende-se, então, que o mundo da cultura e seu movimento, como parte da história de um povo, de uma tradição e herança, ao ser confrontado com outros universos, pressupõe interesses diversos postos numa relação de alteridade (o eu e o outro em relação) mais que da diversidade (o eu e o outro). Resultam, daí, processos de manipulação da realidade, segundo diferentes formas de percepção e conhecimento (GUSMÃO: 1997, p. 14),

onde aquele que agrega maior poder de coação domina os que não têm como reagir ao poder da força do grupo dominante.

A comunidade dos Pires passou por abrupta reestruturação social nas décadas em questão. Havia atividades culturais coletivas, uma área de lazer conhecida como “Bosque” onde se davam as manifestações culturais; havia também no mesmo lugar um salão de bailes, que inclusive ainda tem seu prédio conservado no bairro, embora esteja desativado. O Bosque era, segundo a memória daqueles que o frequentaram, “chão, era todo de chão, tudo de terra. Meu tio fazia uns bancos de tábuas, batia umas tábuas em cima, nossa como enchia de gente. (...) O bosque era só para de dia, para passear, se divertir, pra cantar, como os alemães cantavam...e se tinha uma reunião era no salão. O salão tá lá”. (MATILDE JÜRGENSEN: 1999, pp. 16/17).



1- Reunião no Salão de Bailes do Bairro dos Pires. Observa-se ao alto da foto os homens ostentando instrumentos musicais. Ricardo e Emilio Pommer, conforme identificação na própria foto original, eram de Cosmópolis e vinham periodicamente para tocar nos bailes que eram realizados no Salão. Foto provavelmente tirada no ano de 1926, numa das Festas da Escola, que eram realizadas nesse Salão.



2- Resquício guardado no tempo: Salão de Bailes do Bairro dos Pires. 2001. Desativado desde a década de 40 do século passado. Foto do arquivo de Maria Cristina dos Santos Bezerra.

As explicações são muito difusas, o que dificulta uma análise mais objetiva dos fatos que ocorreram e que marcaram tão profundamente a vida dessas pessoas, a ponto de elas não conservarem manifestações culturais típicas de sua cultura. O valor dado a esses locais onde podiam se reunir periodicamente ultrapassou o campo da afetividade, da diversão e invadiu o campo étnico, denotando o pertencimento a uma determinada etnia e a um lugar que era seu, “... os Pires aquele tempo tinha o nome que era Pires pela colônia alemã” (MATILDE JURGENSEN: 1999, p. 10), ou seja, “é a colônia alemã, porque aqueles tempo não tinha que nem hoje já tem mais assim, vamos supor, descendente de brasileiro do que descendente de alemão, porque agora já tá tudo loteado em chácaras, mas aqueles tempos era só alemão mesmo...até muitos conversavam em alemão, nem sabiam conversar bem assim o português”. (JÚLIA JURGENSEN: 1999, p. 10), onde tudo foi construído pelo braço trabalhador, sem a intervenção de poderes públicos “eu só sei que meus pais diziam que ele foi feito assim, (...) feito à enxada, machado, machadão e foice, tudo a braço, roçado tudo aquelas trilhas assim no meio. Cantavam em alemão, tudo isso tinha, hoje já acabou tudo, não tem mais isso”. (JÚLIA JURGENSEN: 1999, p. 10).

Era freqüente o uso de *estandartes* e faixas com frases escritas em alemão nas festividades culturais e nas comemorações escolares, como símbolo identitário denotando seus valores culturais, morais e sociais presentes na manutenção de um símbolo nacional. Estas festas eram abertas à comunidade não só do bairro, mas de outras cidades da região e até mesmo de outras Associações Culturais como o caso da Associação de Excursão de Vila Mariana (SP), que participou de uma festa da escola em 1925, conforme matéria publicada no Jornal Alemão de junho de 1925³².

³² Documento encontrado no Deutsches Archiv – São Paulo. Extraído do Jornal Alemão de São Paulo em junho de 1925. Título da matéria: Associação de Excursões Villa Marianna. Subtítulo: Visita à Festa Escolar no Pires em 31/05/1925.



3- União das Escolas: Havia no Bairro dos Pires duas Escolas: uma escola paroquial e outra escola da Associação Germânia. As duas se uniram no ano de 1908. Esta foto marca essa união. O homem de óculos sentado à esquerda da placa comemorativa é Friederich Hessel, “o primeiro homem que eu vi usando óculos” na fala do Senhor Theodoro Dibbern.

Um aspecto observado nessa foto é reforçado por uma das depoentes diz respeito ao uso da folha de coqueiro na decoração de ambientes, quando a ocasião era especial. Ao mesmo tempo em que usavam seu símbolo identitário alemão, expresso nas faixas, utilizavam um símbolo do ambiente tropical brasileiro, as folhas de coqueiro. Como se quisessem se auto afirmar como alemães e ao mesmo tempo como brasileiros, filhos de um país tropical. As folhas de coqueiro eram usadas também como decoração nas festas de casamentos: “essa aqui é uma casa de uma pessoa que a gente não sabe, esse aqui é um casamento. Tem coqueiro” (ELÍRIA SOPHIA DIBBERN JURGENSEN: 1999, p. 60).

Durante o Estado Novo percebe-se mais um jogo de poder, quando, no final da década de 30, o governo de Getúlio Vargas ordenou a incineração de todas as bandeiras de estados, devendo ser soberana e única a Bandeira do Brasil. Como símbolo nacional, só ela era capaz de representar a brasilidade. O uso da bandeira em solenidades também ficou proibido aos teuto- brasileiros.

Um aspecto importante ainda nesse período foi a criação do Ministério da Educação, a quem “caberia um papel fundamental na constituição da nacionalidade, o que deveria ser feito através da impressão de um conteúdo nacional à educação veiculada pelas escolas, da padronização do sistema educacional e da erradicação das minorias étnicas”. (OLIVEN: 1992, pp 40/41).

Cabe salientar que como fruto dessa educação homogeneizante e padronizada para toda a população brasileira, os descendentes de alemães perderam o contato com as tradições culturais e com a língua mãe aprendida na escola. Esse que era um importante espaço de transmissão e preservação da cultura alemã, passou a ser a partir de então o mecanismo reprodutor dos conceitos e padrões sociais e culturais determinados por uma elite nacional.

Dentre os moradores de mais idade é possível encontrar alguns que falam alemão ou o dialeto regional do país de origem, ou por terem estudado no período quando ainda era possível a veiculação e o ensino da língua ou porque as famílias tradicionalmente optaram pela manutenção do uso do dialeto em casa

conversavam mas não o alemão, o hoch Deutsch que eles falam, nós “falava” o platt. É alemão mas outra língua. Então nós fomos criados assim.... eu entendo um pouquinho de alemão, sabe? O platt eu sei falar bem, mas o alemão que falava na Alemanha eu não sabia, porque misturou os alemão, acho que era a Alemanha e Dinamarca e falava outra língua. ... Que minha mãe em casa, meu pai, meus irmãos falava tudo o platt....até quando eu fui na escola e daí começou mudar sabe? Quando começou do comecinho sabia falar brasileiro (ELÍRIA SOPHIA DIBBERN JÜRGENSEN: 1999, p. 56).

Muito embora não soubessem falar fluentemente o português e não obstante corressem risco de serem denunciados por tal ato “falava assim mesmo. Não sabia falar brasileiro, muito pouco (...) Em casa falava em alemão. A gente precisava falar e não sabia falar brasileiro. É por causa daquela guerra que tinha, (...) e essas coisas e a Alemanha foi sempre muito odiada, os outros países se voltaram contra ela até o Brasil convocou brasileiros pra ir lá na guerra, combater contra a Alemanha. Daí quando a Alemanha perdeu tudo que era alemão tinha que ... até que eles não queriam mais que conversasse mais em língua alemã, os pastor(es) não podia(m) mais dar culto

em alemão (...). Ah! tinha algumas pessoas que vinham no culto pra ver, se acontecesse... Decretaram uma lei que não podia mais usar o alemão” (ELÍRIA SOPHIA DIBBERN JÜRGENSEN: 1999, p. 50).

O interessante nesses casos é que o conhecimento e transmissão da língua passava pelo aspecto da manutenção da cultura e era realizado por duas instituições sociais básicas – a escola e a igreja –, mas no nível familiar havia um elemento na comunidade responsável por esse trabalho, representado pela figura das avós que, mormente, além de ensinar a seus filhos e netos o dialeto da região de origem, ainda lhes transmitia algumas tradições, como os símbolos das festividades de Páscoa e do Natal, que eram cultuados por essas figuras femininas. “falava alemão. Minhas irmãs mais velhas (...) a mais velha falava. Enquanto minha vó táva viva as netas iam aprendendo falar alemão com ela. Ela não deixava de ensinar alemão para as netas. Mas eu táva com cinco meses quando ela morreu, daí não aprendi nada. Eu sei de algumas coisas assim que minha mãe falava. Mas não se for para eu falar assim com uma pessoa eu não consigo, eu não sei. Não leio nada em alemão” (JOSEFINA MAAZ: 1999, 27).

2 Sentimentos: ser, não ser; servir, não servir. O preto no branco.

Não é possível negar que de fato houve um isolamento dos imigrantes alemães e seus descendentes dentro dos limites estabelecidos pela sua cultura, mesmo que este seja resultado da própria política imigratória adotada pelo Brasil³³. Mantiveram ativa a religião luterana, no caso do Bairro dos Pires, organizaram uma estrutura comunitária para atender aos anseios do grupo, ou seja, a construção da igreja, do cemitério e da escola, já que o poder instituído não atendia à demanda por escola desses grupos de residentes em área rural. Como não eram católicos, não podiam casar-se nem

³³ Segundo Giralda Seyferth (1994), os fatores que favoreceram a concentração de alemães em certas regiões do país foram criados pelas políticas de colonização controladas direta ou indiretamente pelo Estado, ou para instalar no país agricultores livres em regiões de terras devolutas, não ocupadas, ou pela existência de problemas nas fronteiras internacionais, ou pela necessidade de suprimento da mão-de-obra para a lavoura cafeeira, no caso do interior do Estado de São Paulo.

serem sepultados no cemitério dos católicos, por isso a necessidade de se criarem suas próprias entidades assistenciais³⁴. Giralda Seyferth, aponta alguns aspectos organizacionais característicos das comunidades teuto-brasileiras que podem ser encontradas no Bairro dos Pires.

Tanto quanto em outras regiões do país, Pires também teve uma concentração inicial dos alemães em uma área relativamente isolada³⁵, que resultou numa organização comunitária própria, considerada necessária, diante da omissão do poder público, facilitando o uso cotidiano da língua materna. Tal organização não teve, propriamente, motivações étnicas, mas assumiu, no contexto do contato, sua germanidade. A escola comunitária, criada para compensar a ausência do ensino primário público, por exemplo, transformou-se, depois, na “escola alemã”. As instituições comunitárias, assim, serviram de base para a construção social da identidade étnica teuto-brasileira, ainda que não houvesse “uma relação causal absoluta entre essa distribuição espacial e as diferenças de natureza étnica que limitavam as diversas colônias (no sentido cultural e primordial atribuído ao termo) entre si e em relação à sociedade mais ampla. No entanto, o relativo isolamento proporcionado por tal delimitação, bem como a formação de instituições comunitárias específicas em cada caso, deram posterior respaldo à formulação das identidades étnicas” (SEYFERTH: s/d. p. 5).

Para Giralda Seyferth (1999: p. 202), “de qualquer modo, é possível afirmar que todos os grupos, nas regiões de colonização e nas cidades, formalizaram, em algum grau, suas etnicidades, fundamentadas por identidades articuladas à origem nacional, portanto, de forte inspiração primordialista”. Salienta que os jornais impressos deram uma contribuição muito grande para a discussão e divulgação da etnicidade teuta:

as primeiras manifestações de etnicidade surgiram no grupo alemão, em meados do século XIX, formalizadas por escrito, como ideologia nacionalista, nos primeiros jornais editorados em língua alemã, no Rio Grande do Sul e Santa

³⁴ Sobre aspectos culturais, religiosos e sociais tratarei no capítulo IV.

³⁵ O isolamento se deu mais na sua origem como Bairro Alemão do que atualmente, devido ao crescimento periférico da cidade que tem se dirigido rumo às áreas rurais. O bairro está integrado na cidade, a via de acesso é boa e rápida, levando de 5 a 10 minutos até o centro da cidade.

Catarina, quando algumas lideranças formalizaram uma identidade étnica teuto-brasileira. (os jornais em questão são o Deutsche Zeitung, de Porto Alegre, editado por Karl von Koseritz³⁶ a partir de 1861, e o Kolonie Zeitung, fundado em Joinville em 1860 por Ottokar Doerffel.) (SEYFERTH: 1999. p. 203).

No estabelecimento dessa identidade dois fatores foram importantes: do lado brasileiro havia uma omissão das autoridades não fornecendo as estruturas mínimas (escola, cemitério, sistema previdenciário, amparo religioso) e do lado teuto o interesse pela manutenção do vínculo demonstrado pela Igreja Luterana e por grupos prussianos, expressos em entidades que cuidavam da manutenção da língua, religião e padrões educacionais. Para Dreher (1984: p. 45), se as tentativas de influenciar a população teuta no Brasil através da imprensa não deram resultado,

as tentativas de influir nas escolas de fala teuta, através de professores, material escolar e de subvenções financeiras foi bem maior. Foram as seguintes as organizações a participar do projeto: Allgemeiner Deutscher Schulverein, Alldeutscher Verband, Flottenverein, Deutsch-Brasilianischer Verein, Blumenau-Stiftung e outras. Ao lado delas encontramos ainda organizações eclesiásticas como a Associação Gustavo Adolfo e a Sociedade Evangélica para os Alemães Protestantes na América (DREHER: 1984, p. 45).

Estas entidades financiavam a vinda de pastores, professores, material didático e livros para bibliotecas e a veiculação de filmes culturais através do Serviço de Filmes da Associação Nacional dos Professores Teuto-Brasileiros (VON SIMSON: 1998, p 28).

Se o conceito de cidadania estava ligado ao pertencimento à etnia alemã e à cidadania brasileira, manifestada mais a partir da segunda metade do século XIX, os

³⁶ Karl von Koseritz foi um dos líderes da política rio-grandense, pertencia ao grupo de intelectuais liberais que chegaram ao Brasil após o malogro da revolução de 1848. Tinha um programa positivo. Defendia que os teuto-brasileiros deveriam conquistar a posição política à qual tinham direito, para tanto, estimulava a imigração livre de qualquer restrição, sem interferências de qualquer governo: nem brasileiro, nem alemão, como também o ingresso dos imigrantes alemães na política brasileira, ou seja, a *naturalização*. Acreditava que o centro dos interesses dos teuto-brasileiros agora estava no Brasil, a cidadania brasileira era a possibilidade de participação na política do país, pois assim, obteriam influência para se tornarem respeitados. A função de intelectuais como Koseritz era aproximar as populações advindas da vida política brasileira, de preparar o terreno para uma assimilação subsequente. Conforme Willems: 1940, pp. 89 – 91. Em São Paulo circulavam dois jornais, o Germania e o Deutsche Zeitung. Conforme Seyferth: 1994, p. 109.

imigrantes passam a requisitar os direitos políticos de cidadania brasileira, que representaria a perspectiva mais concreta de integração à sociedade brasileira. Esse período coincidiu com o desenvolvimento urbano e econômico de algumas colônias e com as expectativas da elite teuto-brasileira acerca da participação política como instrumento de ascensão social. O uso de uma identidade com hífen (teuto-brasileiro)- na tradução portuguesa para *Deutschbrasilianer* – sugeria uma dupla vinculação que foi muito criticada pelos cânones assimilacionistas brasileiros: à nação alemã, como grupo étnico/nacional portador de uma cultura, uma língua e uma origem racial diversa dos demais brasileiros, e ao Brasil, na condição de cidadãos que não abdicam da sua etnicidade. *Deutschbrasilianer*, porém, é uma categoria de identidade usada pela parcela mais instruída da população. A maioria dos colonos, mesmo os nascidos no Brasil, se identificava (como fazem ainda hoje) como alemães (*Deutsche*)” (SEYFERTH: 1999. p. 204).

Assim, a construção dessa identidade teuto-brasileira partiu dos elementos constitutivos da vida cotidiana, marcada pela exaltação das características germânicas, conforme expressado nos textos ideológicos divulgados nas publicações periódicas remetendo à tradição “de origem”: o uso cotidiano da língua alemã, a organização associativa, as escolas comunitárias e vinculadas às igrejas, a imprensa teuto-brasileira, e tudo o que pode estar contido nos hábitos, costumes, estilo de vida, *ethos* ligado ao trabalho, lar, comunidade e religiosidade (SEYFERTH: 1999. p. 203).

Todos esses aspectos tradicionais que se buscou preservar como marca de pertencimento à etnia alemã estavam baseados no *jus sanguinis*, o que significa que se considera “alemão” todo aquele que possui “sangue alemão”, independente do solo em que tenha nascido. Nesse caso, admite-se que uma pessoa pode, juridicamente, ser cidadão de um outro Estado, que não a Alemanha, mas continuar pertencendo à abstração povo alemão, contrário à tradição brasileira, onde a cidadania é pensada basicamente como uma questão ligada ao território, o que no jargão jurídico é denominado *jus soli*, isto é, brasileiro é todo aquele que nasce em solo brasileiro (GERTZ: 1994, p. 29).

Essa contradição no reconhecimento da cidadania e a idéia de enquistamento étnico, não só com relação a imigrantes e descendentes de alemães mas também de outras nacionalidades presentes na diversidade étnica que se constituiu em território brasileiro e o fato de que outros grupos de imigrantes - italianos, japoneses, poloneses - organizaram-se de forma semelhante aos grupos alemães, mantendo suas associações comunitárias (escola, igreja, clubes, costumes, cultura,) motivou as medidas assimilacionistas tomadas desde o século XIX e que se fortaleceram nas primeiras décadas do século XX.

diante da realidade representada pelos sentimentos de etnicidade e da organização comunitária baseada em distinções étnicas, comuns aos grupos de imigrantes e descendentes estabelecidos no Brasil, a solução para o “problema migratório” estava na assimilação de todos esses alienígenas que aspiravam à endogamia. A apregoada necessidade da sua transformação em brasileiros de fato, e não por direito de solo, motivou a campanha de nacionalização, que incidiu de modo mais direto sobre teuto-brasileiros e japoneses em razão dos desdobramentos da II Guerra Mundial e da sua categorização como paradigmas do enquistamento (SEYFERTH: 1999, pp. 207/208).

Desde 1850, quando se intensificou o processo migratório para o Brasil, os discursos ideológicos buscavam os elementos ideais, definidos por critérios de maior ou menor possibilidade de assimilação. Seyferth afirma que

a conveniência de uma política migratória voltada para os países ibéricos ou, de modo mais genérico, para nações latinas³⁷ permeou muitos argumentos sobre imigrantes ideais desde a promulgação da lei nº 601, em 1850. Tal conveniência estava respaldada na maior probabilidade de abasileiramento de imigrantes oriundos de Portugal, Espanha, Itália e França, considerados partícipes de uma única civilização latina e católica. Tratava-se, pois de pensar nas possibilidades concretas de assimilação como critério para admissão de estrangeiros (SEYFERTH: 1999, pp. 207/208).

³⁷ Seyferth: 1999, p. 208 - nota da autora: a imagem da maior proximidade cultural e lingüística dos povos latinos, em razão da tradição colonial portuguesa, serviu para supor sua maior maleabilidade ao abasileiramento. Mesmo assim, portugueses e espanhóis sempre estão no topo das hierarquias de imigrantes ideais pelo critério assimilacionista, embora desqualificados por critérios econômicos (classificados como maus agricultores).

Segundo ela, a polêmica sobre assimilação na segunda metade do século XIX pode ser exemplificada pelas críticas às “antipatias e excessos” que transformaram a imprensa do Império em adversária da colonização alemã, num contexto em que se recrimina o governo alemão por não permitir “qualquer propaganda da colonização para o Brasil” e ao mesmo tempo condena-se a posição antigermânica vigente na imprensa brasileira. A autora mostra que alguns escritores mais radicais ridicularizavam a imagem de invasão territorial do regime de pequena propriedade do sul e ao mesmo tempo criticavam o modelo de colonato de São Paulo, explicitando que já havia uma preocupação com um possível conflito armado de secessão entre dois territórios antagônicos do norte e do sul. Esse discurso já estava presente em um momento em que a imigração européia ainda era pouco representativa, mas consistia, em parte, de gente considerada demasiadamente diferente e incompatível com a formação histórica nacional (SEYFERTH: 1999, pp. 207/208).

Discursos nesse sentido foram feitos desde o início dos projetos de colonização como já foi dito anteriormente e no início do século XX, ainda se via na imigração alemã uma ameaça ao território nacional, principalmente após a reunificação da Alemanha, quando se temia uma invasão bárbara do imperialismo alemão, época em que se criou o mito do “perigo alemão”. Atribuiu-se à política de colonização do Império o “enquistamento” da população teuto-brasileira, mostrando-se as dificuldades de assimilação e os riscos de uma secessão patrocinada pelo Estado alemão unificado – riscos que receberam o rótulo de “perigo alemão”. “As especulações sobre o “perigo alemão” encontraram respaldo na ação propagandística da *Alldeutsch Verband* (Liga Pangermânica), cujo discurso étnico-racista exerceu alguma influência nas principais regiões de colonização alemã, não obstante o afastamento da imprensa teuto-brasileira dos ideais mais problemáticos do pangermanismo, que apregoavam o *Lebensraum* (espaço vital) e a superioridade racial ariana para justificar o expansionismo (SEYFERTH: 1999, PP. 207/208)”.

Segundo o governo brasileiro, para estar qualificado e ser considerado um imigrante ideal, eram observados alguns critérios seletivos, pelos quais se classificavam ou rejeitavam determinadas raças ou nacionalidades. Essa qualificação passava,

em primeiro lugar, pela condição de agricultor: a natureza do trabalho no sistema de colonização e na grande propriedade cafeeira exigia lavradores e artesãos, profissões privilegiadas na legislação imigratória, inclusive no Estado Novo, mas, também, não existiam dúvidas quanto à cor da pele do imigrante ideal, pois a maioria dos que trataram do problema imigratório descartaram como inconveniente, e até pernicioso, qualquer imigração asiática, africana e de negros americanos, com o argumento, qualquer que fosse a época, da ameaça à “formação nacional”. Em suma, negros e amarelos, para usar categorias consensuais de cor, eram vistos como elementos perturbadores do processo de formação de uma nação branca e civilizada (SEYFERTH: 1999, pp. 211).

O ideal do branqueamento formalizado na lógica das teorias raciais vigentes no final do século XIX por diversos autores, tornou-se evidente nas especulações sobre o poder branqueador da miscigenação herdado dos tempos coloniais e imaginado como processo seletivo de mistura racial próprio do meio social brasileiro, suposto como tendência dos mestiços para o casamento com pessoa mais clara e que poderia produzir brancos em três gerações.

assim, como em outras ideologias nacionalistas produzidas na mesma época, a idéia de raça serviu de base para a construção de um mito da homogeneidade possível no futuro, que se contrapõe à realidade heterogênea da nação. O anátema da inferioridade racial condenou os não-brancos ao desaparecimento, prevalecendo a idéia de que a excessiva mestiçagem brasileira podia ser superada no mundo moderno com a ajuda da imigração branca. Essa forma mais racista de pensar a nação não é única, mas dominou o pensamento social na década de 30 e, de modo mais subjetivo e eufemístico, persistiu no Estado Novo, influenciando na política imigratória. De qualquer modo, a breve menção ao ideal do branqueamento é significativa porque ele é incompatível com as etnicidades formalizadas no Brasil pelos diferentes grupos de imigrantes e chegou a ser repudiado com veemência em algumas publicações teuto-brasileiras (SEYFERTH: 1999, pp. 211/212).

Também para Regina Weber, a preocupação com a “assimilação”, no sentido de “abrasileiramento”, já existia no discurso imigrantista brasileiro de meados do século XIX e a polêmica quanto à imigração alemã estava polarizada entre os argumentos que apontavam o sucesso econômico conseguido nos Estados Unidos, por um lado, e a resistência à assimilação dos alemães por outro – não apenas no sentido social e cultural, mas também de miscigenação. Porém,

É a emergência da Alemanha unificada como potência imperialista, após a vitória na guerra franco-prussiana de 1871, que introduz no debate a idéia do perigo alemão: e foram principalmente os Estados Unidos que alardearam a possibilidade da ocupação do sul do Brasil pela Alemanha, facilitada pela presença da população germânica. A repercussão dessas discussões no País precisa ser entendida em seu contexto: nesse final de século, é o momento em que o ideal brasileiro de nação assume, de modo mais radical, o viés assimilacionista (WEBER: p. 127).

A partir da década de 1930, diversos recursos de retórica são utilizados para diluir o discurso racial, mas as práticas voltadas para a imigração e os imigrantes mostram a persistência do mito e a preocupação com a homogeneidade nacional – cultural e racial. Daí a ênfase na necessidade de assimilação e caldeamento que redundou na campanha de nacionalização implantada pós 1937.

*os exemplos apresentados mostram que raça e miscigenação são temas que atravessam as discussões sobre a política imigratória e formação (étnica) nacional, o que, de certa forma, faz parte do corpo doutrinário da maioria dos nacionalismos. O tema da assimilação, porém, remete ao outro imperativo do “abrasileiramento” a nacionalização cultural e do *advena*. O “abrasileiramento físico”, conforme expressão de Gavião Gonzaga (1940), está incluído na noção de *melting pot* que vicejou no Brasil nos anos 30 e 40, com seus pressupostos integracionistas, mas esta inclusão pouco tem a ver com a concepção americana que apontava uma integração dos imigrantes europeus à vida social e cultural americana a partir da segunda geração. Tratava-se de *melting pot* de brancos (SEYFERTH: 1999, pp. 217/218).*

A “lei do *melting pot*”³⁸, segundo Oliveira Viana (1932:96), é de natureza racial; literalmente, fusão de raças e, por isso mesmo, diz que nas colônias européias do sul do Brasil se realizou no sentido colonial da expressão, embora ali tivessem ocorrido mestiçamentos de diversas raças brancas. O autor calculou até graus de *melting pot*, estabelecendo coeficientes de fusão, de “fusibilidade” das etnias – tema principal do

³⁸ Segundo o Dicionário English-Portuguese, Portuguese-English, de N. J. Lamb M. A. Disal. 1964, “*melting-pot*” é um termo em inglês que como substantivo significa derretimento; (metais) fusão, fundição, e como adjetivo, enternecedor, lânguido; - *point*, ponto de fusão; - *pot*, cadinho. Cadinho para o Dicionário Aurélio de Português é “lugar onde as coisas se misturam, se fundem”. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda, Novo dicionário da Língua Portuguesa. 14ª impressão. Ed. Nova Fronteira. São Paulo s/d.

estudo que intitulou Raça e Assimilação – para aferir a capacidade de exogamia, que considerava baixa entre os imigrantes estabelecidos no sul do país e, principalmente, entre os japoneses. “o japonês é como enxofre: insolúvel”. – eis a sentença síntese das preocupações assimilacionistas medidas por critérios de distância racial e cultural, pela “incapacidade” de se deixar absorver”.

Segundo alguns dos entrevistados para essa pesquisa, os casamentos se davam com pessoas do próprio bairro, não por uma opção étnica, mas devido ao isolamento em que viviam. As festas eram feitas entre eles próprios, não havia a presença de pessoas de fora do bairro, sendo as pessoas de fora do bairro os luso-brasileiros, uma vez que a presença de alemães de outras cidades era constante. Embora utilizem o discurso do isolamento provocado pela língua, fica claro também o aspecto da escolha do cônjuge entre os próprios alemães e descendentes, podendo ser observado nas composições familiares, que se percebe várias pessoas com um único sobrenome, denotando casamentos intra familiares e também endogâmicos . É grande a quantidade de primos casados com primos³⁹, como afirma uma depoente:

era muito fechado. Vê eu casei minha filha tá com 36 anos, faz 37 anos que eu me casei, então 40 anos atrás era ainda era fechado. E até hoje ainda tem pessoas que não gosta que misture, então é aquele sistema que ainda vem, que não quer que misture as raças. Então eu acho... Não podia misturar as raças, manter a raça então, alemão com alemão. Não podia misturar. Então eles tinham o clube que não deixava outra raça entrar, nem dançando não podia misturar, então aí era aquele zelo para que as moças não podiam se interessar por outra pessoa. Gente de cor nos Pires, Nossa Senhora, nem pensar. E tem gente até hoje meia atravessada, tem sim, são bem orgulhosos, nem misturar. Tem bastante primo casado lá, por que daí foi assim, tantas famílias que vieram, como não podia misturar então começou a ficar primo com primo. A tia Josefina por exemplo era Maaz casada com Maaz. E os três avós eram irmãos. Então, a tia Justina, o tio Germano, e quem mais... eram dois irmãos e duas irmãs. A tia Ana Beck era casada... como é que eu vou explicar, eu sei que meus avós eram três irmãos, a vó Beck que era Maaz, o tio Germano Maaz, o Rubens com a Néia que daí tinha mais um, daqui da família e daí tinha a tia Tunizia que era Beck, então até há pouco tempo atrás continuava primo com primo (SHIRLEY BECK: 2000, p. 107).

³⁹ Embora tenham sido esses fatos relatados nas entrevistas, não fiz um levantamento quantitativo de quantas famílias são formadas pela união de primos.

Embora haja a afirmação exemplificada acima de fechamento do grupo em torno de aspectos considerados fundamentais para a preservação da raça, há também por outro lado uma negação de que tivesse existido de fato algum fechamento explícito, optativo, mas que este foi circunstancial, observado na fala de um depoente:

não queria apurar (a raça). Isso, isso eu não sei se é misturar que eles queriam, eles queriam era manter uma tradição. É a tradição. Eu acho que é mais a convivência. Não foi tanto racismo. Mas eu acho que não era assim, é que veio aquele pelotão lá da Alemanha e fizeram o Bairro dos Pires, então a convivência era entre eles, eles dançavam entre eles, namoravam entre eles era a convivência, porque destino não tem pra mim. É porque não conhecia. Então o povo se conhecia dentro do Bairro ali... mas não tinha por causa... por que não tinha amizade (WALTER POMMER FILHO: 2000, pp. 107/8).

O rompimento destas situações de enquistamento, portanto, apresenta-se como o propósito mais imediato da campanha de nacionalização: o necessário abasileiramento sociocultural precedendo a fusão de raças, o caldeamento. Nesse caso, a mudança começa com a imposição da língua nacional, que até então se apresentava como um impedimento à integração dos imigrantes à nova pátria. A língua vernácula é, portanto, um dos sustentáculos da identidade nacional na construção simbólica do nacionalismo, justamente com a unidade cultural. A unidade nacional tornou-se assim um imperativo de natureza lingüística e uma questão de educação – o “ensino nacionalizador” (que inclui o civismo) encarregado de exorcizar o fantasma da inassimilação, do segregamento, que purifica a etnia (SEYFERTH: 1999, p. 218).

Tomando a língua e sua importância no discurso nacionalista, o primeiro passo para a intervenção, além da escola, deveria ser, então, a proibição geral do uso de línguas estrangeiras em público, principalmente nas regiões coloniais do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, consideradas potencialmente mais perigosas “pela densidade dos seus elementos étnicos uniformes e compactos”. Os nacionalizadores julgavam a questão dos “alienígenas” em São Paulo menos problemática para a segurança nacional (com exceção dos japoneses) por causa do maior contato com a sociedade brasileira (SEYFERTH: 1999, p. 219), embora como já dito anteriormente, no

Bairro dos Pires houve seguidos fechamentos da escola alemã desde a Primeira Guerra, sendo reaberta e novamente fechada na Segunda Guerra⁴⁰.

O significado simbólico da língua vernácula e o papel atribuído à educação nos processos assimilacionistas alimentaram a ênfase na nacionalização cultural, embora a defesa do Estado incluísse o expurgo das influências externas (onde a referência básica eram o nazismo e o fascismo) e a nacionalização econômica (SEYFERTH: 1999, P. 218).

Com a radicalização da campanha, a partir de 1939, a interferência na vida cotidiana atingiu outras instituições comunitárias e culminou com a proibição de falar idiomas estrangeiros em público, inclusive durante cerimônias religiosas. O Decreto nº 1.545, de 25/08/1937, no seu artigo 16, diz que todas as prédicas religiosas deverão ser feitas em língua nacional, e incumbe o Exército de fiscalizar as “zonas de colonização estrangeira”. As associações culturais e recreativas tiveram de encerrar todas as atividades que pudessem estar associadas às respectivas culturas nacionais” (SEYFERTH: 1999, P. 221).

Dessa forma, a língua portuguesa, que era o cimento da brasilidade e instrumento de adaptação à sociedade nacional, devia pois, chegar ao lar, à igreja, aos espaços de lazer, aos locais de trabalho. Para isso havia o suporte legal que trazia consigo o desejo histórico de formar a nacionalidade luso-brasileira.

A imigração foi subordinada ao princípio da seleção, consoante a capacidade de fusão das diferentes etnias, porque acreditava-se que em cada estrangeiro registrado havia um brasileiro em potencial e um possível elemento de fusão no nosso *melting pot*⁴¹. Incluía não só a assimilação, mas também a miscigenação, evidenciada no uso sistemático dos termos fusão e caldeamento e na argumentação em favor da imigração de brancos, presente em boa parte dos estudos sobre a questão imigratória atingidos pelas campanhas. Sugeriam uma eficiência por parte do Exército e dos interventores, mas internalizavam a inquietação com os prejuízos econômicos que resultariam, caso houvesse uma corrente de saída do país. Para que isso não ocorresse as

⁴⁰ Essa questão será discutida com mais detalhes no capítulo IV.

⁴¹ de acordo com o discurso de Antônio Camilo de Oliveira (Revista de Imigração e Colonização, 2 (1), 1942) na reunião dos chefes do Serviço de Registro de Estrangeiros. As “conveniências fundamentais na nacionalidade” (Neiva 1942)

medidas deviam ser mais brandas, no sentido de mudar as mentalidades, incutindo o “espírito de brasilidade” e a “miscigenação” com brasileiros genuínos (SEYFERTH: 1999, p. 219).

A campanha não conseguiu acabar abruptamente com os sentimentos de etnicidade, as identidades étnicas e as diferenças culturais, mas atingiu, de forma irreversível, uma parte substantiva da organização comunitária. Algumas associações culturais, a imprensa e as escolas desapareceram ou perderam suas características de espaços privilegiados de reafirmação étnica ou nacional, o que se refletirá nas futuras gerações de teuto-brasileiros.

Os rumos da campanha desde 1937 estavam de acordo com o princípio estabelecido por Gellner (1983. apud Seyferth: 1999, p. 225) de que o nacionalismo engendra a nação. Assimilação e caldeamento são reputados como parte da tradição histórica de formação da nação brasileira. De acordo com estes princípios o Estado Novo precisava da homogeneidade nacional, buscada, em primeiro lugar, na escola (imposição do espírito nacional pela supressão dos idiomas estrangeiros e pelo ensino do civismo), em segundo lugar, pela ação prática e simbólica do Exército, da polícia e dos brasileiros legítimos, fazendo valer o sentido da formação nacional, isto é, uma “tradição histórica” de miscigenação e assimilação.

Pudemos observar que as medidas efetivadas entre 1937 e 1945 vinham sendo preconizadas desde o século XIX, mas só um Estado autoritário poderia criar uma legislação impositiva da assimilação e do caldeamento e propor, por decreto, estudos científicos que dessem diretrizes eugênicas (raciais), sociais e culturais para erradicar as diferenças étnicas que faziam dos imigrantes cidadãos incompatíveis com a nação.

Durante mais de cinco décadas a afirmação da identidade teuto-brasileira foi mantida entre os mais velhos do grupo. Mas a nova posição alemã na realidade econômica e política mundial vai engendrar o desejo de se rever como descendente de uma potência internacional e fazer com que haja um retorno às tradições culturais alemãs, tanto na escola como na igreja. Uma das igrejas do bairro inclusive faz apresentações dos seus hinos em alemão, ensaiados pelo próprio pastor, enquanto que na outra, são demonstradas danças folclóricas tradicionais em suas festas comemorativas.

Simson ao pesquisar o Bairro de Friburgo na região de Campinas, composto por descendentes de suíço-alemães, vindos inclusive, muitos deles no mesmo navio, junto com os imigrantes que vieram para o Bairro dos Pires; encontrou processo semelhante de reetnização, traduzidos na busca pelas tradições culturais alemãs

baseados nos poucos resquícios culturais da tradição germânica que puderam ser mantidos, depois de quatro ou cinco gerações já nascidas no Brasil e ante o acelerado processo de globalização observado no dia-a-dia da vida urbana numa das regiões mais desenvolvidas do país, a geração de descendentes dos pioneiros alemães e suíços que agora está na meia idade decidiu, no início dos anos noventa, iniciar um processo de reconstrução da identidade teuto-brasileira que permitisse aos seus filhos (agora na adolescência) poder usufruir os privilégios da dupla cultura e da dupla cidadania, numa sociedade como a paulista, em rápido trajeto rumo à modernidade internacionalizada. (VON SIMSON: 1998, p. 26)

Atualmente no Bairro dos Pires, entre os jovens é possível encontrar outros projetos educacionais e culturais particulares que pretendem estar recuperando parte da memória perdida. Há uma professora descendente de imigrantes da quarta geração de uma família de origem alemã, que tem desenvolvido um trabalho de reconstrução de alguns aspectos culturais com seus alunos, inclusive incluindo em suas aulas algumas palavras do vocabulário alemão e promovendo atividades de dança folclórica germânica em festas promovidas pela escola e pela igreja.

Mas do ano retrasado (1995) para cá, quando comecei a lecionar na EMEI Pedacinho do Céu, eu tentei resgatar um pouquinho dessa nossa origem alemã porque é baseado no passado que a gente pode compreender o presente. Por isso eu resolvi começar a fazer um curso em alemão e comecei ensinar os meus alunos algumas formas básicas de cumprimento, os numerais, as letras do alfabeto, o nome das cores e os nomes de alguns animais, tudo em alemão para ele” (DINÁ DIBBERN: 1999, p. 67).



4- À busca das identidades e da cultura: Festa alemã na Escola de Educação Infantil Pedacinho do Céu, organizada pela professora Diná Dibbern (1998). Foto do arquivo pessoal de Diná Dibbern.

Os pais acham importante o trabalho desenvolvido pela professora e esperam o dia em que verão reconstruídos alguns dos valores culturais levados ao esquecimento pela perseguição imposta pelas políticas de nacionalização. A iniciativa da professora vem ao encontro de uma pesquisa feita na região de Campinas, onde já foram criados três grupos de danças típicas por jovens descendentes de alemães. “Também no ano de 1995 nós realizamos a 1ª Festa Alemã do Bairro dos Pires com apresentação do Hino Nacional da Alemanha. Ano passado nós também fizemos a Festa Alemã. Este ano porém, devido à falta de feriados e o tempo estar um pouco corrido, não vai ser possível a realização da 3ª Festa Alemã, mas estamos preparando tudo para o ano que vem essa festa acontecer de novo” (DINÁ DIBBERN: 1999, p. 67).

É também grande a procura por cursos de línguas e o interesse “em aspectos da cultura, do modo de vida e tradições germânicas” (Simson, 1997: p. 74),

assim os velhinhos da comunidade vêem seus netos e bisnetos germanizarem-se, reconstruindo tradições que nem eles mesmos mais possuíam e passaram a valorizar aspectos até então menosprezados por todos e que eles se viam obrigados a relegar ao esquecimento. Esse esquecimento é resultado de políticas homogeneizantes, que não levam em conta o desenvolvimento de forças sociais diferenciadas nem o próprio curso de vida das pessoas.

Entendo que as políticas imigratórias elaboradas pelos luso-brasileiros, desde o início do século XIX tinham um único e específico objetivo: organizar e implantar o capitalismo no Brasil. Introduzir o país na rota de comércio exportador, recebendo em retorno grandes lucros, base do sistema capitalista e como tal, todas as outras políticas sociais elaboradas, vinham de encontro com as expectativas desse mercado. Foi assim com a escravidão (embora ainda não fosse no sistema capitalista), com a imigração e atualmente com todas as minorias sociais que constituem esse país.

CAPÍTULO IV

BAIRRO DOS PIRES - A TERRA CONQUISTADA!

1 Caracterização Histórica: o caminho para uma nova vida...

Como já foi dito anteriormente, o processo de imigração trouxe para a cidade de Limeira elementos de culturas diversas que vieram contribuir para a formação tanto social quanto econômica e cultural da cidade. Uma dessas etnias é a alemã. A maioria dos alemães chegou em Limeira na situação de parceiros vindo trabalhar no sistema de parceria nas fazendas de café da cidade, a partir do final da década de 1840. Muitos fazendeiros de café do interior de São Paulo⁴² seguiram os passos do Senador Vergueiro e implantaram em suas fazendas colônias de parceria, nos mesmos moldes aplicados por este, tendo sido inclusive os contratos celebrados e mediados pela mesma empresa Vergueiro.

Um dos seguidores desse modelo de organização do trabalho no período foi o também senador e grande proprietário de terras, Francisco Antônio de Souza Queiroz que instalou na Fazenda São Jerônimo da qual era proprietário, uma colônia de parceria, trazendo em 1852 vinte e sete famílias de imigrantes alemães contratadas para o trabalho nas lavouras de café.

Esses colonos saíram do Condado de Holstein em março de 1852, a bordo do barco a vela Emilie, completando esse percurso em três meses e desembarcaram em

⁴² Consta em anexo uma relação de fazendas de café no interior de São Paulo e de seus respectivos proprietários, como também do número de famílias e pessoas de origem germânica de cada uma delas.

Santos em maio do mesmo ano e se dirigiram a pé até Limeira⁴³, uma vez que o transporte rudimentar e insuficiente era feito por lombo de burros e atendia, nesse caso, prioritariamente a idosos, doentes e crianças.

Uma vez instalados na colônia, passaram pelo mesmo processo pelo qual outros colonos viveram nas fazendas de café: adaptação ao clima, à língua, à cultura e à alimentação, sem falar em mais um complicador, os abalos à saúde que eram provocados por doenças tropicais as quais não conheciam.

O sistema de parceria era caracterizado pela assinatura dos contratos de trabalho ainda no país de origem, portanto, os trabalhadores que para cá vieram, estavam desde o início, sujeitos a cumpri-los integralmente. O contrato idealizado e escrito pela Companhia Vergueiro e praticado pelos outros fazendeiros que adotaram o mesmo sistema era unilateral, fato que abria precedentes para situações exploratórias da mão de obra branca.

Havia muitos pontos do contrato que beneficiavam somente os fazendeiros, como algumas cláusulas fazendo com que o trabalhador ficasse inteiramente à mercê deste, fosse pela cobrança de taxas pela moradia, através de pesagem fraudatória do café ou pela cobrança abusiva de juros e preços altos feita através de cadernetas na venda da fazenda, que por sinal também pertencia ao fazendeiro⁴⁴. A incidência desses fatos parecia ser inerente ao sistema (DAVATZ: 1974, pp. 36-104).

Outras formas de trabalho livre com participação de trabalhadores alemães foram utilizadas no interior de São Paulo. Estes não foram recrutados apenas para as lavouras de café, mas, em anos posteriores, trabalhadores foram também contratados para a construção de picadas e estradas ligando Limeira às cidades da região.

⁴³ Gazeta de Limeira, Suplemento, 1980: p. 20, também são encontradas informações acerca desse percurso e suas condições precárias em Busch, História de Limeira, obra já citada, Stahlberg, Altino. Imigrantes Alemães e Suíços em Limeira. Limeira. SP. 1ª Ed. 1999. Cabe salientar que as estradas de ferro só foram construídas posteriormente, na segunda metade do século e que, até então, a comunicação, tanto em termos do transporte de pessoas como de cargas era feita em lombos de burros.

⁴⁴ Esses pontos já foram trabalhados anteriormente e a cópia do contrato de parceria consta em anexo.

No rico acervo histórico do Arquivo do Estado, foram encontradas cartas relatório escritas por Hermann Günther (1856) (engenheiro alemão responsável pelas obras das estradas), enviadas ao presidente da província informando sobre as condições de trabalho, ocorrências gerais da turma e medidas corretivas utilizadas em casos de desordem por parte dos trabalhadores.

Além do fato de essas cartas mostrarem outras categorias de trabalho livre para as quais eram trazidos imigrantes alemães, tanto para a cidade de Limeira quanto para outras cidades da região, há também o fato de alguns desses relatarem, além das condições de trabalho a gestão da alimentação do grupo, a qual se dava de maneira similar à das colônias: o responsável pela turma comprava os alimentos e os vendia aos trabalhadores ao preço que bem desejasse, registrando os gastos em cadernetas para serem descontados dos salários. O engenheiro tentava convencer os seus subordinados a permanecerem com ele no trabalho livre de construção das estradas mostrando-lhes o quanto os colonos eram explorados em suas cadernetas e quão exorbitante era o custo de vida para aqueles que viviam nas colônias. Em carta datada de 01 de janeiro de 1856, escrevia:

*a respeito dos mantimentos vi que os colonos, comprando-os nas vendas, gastam todo o dinheiro que ganham. Para mostrar à eles, que V^a Exc^a querendo cumprir mais do que se obrigou pelos contratos, compro os viveres da primeira necessidade em porção maior e vendo-os por preço de custo, assim, que nenhum trabalhador da minha turma por exemplo pague e pagou mais do que seis vinténs por uma libra de toucinho. Na festa de Natal foram alguns para várias colônias de parceria e ouvindo lá dos preços altos que aqueles colonos pagam para os mantimentos voltaram eles bem contentes*⁴⁵.

Essa informação contida na carta nos faz crer na exploração que de fato se dava nas colônias, o que tornava ainda mais difícil a realização do sonho de adquirir suas próprias terras e de se tornar, enfim, proprietários. Havia a possibilidade de famílias numerosas terem maiores chances de cumprir com todas as cláusulas do contrato e conseguir arregimentar algum dinheiro para enfim realizarem o sonho de se tornarem

⁴⁵ (Hermann Günther, manuscrito: 1856. Cópia da carta segue em anexo.

pequenos produtores rurais, como prometera a propaganda que impulsionara sua vinda para cá. Podiam cuidar de um maior número de pés de café aumentando, assim, sua renda. De acordo com o contrato de parceria era considerado adulta qualquer pessoa com idade acima de dez anos, tendo para os que entraram em 1850, sido limite entre crianças e adultos fixado na idade de oito anos⁴⁶.

O trabalho infantil, portanto, era considerado como força produtiva na distribuição dos pés de café que cabia a cada família cuidar. Mesmo que não fosse, com a tradição do *ethos* de trabalho dos alemães⁴⁷ e a cultura camponesa trazida da Europa, somadas à necessidade de ter aumentada a sua produção, as possibilidades de arregimentar os fundos necessários à quitação dos débitos, compra dos gêneros alimentícios de primeira necessidade aumentavam possibilitando-lhes, após saldar todos esses débitos, sair das colônias para se instalarem na cidade como artesãos ou mesmo comprar terras tornando-se pequenos proprietários. Isso tudo obrigará a inclusão das crianças no trabalho.

José de Souza Martins (1991: pp 60-66) discute a questão do trabalho infantil no campo, no sentido de preparação do futuro de sua família e conseqüentemente de seu próprio futuro, mostrando a estreita relação estabelecida no binômio trabalho e família. Manter a terra vinculava-se à preservação da família unida, portanto, ter pouca terra para plantar significava a desagregação da família, segundo o qual, os membros acabariam se dispersando em busca de outros meios de sobrevivência. Percebo que tanto na sua pesquisa com camponeses migrantes do sul em direção ao norte do país, como na minha pesquisa do Bairro dos Pires, “os que não puderam agir

⁴⁶ Conforme cópia do contrato de parceria apresentado por Davatz, 1972, artigo 2º, alíneas a e b apresentadas no anexo nº 1.

⁴⁷ “a ‘origem’ alemã é a qualidade étnica fundamental, etnocentricamente associada a um *ethos* do trabalho simbolizado pela colonização; ‘origem’ que evoca pertencimento a um povo ou raça, mas que raramente impõe critérios fenotípicos como sinais de distinção étnica. O processo de colonização se tornou símbolo da etnicidade e modelo contrastante em relação à sociedade brasileira mais ampla. A imagem do imigrante alemão que dignifica o trabalho remete a uma apropriação simbólica da história da colonização – uma imagem construída por oposição a brasileiros estereotipados, num contexto de identidades contrastivas”. (SEYFERTH: 1994, p. 23). A colonização serviu como símbolo étnico das virtudes do ‘trabalho alemão’ e do ‘espírito pioneiro’, num discurso etnocêntrico ao qual não faltaram referências raciais, em especial no confronto com o ‘outro’ mais próximo do colono, o brasileiro rural, chamado de caboclo, em sentido pejorativo, denotando suposições de inferioridade étnica”. (SEYFERTH: 1994, p. 203/4)

assim, (aumentando a quantidade de terras) tiveram a família dividida, os filhos migrando para a cidade em busca de trabalho” (MARTINS: 1991, p. 61).

A lógica do trabalho camponês estava, portanto, ligada à família e à sua preservação, como afirma o autor:

o primado do trabalho é, na verdade, o primado da família. O trabalho reproduz a família, na medida em que se assegura a ampliação da propriedade se na extensão das necessidades de sobrevivência de todos os seus membros. É assegurando a existência da propriedade que o pai de família cumpre o seu dever de garantir aos filhos a terra suficiente para que possam, por uma sua vez, constituir família. O empreendimento não resulta, primordialmente, de uma lógica econômica. Ele é produzido pelo familismo que, por sua vez, não se separa da economia (MARTINS: 1991, p. 61).

Ficou claro também na minha pesquisa, como na dele, que a infância é o período da vida em que a criança se prepara para herdar. Ir para escola assim, “é também um tempo de trabalho e necessidade que prepara o herdeiro para o salto social, econômico e técnico, que constitui a nova escala da agricultura familiar, sua dependência em relação ao grande capital e à tecnologia. O destino de cada um é o destino do herdeiro e a vida é uma estratégia de adultos e crianças para constituir o patrimônio dos herdeiros” (MARTINS: 1991, p. 63).

Esta dinâmica da sobrevivência faz com que a consciência da criança e do adolescente aceite a ocupação do tempo da infância pelo trabalho e pelo estudo como trabalho e complemento do trabalho. “ilusão cruel que cria a possibilidade de ser criança, de ter infância, para ocupá-la com os encargos do trabalhador e as preocupações do adulto, para negá-la” (MARTINS: 1991, p. 65).

Segundo Bassanezzi (1990: p. 338) o trabalho dentro da estrutura familiar assegurava ao grupo o mínimo para a sua sobrevivência. A cooperação familiar aparecia como incentivo para a formação de um pecúlio. E este dependia do grau de

intensificação do trabalho e da redução do consumo ao estritamente necessário, que o colono podia impor a si e à sua família⁴⁸.

Para isso, todos os braços que fossem necessários e agüentassem o trabalho da colheita e beneficiamento do café, eram utilizados. Além do mais, nessas colônias não havia outras possibilidades de ocupação para essas crianças, uma vez que as escolas, nesse período, ainda não eram organizadas, nem priorizadas pelos cafeicultores, a não ser em casos como o do parceiro Thomas Davatz, que por ter mais instrução, se propôs a montar uma sala de estudos na Colônia Vergueiro, malograda no entanto, com a revolta de 1857⁴⁹.

Dessa forma, após vários anos⁵⁰ de trabalho, um grupo de quatorze famílias conseguiu reunir fundos, através de poupança familiar, para aquisição de terras. Compraram-nas de uma fazenda situada no Bairro dos Pires de propriedade de Francisco José Pires, chamada Fazenda do Feital. Convém salientar que os alemães que adquiriram terras no bairro dos Pires vieram das duas maiores fazendas de café de Limeira - São Jerônimo e Ibicaba - como também de fazendas de outras cidades da região, como Sete Quedas de Campinas e de algumas fazendas de Cosmópolis. Segundo Liliana Lagana Fernandes (1971: p. 26), após a compra, os colonos repartiram a propriedade em lotes perpendiculares à orientação do ribeirão, cada um recebendo um lote proporcional à quantia de dinheiro com que tinha contribuído à compra da fazenda. Estavam assim lançadas as bases de uma "colônia" étnica, cultural e religiosamente homogênea e caracterizada, desde logo, por um forte sentimento de coesão, tendo em vista as condições em que surgira.

⁴⁸ Bassanezzi, 1990, p. 338, apud BEOZZO, José Oscar. A família escrava e o imigrante na transição do trabalho escravo para o livre. In MARCÍLIO, Maria Luíza (org). Família, Mulher, Sexualidade e a igreja na História do Brasil. Edições Loyola. São Paulo. 1993

⁴⁹ Informações mais detalhadas sobre a revolta de 1857, ver DAVATZ, Thomas. Memórias de um colono no Brasil.

⁵⁰ O período de trabalho variou entre quatro e nove anos, de acordo com o ano em que cada grupo de colonos chegou a Limeira. Os imigrantes de Holstein para a Fazenda São Jerônimo chegaram em 1852; outros que vieram para a Fazenda Ibicaba chegaram em 1847. Busch, 1967.

Além do esforço familiar para arregimentar fundos necessários para a compra, único meio possível de acesso à terra, uma vez que a Lei de Terras de 1850⁵¹ determinava que a posse da terra se desse somente por compra, segundo FERNANDES (1971), havia a possibilidade da aquisição das terras por esses colonos ter sido facilitada pela desvalorização provocada pelo empobrecimento do solo, consequência da má exploração do mesmo pela agricultura cafeeira, como já registrado acima.

Evidentemente, a compra de terras por parte destes colonos foi possível diante das condições de povoamento da época. De fato, os terrenos por eles comprados faziam parte daquelas grandes porções de solo pobre, marginalizados pela grande propriedade monocultora e muito desvalorizados em relação às terras ocupadas por estas. Eram, portanto, terras vendidas a baixo preço, ao alcance das modestas posses dos colonos provenientes da colônia São Jerônimo (FERNANDES: 1971, p. 26).

A referida autora chama a atenção para as condições em que os colonos que se dirigiram para o Bairro dos Pires encontraram as terras, sendo preciso um trabalho intenso para torná-las cultiváveis. Afirma que ao se estabelecerem em sua propriedade os colonos fizeram profundas transformações na paisagem, uma vez que encontraram, praticamente, terras por desbravar, enfrentando de início muitas dificuldades, desde a construção de um tosco abrigo à conquista de solos cultiváveis, pela derrubada da vegetação natural.

Essas afirmações da autora são um tanto quanto contraditórias, uma vez que afirma que as terras foram vendidas aos colonos devido à má exploração do solo pela agricultura cafeeira, no entanto, eles encontraram alguma vegetação a ser desbravada, nesse caso, é mais possível que tenha sido pés antigos de café que mata ou vegetação natural. Acredito que essa hipótese da autora pode ter sido levantada em

⁵¹ A série de Registros de Terras é fruto da Lei nº 601 de 18 de março de 1850, regulamentada pelo Decreto nº 1318, de 30 de janeiro de 1854. Foi a primeira legislação sobre a propriedade da terra surgida no Brasil independente. Visava normatizar e registrar as propriedades que já possuísem título legal (sesmaria, compra, herança) ou que tivesse posse comprovada. O registro dessas propriedades eram feitas à nível de Freguesia, à cargo do vigário local, que abria, rubricava e encerrava o livro, encaminhando-o a seguir, ao Governo Provincial. Nota contida no livro aberto no dia 23/05/1855, dia do primeiro registro e encerrado no dia 16/02/1856. Alguns desses livros se encontram no Arquivo do Estado, em São Paulo. Estão microfilmados. Informações sobre Limeira e algumas cidades do interior se encontram nos filmes 3016 e 3017 (de 41 a 134 e de 135 a 255).

virtude do modelo de colonização implantado na região sul do país, baseado na pequena propriedade, que de fato encontraram terras a desbravar e muitas vezes improdutivas. Além do mais, o Bairro dos Pires se localiza nas proximidades da Fazenda São Jerônimo, portanto, uma área produtora de café.

Maria Isaura Pereira de Queiroz (1978: pp. 38/40) apresenta uma outra versão para esse processo, segundo ela, o café era uma cultura de colinas, ficando as terras mais baixas e úmidas ociosas. Esse fato fez com que alguns fazendeiros vendessem essas terras para seus colonos por alguns motivos: se livravam das terras que não serviam para o café, mantinham uma mão de obra disponível para épocas de colheita e resolviam o problema de abastecimento, incentivando a agricultura de subsistência, até porque a monocultura significava uma ameaça aos lucros e não era interessante o aumento de concorrentes.

As oscilações do preço do café no mercado internacional provocaram sempre crises que preocupavam sobremaneira, os fazendeiros. Por outro lado, existia nas fazendas uma mão-de-obra ociosa, uma vez que ela era calculada segundo a necessidade de braços na época das colheitas. O café só podia ser plantado nas colinas; os fazendeiros resolveram então vender lotes situados nos vales úmidos, que os imigrantes, tendo feito economias, puderam adquirir, uma vez que as vendas a prestações lhes facilitavam as compras. Instalados em suas terras, desenvolveram uma agricultura comercial de abastecimento, cultivando dois ou três produtos que eram vendidos no próprio local ou nas cidades. As estradas de ferro, tendo seguido a marcha do café para Oeste, proporcionaram aos novos pequenos produtores agrícolas o escoamento do produto para as cidades mais importantes, situadas próximas ao litoral, Campinas, São Paulo, Santos. Na época das colheitas, trabalhavam eles nas grandes fazendas de café e assim, ganhavam um pequeno salário complementar. Desde então, tranquilos, os fazendeiros de café sabiam que tinha à sua disposição, à beira de suas fazendas, a mão-de-obra de que necessitavam na época das colheitas, sem guardá-la na propriedade o ano inteiro (QUEIROZ: 1978, pp. 39/40)”

Assim, explica-se o fato de, no início, logo que se tornou possível iniciar o cultivo, a preocupação dos colonos dirigir-se à produção de culturas de subsistência; ao mesmo tempo, porém que se mostravam empenhados no estabelecimento de uma cultura comercial, que proovesse a entrada de alguma fonte de renda. O café representava, na época, uma cultura comercial altamente valorizada e foi adotado pelos colonos, que

possuíam, além do mais, a devida experiência, adquirida durante a permanência em São Jerônimo (FERNANDES: 1971, p. 26).

A área então fragmentada e distribuída de acordo com as possibilidades econômicas de cada família constituía um espaço de fixação de pequenos e médios proprietários. Esse fato representou um sistema de valorização de terras pobres. Primeiramente foi estabelecida a policultura que propiciava a subsistência, entretanto o café foi se constituindo como seu principal produto comercial.

O critério de distribuição das terras entre os colonos seguiu, por analogia, o mesmo modelo implantado no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, modelo este que os imigrantes que lá se instalaram já trouxeram consigo dos países europeus, de suas regiões agrícolas de origem. A organização dos núcleos eram em forma de espinha de peixe, partindo sempre de um ribeirão, de modo que todos os colonos tivessem acesso a ele, para dele poderem se abastecer de água e utilizá-la para a irrigação de suas terras. Assim, dessa forma também organizou-se o Bairro dos Pires:

As formas de disposição destes núcleos variavam. Uma das mais consagradas foi a de espinha de peixe, onde a um travessão central se ligavam transversalmente os lotes. Normalmente o travessão era planejado ao longo de um curso de água, e cada lote deveria ter acesso ao mesmo. Porém, o mais importante era o núcleo para o qual convergia todo o travessão. Ele deveria ter as condições básicas para a integração dos habitantes desta área, isto é, para o desenvolvimento comunitário” (KREUTZ: 1994, pp. 17/18).

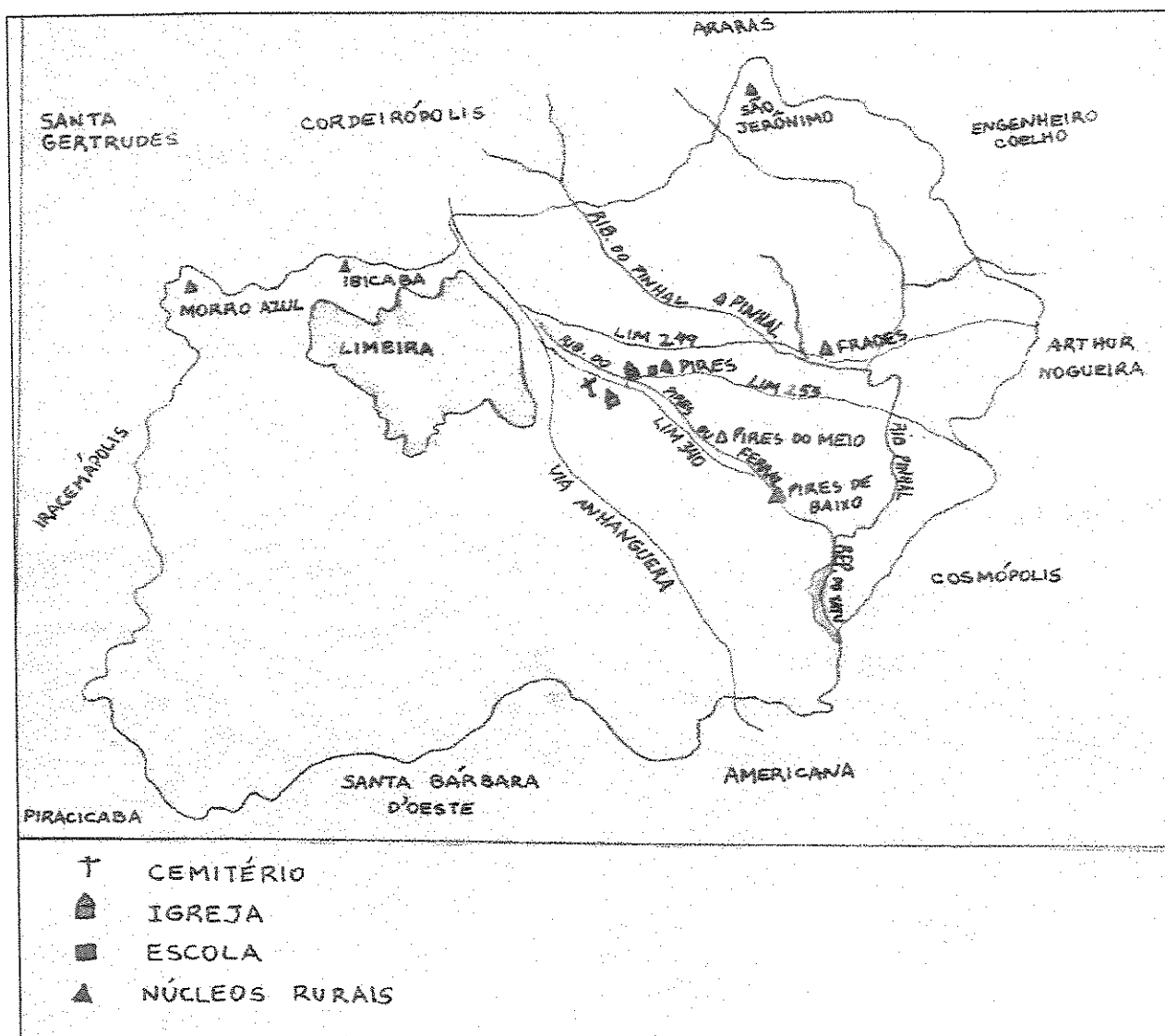
É ainda Lúcio Kreutz (1994) que mostra qual é a dimensão dessa organização física do Bairro. É muito mais que apenas uma distribuição espacial, mas uma forma de reprodução dos espaços de vivência que tinham no país de origem. Simbolicamente seria a construção de uma pátria alemã no Pires (no Brasil), seguindo o modelo de organização praticado em alguns países europeus que vinham adotando a organização de núcleos agrários com variedade de disposição, sempre sob o princípio de que para um determinado número de colonos se dispusesse de um centro (vila) com a infra-estrutura de artesanato, comércio e atendimento religioso-escolar fundamentais (KREUTZ: 1994, pp. 17/18).

Andando pelo Bairro dos Pires é possível observar que a distribuição dos terrenos foi feita perpendicularmente ao curso do Ribeirão dos Pires e que há um centro sócio-cultural-econômico, onde se ergueram as igrejas, a escola, o cemitério e onde até a década de 1930 havia o lugar de lazer comum do bairro, o Bosque, que também ficava nessa área central, ponto de entroncamento dos três Bairros dos Pires⁵². Se houve alguma mudança nessa estrutura, foi para facilitar a vida dos moradores, tanto quanto em outros lugares de imigração alemã no Brasil, no entanto esta não aconteceu de maneira aparente, mas como consequência de toda uma reestruturação do bairro.

Segundo Kreutz (1994), as alterações que ocorreram nas colônias objetivavam facilitar a integração dos imigrantes e diz ele que o tipo de organização física das colônias já correspondia, em parte, à experiência dos mesmos como pequenos proprietários na Alemanha. Com o passar dos anos, foram feitas modificações para facilitar a vida comunitária de seus moradores, superava-se aos poucos, a estrutura de travessão, pois os moradores dos dois extremos ficaram muito distanciados dos pontos de encontro como igreja, escola, casa comercial e clube. Já as nucleações mais recentes de imigrantes formadas no início do século XX foram organizadas de forma a se evitar o distanciamento do ponto de convergência da vida comum. Tomavam a forma de cruz em que as duas linhas se cruzavam ao centro, no qual se situava a estrutura das organizações comunitárias já referidas, tendo os mais distantes que percorrer uma distância menor, viável para ser caminhada diariamente por crianças em idade escolar” (KREUTZ: 1994, pp. 18/19).

⁵² O Bairro dos Pires é subdividido em três: Bairro dos Pires de Baixo, Bairro dos Pires de Cima e Bairro dos Pires do Meio de Cima, e é neste que se localizam as instituições mencionadas. Embora haja, oficialmente essas distinções, os contatos são diretos e viabilizados pelas atividades das igrejas localizadas no centro dos três bairros. Os moradores identificam-se como moradores do Bairro dos Pires, sem especificar se de Baixo ou de Cima. É possível observar a localização dos três bairros no mapa da página seguinte.

MAPA DA ZONA RURAL ONDE SE SITUA O BAIRRO DOS PIRES



Mapa desenhado pela autora, tendo como base o Atlas Municipal Escolar – Geográfico, histórico e Ambiental. 2000. Pode-se observar a concentração da escola, das igrejas e o cemitério na área de entroncamento entre a Lim 253 e a Lim 340. A maioria das propriedades dos entrevistados se situa nessas duas vias.

Entender a estruturação física destes núcleos coloniais é importante, à medida que eles foram as bases que possibilitaram a rede de organizações sócio-culturais e religiosas a animar e caracterizar a vida dos imigrantes alemães, sem a marginalização de pessoa alguma que compusesse a comunidade rural. Com as entidades todas centralizadas em um único ponto central e de fácil acesso à todos,

procurava-se que as pessoas participassem de todas as atividades organizadas em qualquer desses espaços sociais. Assim,

previa-se a participação de todos na igreja, escola e associações, inclusive com trabalhos concretos. Especialmente, repetia-se diversas vezes ao ano, a convocação dos sócios para as Gemeindearbeiten ou Fronarbeiten (serviço de comunidade obrigatório e gratuito), isto é, o mutirão que (...) é uma expressão da experiência e organização comunitária dos imigrantes teutos. Os sócios da comunidade rural eram regularmente convocados, a cada ano, para serviços como a reforma e limpeza da capela, da escola e do cemitério e para a conservação da estrada (travessão). Fazia-se convocações especiais para momentos ou finalidades mais específicas, como construção da igreja, escola, casa do professor, salão de festa ou para a preparação de algum evento especial (KREUTZ: 1994, pp. 18/19).

Uma depoente recorda-se bem dos mutirões feitos para a limpeza e manutenção do cemitério, uma das principais atividades comunitárias exercidas pelas famílias do bairro, que perdurou até a declaração de guerra dos aliados contra a Alemanha. Até esse momento a convivência entre descendentes de alemães e brasileiros foi pacífica, sendo alterada no momento da Segunda Guerra, quando a prefeitura, - representante legal do Estado e por este delegada a fazer cumprir as leis - começou a interferir no bairro. Esse é um fato de suma importância, pois a repressão ou perseguição aos descendentes de alemães, de forma sutil ou declarada, aconteceu. Assim ela diz:

é que quando a Alemanha perdeu a guerra, os alemães não tinha mais direito das coisas, porque eles eram do Brasil, eles era pra ser brasileiros. E teve muito aquela coisa (...) que eles era muito contra os alemães. Acharam que os alemães não tinha mais vez. Daí encampou o cemitério, porque antes deles encamparem o cemitério ele era tocado pelo bairro aqui. Eu era menina pequenininha de 12/13 anos não sei e eu ia com o meu pai carpir o cemitério. Quando morria uma pessoa eles faziam as covas enterrava as pessoas, sabe? O Bairro mesmo fazia. Não tinha a prefeitura que mandava. Então cada família, cada duas ou três famílias pegava o cemitério por um ano e tratava, carpia, capinava, era parte pequena também. Era uma parte que agora não tem mais porque o cemitério foi aumentando. E depois quando deu esse negócio da guerra a prefeitura encampou o cemitério e a escola. Só que a igreja ficou. Parte da igreja eles não mexiam.(ELÍRIA JÜRGENSEN: 1999, p. 49).

O mutirão representou a unidade do bairro durante muitos anos. Através dele as pessoas se reuniam para pensar o bairro, suas necessidades, suas dúvidas e era ainda um momento de encontro onde podiam conversar com alguém que os entendia, que falava a mesma língua. Muitos eram os momentos de reunião, não só nos mutirões de trabalho, mas também nos encontros religiosos e culturais. Esses encontros eram muito significativos, não só por terem sido relevantes para a formação do bairro, como também para a manutenção da língua e perpetuação de hábitos culturais trazidos de sua terra natal.

Algumas dessas características históricas levantadas sobre as áreas de colonização, de povoação ou simplesmente de formação de bairros rurais como o Bairro dos Pires, pelo que se pode compreender, são peculiares a essas formações grupais e têm como base a tradição cultural de seus locais de origem, das regiões que habitavam na Alemanha. Portanto, o Bairro dos Pires não se encontrava isolado totalmente de influência alemã ou vinda direto da Alemanha ou trazida de outras regiões do país com agrupamentos germânicos, mais antigos em sua formação.

No momento imediato à ocupação das terras, a primeira necessidade a ser suprida então era a manutenção física do próprio grupo, por isso a opção pelas culturas de subsistência. A partir daí, o Bairro dos Pires foi se desenvolvendo ao lado da grande propriedade monocultora cafeeira e passou a representar o papel complementar a esta, uma vez que lhe fornecia produtos da alimentação básica que geralmente a grande agricultura cafeeira, voltada para o mercado de exportação, não produzia, tornando-se assim um complemento desta e não somente o resultado da fragmentação da mesma, além de constituir celeiro de mão-de-obra sazonal.

O bairro alemão de predominância luterana então constituído apresentava algumas peculiaridades encontradas em outras colônias de alemães espalhadas pelo Brasil, como se pôde constatar, e o fator aglutinador que permaneceu, enquanto foi permitido pelo governo brasileiro, foi a preservação e o culto da germanidade. Mantiveram aspectos semelhantes aos de outras colônias germânicas no sul do Brasil e mesmo no interior de São Paulo, como a vizinha Friburgo, em Campinas: grupo homogêneo quanto à etnia e bagagem cultural, vivência coesa e relativamente fechada;

criação de escola, igreja e cemitério próprios, fazendo vir seu primeiro pastor e professor da Alemanha, como bem expressa Sra Júlia, “é a colônia alemã, porque aqueles tempo não tinha que nem hoje já tem mais assim, vamos supor, descendente de brasileiro do que descendente de alemão. Porque agora já tá tudo loteado em chácaras, mas aqueles tempos era só alemão mesmo...até muitos conversavam em alemão, nem sabiam conversar bem assim o Português” (JÚLIA JÜRGENSEN: 1999, p. 10).

Desde a criação da escola em 1874, o ensino foi dado unicamente em língua alemã, modificado só no segundo quartel do século XX passando-se a ensinar, a seu lado, também o português, devido à pressão de leis estaduais que determinavam o ensino da língua portuguesa. O “platt” foi durante muito tempo o meio de expressão mais usual. O Bairro dos Pires constituía, enfim, um grupo com vida própria muito intensa, podendo-se, mesmo, falar em “quisto étnico” (FERNANDES, 1971: p. 27). O bairro permaneceu assim fechado em sua cultura, enquanto foi possível, se reestruturando lentamente, pois à medida que a cidade ia se desenvolvendo, as áreas rurais iam sendo ocupadas, o isolamento geográfico e cultural foi diminuindo, representando uma ameaça para a germanidade que até então era preservada.

Conforme se deu esse desenvolvimento, outras necessidades foram surgindo, justificando, aos poucos, o aparecimento de novos serviços “de fato por volta do início do século, aparecem uma ferraria, um moinho e uma serraria, e em 1912, a primeira venda. Todos os serviços localizaram-se na área central do bairro, nas proximidades da encruzilhada das duas principais estradas, definindo-se assim, um centro social e econômico” (FERNANDES: 1971, p. 27).

A dedicação ao cultivo do café foi intensa enquanto este foi economicamente interessante, porém, após a crise de 1929, como forma de superação dos seus problemas, buscou-se a diversificação da cultura, passando a plantar laranja. Atualmente, além da produção desta, produzem também as suas mudas, o que requer um espaço físico menor. “Bom. Aqui no Bairro dos Pires quando eu cheguei, antigamente a conhecer o bairro, que eu já era formado, era lavoura de cereais e a principal lavoura prima era café. Isto foi até 1929. Houve a crise do café, o café foi a zero. Então passaram a devagarzinho implantar a plantação de laranjas, isto prevalece até hoje. É a matéria

prima pode-se dizer que tem, que produz aqui no Bairro dos Pires é a laranja” (WALTER POMMER: 1999, p. 8).

Cabe salientar que o bairro nas últimas décadas tem se reestruturado. As divisões por herança e casamentos têm provocado o esfacelamento da organização social baseada na agricultura familiar e a própria agricultura entra em colapso, uma vez que se tornou freqüente a venda das terras para especuladores imobiliários que as fragmentam em chácaras de recreio de 1,5 a 2 km², eliminando aos poucos o trabalho com a terra no cultivo da laranja, que já representou muito para a economia do bairro e da cidade como um todo.

Alguém sai sempre. Existe aqueles que resolvem passar para a cidade, mas eles não deixa essa comunidade, sai desta comunidade e se transfere para comunidade de Limeira. Sempre (as terras) mais reduzidas, é porque foi dividido de pai para filho, depois para os netos, foi cada vez menos. Hoje por exemplo aqui aonde nós moramos, nós temos 21 mil metros de terra, não dá um alqueire. Isso aqui minha mulher herdou do pai dela, aproximadamente 40 mil metros, mas ela era dividida em duas partes. Pegou uma e vendeu uma parte para o irmão e só ficou com 21 mil metros, um lugar para morar, lugar para ter onde plantar (WALTER POMMER: 1995, p. 8).

Ainda é o Sr Pommer que nos diz como se organiza atualmente o bairro. Os membros que saem se mantêm ligados de algum modo ao bairro ou por laços familiares ou pelo vínculo religioso. “Alguns vende, não conservam a propriedade, o meu filho mora em Limeira mas conserva propriedade no Bairro dos Pires. O sítio que foi meu ele deixou para as filhas dele e ele continua, é membro da comunidade aqui, mora em Limeira, mas não deixou daqui. Fica aqui mesmo. Ele e o cunhado são membros da comunidade daqui” (WALTER POMMER: 1995, p. 8).

Um outro fato relevante a considerar sob esse aspecto é a crescente produção de laranja nos EUA, que afetou consideravelmente o mercado exportador brasileiro, levando à contenção da ampliação dos pomares cítricos, mais um agravante para a sobrevivência da pequena propriedade produtora de laranja ou de mudas⁵³.

⁵³ Este aspecto da crise da laranja já foi trabalhada no capítulo II, quando escrevi sobre a contribuição do elemento imigrante alemão para a cidade de Limeira.

2 Viver, Morar, Trabalhar: O Sonho Realizado

A questão relacionada ao trabalho com a terra é uma das mais importantes para o bairro, uma vez que é dele que depende a sua existência como bairro rural e se perpetua uma série de costumes herdados dos antepassados. Procurou-se manter as estruturas de trabalho tal qual aprendidas com pais e avós, estes já tendo aprendido com os primeiros imigrantes que vieram para o Brasil a trabalhar nas fazendas de café, trazendo ou aprendendo novas técnicas de plantio, cultivo, colheita ou secagem dos grãos.

A organização social do trabalho no bairro está fundada em dois pontos: na forma de distribuição da força de trabalho produtiva, composta de camponeses, pequenos agricultores e prestadores de serviço e na forma de ocupação do espaço físico-geográfico. Com a melhoria das estradas para o bairro, no final dos anos 80 ou início dos 90, há a presença de proprietários residentes fora do bairro, no geral na área urbana de Limeira, que tendo adquirido pequenos pedaços de terra nos quais constroem uma casa com piscina e transformando em área de lazer para finais de semana. Essas áreas podem se constituir também como fonte de renda ao serem alugadas por períodos curtos de tempo, diferentemente das outras categorias que mantêm sua terra como fonte única de sobrevivência.

As atividades agrícolas se destacam em duas categorias: os agricultores e os camponeses. Segundo Maria Isaura Pereira de Queiroz (1973: p. 132), camponeses são pequenos empresários rurais que vivem da sua roça de subsistência, vendendo o excedente, e os agricultores, categoria de pequenos produtores rurais que têm o trabalho na roça como um elemento subsidiário, embora constante, e sua manutenção depende do cultivo e negociação de um produto principal para o mercado. Parte dos agricultores do Bairro dos Pires tem sua produção subordinada à agroindústria, sendo esta a determinadora dos valores e do destino da produção⁵⁴.

⁵⁴ Esta questão do mercado de citrus foi trabalhado no capítulo II, quando foi descrita a situação da laranja na cidade de Limeira e a formação do complexo citrícola paulista.

O diferencial analítico dá-se na maneira pela qual ambos se dedicam ao trabalho, sendo encontrados também trabalhadores assalariados que são contratados nos bairros próximos ou mesmo no próprio bairro. Geralmente esses últimos são caseiros que vêm morar no bairro para cuidar de chácaras de proprietários urbanos e que se empregam durante o dia e enquanto a lida com a chacara não exige sua presença freqüente, na agricultura do lugar.

Além desta característica fundamental, distinguem-se também os camponeses por outros traços complementares: são em larga escala auto-suficientes e independentes em relação à economia urbana; seus estabelecimentos são do tipo familiar, concentrando os chefes de família a iniciativa dos trabalhos efetuados na unidade de produção, trabalhos que não se distinguem e sim se confundem com todas as atividades da vida cotidiana (QUEIROZ, 1976: p. 36).

No Bairro dos Pires a mão de obra mais freqüente é a familiar, o trabalho na lavoura é dirigido pelo chefe da família, não obstante conte com a ajuda dos filhos e da esposa; em casos de propriedades maiores, conta-se sazonalmente com a ajuda de empregados assalariados. Mesmo nas plantações maiores a presença das mulheres e crianças na limpeza dos canteiros e no trato das mudas ainda se faz presente. Segundo Maria Isaura Pereira de Queiroz (1978: p. 40), a agricultura de abastecimento moderna ainda está baseada no trabalho de unidades familiares, mesmo tendo se modernizado ao nível das técnicas e do destino do produto, que se comercializou, não se pode falar propriamente, em modificações nas relações do trabalho. Acredita-se que o fator de mudança é, sem dúvida, a expansão cada vez mais acentuada das cidades.

Esta forma de organização social do trabalho mantém-se ainda que a estrutura familiar se altere, como no momento dos casamentos dos filhos. Geralmente estes permanecem morando nas proximidades da casa dos pais, no próprio bairro e dedicando seu trabalho às atividades agrícolas, só se modificando esta estrutura quando o casamento se dá com pessoas de fora do bairro, residentes em zona urbana e com trabalho urbano, que não se dedicam inteiramente ao trabalho no solo, no caso das mulheres, pois não é constante a desvinculação dos homens da atividade agrícola após o casamento.

O casamento e a divisão de terras por herança são um incentivo para o abandono da zona rural e mudança para a zona urbana, uma vez que os lotes que os imigrantes adquiriram, à época da compra, eram suficientes para a manutenção da família, mas a divisão por heranças sucessivas fragmentaram-nos, tornando-os cada vez menores. Segundo Maria Isaura Pereira de Queiroz (1978: p. 41), outros fatores contribuíram para esse êxodo: segundo as leis brasileiras, a herança é dividida eqüitativamente entre os filhos e filhas. Por outro lado, o solo brasileiro esgota-se depressa, ‘cansado’, necessitando de tratamentos custosos para refazer-se e os imigrantes não possuíam muita experiência sobre esse tipo de solo. Atualmente, os antigos lotes, muito fragmentados, tornaram-se minifúndios que afugentam os jovens permanecendo, então, nas mãos dos mais velhos.

O Senhor Oswaldo Dibbern, que é um dos moradores do bairro, descendente de alemães que ainda continua trabalhando na agricultura, é um exemplo vivo do desmantelamento da área rural comprada por seus antepassados. Fala sobre a dimensão desse parcelamento do solo devido às heranças de sua família e fala também sobre a necessidade de estar buscando informações sobre a cultura que pratica, para que não fique parado no tempo e possa se atualizar, modernizando suas técnicas e, conseqüentemente, também a sua produção. Para ele, quem não se moderniza, pára no tempo e corre o risco de não ter futuro na agricultura. Assim diz ele:

meu pai deixou pra nós mais de 40 alqueires, nós dividimos em dois, agora meu avô deve ter deixado aí em torno de 80 a 100 alqueires. Ele tinha 3 filhos. Acontece que daí eles dividiram em três e o meu pai comprou depois (mais terras). O sítio aqui que a gente mora tem 40 alqueires, então ele teve que comprar uma parte pra não desmembrar, então ele comprou de um irmão dele, meu tio e então meu tio comprou outras em outro lugar (OSWALDO DIBBERN: 1999, pp. 69/70).

As terras compradas pelo tio não eram exatamente no Bairro dos Pires, mostrando que o êxodo se dava também para outros bairros rurais da proximidade. A terra que ele comprou “não é praticamente no Bairro dos Pires, ele morava aqui encostado no Bairro dos Pires. E a irmã dele que é minha tia ficou morando aqui.

Morava logo ali na frente, perto da Anhangüera, mas meu avô deixou cerca de 80 a 100 alqueires, o certo eu não sei, não”.

Mesmo o senhor Oswaldo vendeu parte de suas terras, mas não deixou o bairro, pelo contrário, ampliou suas propriedades para além dos limites de Limeira, comprando terras em outras cidades do interior do Estado, “para isso, a gente vendeu nove alqueires e hoje eu tô com quatorze e mais dezesseis e o meu irmão também dezesseis”.

Quanto ao trabalho familiar, ele tem duas filhas que não trabalham na lavoura. Hoje as duas são casadas; quando deu seu depoimento uma delas ainda era solteira. Suas filhas não trabalhavam na lavoura, mas seus genros, sim. Reconhece que antes o trabalho feminino na lavoura era essencial, mas atualmente considera muito pesada a agricultura para a mulher, embora seja uma visão pessoal, visto que ainda são encontradas muitas mulheres secando arroz, colhendo laranja, molhando mudas de laranja nos canteiros.

Se suas filhas não lidam com a roça, com os seus maridos acontece o contrário:

é, minhas duas filhas uma casou e o meu genro trabalha comigo, agora a Diná é solteira e estudou. Não tem como trabalhar na roça, é difícil então pra mulher já é mais difícil trabalhar na roça. O sistema que tá hoje, antigamente as mulheres trabalhavam muito na roça, quase todas elas, hoje a vida mudou. Então houve essa chance de estudo e como que diz, a pessoa precisa gostar do que faz, então vamos dizer, gosta de estudar, então vamos estudar. E se tem chance tudo bem, como no meu caso eu não tive chance, não tive condição de estudar (OSWALDO DIBBERN: 1999, p. 70)

Embora reconheça que na sua infância não teve condições para avançar seus estudos, esta foi decorrência de dois fatores que conjugados, se tornaram um impedimento a tal: as condições de vida e de moradia e a ausência de escola no bairro que atendesse à necessidade de prolongamento dos estudos para além do terceiro ou quarto ano primários. Ter que trabalhar na infância não é um fato isolado de contextos sociais, principalmente quando se trata de moradores de bairros rurais e de pequenos proprietários de terra. Segundo José de Souza Martins (1991: pp. 60/61), o trabalhar na infância é visto como uma garantia de manutenção da unidade familiar, já que o trabalho

é uma missão familiar e a família se mantém através do trabalho de todos os seus membros, independentemente da idade. Para ele, a criança se prepara para herdar. Isso fica claro nas falas dos moradores do bairro quando falam do fator trabalho. Todos estudavam e tinham suas tarefas ou domésticas ou agrícolas a cumprir. Se a escola era vista como um meio de ascensão social necessária, era o trabalho (na terra) que garantia o futuro econômico, a sobrevivência; vislumbrando não somente a sobrevivência particular, individual ou familiar, mas a sobrevivência do próprio grupo (bairro), desde as primeiras gerações tradicionalmente ligadas à agricultura.

deu sorte que a gente tá fazendo o que a gente fez, porque meu pai deixou uma área boa de terra. Então a gente tinha condição de trabalhar, agora quem não tem terra suficiente tem que se virar, procurar um outro emprego. Então eu não posso me queixar dessa parte, eu de zona rural ainda acertei, eu continuei trabalhando na roça, eu só fui três anos na escola, eu era pra ir fazer o quarto ano na cidade não tive condição, era tudo difícil não tinha condução pra ir. A gente não tinha veículo nem nada, era só carroça, puxada por animais, então não tinha como ir, não tinha condição pra ir. Então eu saí da escola com doze anos e aí eu já fui pra roça, fui aprendendo a trabalhar na roça e a roça hoje é quase igual a cidade, se não tiver um conhecimento aprofundado, a gente não consegue adquirir alguma coisa. Eu estudo, eu recebo revista, eu vou em cima, onde tem uma publicação eu vou em cima, eu acompanho os programas de televisão agrícolas, folhetos, o que eu tenho de folhetos aqui guardados é uma infinidade disso. Fiz cursos sobre agricultura, por exemplo especializado em laranja que é o forte da gente, então eu tenho conhecimento bem aprofundado sobre isso. Então hoje se não tiver conhecimento (...) não tem como, então a coisa tá assim, evoluiu e a gente precisa evoluir junto, se ficar pra trás você não sabe o que é aquilo lá que tá na planta, o que é o significado, então a gente tem que ter todo esse conhecimento (OSWALDO DIBBERN: 1999, pp. 70/71).

Seu irmão continua trabalhando também com a agricultura, mas não sabe se a tradição de trabalho com a terra será seguida por muito tempo. Acredita, como vimos, que há a necessidade de atualização e acompanhamento do avanço tecnológico, não sendo possível se manter enquanto produtor rural sem a devida incorporação de novos conhecimentos:

ele (o irmão) tá no mesmo ofício e esse também não estudou. Ele tem um filho homem, esse já fez a oitava série, depois saiu, não quis continuar estudando, sei lá, não gostou. Se dedicou ao sítio e tá aí, precisa saber se ele vai em frente,

porque se ele ficar assim à vontade ele vai parar no tempo, ele vai ter que se dedicar à coisa aí, vai ter que se aperfeiçoar, procurar melhorar, porque cada dia que passa são coisas novas que vem vindo, então é preciso a gente ir acompanhando isso, é a mesma coisa que a gente na escola, a escola antigamente era uma coisa, agora é outra. E tudo é assim, tudo (OSWALDO DIBBERN: 1999, p. 71).

A substituição do café pela laranja foi uma consequência natural da reorganização do mercado consumidor. Se ela não se deu abruptamente, ocorreu gradativamente, à medida que crises consecutivas desvalorizaram o produto e as medidas governamentais de proteção ao café não foram suficientes para manter as pequenas produções. É ainda sr Oswaldo que mostra a sua compreensão desse processo de substituição de uma cultura pela outra, dizendo que

o café se manteve assim até os anos 60, aqui na nossa região eles foram plantando laranja e diminuindo o café, assim foi diversificando, foi diminuindo o café e aí foi aumentando a laranja, isso gira em torno de 1970, surgiu então aquela doença do ferrugem do café, então era um fungo, então sobrou pouco cafezal por aqui. Era inviável você continuar, você tinha que comprar o maquinário, tinha que ter o conhecimento, tinha que fazer cursos sobre isso, porque não era chegar e fazer de qualquer jeito, e então tem que ter o conhecimento, e aí tornou-se inviável e como a laranja já vinha dominando a região, então abandonaram o café de vez. Aí entrou tudo na laranja, então foi aí, por causa dessa praga de ferrugem do café que deu aí essa virada de uma coisa pra outra (OSWALDO DIBBERN: 1999, p. 71).

As mulheres também acompanharam o processo bem de perto, Dona Elíria, moradora do bairro, fala também sobre a substituição do café pela laranja, relatando como era a vida de trabalho das mulheres na agricultura. Na fala dela nos diz:

Eu trabalhava na roça ... eu trabalhei na roça toda vida. Até eu casar trabalhava na roça junto. Quando eu casei depois não trabalhei na roça mais. Meu sogro não tinha café, daí já era laranja. Todo mundo acabou com os cafezal e começou a plantar laranja, que o café derrubou tanto que não compensava mais tratar o café, criou aquela broca que eles falava, um bichinho que deu, acabou com todo o cafezal e só podia plantar laranja. Plantava arroz, milho pro gasto, naquele tempo não tinha como agora, compra tudo coisa na cidade. Naquele tempo as pessoas plantava tudo em casa. Fazia farinha de mandioca, fazia biscoito, tinha suas vacas para fazer sua manteiga, seus queijos, tudo em casa, eu cresci nesse ambiente, tinha vaca de leite para tirar o leite pra fazer a manteiga, fazer o

queijo, negócio era não ir na cidade, naquele tempo fazia tudo em casa, então era aquela vida simples. Até casar minha vida foi assim (ELÍRIA SOPHIA DIBBERN JURGENSEN: 1999, p. 64).

Evidencia que, se na vida de solteira, seu trabalho era na roça, depois de casada, o trabalho era também no lar, fazendo a farinha, os queijos, a manteiga, tirar o leite, cozinhar, enfim, todo esse serviço “mais leve”. No entanto, na fala de senhor Oswaldo, fica claro que as mulheres sempre estiveram presentes neste trabalho na lavoura, sem no entanto abandonar suas funções dentro do lar. Mesmo as crianças tinham suas atividades específicas a serem cumpridas, após chegarem da escola, como atesta senhor Walter Pommer Filho, que desde os sete anos trabalhava na roça:

meu tio tocava violino, meu pai era leiteiro, tinha porco, então eu tinha que vim, fazer minha lição de casa, aí eu tinha que descascar um monte de milho e tinha a quantidade de jacás que eu tinha que fazer. Era a minha tarefa depois que vinha da escola, juntar lenha seca, pau seco, graveto essas coisas pra minha mãe, porque ia os dois pra roça, meu pai com a minha mãe, pra trabalhar então eu tinha as minhas tarefas depois da escola pra mim fazer. A Gerta (prima) tinha que varrer terreiro, limpar ali, nós morava tudo junto ali, trabalhava muito nessa idade, então cada um tinha o seu serviço (...) (WALTER POMMER FILHO: 1999, p. 109)

O mesmo testemunho é dado por sua esposa, Shirley: “ah! mas eu (trabalho) desde os 7 anos de idade. Ia pra escola de manhã e de tarde ia pra roça, trabalhava, tinha as tarefas de casa, criança de sítio, todas trabalham. Todas trabalham” (SHIRLEY BECK: 1999, p. 109).

Até a década de 1950/60, as famílias que permaneceram com o trabalho agrícola tinham que envolver toda a família e ainda havia em certas ocasiões o sistema de mutirão quando um ajudava o outro, como descreve senhor Pommer Filho:

no Bairro, eles mesmo faziam o serviço. Não tinha gente de fora pra trabalhar. Isso eles não gastavam dinheiro. Esse que era o problema, (...), não tinha dinheiro, tinha tudo. Dinheiro não. Era difícil uma época. Era difícil o dinheiro. Então eu tava com uma roça de arroz pronta para colher, então pra mim falar eu vou vim aqui na cidade e pegar empregado aqui. (Algumas fazendas tinha), as fazendas trabalhavam com gente, e eu não tinha dinheiro para pagar. Então eu ia lá com o meu vizinho, ele também não tinha, eu ajudava ele colher o arroz dele,

contava os dias e assim ele reunia lá os filhos dele e vinha colhia o meu, assim era tudo dividido. Por isso não tinha convivência (com os luso-brasileiros). Eu acho, quer que a gente mantenha esse negócio...vivia num negócio fechado (WALTER POMMER FILHO: 1999, p.108)

Muitos fatores provocaram a saída do bairro desde a década de 1970 até agora: as famílias numerosas, que limitavam o parcelamento das terras, a desmotivação com o lucro da produção, às vezes até mesmo pelo próprio terreno recebido de herança, pequeno para produzir o suficiente para sustentar a família, as doenças comuns às determinadas culturas e a industrialização da cidade, que abriu maiores possibilidades de emprego, como nos diz Senhor Oswaldo Dibbern:

saiu bastante, esses que ficaram com pouca quantidade de terra, então eles não tiveram condição, como vou dizer, lucro que pudesse aumentar o patrimônio. Então ficou estacionado ali e a coisa aí ao invés de ir pra frente ia pra trás. Alguns por que não tinha aquela força de vontade, podiam ter ido em frente, mas alguns pequenos conseguiram ficar grande. A maioria dos pequenos acabou vendendo e foi pra cidade e se empregou e aí pôs os filhos pra estudar, arrumou emprego, aqueles anos o emprego era mais fácil, não precisava ter estudo, hoje é diferente. Hoje pra conseguir emprego tem que ter um certo grau... então já tão falando que se não tiver a oitava série não tem emprego. Então veja bem, naqueles tempos não, o pessoal ia pra cidade, ingressava na indústria e tudo bem. Conheço famílias aí que fez isso, e tão bem não tão mal, tá melhor do que se tivesse ficado no sítio com pouca terra. Então isso é coisa que houve, então existe famílias com pouca terra, eles estão aí, se dedicaram ao ramo que funciona, mas não sei se vai continuar isso daí. Pode ser que de uma hora pra outra não dê mais certo (OSWALDO DIBBERN: 1999, p. 79).

O proprietário que optou por continuar na produção agrícola, mas estabelecer residência na “cidade”, contribuiu ainda mais para a alteração da estrutura de trabalho e mesmo a estrutura social. Se o trabalho, até então, era baseado na mão-de-obra familiar, esta não estando presente, obriga a procura de pessoas para substituir o trabalho dos membros da família que se retiraram do campo. Adotam, agora, o trabalho

feito por volantes⁵⁵, mão-de-obra quase exclusivamente masculina, residindo dentro ou fora da fazenda, que chega de manhã e à tarde volta para o local de onde viera. “Nesse novo tipo de organização do trabalho, que também está acontecendo no Bairro dos Pires, apenas o chefe de família trabalha; tendendo o trabalho familiar a desaparecer. Cabe ressaltar que nos estabelecimentos agrários que formam uma unidade familiar de produção, esta organização foi naturalmente conservada, complementada somente pelo auxílio de um ou dois trabalhadores” (QUEIROZ: 1978, p. 42).

Assim, alguns agricultores ficaram com uma parte muito pequena de terra, e esta nem sempre é suficiente para o sustento da família. É comum encontrar agricultores que se dedicam ao cultivo de mudas de laranja e limão que são comercializadas tanto para produtores do próprio bairro quanto para produtores de cidades vizinhas. O trabalho com as mudas é feito por todos os membros da família, até as crianças conhecem o processo de enxertia. A possibilidade de ser trabalhada por outras pessoas da família libera o chefe para que preste serviço, como trabalhador assalariado sazonal, na citricultura ou em outros setores da agricultura em outras propriedades do bairro e de cidades da região, como forma de obter rendimentos extra para a complementação da renda familiar.

3 Bairro-Cidade: Quem Depende De Quem?

O Bairro dos Pires fica a aproximadamente doze quilômetros do centro da cidade, com comunicação direta, por via central asfaltada. Essa via, a partir de novembro

⁵⁵ Segundo Maria Isaura Pereira de Queiroz, op cit p. 27: volantes são trabalhadores periódicos ou sazonais, que constituem mão-de-obra suplementar, que vinha auxiliar o trabalho da mão-de-obra permanente em certas épocas do ano, no período das colheitas por exemplo, mas podia também ser constituída de trabalhadores especializados em determinadas tarefas. Em geral os “volantes” eram roceiros de áreas vizinhas que assim ganhavam mais um salário. Há alguns casos desse tipo de prestação de serviço no Bairro dos Pires, tanto nas áreas cultivadas do bairro, quanto em áreas de moradores dos Pires que são proprietários de terras em outras cidades.

de 1998, passou a denominar-se Via Martinho Lutero, em homenagem aos 125 anos de fundação da Igreja Luterana do Bairro dos Pires.

É servido por uma linha de ônibus circular que atende ao bairro em três horários, facilitando o transporte daqueles que não têm veículo próprio e viabiliza a frequência dos alunos às escolas de segundo ciclo do ensino fundamental e médio na cidade.

A comunicação do bairro com a cidade, portanto, é boa com três viagens diárias do ônibus circular. Os moradores dependem da cidade para atividades comerciais, bancárias, saúde e educação, pois as escolas do bairro oferecem apenas educação primária, sendo o II ciclo do Ensino Fundamental (de 5ª a 8ª séries) oferecido em escolas fora do bairro obrigando os pais que desejam que seus filhos terminem os estudos, a encaminhá-los para escolas da cidade.

Caracterizar, atualmente um bairro rural é um dos desafios da Sociologia e Maria Isaura Pereira de Queiroz (1978: p. 42) contribui para essa análise. Para ela o maior problema é o da definição do que é o rural e do que é o urbano. Baseada em Henri Lefebvre e Robert Redfield, delineia três tipos de sociedade global, três configurações maiores de estruturas e organização social. Diz ela:

desde que a cidade nem sempre existiu na história humana, a primeira forma de sociedade é a “sociedade tribal”, em que inexiste a divergência rural-urbana, em que os grupos sociais são de pequena envergadura, em que a divisão social do trabalho é fraca e em que não existe a concentração urbana. Numa outra configuração, a da “sociedade agrária”, existe já a cidade como centro político-administrativo que organiza e domina o meio rural, porém por outro lado é inteiramente dominada e delimitada por este, já que dele depende estreitamente no que toca ao abastecimento; não podendo ultrapassar demograficamente os limites por este impostos, a cidade é essencialmente consumidora dos produtos do campo, e este é verdadeiramente o setor produtor. A terceira configuração, a da “sociedade urbana”, é aquela em que, devido ao desenvolvimento cada vez maior da tecnologia, a cidade se liberou do meio rural no que toca à produção em geral e se tornou produtora por excelência, reorganizando o trabalho agrário através das máquinas, impondo ao meio rural seu gênero de vida e sua estratificação social de base econômica; a cidade pode então crescer demograficamente de maneira por assim dizer ilimitada, pois seu abastecimento depende, antes de mais nada, do desenvolvimento tecnológico (QUEIROZ: 1976, pp. 47/48).

Dessa forma, as relações sociais em cada uma dessas sociedades se dão de modo diferente, havendo maior ou menor contato entre as pessoas. Nas sociedades tribais elas são mais diretas, mais afetivas; na sociedade agrária as relações são diretas, face a face permeadas por outros tipos de relações indiretas e indiferentes, dependendo da sociedade, porém, com predomínio das diretas sobre as indiretas. Na sociedade urbana, as relações face a face, afetivas, recuam para um segundo plano, predominando as relações indiretas e indiferentes, legando às relações afetivas ao interior de pequenos grupos que ainda persistam dentro da sociedade global. Estas diferenças decorrem da maior ou menor densidade demográfica dos grupos e das sociedades e também da maior ou menor divisão social do trabalho (QUEIROZ: 1976, p. 48).

Dentro dessa categorização, vivendo numa sociedade global, onde o urbano predomina sobre o rural, a organização social do Bairro dos Pires está portanto, subordinada à urbana. Há uma coexistência entre o campo e a cidade, porém a cidade domina o campo, que passa para um plano secundário, demográfica e economicamente, uma vez que na sociedade urbana, a maior parte da população não mais se ocupa da produção agrícola e sim com a industrial, além dos serviços; a população trabalhadora do campo diminui muito, fato que foi explorado anteriormente.

Até meados da década de 1940/1950 a relação bairro/cidade se deu no sentido inverso da relação hoje estabelecida. Os moradores raramente saíam do bairro, a não ser para fazer compras daquilo que não era possível produzir no sítio, como nos diz senhor Walter Pommer Filho:

hoje eu saio daqui (sua casa na zona urbana) e em quatro minutos eu to lá no meu sítio, naquele tempo se vinha pra cidade, tempo do meu pai e da minha mãe, era uma vez por mês ou a cada dois meses que vinha-se pra cidade, comprar alguma coisa que não tinha no sítio, nem trigo naquele tempo nem tinha trigo, era fubá. Era uma porcaria que a gente comprava na cidade, e roupa, sapato era uma vez por ano (No Natal). Tudo se produzia (WALTER POMMER FILHO: 1999, p. 108)

Com essa fala justifica o fechamento do bairro dentro dos seus limites étnicos, dizendo então que esse não era um fator de isolamento espontâneo, mas

consequência da autonomia produtiva. Dona Josefina (1999: p. 42) também dá sua contribuição a essa questão, ao afirmar que não havia muita necessidade de sair do bairro: “(...) porque a gente era mais assim dentro de casa, sair fora assim não saía. Fazer o quê na cidade? Só em dia de compra”. Dona Elíria complementa:

a gente só vivia muito aqui na roça. naquele tempo não tinha como agora, compra tudo coisa na cidade. Naquele tempo as pessoas plantava tudo em casa. Fazia farinha de mandioca, fazia biscoito, tinha suas vacas para fazer suas manteiga, seus queijos, tudo em casa. Eu cresci nesse ambiente, tinha vaca de leite para tirar o leite pra fazer a manteiga, fazer o queijo, negócio era não ir na cidade, naquele tempo fazia tudo em casa, então era aquela vida simples. Até casar minha vida foi assim (ELÍRIA SOPHIA JURGENSEN DIBBERN: 1999, p. 64).

A sociedade limeirense foi se transformando gradativamente em sociedade urbana, à medida que os fatores econômicos começaram a sobrepujar os relacionamentos sócio-culturais. O Bairro dos Pires, fazendo parte desta sociedade em constante reestruturação e sofrendo suas interferências, ainda mantém algumas características das antigas sociedades agrárias, pois os fatores predominantes são os grandes grupos familiares ou de linhagem e grupos religiosos em detrimento dos fatores econômicos ao contrário da sociedade urbana, onde toda a estratificação social tanto em aspectos econômicos, político, religioso, sociais, são organizados à partir do fator econômico

Nesse sentido de dependência rural/urbano, observadas as similaridades e desigualdades, reafirma-se que é na cidade que se dão as relações administrativas financeiras e comerciais, estando, pois, o bairro e a cidade em perfeita integração caminhando juntos em suas atividades, que, embora haja uma predominância sobre o outro, são complementares.

O comércio no bairro apresenta atualmente características mais dinâmicas que no passado. As tradicionais vendas, que até meados do século XX, eram ponto de referência para as compras e também ponto de encontro dos moradores do bairro, estão perdendo seu “status”, uma vez que estão se constituindo outros espaços sociais, embora não sejam vistos com bons olhos pelos moradores tradicionais do bairro. Trata-se de bares, lanchonetes e clubes de dança, diferentes daqueles aos quais os moradores do

bairro estavam habituados a frequentar. São espaços sociais que estão sendo construídos pela população de origem brasileira, que não frequenta os espaços sociais tradicionais.

Senhor Oswaldo Dibbern faz a sua análise e fala sobre essas mudanças no bairro mostrando a sua visão de quais são as consequências para os moradores mais antigos:

aqui quando eu era menino assim, jovem, as famílias tinham assim,... uma convivência melhor. Assim como diz, não tinha tanto malandro, assim pessoas que veio de fora pra morar aqui, hoje misturou muito. Então o que aconteceu foi o seguinte: como tinha pessoas que tinha áreas pequenas, então vamos supor, a pessoa tinha dez alqueires, então ela tinha cinco filhos, quando morreu ficou dois alqueires para cada um, então ficaram sem condição de trabalhar num sítio de dois alqueires, então o que fizeram? Venderam esses dois alqueires para pessoas da cidade, pessoas cheia de dinheiro e eles foram pra cidade trabalhar na indústria, no comércio. Aí, essas pessoas da cidade geralmente loteou esses alqueires, é esses condomínios e isso foi um mal pro município, um mal que as autoridades deixaram fazer, então isso trouxe muita gente, gente que não sabe ... pra se entender: você tem uma chácara pequena, vamos supor, meio alqueire de terra, ou menos até, você tem aquilo lá só pra recreio, você não visa o lucro, então você vai construir em cima e você faz uma casa, você não vai deixar essa casa sozinha durante a semana, você vai só final de semana, então você acaba fazendo lá uma casinha no fundo, do lado e põe lá um caseiro, então você quer um caseiro barato, porque você não quer investir muito na chácara, você quer aquilo lá para lazer, não visa lucro, então você vai arrumar aí uma pessoa que trabalha barato e essas pessoas é tudo gente os pior que existe, pra falar assim a pior raça que existe, então isso... amanhã ou depois ele sai aí com más intenção, ele mora na chácara não tem o que fazer, e ganha pouco então ele sai por aí fazer bico, roubar dos outros, fazer coisa errada, se infiltrar com certas coisas, com drogado, com traficante, esse tipo de coisa, então isso foi o que aconteceu no bairro, e isso não é bom. E isso não foi somente no Bairro dos Pires, isso foi praticamente no estado inteiro, tem cidade que não tem isso, mas a maioria das cidades tem isso aí, principalmente cidade rica, como Limeira, Araras, Campinas. Campinas é mais ainda, então tem muito rico lá, então eles compra chácara e não quer gastar muito em cima disso, então pega todo esse pessoal, assim, malandro, que trabalha barato, ele não quer trabalhar nas terras, ele quer um servicinho assim pra ele fazer a malandragem por fora, então isso foi o que estragou os Bairros, os bairros de tradição e o Bairro dos Pires era um bairro de alemão. Era 90% alemão quando eu era jovem, depois foi infiltrando, foi misturando e hoje já... e assim é muitos bairros de portugueses, bairro de italiano e assim por diante, então misturou e hoje o Bairro dos Pires não é aquilo que era antigamente, antigamente era gostoso viver aqui, tinha aquela união, tinha assim uma convivência boa, não tinha malandragem não tinha roubo, não tinha nada disso,

tudo mundo trabalhava, agora não, e isso já é geral também (OSWALDO DIBBERN: 1999, p. 73).

Esse depoimento, embora retrate o processo vivido pelo bairro, denota a discriminação étnica presente na cultura dos descendentes de alemães. Não obstante todas essas mudanças estejam ocorrendo no Bairro, analisando as famílias de descendentes de alemães que nele permanecem habitando, observa-se que mantêm, ainda hoje, um relacionamento social próximo da descrição clássica da Sociologia do que seja a vivência num bairro rural, quando esta define a organização social e ocupação do espaço geográfico por seus moradores na forma de grupos de vizinhança, que se ajudam mutuamente, preparam e participam das festas da igreja de forma coletiva mas não mais se ajudam no trabalho na terra pelo mutirão, embora o tenham feito até a década de 1960/70, como pôde-se observar anteriormente, na fala do senhor Walter Pommer Filho.

Para Maria Isaura Pereira de Queiroz, “o sitiante brasileiro habita em suas terras; as casas de uma zona de sítios estão dispersas em torno de pequeno núcleo central, constituído por uma capela, vendinha, duas ou três habitações, que formam como que a “capital” de um grupo de vizinhança”, características encontradas no bairro dos Pires, através das quais se pode compreender esse bairro então como sendo de fato um bairro rural.

Os grupos de vizinhança rurais são muito homogêneos. A estratificação social é aí tênue, tanto mais que os lavradores trabalham a terra quase que exclusivamente com o auxílio da família. Trata-se de uma forma de povoamento muito antiga, que remonta aos primeiros tempos da colonização portuguesa. A configuração do grupo de vizinhança e o gênero de suas relações sociais foram e são por toda a parte, iguais no Brasil, nas zonas em que conseguiram se implantar e se manter, afastados das grandes monoculturas, cujo gênero de vida era diferente. Formam os bairros rurais, qualificação que lhes é dada em São Paulo (QUEIROZ: 1976, p. 50).

O bairro apresenta algumas destas características de bairro rural levantadas por Queiroz como constitutivas de uma comunidade rural acrescida de outros relacionamentos propiciados pela origem étnica. A forma de implantação no solo se dá

através de um “habitat” disperso centralizado por pequeno núcleo de habitação em torno das duas igrejas, da escola e do cemitério alemão e pelos vínculos que unem seus moradores, embora não mais apresente a característica de isolamento que faz parte da definição de um bairro rural, uma vez que, como já salientado acima, está em constante comunicação e perfeitamente integrada à vida do município.

Além da convivência diária com a cidade de Limeira, o bairro mantém outros vínculos com outras cidades da região, sejam comerciais, financeiros ou até mesmo para tratamento de saúde, além da integração favorecida pela ligação étnica e histórica com as cidades de Rio Claro, Cosmópolis e Campinas.

Convém registrar que até o início desse século as cidades citadas eram atendidas pelo mesmo pastor, mantendo-se então um forte vínculo social e cultural promovido pela religião. Ainda hoje nas festas tradicionais dessas igrejas há a presença de representantes dessas cidades. São muitos também os encontros de jovens e adultos promovidos pelas igrejas que os mantêm ainda em constante comunicação. Um outro fator de ligação com a sociedade exterior, mantido por aproximadamente sessenta anos foi o Salão de Bailes e o Bosque, administrados pela Associação Escolar do Bairro dos Pires. Eram, no entanto, abertos apenas às pessoas de origem e ascendência teuta. Para as festas realizadas nesses locais vinham pessoas até mesmo de São Paulo, da Associação de Excursão de Vila Mariana, os cantores animadores eram de Cosmópolis, e ainda muitas pessoas de outras cidades da região, como as já citadas e Monte-Mor.

Além da ligação intermediada pela religião, alguns produtores rurais adquiriram terras e mantêm agricultura em outras cidades da região. Camponeses são freqüentemente recrutados entre os estabelecidos no bairro e encaminhados para trabalhos assalariados nessas cidades, nas quais eles permanecem durante a semana só regressando ao final dela. Muitas vezes as terras são pertencentes às próprias pessoas do bairro, como o Senhor Oswaldo Dibbern, que possui terras em Mogi Guaçu e Tambaú, que as arrendas para terceiros:

eu tenho dois sítios aqui e uma chácara, a chácara e o sítio de 14 alqueires, a chácara é dois alqueires, então completa os 16 alqueires, tem dez alquerias aqui perto, esse foi o primeiro que eu comprei, depois eu vendi uma área aqui eu com o

meu irmão, nove alqueires, daí nós dividimos o dinheiro e eu comprei em Mogi Guaçu, comprei doze alqueires, agora em 1990, vendemos uma chácara que era herança da minha mulher dois alqueires, vendemos muito bem e mais dinheiro em cima, a gente conseguiu comprar dezoito alqueires em Tambaú (...) (OSWALDO DIBBERN: 1999, p. 72).

Não são, portanto, pessoas isoladas de contextos sociais diversos, transitam por ambientes diferentes, movimentam-se em suas vidas cotidianas conhecendo outros ambientes e outras configurações sociais distintas da sua.

Verifica-se então que os sitiantes não ficam restritos ao âmbito do município nem às únicas relações com a sede municipal, de tal maneira que conhecem várias regiões e várias realidades sócio-econômicas.

Percebe-se, portanto, que os sitiantes estão em constante circulação dentro de sua região, solicitados a sair de seus bairros ora pelas atividades econômicas, ora pelas práticas religiosas e de lazer, e se servem de todos os pretextos para não ficarem isolados e trancados dentro de seu grupo de vizinhança. (Queiroz, 1976: p. 13)

4 A Religião: uma só, mas igrejas são duas!

Sabendo ser a religiosidade um elemento importante na caracterização dos bairros rurais paulistas, muito embora na maioria dos estudos eles se caracterizem pelo catolicismo, o Bairro dos Pires apresenta uma situação “sui generis”, pois sendo a religião predominante a luterana, há no bairro duas tendências dentro do mesmo credo religioso. Faz-se importante salientar que a religião predominante é a luterana de origem alemã, mas desentendimentos entre os fiéis culminaram com a construção de um novo templo, poucos metros adiante do anterior.

A maioria das referências utilizadas nesta pesquisa se refere à prática da religião no Rio Grande do Sul, mas o fato de as igrejas do Bairro dos Pires serem filiadas a organizações maiores, de amplitude nacional – Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB) e Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB)– por

analogia, trabalhei com estes dados acreditando que as discussões que se deram no seio dessas confissões de modo mais geral, desde a fundação destas até este momento, tiveram suas influências nas igrejas do Bairro dos Pires.

JUNGBLUT (1994: p. 140), ao falar sobre a religião protestante, afirma que o protestantismo no Brasil soma aproximadamente nove milhões de pessoas, ligados direta ou indiretamente às igrejas surgidas na reforma e pós-reforma ocorridas na Europa, e que foi introduzido no Brasil via imigração ou trabalho missionário, a partir do século passado (século XIX). Uma vez introduzido, passou a ser uma religiosidade que, de diversas formas, influenciou e continua a influenciar a vida social, política e cultural do país. Ressalta o autor que não é compreensível que a ele não se tenha dedicado, até hoje, atenção científica mais proporcional à sua importância.

Ainda sobre o pouco interesse pelo estudo da religião luterana pelas Ciências Sociais, reafirma sua posição, acreditando ser esta religião inteiramente ligada a princípios étnicos, introduzidos no Brasil junto com a imigração:

é, pois, no interior desse grande grupo religioso, negligenciado pelas Ciências Sociais brasileiras, que se encontra localizado um subgrupo de protestantes que tem de sua identidade religiosa historicamente ligada à etnia e seus integrantes: os luteranos teuto-brasileiros. Essa particularidade identificatória faz com que, na classificação geral dos protestantes brasileiros, normalmente se utilize a categoria "protestantismo de imigração" para se referir a esse subgrupo (...), uma vez que a quase totalidade de seus integrantes a ele se encontra ligado em virtude dos processos étnicos de transmissão religiosa, próprios de uma situação de imigração. Protestantismo de imigração no Brasil é, portanto, uma categoria agrupatória quase que exclusivamente utilizada para os luteranos teuto-brasileiros, donde sobressai obviamente o caráter étnico que o caracteriza (JUNGBLUT: 1994, p. 140).

O início das atividades evangélicas luteranas na cidade de Limeira deu-se juntamente com a chegada dos imigrantes alemães que vieram para o trabalho no café nos meados do século XIX e a organização da mesma no Bairro dos Pires se deu logo após a ocupação do espaço por alguns desses imigrantes. Após organizarem suas condições de moradia e sobrevivência, buscaram a organização social e espiritual do grupo. No início as *"famílias se encontravam nas casas para compartilhar suas*

experiências, sua fé e o estudo da palavra de Deus” (História da Paróquia Evangélica de Confissão Luterana De Limeira, 1998: p. 04).

Durante algum tempo os estudos e os cultos foram dirigidos por leigos. O primeiro pastor formado para atender à comunidade veio diretamente para a cidade de Limeira e, embora ainda não houvesse um templo, a igreja já fazia parte da vida dos habitantes do bairro e eles mantinham, através do pastor, relacionamento regular com comunidades teuto-brasileiras vizinhas. A construção do templo só foi concluída em 1873, embora o bairro já fosse habitado e estivesse organizado em torno da opção religiosa luterana desde 1857 e contasse com os trabalhos pastorais desde quando chegaram à cidade e trouxeram consigo a religião e práticas evangélicas. As ocorrências acima não foram únicas, pois eram práticas correntes em regiões com agrupamentos de imigrantes alemães.

o primeiro ponto a se destacar nessa trajetória (...) diz respeito à precariedade de meios que os primeiros imigrantes alemães de devoção protestante dispunham para exercer sua religiosidade como acreditavam deveria ser. Desprovidos, inicialmente, de apoio eclesiástico, eles foram obrigados a entregar a manutenção de sua religiosidade a leigos, que faziam o possível para mantê-la, mas nem sempre de maneira satisfatória. Essa precariedade levou as comunidades a se mobilizarem para solicitar apoio das instituições luteranas alemãs. Naqueles primórdios, era comum as comunidades reunirem recursos para financiarem a vinda de pastores da Alemanha. Com isso se pode notar que os primeiros luteranos teuto-brasileiros não abriam mão de uma religiosidade que mantivesse completa correspondência com as matrizes litúrgicas e doutrinárias da igreja de seu país de origem. Mais do que isso, nota-se que eles consideravam desejável que suas igrejas estivessem formalmente submetidas às instituições eclesiásticas lá existentes, numa clara resistência ao autonomismo que poderia levar ao surgimento de modalidades autóctones de protestantismo luterano. (JUNGBLUT: 1994, p. 141).

A Comunidade Evangélica Luterana está, então, constituída desde a chegada dos primeiros imigrantes suíços e alemães em Limeira, antes mesmo da elevação do templo do Bairro dos Pires. Em 1863 o pastor responsável pela comunidade luterana distribuída nas colônias Vergueiro, São Jerônimo, Boa Vista, Cresciumal, entre outras, e dos artesãos residentes na cidade foi Jorge Hoelzel, celebrante de vários casamentos que posteriormente eram registrados na Câmara Municipal de Limeira pelo

secretário da mesma, após conferir e escrever todos os dados coletados e apresentados pelo referido pastor. Este pastor atendia também a outras cidades da região, tendo celebrado casamentos em Piracicaba (antiga Vila de Constituição - 1864) e também na cidade de Campinas (1864)⁵⁶.

Esse pastor também demonstrava preocupação com a situação legal dos casamentos dos não-católicos, levando a discussão dessa situação aos mais diferentes lugares, como palestra proferida SAIL (Sociedade de Instrução e Leitura) em Campinas; entidade organizada por alemães citadinos campineiros, como mostra Andrea Mara Karastojanov (1999: 133) “... conseguimos apenas obter informação sobre a visita do pastor Holzerl, noticiada na ata do dia 8 de abril de 1864. Ele faria para os alemães das cercanias uma palestra sobre o papel da Igreja na questão dos casamentos luteranos e sobre a garantia dos direitos de herança aos filhos de pessoas não casadas na Igreja Católica – cuja legitimidade, na época, equivalia à do casamento civil”⁵⁷. Pode-se observar uma preocupação em registrar o local de nascimento dos contraentes, idade, função social, descendência e o registro dos padrinhos, bem como o valor pago pelo ato⁵⁸.

Sendo esses os primeiros registros oficiais de acompanhamento religioso de imigrantes alemães por um pastor designado, pois atendimento leigo existiu por parte de Thomas Davatz, como o próprio relata em seu livro *Memórias de um Colono no Brasil*, não admira o fato de que na cidade de Limeira tenha servido de base para o surgimento da Igreja Luterana na Província de São Paulo, pois foi a primeira a receber imigrantes de origem germânica. Segundo Sônia Aparecida dos Santos Nobre (1988: pp. 25/26):

com a vinda de grande número de imigrantes de fala alemã para o Brasil, chegaram também missionários que tinham, como tarefa principal, oferecer

⁵⁶ Informações retiradas dos registros de casamentos registrados na Câmara Municipal da cidade de Limeira dos anos de 1863 a 1889.

⁵⁷ Acredita-se que seja a mesma pessoa, embora a grafia do sobrenome seja diferente, porém, foi constatado em outros registros de casamentos, grafias diferentes para o mesmo sobrenome, talvez, devido à não compreensão do escrevente, por serem os documentos da época manuscritos.

⁵⁸ Apresento em anexo uma cópia de certidão de casamento do ano de 1863, sendo os contraentes Rodolfo Dalkart e Catarina Tank.

auxílio religioso ao novo colono. Dentre esses missionários estava o pastor, Johann Jacob Zink (1844-1918), original de Baden-Württemberg, Alemanha. Conforme está relatado em seu diário, o missionário luterano partira aos 18 de julho de 1869 do porto do Havre, no noroeste da França, com destino ao Brasil, onde tinha como missão atender às novas colônias luteranas que se formavam no novo mundo. Zink tinha formação teológica pela Casa Missionária de Basileia, Suíça. Como primeiro pastor do Estado de São Paulo, Zink foi enviado a Limeira, percorrendo outras cidades do interior de São Paulo, transferindo-se somente em 1877, para a cidade de Rio Claro (NOBRE: 1988, pp. 25/26).

É ainda a autora que confirma a origem da Igreja Luterana na cidade de Limeira, quando diz que, antes de ser erguida a Igreja Evangélica de Confissão Luterana em Rio Claro, “a comunidade contava apenas com visitas esporádicas de pastores evangélicos, como a do pastor Müller da comunidade de Pires, em Limeira, e com os serviços do leigo Eduardo Bohn” (NOBRE: 1988, p. 26).

Segundo Karastojanov (1999: pp.145), o pastor Johann Jacob Zink, saindo de Rio Claro foi para Campinas candidato ao cargo de professor, conseguindo-o. Nesse período passou a divulgar os ideais germanistas do Segundo Reich para disseminar as suas idéias entre os imigrantes alemães no interior de São Paulo, através da evangelização. A escola para a qual foi contratado tinha uma ideologia contrária à qualquer apologia religiosa e étnica, sendo o pastor despedido dela, quando tentou evangelizar os alunos:

Nessa mesma época, o então recém-instituído governo imperial alemão mudara de atitude com relação aos exilados e emigrados; de traidores da pátria, passaram a ser considerados pontas de lança para a criação de “colônias culturais” nos países para onde a imigração se dera em grande escala. Afinal, apesar de perder a corrida imperialista do século XIX no que se referia à posse de terras, havia ainda a possibilidade, graças às ondas de independência política que assolavam a América desde o século XVIII, de que os novos países formados pudessem vir a ter um “bom relacionamento”, tanto cultural como econômico, com o Segundo Reich. Para tanto era preciso fazer com que os alemães emigrados se sentissem perdoados pela pátria-mãe e, conseqüentemente, parte integrante do Império Alemão, como verdadeiros filhos do Reich. Era necessário, entretanto que a notícia fosse espalhada pela América e, para isso, foram “recrutados” pastores da Igreja Luterana, pois, afinal, a fé diferenciada poderia ser um fator de agrupamento dos alemães em torno das idéias do Império Alemão (KARASTOJANOV, 1999, Pp. 153-154).

Antes da reunificação da Alemanha, em 1871, esta não tinha manifestado muito interesse pelos alemães no Brasil e as instituições religiosas dos núcleos de imigrantes alemães se auto geriam, levantavam seus prédios, levantavam dinheiro entre os membros da comunidade e contratavam os pastores na Alemanha. Também mantinham da mesma forma as escolas, que nasceram vinculadas às igrejas e os cemitérios para protestantes, já que as leis do Império proibiam o sepultamento de não católicos nos cemitérios públicos. Martin Dreher confirma:

Até a fundação do Segundo Reino Alemão, praticamente não se pode falar de um maior interesse dos diversos Estados alemães em relação ao Brasil. (...) é certo que as cidades hanseáticas tinham algum interesse econômico, mas é apenas desde meados do século XIX que as associações evangélicas particulares passaram a se preocupar com as condições de vida dos emigrantes. (...) O maior engajamento dos descendentes de alemães no final do século passado, como foi acima descrito, foi observado com bastante interesse pelos representantes do Reino Alemão no Brasil. De modo semelhante procurava-se impedir, no Reino, este processo de assimilação através de uma política de preservação da germanidade. Pretendia-se alcançar esta meta através de quatro caminhos: a imprensa alemã, a escola alemã, as congregações e igrejas de fala teuta e a marinha alemã (DREHER: 1984, p. 43-4).

A Igreja representava a instituição de maior agregação de alemães e descendentes e também a de maior influência dentro das comunidades teuto brasileiras, tendo sido, então, a escolhida para disseminar as ideologias germanófilas do século XIX e XX⁵⁹. Os pastores enviados da Alemanha deveriam agregar todos os alemães do exterior em torno do espírito alemão. A língua era um mecanismo de fundamental importância para efetivação desses propósitos. Se os alemães citadinos de Campinas rechaçaram o pastor Zink por ele querer pregar essa ideologia entre os seus alunos, no Bairro dos Pires onde ele foi o pastor por aproximadamente quatro anos, pode ter sido um defensor e incentivador da germanidade e ter criado as bases para o fechamento do

⁵⁹ Martin N. Dreher fez um minucioso estudo da Igreja Luterana no Rio Grande do Sul, intitulado Igreja e Germanidade (1984) e neste apresenta todas as discussões e decisões tomadas no final do século XIX e início do século XX à respeito das ideologias dos pastores presidentes dos Sínodos Rio Grandense de onde proveio a maioria dos sínodos que atualmente existem no Brasil. Um dos aspectos mais debatidos entre os pastores dessas congregações dizia respeito à questão da preservação da germanidade, considerada fator principal de continuidade da Igreja no Brasil. Ser luterano significava falar alemão e conservar as tradições germânicas.

bairro em torno da língua e das tradições alemãs, base sobre a qual foi criada a escola em 1874 e mantida a língua alemã até meados da década de 1940. Os depoentes atestam que a exigência do uso da língua alemã era feita pelos avós e pelos pais, tendo ainda algumas famílias a preservado até então.

Pode-se aferir, portanto, que as atividades da Igreja Luterana no Estado de São Paulo tiveram sua origem na cidade de Limeira, para dali se espalhar pelas cidades vizinhas (Rio Claro, Campinas, Cosmópolis) até chegar a São Paulo. Houve, portanto, um processo inverso ao da corrida do café que ia para o oeste, a Igreja Luterana se dirigiu do interior para a Capital.

Os imigrantes alemães de orientação luterana passaram por alguns impedimentos legais para professarem a sua fé, pois, de acordo com as leis do Império, a religião oficial no país era a católica e só a esta era permitida a edificação de templos com aspecto de igreja. Havia *“a proibição a campanários nas igrejas não-católicas para lembrá-los de que não havia liberdade de culto no país e que a igreja não era reconhecida”* (TRIMER: 1994, p. 17), assim também como não eram reconhecidos oficialmente seus atos, como é o caso dos matrimônios, que deveriam ser registrados na Câmara Municipal para que fossem validados. Segundo Dreher, a Constituição imperial de 25 de março de 1824 acentuou no artigo 179, parágrafo 5º a liberdade religiosa dos acatólicos, dizendo que

ninguém podia ser perseguido por motivos religiosos, enquanto respeitasse a religião do Estado e não ferisse a moral pública, mesmo assim o artigo 5º constata: a religião católica apostólica romana continuará a ser a religião do Império. Todas as outras religiões serão permitidas com o seu culto doméstico ou particular, em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior de templo. A não observância destas determinações tinha consequências legais, previstas no artigo 276 do Código Criminal do Império. Este artigo previa que, caso os adeptos de uma outra religião, que não a do Estado, realizassem seus cultos em locais com alguma forma exterior de templo, deveriam ser dispersados pelo juiz de paz e multados em 2 a 12 Milréis (DREHER: 1985, p. 24).

Diante desta situação, o aspecto físico inicial da igreja do bairro era bem diferente da que há atualmente. O primeiro templo foi construído em terreno da própria

comunidade através de doações de terras e do trabalho voluntário dos moradores, sem no entanto apresentar característica específica: "... fizeram lá entre eles a igreja, era uma casa comprida de janela, não era uma igreja do tipo que tem agora. Era uma casa assim... Não parecia igreja, era uma casa de janela e porta. Não era uma igreja. Era uma casa de janela assim, uma porta e tinha um salão que era a igreja. E eu, aquela igreja antiga, eu cheguei a participar lá" (ELÍRIA SOPHIA DIBBERN JURGENSEN: 1999: p. 48).

A igreja tinha um aspecto comum, não podia ostentar um sino sequer, nem ter torres, a construção foi simples obedecendo à legislação vigente, como justifica a senhora Elíria "parecia uma casa". O registro como igreja também só era permitido aos católicos, assim a igreja do bairro foi registrada como Sociedade Evangélica Pires por volta de 1873⁶⁰.

O ano de 1926 foi marcante para toda a população do bairro. Nesse ano foram registrados em cartório de Limeira e publicados no Diário Oficial os estatutos da "*Deutsche Evangelische Kirchengemeinde Pires*" (Comunidade Evangélica Alemã Pires), porque estava havendo um cisma no âmbito da comunidade da igreja, sendo erguido um novo templo, o da Igreja Evangélica Luterana filiada ao Sínodo do Missouri no espaço do Bairro. Esta divisão na igreja dos Pires não foi um fato isolado de acontecimentos mais amplos dentro da própria igreja luterana alemã. Desde a primeira década do século XX vinha se travando uma disputa ideológica muito grande entre os dois sínodos, depois que chegou ao Brasil um pastor missionário luterano vindo dos Estados Unidos para conduzir algumas comunidades no sul que não tinham ligação com nenhuma igreja luterana. Esse missionário e outros que o seguiram se opuseram à uma filiação das igrejas luteranas à Alemanha e solicitaram ajuda financeira à igreja luterana norte americana que, através de doações dos seus membros, inclusive um anônimo que doou US\$2.000, permitiu o início da missão em 1900 no Brasil. O primeiro culto da

⁶⁰ Os fundadores da Comunidade Evangélica Alemã Pires foram: Christiano Stahl, João Höfflinger, Guilherme Ulrich, João Dibbern, Joaquim Dibbern, Carlos Greve, Luiz Sass, Henrique Jürgensen, João Greve, Carlos Dibbern, Carlos Jürgensen, Jacob Sass, Germano Bürger e Germano Ulrich. Os doadores do terreno onde foi construído o Salão Paroquial foram Christiano Stahl e João Höfflinger.

Igreja Luterana Sínodo de Missouri foi celebrado dia 13 de abril de 1900⁶¹. Jungblut, afirmando esse histórico, relata que

paralelamente às igrejas e organizações luteranas que daqui buscavam apoio e reconhecimento dos seus pares alemães, formou-se, a partir do início deste século, um outro grupo de luteranos teuto-brasileiros, que recebia auxílio missionário norte-americano, mais precisamente do Sínodo de Missouri – também luterano. Trabalhando em áreas pouco assistidas pelos sinodos ligados ao luteranismo alemão, os missionários missourianos conseguiram formar por aqui suas próprias igrejas, que discordavam em alguns pontos doutrinários do luteranismo de orientação alemã. Essas igrejas fundaram, em 1904, seu próprio sínodo – Sínodo Evangélico Luterano do Brasil -, que ao longo dos anos, manteve-se em sintonia com o tipo de luteranismo praticado nos Estados Unidos⁶² (JUNGBLUT: 1994, pp. 141/142).

Por serem de orientações diferentes, suas atividades se dão também de formas diferentes. Há oposição nas orientações que definem os trabalhos executados através de seus pastores, nos cultos e da comunidade integrante, nas atividades coletivas de cada uma delas. Desta forma, os protestantes teuto-brasileiros, a partir do início deste século, passaram então a dispor de duas modalidades doutrinárias luteranas distintas, que não conseguiram compatibilizar-se num mesmo grupo eclesiástico até hoje.

As incompatibilidades diziam respeito mais diretamente à questão étnica e mantiveram-se inalteradas até a metade desse século. Do lado dos luteranos agrupados nos sinodos que se submetiam ao luteranismo alemão, defendia-se uma igreja que, além de suas normais atribuições eclesiásticas fosse também um locus de defesa e culto da germanidade entre os teuto-brasileiros, uma vez que o luteranismo era, para eles, concebido como uma religiosidade indissociável da cultura e da etnia alemã onde fora gerado. Dessa forma, os luteranos que adotavam essa postura entendiam sua religiosidade como limitada à sua própria

⁶¹ Dados retirados da apostila do curso de Diaconia em Educação Cristã, História da Igreja II, ministrada pelo professor Paulo Kerte Jung através da Escola Superior de Teologia – Educação Teológica por Extensão, do Instituto Concórdia de São Paulo. P. 45. Cópia cedida pela senhora Naemi Ledi Skalee Schineider.

⁶² nota do autor: com relação a esse grupo eclesiástico, que atualmente utiliza a denominação de “Igreja Evangélica Luterana do Brasil”, é preciso dizer que, por ter sido criada a partir do trabalho missionário norte-americano, também lhe é atribuída a categoria de igreja de “protestantismo de missão”. O fato, no entanto, dessa igreja ter quase a totalidade de seus adeptos nas populações teuto-brasileiras, bem como a origem alemã de seus missionários norte-americanos, contribui para que a categoria “protestantismo de imigração” lhe seja mais atribuída (JUNGBLUT: 1994, pp. 141/142).

etnia e, portanto, em princípio, não extensiva às demais etnias que compunham a sociedade nacional. Por essa razão, não praticavam o trabalho missionário de evangelização indistintamente transétnico, característico de outras modalidades protestantes que vieram aqui se implantar. (JUNGBLUT: 1994, p. 142)

É ainda em Jungblut que busco a compreensão dessas diferenças entre as duas igrejas e suas ideologias e, segundo ele, o que distingue luteranismo alemão do outro praticado pelas igrejas ligadas ao Sínodo de Missouri, pelo menos em relação à questão étnica, é que este, ao contrário do primeiro, sempre postulou sua religiosidade como necessariamente transétnica e, portanto, não restrita à etnia alemã, o que os levava a condenar com veemência a utilização da igreja como instituição de culto à etnia e à manutenção da germanidade.

Essa postura é, de certa forma, compreensível se levada em consideração a origem dos missionários que aqui introduziram esse tipo de luteranismo. Oriundos dos Estados Unidos, a grande nação protestante, fundada a partir da religião civil e da liberdade de culto, esses luteranos teuto-norte-americanos provavelmente tiveram suas doutrinas transformadas no contato com o tipo de protestantismo lá existente. Protestantismo este que, historicamente, passou a se caracterizar pela valorização dada, pela maior parte de suas igrejas, ao trabalho missionário-evangelizador e pela separação que estas mantêm entre as coisas religiosas e as coisas seculares. Tributários prováveis desse tipo de protestantismo, esses luteranos combatiam e combatem a idéia de atribuir-se à igreja funções que consideram estranhas ao seu caráter religioso-congregador, como, no caso, a defesa e culto da etnia germânica (JUNGBLUT: 1994, pp. 143/144).

Dessa forma, segundo o autor, o culto à germanidade e a condenação dessa prática dentro das igrejas foram, durante várias décadas, as duas posições que mais claramente distinguiram os dois grupos de luteranos teuto-brasileiros.

A primeira igreja do bairro nasceu dentro dos preceitos doutrinários oriundos da Alemanha, foi construída em 1873, como já foi dito, surgiu praticamente junto com o bairro. Foi o primeiro templo construído com a participação de todos, em regime de mutirão e exerceu forte influência na vida da comunidade, tanto por sua prática religiosa na celebração dos cultos, cerimônias de casamentos e batismo como também por ter sido o órgão encarregado, até a Primeira Guerra Mundial, do registro

civil, que era efetuado no próprio bairro, em livros guardados por ela (FERNANDES, 1971: p. 22).

A igreja mais antiga ainda exerce maior influência no bairro. Seus seguidores são numericamente mais representativos⁶³ que os da Igreja Evangélica Luterana do Sínodo de Missouri e para suas celebrações vêm pessoas de bairros vizinhos, como Frades, Pinhal, Brejo e mesmo de áreas centrais da cidade. Ao lado dela montou-se a escola em 1874, sendo o pastor também o professor, portanto, vivendo perfeitamente integrado ao bairro.

A segunda igreja foi edificada em 1926, devido a desentendimentos entre os adeptos da religião⁶⁴, que fizeram com que fosse substituído o pastor Otto Yung. A saída do pastor significou a divisão da igreja, pois ao sair levou consigo parte dos fiéis, que passaram a se reunir em outro lugar do bairro até mais tarde edificarem seu novo templo e constituírem a nova igreja. Conforme matéria escrita por Osmar Schineider e Walter Gachet (1988: p. 98), *“a fundação aconteceu e, no dia 06 de março de 1926, também foi inaugurado o templo, que levava a seguinte inscrição: Deutsche Ev. Christus Gemeinde”*. Esta passou a crescer em conhecimento, amor e número, sendo pastoreada pelo Rev. Otto Jung”. Esta também foi construída em regime de mutirão, com doação do terreno por membros da igreja, como aconteceu com a primeira do bairro. Segundo a senhora Elíria, os doadores das terras para a construção do novo templo foram dois irmãos, “que era o João Dibbern e Germano Dibbern, eles doaram um pedaço de terra e fizeram a igreja entre eles. Mas ela é mais do que igreja (...) eu sei que têm um povo aqui, dez, doze pessoas que apartou e fizeram uma igreja pra eles e levaram esse pastor com eles. E daí a outra igreja mandou vir outro pastor. Que é esse aqui que veio em 1926, é dois anos antes de ‘mim’ nascer” (ELÍRIA SOPHIA DIBBERN JURGENSEN: 1999, pp. 52/53).

⁶³ Segundo informações dadas por Lutero Schnoor, membro atuante da diretoria da Igreja Evangélica de Confissão Luterana, só no Bairro dos Pires esta têm em torno de 300 membros e a igreja sediada no Bairro da Boa Vista (em zona urbana), têm aproximadamente 200 frequentadores. Segundo ele, a maioria dessas pessoas é de ascendência alemã, cerca de 85% das pessoas, tendo os brasileiros que participam dela entrado via casamento e três ou quatro por convite especial de membros da diretoria.

⁶⁴ Gazeta de Limeira Suplemento, 1980: p. 20

A frase “ela é mais do que igreja” deixa uma brecha para suposições e interpretações. Dentre as entrevistas coletadas, todos falaram dessa divisão, alguns preferindo não tocar no assunto, outros, já falando mais abertamente e outros ainda que usaram de metáforas para explicar o que não queriam que fosse explicado, ou aquilo que não queriam ver.

No Bairro dos Pires, como em outros agrupamentos de alemães e/ou descendentes, havia uma associação que geria os interesses da comunidade, em relação à escola, ao cemitério, à igreja e às atividades de lazer, enfim, toda a organização social do Bairro. Essa associação tinha muito poder sobre os habitantes do bairro. Era intitulada Sociedade Escolar Alemã, mas seu estatuto apresenta itens relacionados a toda a vida do Bairro; participavam dela somente os sócios homens eleitos para tal; tinha “como finalidade a conservação do idioma e dos costumes alemães pela preservação da escola alemã e biblioteca, fundadas por esse objetivo, constituída somente de membros de idioma alemão, portanto, só podendo ser aceitos candidatos de idioma alemão e aqueles casados com uma esposa de idioma alemão, se mandarem seus filhos aprender a língua alemã”⁶⁵.

A Sociedade procurava então preservar a germanidade, sendo obrigatório o uso do idioma alemão entre os sócios da mesma. O artigo 11º talvez seja um ponto que possa contribuir para a compreensão das causas da dissolução da igreja: “se um membro da sociedade atuar contra os interesses da sociedade, isto é, procurar prejudicar a sociedade com palavras ou ações, assim deve ser cobrado severamente pela diretoria. Em caso repetitivo aquele membro tem que ser excluído da sociedade por decisão da mesma. Aquele membro nunca mais poderá ser aceito na sociedade”.

É provável que baseado neste artigo tenha sido afastado o pastor Yung, por princípios morais, claramente defendidos. O princípio moral ainda é um forte regulador do comportamento das pessoas do bairro. Há até casos de afastamento de fiéis das atividades da igreja ainda há poucos anos, atrás baseado nesses princípios.

⁶⁵ Estatutos da Sociedade Escolar Alemã. Cópia do original em alemão, que se encontra nos arquivos do Instituto Hans Staden. Tradução de Veit Stupenhansen. Ver a íntegra do mesmo em anexo.

Senhora Elíria (1999: p. 52) deu sua opinião, baseada no que ouviu de seu pai sobre a divisão da igreja: “dividiu a igreja, mas isso aí eu não estou muito a par, não. Daquele tempo eu não lembrava não, eu era criança, ainda. Quando dividiu, eu não tinha nem nascido”. Mas ela sabe da existência da Sociedade que administrava os espaços sociais do bairro, e mesmo não querendo entrar em detalhes sobre a mesma, deixa claro o poder que esta exercia sobre a população teuta do bairro: “tinha a sociedade que tomava conta. Tinha o presidente, o secretário e o tesoureiro...”.

Já senhor Walter Pommer Filho tem um esclarecimento maior sobre o fato:

não, a diretoria que tinha a Sociedade que era da igreja eles se desentenderam por causa de um pastor, esse pastor Yung. Eu não sei que desavença é que houve, entre eles lá, o motivo até hoje eu não sei porque que houve isso, então houve uma... assinaram para mandar o pastor embora e uma parte da diretoria queria e a outra não. Então foi daí que brigaram, só na diretoria que brigou aí foi que esse pastor Yung montou aí essa outra igreja lá nos Pires, e a nossa continuou igreja com o pastor, acho que o Willems, pastor Willems que entrou no lugar do pastor Yung e ele montou a outra, e o pessoal da Sociedade... foi uma coisa que eu sinto muito isso ter no bairro essa separação na hora de louvar a Deus separar o bando, na hora de dançar, tudo junto, festejar tudo junto então na hora de orar... (WALTER POMMER FILHO: 1999, p. 102).

Para o senhor Emílio Hergert as desavenças eram entre os próprios moradores do bairro, que provocavam intrigas, faziam fofocas e ao mesmo tempo, afirma ter sido uma disputa de poder entre dois grupos:

é o povo, sabe? O povo não combina muito um com o outro. Por causa de fofoca. Então vamos fazer uma outra igreja. O povo não se separaram, ficaram na mesma... é a ignorância, é a ignorância. É da mesma religião, deve ser porque um não estava de acordo com o outro. Tem muitas religião até da mesma seita, da mesma ... evangélico. Se dizem evangélicos... é, o que aconteceu é isso. Disse que disse, fofoca, porque isso já não é mesmo da religião, se eles fossem religioso, se obedecessem os ensinamentos de Cristo, então não era para haver isso. Os outros motivos era as posses. (Os) de uma igreja tinham mais posse, condição para fazer uma... sobrava dinheiro se não fosse o governo do dinheiro, se ninguém tivesse o dinheiro não tinha como fazer outra, mas como o povo lá dos Pires é mais privilegiado, naquele tempo tudo (todos) tinha dinheiro... a religião se for a fundo é tudo a mesma coisa, os mandamentos são o mesmo.

Um dos filhos do senhor Emílio participou da entrevista e, apesar de ser mais novo, deu sua versão para os fatos, acreditando ter havido disputa de poder, um pouco influenciado pelas histórias do pai e um pouco devido à sua observação e conhecimento da população das duas igrejas:

era um povo muito reparador nos Pires, era assim uma classe mais forte de um lado e mais fraca de outro, eles brigaram sobre isso aí, não é que tem nada a ver com o pastor, pode ser que o pastor quisesse interferir, mas era uma rixa entre eles, um queria ser mais que o outro, então foi assim, acharam de separar a igreja, quando falava de ir na igreja, falava, ah! eu não vou na igreja, só porque a "imundície" tá lá, eu não vou na igreja. Então o outro ah! porque esse tranqueira vai lá eu não vou lá, então repartiram a igreja, com certeza foi tudo isso aí, não? Que fizeram um serviço aí que a igreja é a mesma, o pessoal precisa ver que tinha muita gente ignorante naquele tempo, hoje a gente já é ignorante, naquele tempo tinha muito mais. Tinha pouco estudo o pouco mais que aprendeu, mas vieram de uma raça, de uma qualidade de gente meio selvagem antigamente, vinham do meio do mato, não é que nem hoje, hoje você proseia... (RUBENS HERGERT: 1999, P. 86).

O Sr Pommer Filho sabe o que significa para o bairro essa divisão interna, pois historicamente a relação igreja/comunidade/escola era muito direta, havendo um desentendimento em qualquer dessas instituições com certeza abalaria toda a estrutura do bairro, o que de fato aconteceu. Fala também sobre a rigidez de comportamentos, caracterizando como teimosia o fato de os grupos se desencompabilizarem. A mesma teimosia que o senhor Rubens, filho do Senhor Emílio Hergert, retrata na sua fala já explicitada anteriormente. Para eles essa é uma característica inerente ao ser alemão. A rigidez de caráter e a imposição de idéias fazia parte da vida social do bairro, sempre intermediada pela igreja.

a própria igreja é que mantinha a escola, só que a diretoria da igreja era da igreja e da escola, e no começo o próprio pastor era o professor da escola. Foi meu pai que me falou, que funcionava assim, então tinha a diretoria da igreja e a diretoria da escola, mas os mesmos membros dali da diretoria que mantinha a escola, era a escola e os pastores seriam os professores. Dividiu o bairro. Não devia ter acontecido, de forma nenhuma isso poderia ter acontecido. Era alguns alemães muito testudo, não sei, muito teimoso, porque não senta discutir, não? Não, vamos separar o bairro e manter essa encrenca até hoje, na igreja são tudo uma religião só,

são tudo luterano, só que uma agora a igreja mãe é a Alemanha e a outra a igreja mãe é os Estados Unidos. É a briga por causa do pastor Yung certo? As duas falam de Lutero. Só que uma é subordinada pelo Missouri e a outra é do... Sínodo nosso. Essa é a única diferença que uns apegaram com o pastor e outros não, por causa da briga do pastor. Foi uma encrenca lá com o pastor. Tem a ver com a briga. Foi problemas lá de atitudes do pastor. Alguém não gostou e ficou o clima: vai embora que nós vamos arrumar outro pastor e outra parte do bando disse não, vai ficar esse. Tanto que tá havendo até hoje lá nas igrejas... (WALTER POMMER FILHO: 1999, p.103).

A substituição do pastor foi muito discutida entre a diretoria da Sociedade. As reuniões que tinham esse fim, possivelmente sem o conhecimento do pastor, vinham acontecendo desde janeiro de 1925, segundo protocolo de reunião do dia 06 de janeiro de 1925, que tinha como pontos de pauta a substituição da diretoria; foi proposta também a renúncia do pastor Otto, ambas aceitas. “Assim, colocou-se a proposta para que o pastor Otto Yüng renunciasse, devido às constantes grosserias. Após longos debates decidiu-se votar e o resultado foi o seguinte: 38 votos pela renúncia e 31 votos contra. Assim, o pretendido foi aceito”⁶⁶.

Nesta reunião estiveram presentes sessenta e nove membros da igreja e fica claro pela quantidade de presentes e pela votação que havia uma divisão quanto à renúncia do pastor. A votação foi equilibrada, não sendo a diferença de votos tão grande, mesmo assim saiu-se da reunião com a indicação de substituição, comunicada ao pastor pelo presbitério por escrito, o que dá a entender que este não sabia das intenções de sua comunidade e não estivera presente às discussões. Foram definidos prazos e condições para seu afastamento: “consequentemente o pastor teria prazo de 3 meses para a mudança de residência e teria assegurado neste espaço de tempo o salário integral, todavia, não exerceria a função...”⁶⁷.

Ao receber o comunicado, o pastor, não aceitando a decisão, manifestou-se contrário a ela, o que fez com que o grupo se reunisse novamente, buscando o apoio dos demais membros do bairro. No entanto, a reunião do dia 02 de fevereiro de 1925 teve a presença de 38 membros, portanto, quase metade dos membros da reunião

⁶⁶ Cópia de documento escrito em alemão cedida por Vaninha Asbahr, protocolo de 06 de janeiro de 1925. Em anexo.

⁶⁷ Idem.

anterior e, coincidentemente, o mesmo número de votantes a favor da saída do pastor na reunião de janeiro: “como o pastor Otto Yüing declarou não estar satisfeito com a decisão do presbitério, recebida no dia 07, foi convocada a presente reunião para ter o apoio da comunidade, constituindo uma comissão”.⁶⁸

Segundo o referido documento, o problema estava sendo discutido com toda a comunidade e a eleição da comissão era para resolver o problema, para que não fosse convocada mais nenhuma reunião entre eles, ou seja, com toda a comunidade para tal fim. A comissão encarregou-se de tomar as decisões necessárias. A votação foi secreta. Nesse mesmo dia a comunidade recebeu a correspondência confirmando a vinda de novo pastor para 20 de fevereiro. Ao se eleger a comissão que cuidaria de resolver o problema, a decisão já estava tomada, e o novo pastor já estava a caminho, vindo da Alemanha.

O documento não esclarece de fato as causas da separação, mas percebe-se uma certa disputa de poder, ficando certa a constituição de grupos sociais específicos, grupos dominantes e grupos dominados dentro do mesmo espaço social. Os depoimentos das pessoas que auxiliaram na pesquisa deixam claro esse fato, pois dependendo do lado da igreja à qual a pessoa pertence e da visão da pessoa, as justificativas são diferentes, sendo mais objetivas ou mais dúbias, incertas. Mas o fato é que a partir daí ficou efetivada a separação das duas igrejas.

Pouco foi dito a respeito do assunto e o que foi dito foi com muita insegurança, provocada por medo de se expor e expor as particularidades de um bairro tão pequeno em termos de quantidade de pessoas, mas com tantas adversidades e enigmas. O grupo procurava, acima de qualquer coisa, manter a sua autonomia, não deixando que ninguém interferisse na forma como conduziam as questões religiosas, baseada em princípios morais exacerbados. Na fala a seguir fica bem claro que as pessoas se desentenderam com o pastor porque ele queria impor suas idéias, fazer mudanças na igreja, o que não foi aceito, motivo da desavença. As pessoas têm versões diferentes de acordo com o lado em que estavam, mas o fato não se altera, “aí tinha a associação e daí repartiu, sabe? O que aconteceu também eu não sei, porque eu escutava

⁶⁸ Idem.

meu pai falar, mas daí eles se desentenderam, porque esse pastor (Otto Yüng) queria ficar, mas a turma não gostava, porque ele queria governar, fazer as coisas, não sei o que era, então veio outro pastor daqui pra ficar no lugar desse” (ELÍRIA SOPHIA DIBBERN JURGENSEN: 1999, p. 52).

Nesse momento apareceu a identificação alemã, que até o momento não se havia percebido no histórico feito pelos membros da igreja. Aqui se percebe a diferenciação que o grupo que permaneceu na Comunidade Evangélica Alemã Pires começou a fazer, justamente num período em que a igreja se filiou ao *Sínodo Evangélico do Brasil Central*. A facção luterana original fundadora do bairro afirma que a sua é uma igreja alemã para alemães. Seus cultos eram proferidos em língua alemã.⁶⁹

Até o último trimestre de 1939 a comunidade permaneceu identificada com o nome de comunidade alemã – Comunidade da Igreja Evangélica Alemã de Pires -, com todos os registros de reuniões escritos em alemão, mas logo no início da Segunda Guerra Mundial teve sua designação alterada para Associação Evangélica Pires “em 07 de novembro de 1939 foi registrada no cartório de registros de Limeira como ‘Associação Evangélica Pires’ e publicado no Diário Oficial em 19 de Novembro de 1939, sendo que até este ano todos os registros de reuniões realizadas na comunidade eram em alemão”⁷⁰.

De acordo com o artigo de Schneider e Gachet, a igreja ligada à vertente americana também sofreu com a Segunda Guerra, por seus membros serem descendentes de alemães:

Iniciado o ano 1938, o Rev. Otto, por motivos de saúde, voltou à Alemanha, sua terra natal. Vindo também a Segunda Guerra Mundial, o rebanho, sem pastor, por ser composto de alemães, passou por sérias perseguições, incluindo revista do templo para apreensão de qualquer material impresso em alemão. Como tudo foi muito bem escondido, nada se achou e, por graça de Deus, nem a inscrição alemã do templo os soldados viram. Diante de tudo isso, todo o trabalho da congregação

⁶⁹ A facção Sínodo do Missouri tinha proposta de cultos em língua nacional, como eram realizados nos Estados Unidos, onde o imigrante ao chegar, já recebia a determinação de que falasse o inglês, língua da terra de acolhimento e as crianças ao ingressarem nas escolas públicas, automaticamente já estavam sendo preparadas para serem assimiladas. A proposta era de que o imigrante se tornasse americano já na segunda geração.

⁷⁰ Histórico organizado pela Paróquia Evangélica de Confissão Luterana de Limeira

foi feito pelos próprios leigos que tinham se unido em um só espírito de amor e perseverança, mesmo tendo que se reunir muitas vezes, às escondidas. (SCHNEIDER e GACHET: 1988, p. 98).

Após três anos sendo dirigida por leigos, em fevereiro de 1941, houve uma assembléia e esta contou com a presença do pastor Henrique Klenke, da Igreja Evangélica do Sinodo de Missouri, e a igreja foi reorganizada e passou a chamar Comunidade Evangélica Luterana “Cristo”. “Após isso, sabe-se que a Congregação foi atendida por algum tempo pelo pastor Ernesto A. Heine. Em 1948, com o regresso definitivo do Rev. Klenke aos EUA, a congregação passou a ser atendida pelo Rev. Nilo F. Strellow, da Paróquia Redentor de Moinho Velho, São Paulo” (SCHNEIDER e GACHET: 1988, p. 98).

Os autores confirmam o pensamento e práticas missionárias que, conforme Jungblut, caracterizam essas comunidades e, segundo eles, a igreja, por estar organizada num bairro rural de população de densidade populacional considerável, não deixa de lado o caráter missionário e conseguia, à época, a média de doze membros por profissão de fé por ano. Descrevem a seguir como são desenvolvidos os seus trabalhos:

Espírito não-missionário ou, no mínimo, muito pessimista, teria alguém que dissesse que uma congregação rural não tem missão para fazer. Em qualquer lugar do globo sempre existe muito mais missão do que qualquer igreja alcança fazer. A questão é querer e se dedicar a isso. A nossa congregação tem conseguido, nos últimos anos, a média de 12 membros por profissão de fé por ano, mesma média essa que o atual pastor conseguia anualmente no grande centro urbano de onde veio. A congregação não está usando um determinado método para a missão. A primeira coisa que se faz neste sentido é conscientizar a cada um dos membros a ter espírito missionário, conforme é a finalidade para que Deus tem cada cristão e a igreja aqui na terra. Após isso, cada membro procura descobrir prospectos e encaminhá-los ao pastor. Não se consegue fazer, mesmo na roça, todas as visitas com portas já abertas. Após uma lista de visitas feitas, surgem grupos para a instrução de adultos que é dada tanto na igreja como em suas próprias casas, conforme a necessidade de cada um. Como isso não é tarefa só do pastor, os líderes leigos, já preparados para isso, auxiliam extraordinariamente, sem nenhum problema, dando instruções de adultos, o que já faz com que futuramente, na igreja, estes membros aceitem, sem nenhum empecilho, qualquer trabalho feito por líderes leigos (SCHNEIDER e GACHET: 1988, p. 100).

Um dos maiores investimentos dessa vertente é na formação de leigos para o trabalho missionário, com tendências de evangelização, como fica evidente na passagem acima. Justificam-se os investimentos na formação de leigos pelo passado, no qual esses mantiveram a igreja nos momentos em que não havia o pastor. *“Com isso teve que fazer uso e, sob a graça de Deus, sem esmorecer, desenvolveu e obteve muita aceitação do trabalho leigo”* (SCHNEIDER e GACHET: 1988, p. 101). Ainda segundo eles,

hoje, após a sua primeira missão, que é a pregação da Palavra a todos, especialmente aos que ainda não a conhecem, valoriza, desenvolve e confia inteiramente na atuação do leigo em qualquer área do trabalho. Para isso, incentiva o máximo para o aperfeiçoamento dos leigos já treinados e para formar novos líderes. Crê também que, sendo a Palavra a chave mestra que incentiva qualquer pessoa à vida cristã e ativa, o que toda a IELB tem a fazer é pregar mais a Palavra, não só por pastores e mestres, mas sim, pelo sacerdócio universal de cada crente, e tudo o mais virá automaticamente como fruto (SCHNEIDER e GACHET: 1988, p. 101)

Por ter um caráter missionário, a Igreja Evangélica Luterana do Brasil, Comunidade Cristo, do Bairro dos Pires, não priorizou em seu ideário a preservação da germanidade através do uso da língua alemã, embora exista atualmente um coral regido pelo Pastor Osmar Schneider, que apresenta em ocasiões especiais hinos em alemão.

Já a igreja de vertente alemã, buscou por mais tempo preservar a língua e a germanidade. As atividades religiosas na igreja original eram realizadas em alemão, língua corrente no bairro. Ainda na década de 40 do século XX era fato constante entre os membros da igreja o uso da língua da Pátria mãe e até as crianças que faziam a confirmação eram ensinadas em alemão “porque os pastores davam o ensino de confirmação em alemão. A minha irmã acima de mim ainda fez a confirmação em alemão porque ela confirmou três anos antes de mim, então ela, ela...estudou alemão, sabe” (ELÍRIA SOPHIA DIBBERN JURGENSEN: 199, p. 46).⁷¹

Tornava-se então necessário o conhecimento da língua alemã para que pudessem freqüentar os cultos religiosos, ao mesmo tempo limitando à participação

⁷¹ Dona Elíria fez sua confirmação em 1945 e sua irmã em 1942.

somente a quem conhecia a língua, o que forçava as famílias a preservarem-na no relacionamento com os filhos, mesmo depois das restrições legais ao uso de língua estrangeira. Tornava-se, então, premente a busca de alternativas para o ensino da língua, mesmo que não fosse nas escolas oficiais: "... tinha uma mulher particular que estudava e pagava uma quantia pra ela de mensalidade, ela era da Alemanha, então era ela que dava aula de alemão" (1940-41) (ELÍRIA SOPHIA DIBBERN JURGENSEN: 1999, p. 46).

A igreja era a força propulsora da germanidade traduzida na permanência de hábitos germânicos e na preservação constante do uso da língua. Essa atitude da Igreja Luterana só foi ameaçada no período da Primeira Guerra e durante e após a Segunda Guerra Mundial, quando ela se sentiu de fato pressionada a mudar suas práticas, uma mudança imposta de fora para dentro da comunidade e que modificou sua rotina de vida.

... A Alemanha foi sempre muito odiada, os outros países se voltaram contra ela; até o Brasil convocou brasileiros pra ir lá na guerra, combater contra a Alemanha. Daí quando a Alemanha perdeu, tudo que era alemão tinha que ... até que eles não queriam que conversasse mais em língua alemã, os 'pastor' não podia mais dar culto em alemão (...) tinha livros que levava na igreja, não? As bíblias em alemão acabou com tudo, precisou esconder, não sei se foi posto em algum lugar guardado, o hinário bíblico era em alemão, a bíblia era em alemão, tudo isso era em alemão, mas precisou consumir com tudo. É porque sabia que podia acontecer se viesse um... eu acho que, pra descobrir negócio de alemães tinha que discutir, porque consumiram com tudo isso, até as fotos que tinha as coisas, sumiram com tudo. O que lembrava alemão sumia tudo (ELÍRIA SOPHIA DIBBERN JURGENSEN: 1999, p. 63)

O "sumir tudo" resume, a partir daí, a história do bairro de maioria teuto-brasileira. Tinha que esconder tudo o que pudesse representar ameaça à segurança pessoal e do grupo. Esconder ou ter que se desfazer de quaisquer resquícios identitários foi um fato que se tornou necessário.

O modo de pregação na igreja foi alterado, sendo proibido o culto em alemão e foram suspensas as assembléias e reuniões da comunidade a pedido do

Delegado de Polícia, devido à Segunda Guerra Mundial ⁷²e por força da sugestão do delegado, optou-se pela obediência, pois havia perigos maiores com os quais a comunidade teria que arcar, como já afirmou anteriormente dona Elíria (1999: p. 50), “ah, tinha algumas pessoas que vinham no culto pra ver. Se acontecesse... Decretaram uma lei que não podia mais”. Já na Primeira Guerra começaram as restrições ao uso da língua alemã nas igrejas luteranas. O bairro tinha conhecimento das leis brasileiras, pois o presidente do Sinodo Luterano Wilhelm Rotermund havia recomendado que todas as comunidades e seus pastores seguissem as determinações das autoridades brasileiras. Ele

dirigiu-se às comunidades e a seus pastores, pedindo que obedecessem às determinações das autoridades brasileiras. A 1^a de janeiro de 1918, foram proibidos todos os ofícios em língua alemã. A pregação em língua alemã continuou proibida, permitindo-se em seu lugar uma ‘leitura dominical’. O pastor ficava proibido de subir ao púlpito, mas podia fazer suas leituras do altar. Com essas determinações, também o ensino confirmatório em língua alemã pôde ser continuado (DREHER: 1984, p. 107).

Se na Primeira Guerra foi permitido o uso do alemão no ensino confirmatório, na Segunda Guerra o mesmo não aconteceu, pois os estudos das crianças, a confirmação e a comunhão, tudo o que foi ensinado pelo pastor em alemão teve que ser modificado. Como o período preparatório durava alguns anos e demandava conhecimentos dos ritos, das leituras, enfim, do aprendizado de quatro anos de preparação, foi necessário criar um código de emergência, para não prorrogar ou refazer os estudos todos novamente, em português. Desse modo, no momento da consagração final, tiveram que fazê-lo em uma língua que praticamente não conheciam, pois, a orientação foi dada

em alemão, os mandamentos, as hierarquias, a santa ceia, o batismo, tudo em alemão nesse tempo, até ficou quatro anos para fazer a confirmação e aí entrou esse negócio de virar o alemão pro brasileiro, tinha que fazer a confirmação em brasileiro, não ‘pudesse’ fazer em alemão, ele (pastor) só falava assim; confiro, porque fazer tudo aquele estudo de novo, mais quatro anos, dois anos já, daí fez a confirmação da minha irmã em brasileiro, ele só deu umas coisas escritas porque

⁷² Histórico organizado pela Paróquia Evangélica de Confissão Luterana de Limeira, já citado.

existia a escola brasileira também. Deu só umas perguntas e a gente respondia sim, não, porque o estudo da turma tinha sido tudo em alemão... minha irmã confirmou acho que uns 4 anos antes de mim, eu confirmei em 45, em 45 foi minha confirmação. Daí começou nós 'tava' estudando tudo em alemão sabe? Tinha que estudar em escola de alemão que o pastor dava os estudos tudo em alemão, então tinha que ir na escola alemã para aprender tudo (ELÍRIA SOPHIA DIBBERN JURGENSEN: 1999, p. 53).

Com esse depoimento parece ficar mais clara a relação igreja/germanidade. A igreja buscava insistentemente manter a língua tradicional alemã, desde a preparação para a confirmação dos jovens até os cultos celebrados para todos os membros da igreja, crianças, jovens ou adultos. Se os debates sobre a igreja e a vinculação desta com a defesa da germanidade eram uma suposição levantada pela pesquisa, no caso do Bairro dos Pires, especificamente, essa fala esclarece que era necessário aprender o alemão de qualquer maneira, se quisesse compreender e participar dos cultos.

A história da religião confunde-se com a própria história do bairro. Esta representa um papel relevante na vida dos moradores de origem germânica desde que o bairro foi fundado. Toda a vida social do grupo também dava-se - e ainda se dá - em torno das atividades religiosas, sendo elas cultos, batizados, casamentos, encontros de grupos de estudo, de mulheres, de jovens ou festas, como diz a jovem Diná Dibbern: (1999, 79) “a gente se reúne mais em termos de igreja, nós temos a juventude na igreja, a nossa comunidade. Só na igreja”.

A religião exerce, portanto, ainda hoje, uma influência muito grande no grupo, desde os mais idosos de seus membros até os mais jovens, todos participam dos eventos desenvolvidos na igreja. As atividades religiosas e as festas periódicas garantiam e ainda garantem uma maior intensidade das relações entre os membros do grupo.

A Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Bairro dos Pires conta com a organização das mulheres na entidade estabelecida Ordem Auxiliadora de Senhoras Evangélicas (OASE), que já tem vinte e nove anos de atuação. Novamente constato que o interior do estado de São Paulo saiu na frente mais uma vez na organização das

atividades da igreja luterana. A Ordem Auxiliadora teve origem na cidade de Rio Claro, vizinha de Limeira, e posteriormente foi seguida por outras igrejas luteranas do Brasil. No ano de 1999 foi comemorado, na cidade berço, o centenário da OASE, reunindo mais de duas mil mulheres. De acordo com Walter Altmann⁷³,

O primeiro grupo (Rio Claro / SP), levou à frente o projeto de construção da torre de sua igreja, um símbolo de identidade importante, já que no Império tinha sido proibido que templos evangélicos ostentassem torres. É forçoso realçar o papel inestimável que os grupos de mulheres, a princípio com diferentes nomes, exerceram no processo de constituição da IECLB. Foram eles um dos elementos unificadores da igreja (ALTMANN, 1999, p 3).

Martin Dreher, que também participou da solenidade, complementa que a origem da organização das mulheres em Rio Claro se deu devido a necessidades prementes de identificação religiosa, mas também para demarcar o pertencimento à sociedade nacional e que acima de tudo, a

luta por dignidade foi um tributo ao nascimento da OASE. Em 1899, o grupo formado pelo pastor Theodor Kölle e sua esposa Julie tinha como objetivo angariar fundos para construir uma torre para o templo de Rio Claro – afinal, somente com o advento da primeira Constituição republicana, em 1891, é que se permitiu aos não-católicos construir templos com identificação externa. A primeira OASE trabalhou uma palavra: dignidade. Protestantes eram cidadãos de segunda categoria. Na torre estava expresso que eram e queriam ser cidadãos desse país” (DREHER, 1999, p. 5)⁷⁴.

Tanto Altmann quanto Dreher, nos artigos citados, salientam a importância da OASE para a preservação da religião luterana e numericamente esta

⁷³ Walter Altmann é pastor primeiro vice-presidente da ICLB e professor da Escola Superior de Teologia, em São Leopoldo (RS). As referências que utilizo são do Jornal Evangélico Luterano, publicação da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. Porto Alegre/RS. Ano 27 nº 624 de setembro de 1999. Acompanha em anexo a cópia do artigo retirado do citado jornal.

⁷⁴ Martin Dreher é pastor e historiador, fez um importante estudo sobre a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (com o qual tenho me baseado para esse trabalho). Essa passagem citada faz parte de sua palestra sobre a história da Ordem na abertura do Encontro Nacional da OASE, em Rio Claro, publicada no Jornal Evangélico Luterano. Setembro de 1999, p. 5. (Fala na íntegra segue em anexo)

atinge hoje “quase 1200 grupos em 296 paróquias de 17 sínodos” espalhados por todo o país.

Esse é mais um aspecto que mostra a inserção do grupo luterano à sociedade não só local ou regional, mas também de amplitude nacional. As reuniões do grupo são semanais, têm uma estrutura organizativa diretiva constituída por presidente e vice presidente, duas secretárias e duas tesoureiras, eleitas através de eleições bienais.

A Ordem tem como objetivos, além dos religiosos e doutrinários, a valorização da mulher, apoio e ajuda mútua, integração da mulher na igreja com participação e capacidade de decisão, oferecer à mulher condições para perceber a realidade que a cerca e incentivá-la para uma ação responsável no presente, visando também as novas gerações e o preparo para o trabalho diaconal⁷⁵. Embora seus objetivos vislumbrem a participação das mulheres na Igreja, o próprio Altmann afirma que essa participação ainda não está a contento⁷⁶, pois

é mencionada a “lenta aculturação”, pela qual só mais recentemente os grupos e o movimento têm se manifestado acerca de questões públicas e sociais de nosso país. O patriarcalismo na sociedade e nas igrejas é aí apontado como uma das razões. Apesar do imenso serviço prestado por mulheres em nossas comunidades, os espaços de ‘decisão continuam amplamente concentrados em mãos masculinas. É certo que houve avanços de participação feminina nos órgãos diretivos da IECLB, mas não temos ainda hoje nenhuma mulher entre a Presidência da IECLB ou pastores sinodais, tampouco na Diretoria do Conselho de Igreja. Esse fato ilustra a importância e a necessidade de nos conscientizarmos na IECLB com maior intensidade das chamadas “relações de gênero”, isto se relacionam homens e mulheres na família, no trabalho e na comunidade (ALTMANN, 1999, p. 3).

Mostra que as instâncias de decisão dentro da Igreja Evangélica de Confissão Luterana são dominadas pelos homens, mantendo-se ainda hoje, a tradição de centralizar os debates político-institucionais e as decisões com relação ao grupo nas mãos dos homens. No caso do Bairro dos Pires, as mulheres tem a participação limitada

⁷⁵ Regimento interno da Ordem Auxiliadora de Senhoras Evangélicas da Igreja Evangélica de confissão Luterana no Brasil; artigo 4º, emprestado por Senhora Elíria.

⁷⁶ Altmann se refere ao livro publicado por Sibyla Baeske, “Retalhos no Tempo” no qual ela faz uma análise crítica sobre a Ordem.

a freqüentar os cultos, participar do coral, organizar festas e outras atividades de caráter prático.

A Ordem, embora surgida no interior, é subordinada a uma estrutura nacional de mesmo tipo. Segundo o artigo 5º podem ser admitidas senhoras de outras denominações, entende-se de outros credos religiosos, somente como participantes, pois o artigo 6º que trata da constituição dos cargos da diretoria, no parágrafo 3º limita a participação na diretoria e o exercício de cargo nesta apenas às mulheres da IECLB.

Falando do trabalho das mulheres na Igreja de Confissão Luterana, vale a pena lembrar que a cidade de Limeira tem uma pastora formada, Neusa Aparecida Tetzner Mieras, nascida nesta cidade. Ele estagiou na Igreja do Bairro dos Pires nos anos de 1985 e 1986. Embora ela tenha nascido em Limeira, atua na Igreja Luterana da cidade de Campinas, cargo mais alto ocupado por mulher na IECLB..

A relação entre as duas igrejas, embora se afirmem em princípio que sejam amigáveis, percebe-se uma certa tensão quando se pergunta de uma e de outra igreja, principalmente para os das igrejas opostas. O pastor Osmar (1999: p. 01), da Igreja Evangélica Luterana, Sínodo Missouri, assim explica a relação existente entre as duas igrejas, chegando até a dizer que os membros das duas igrejas são amigos. Se são amigos para participar de festas, segundo senhor Walter Pommer Filho, o deveriam ser para pregar o evangelho, não devendo para isso existirem duas igrejas. O Senhor Pommer Filho prega a unificação das igrejas, sonho antigo de seu pai, que talvez morra sem o ver realizado.

Olha, é vamos começar da Alemanha. A nossa igreja essa aqui tem origem na Alemanha. A primeira origem, o nome dela é Igreja Evangélica Luterana, assim como a outra também é Igreja Evangélica Luterana. A segunda começaram com o líder- Lutero. A partir de lá existia uma só igreja luterana. Depois quando houve época de guerra e perseguições e então, uma gente dessa única igreja luterana vieram da Alemanha para o Brasil e aqui começaram a se organizar e trabalhar. Esses hoje são Igreja Evangélica De Confissão Luterana e a nossa igreja, essa em que eu sou o Pastor então é o pessoal da mesma igreja que era da Alemanha que se transferiu para os E.U.A, estado de Missouri perto do Rio e lá organizaram seus trabalhos. Lá já eram fortes, mais tarde então vieram de lá, veio gente para o Brasil, originalmente da mesma igreja, a partir de Lutero. Mais tarde veio gente dos E.U.A para o Brasil e aqui começaram a se organizar

também só que não se uniram até hoje. Então são duas igrejas luteranas que não tem rivalidades entre si, assim nos consideramos irmãos na fé, amigos. Só que houve esse caminho, historicamente, de lá veio gente, prá outros e os outros fizeram via E.U.A, então essa nossa igreja chama Igreja Evangélica Luterana, Sinodo Missouri, vindo justamente dos E.U.A, deste estado e onde se estabeleceram primeiro, e a outra igreja chama-se Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, eles vieram diretamente da Alemanha para cá (PASTOR OSMAR : 1999, p. 1)

Já foi dito anteriormente que essa vertente da Igreja Luterana, ligada ao sínodo americano, é de origem missionária, portanto, muito mais aberta à adesão de outras pessoas que não sejam descendentes de alemães em seus cultos, embora a outra também receba não-alemães, desde que indicados por algum membro da diretoria, ainda hoje agindo de acordo com o artigo 2º do antigo Estatuto da Sociedade Alemã. O distanciamento dos assuntos político-partidários não faz parte das preocupações dos membros da igreja, como diz o pastor:

a nossa posição política ou em relação à política é única na nossa igreja seja no Brasil ou no mundo e a nossa posição é bíblica inclusive uma clara distinção entre política, parte civil e igreja ou, um não dirige o outro certo, um não interfere para outro, só que civicamente nós respeitamos e somos a favor do governo digamos da política, duma política bem política- política somos a favor das autoridades, defendemos, apoiamos e quem de nós puder, somos incentivados a participar seja da política bem feita ou ser uma autoridade em alguns caso (PASTOR OSMAR: 1999, p. 1).

Segundo o pastor, nesta igreja ele é o líder espiritual, sendo também o mediador quando há desacordo entre os membros da diretoria. O centro administrativo nacional da igreja é no Rio Grande do Sul, a estrutura é dividida em regiões maiores, subdivididas depois em distritos, que representam um município. Cada município tem um pastor, que trabalha como Conselheiro distrital. Tem uma diretoria e depois dessa diretoria tem um grupo de comissões, entre elas, a Comissão Pastoral Educação, que tem feito os cursos de formação com professores pagos vindos de São Paulo. Sobre a participação das mulheres como pastoras, ele diz o seguinte: “elas participam igualzinho aos homens sem nenhuma diferença,

inclusive a única coisa que na nossa igreja, por motivos que a igreja alega bíblicos nós não ordenamos pastoras”. Quando foi perguntado sobre as diferenças entre as duas igrejas, foi bem taxativo, as diferenças são ideológicas e grande parte da comunidade nem sabe porque.

olha, as diferenças estão mais nas praxes assim em partes sociais. O livro máximo é o mesmo para as duas igrejas. Quando se trata de catecismo também, que é o resumo desse livro. Os principais livros dogmáticos são os mesmos para ambas. Existe uma diferença na Santa Ceia e nós defendemos presença real e a outra a presença simbólica. Os membros não conhece as diferenças. Eles são liberais em sentido de festas, por exemplo, nós fazemos festas, não somos contra a bebida alcoólica, exige um limite maior. Nesta congregação o povo não se domina, é proibida a bebida alcoólica, é usado a bebida da região. Houve exageros há muito anos atrás, vem gente de todos os lados, os membros pode até se dominar, mas as outras pessoas já vem bêbada para a festa esculhambar e beber ainda mais, aí a igreja acaba dando um mau testemunho e a Assembléia decidiu não ter mais bebida , o que está sendo ótimo, há mais de 40 anos, agora em casa todos os membros são livres (PASTOR OSMAR: 1999, p. 1).

Como se vê, a festa religiosa é um acontecimento importante para a vida da comunidade, considerada como fator de união entre os moradores envolvendo os adeptos do credo religioso na organização da mesma. A participação de outros moradores que não são descendentes de alemães e que não são necessariamente seguidores da mesma religião, denota o sentimento de pertencimento ao bairro que se apresenta pelo menos pela participação nos eventos festivos que ali acontecem.

Os dois Sínodos Luteranos que trabalham no Bairro dos Pires fazem parte de um coletivo considerável, levando em conta o número de pessoas que os freqüentam. Segundo JUNGBLUT (1994, p. 143), “hoje, o que se tem, então, são basicamente estes dois grupos luteranos teuto-brasileiros, a IECLB com, atualmente , cerca de 1.200.000 membros, e o grupo ligado ao Sínodo de Missouri, que, a partir de 1954, assume a denominação de “Igreja Evangélica Luterana do Brasil” (IELB), que possui hoje perto de 200.000 membros.

Para o autor, a IELB, não passou por nenhuma reorganização, permanece com o caráter missionário-evangelizador, manteve reservas ao ecumenismo e “também

sua resistência em se aceitar palco de debates e tomadas de posições políticas continuou inalterada, uma vez que a IELB permaneceu acreditando serem essas atribuições políticas estranhas à sua função, essencialmente religiosa, de congregação dos cristãos luteranos (JUNGBLUT: 1994, p. 144)”.

O autor vem confirmar os dados que nos foram passados por Lutero Schnoor, ao qual já me referi antes, de que a maioria das pessoas que freqüentam as igrejas luteranas são de ascendência alemã:

o primeiro ponto a se destacar é a persistência do luteranismo no Brasil como uma religiosidade ainda muito ligada às populações descendentes dos imigrantes alemães. Até onde as informações de alguns autores nos permitem constatar, as duas igrejas – IECLB e IELB – são, na atualidade, compostas em cerca de 90% de adeptos descendentes de alemães. Ora, esse dado é incontestavelmente revelador de uma religiosidade ainda muito circunscrita à etnia que a introduziu no cenário religioso brasileiro. Dessa forma, por mais que a IECLB e IELB tentassem, de formas historicamente distintas, incorporarem-se à cultura e sociedade nacional, elas permanecem ainda bastante teuto-brasileiras, continuando a merecer, portanto, a categoria de igrejas de “protestantismo de imigração” a elas atribuídas. Como se viu, trata-se de dois grupos luteranos – hoje IECLB e IELB – que tiveram a sua religiosidade, em maior ou menor grau, formada pela etnicidade de seus adeptos, não fosse assim esses grupos certamente não continuariam ainda tão circunscritos às populações teuto-brasileiras (JUNGBLUT: 1994, p. 144).

O limite dessa pesquisa impediu uma análise mais substancial dessa instituição que ocupa um lugar importante dentro da comunidade. O corpo de seus membros é na maioria de descendentes de alemães, são raras algumas exceções, como os convidados “especiais” a freqüentarem os cultos e aqueles indicados pela diretoria, no caso da igreja alemã. Embora haja essa “abertura” para a entrada de novos membros, ela não é livre. A manutenção da germanidade, ainda que não seja objetiva, ou melhor dizendo, explícita, é ainda percebida, pelos poucos casamentos fora das relações favorecidas pela etnia e pelas poucas pessoas luso-brasileiras que as freqüentam.

5 Escola: caminhos e descaminhos

A educação pública na cidade de Limeira no século XIX seguiu o mesmo caminho da educação de todo o país, que estava se reestruturando economicamente e necessitava da formação de pessoas para atuar nessa sociedade em transformação, que deixava paulatinamente de ser rural e escravocrata enquanto se urbanizava.

Com as restrições ao tráfico de escravos, o aumento da população da zona rural com a chegada de grandes levas de imigrantes estrangeiros e a proclamação da República, o fluxo de matrículas se acelerou e provocou uma tomada de posição do governo republicano e dos estados federados. Embora o ensino não se destinasse à classe trabalhadora ou aos pobres do país, muitas escolas direcionavam seus cursos para uma formação visando o suprimento dos cargos de administração (pública ou privada), para os quais esse tipo de saber era fundamental. Nesse caso, os cursos destinavam-se justamente a quem já tinha garantido o acesso à escola, pela sua própria origem, pois eram pessoas provenientes das classes médias e altas.

Como havia poucos investimentos da União no ensino primário nem tampouco universalização do ensino, dado que cada província cuidava de sua alfabetização (algumas até em línguas estrangeiras, como em regiões no sul do Brasil), os pobres, os ex-escravos, os mulatos, ou mesmo trabalhadores brancos pobres, ficavam alijados do processo escolar.

Os novos valores em relação ao trabalho e à educação apareceram sobretudo a partir da chegada dos imigrantes, mudando com isso, paulatinamente a estrutura social e as formas de organização existentes, já que os imigrantes traziam consigo algumas experiências de lutas sociais até então não utilizadas numa sociedade que estava prestes a passar de um regime imperial escravocrata para uma República oligárquica. Zeila Demartini (1998: p. 58) afirma que, inicialmente a Primeira República manteve a dualidade de sistemas de ensino originária dos tempos imperiais, no qual o governo federal se preocupava com o ensino superior e secundário e deixava aos estados o ensino primário e o normal. Desta forma:

os sistemas estaduais de educação se ampliaram em conformidade com os respectivos desenvolvimentos econômicos. No Estado de São Paulo, o ensino encontrou condições propícias a sua expansão. A libertação dos escravos, a imigração, o surto da lavoura cafeeira, ao lado de outros fatores de ordem geográfica e histórica, como os processos de urbanização e industrialização, aceleraram o processo de expansão da rede educacional. Mas a tarefa a ser empreendida era difícil, pois o sistema de ensino paulista, até a proclamação, era profundamente insatisfatório, em termos qualitativos e quantitativos. (DEMARTINI: 1998, p. 58).

Zeila de Fabri Demartini (1988, p. 58), em seus estudos sobre a procura da escrita e da leitura na Primeira República, ao analisar alguns aspectos da implantação da rede educacional neste primeiro período republicano, chama a atenção para o fato de que, embora os ideais republicanos fossem amplos e dirigidos a toda população, a política educacional adotada durante este período foi a de atendimento restrito e preferencial às populações urbanas, em detrimento das populações residentes em áreas rurais, que eram justamente aquelas consideradas pelos administradores, na época, como as mais avessas à educação escolar. Dessa forma, a educação rural recebia menos investimentos e figurava sempre em segundo plano, com educação diferenciada ou inferior diante da aplicada às escolas da zona urbana, ainda que a maior parte da população paulista residisse em área rural.

O descaso para com a educação das populações residentes na zona rural devia-se ao fato de as elites republicanas acreditarem que não havia interesse por parte dessas populações pela educação, porém, no estudo referido de Demartini (1998: p. 60), constatou-se que, contrário a essa crença, havia procura pela mesma, concretizada na valorização constante e real do aprendizado da leitura e da escrita, inclusive com a busca de soluções próprias para a resolução do problema e, para confirmar tal procura, o Bairro dos Pires serve como exemplo das posturas adotadas particularmente para a resolução do problema da falta de atendimento escolar na zona rural, como mostrarei abaixo. Ainda segundo ela, a dicotomia entre a oferta e a procura já era observada desde a segunda metade do século XIX:

Estes dois aspectos foram constatados já na segunda metade do século XIX, em

categorias rurais diferentemente localizadas numa hierarquia sócio - econômica, isto é, tanto entre fazendeiros e sitiantes nacionais, quanto entre colonos imigrantes, já durante o primeiro período republicano. Assim, a análise diacrônica, com base nas fontes empíricas analisadas, levou-nos a crer que a indiferença atribuída por educadores e sociólogos à população rural também parecia não caracterizar as aspirações de pelo menos parte da população rural, desde provavelmente o início do século (DEMARTINI: 1998, p. 60).

Fazendo parte deste contexto, refletindo todas as políticas adotadas pelos setores dominantes, a instrução pública em Limeira nada diferia em relação à situação do resto do país: a falta de organização e a falta de preparo dos professores estavam aliadas à troca de favores políticos e à visão centralizadora do Império no Rio de Janeiro e outros centros. A síntese dessas variáveis aponta para a criação de escolas de iniciativa privada, mesmo que se entenda como uma escola uma sala de aula qualquer de uma residência, adaptada para ministrar aulas (BETTINI: 2000, p. 74).

A carência de escolas em Limeira foi um inconveniente para os imigrantes alemães recém chegados nas fazendas de café, pois estes traziam consigo uma cultura de valorização da educação, na qual o Estado e a Igreja eram os responsáveis por esta. Segundo Lúcio Kreutz (1994: p. 15) a vinculação entre escola e igreja faz parte da tradição cultural alemã, tradição essa que os imigrantes transportaram junto à sua bagagem material, pois “até meados do século XVIII predominou, nos estados alemães, o motivo religioso na educação. Apenas nas regiões onde a igreja e Estado estivessem unidos, e onde a igreja desejava realizar algum plano de educação, é que o Estado tinha condições para desenvolver o sistema de escolas públicas”. Ao chegarem às fazendas de café, os alemães logo notaram a inexistência de escola para seus filhos, como afirma Bettini:

a carência de classes de instrução primária já era alvo de observações e críticas dos imigrantes-colonos de Ibicaba. Dawatz já havia alertado para essa questão, da mesma forma como 27 chefes de família, colonos da Fazenda São Jerônimo, que num relato sobre a sua vinda e instalação na colônia, chamaram a atenção para a existência de poucas escolas nas terras do Brasil, o que os levou a trazer consigo cartilhas, lousas de parede, livros de leitura, livros religiosos, livros de agricultura (BETTINI: 2000, p. 74).

Essa situação preocupou-os sobremaneira, pois para eles a escola era uma instituição já incorporada em sua experiência de vida e diante da inexistência de escolas públicas e da importância atribuída a esta instituição, os imigrantes organizaram por iniciativa própria as escolas comunitárias.

Para Demartini, na obra já referida anteriormente, não é possível generalizar a explicação da procura pela leitura e pela escrita através da herança cultural, pois, segundo ela:

Assim, com relação aos colonos, sabemos que a maioria dos italianos que para cá vieram era procedente de regiões pobres e subdesenvolvidas da Itália (Martins, 1979) e, segundo ainda as observações de T. Davatz (1951), mesmo os suíços e alemães não eram capazes de dar uma instrução razoável aos filhos. Portanto, não se poderia afirmar, a priori, que se tratava de tradição cultural dos imigrantes o fato de procurarem este tipo de conhecimento. Por outro lado, o próprio modo como se estabeleciam os vínculos de trabalho poderia implicar, para o colono, nas colônias de fazendas que proliferaram, na necessidade de conhecer ao menos os rudimentos de leitura, escrita e cálculo, de modo a poder controlar não só as despesas feitas nos armazéns da fazenda, mas principalmente a veracidade dos cálculos e anotações sobre as suas atividades e produção na própria fazenda, constantes na caderneta de controle, com base na qual eram realizados os acertos de conta. O desconhecimento destas noções mínimas de leitura e cálculo implicava, portanto, em que confiassem plenamente nos cálculos efetuados pelo fazendeiro ou seus representantes, ou ainda, em que memorizassem todas as despesas e trabalhos efetuados geralmente pelo espaço de um ano agrícola, quando então eram acertadas as contas. Parece-nos, assim, que a leitura e o cálculo, neste caso, não poderiam ser tidos como elementos a que os colonos procuravam ter acesso apenas como fator de prestígio ou como distração; estavam diretamente ligados ao ajuste de contas entre fazendeiro-colono, e poderiam, também desta forma, explicar o interesse destes últimos em adquiri-los (DEMARTINI: 1998, p. 61).

Embora estejamos diante de posições divergentes quanto ao interesse dos colonos imigrantes pela educação, os que vieram para Limeira eram na sua maioria luteranos e preocupavam-se com a formação escolar dos filhos, tanto que, nas primeiras décadas, a vida dos imigrantes alemães se caracterizou mais por uma luta pela sobrevivência e pela constituição gradativa de alguns elementos básicos na sua vida doméstica, como construção de casa e benfeitorias, e na sua vida comunitária, com a construção de escolas e de igrejas (BETTINI: 2000, p. 21).

Ao iniciar o período imperial, o fato educacional mais significativo aconteceu em 1834, quando houve uma descentralização das questões educacionais,

através do Ato Adicional à Constituição, que transferiu a responsabilidade de oferecer escolas primárias e secundárias públicas, do governo central do Império para as províncias, fato que se dará também na Primeira República, como já vimos.

Com a descentralização administrativa da educação, cabia à Câmara Municipal de cada cidade legislar e cuidar da instrução pública, regulamentadas pela lei 88 de 1892, segundo a qual, as Câmaras Municipais deveriam velar pela execução da lei do ensino público, ajudando as autoridades escolares a tornar realidade a instrução popular. A mesma lei, no artigo 50, permitia aos municípios tomar para si os encargos da instrução pública, desde que tivessem um sistema regular de ensino. “Pode-se atestar que em Limeira não havia, um sistema regular, nem municipal, nem tal regimento, ou mesmo o anterior. Convém lembrar que a municipalidade de Limeira criou as escolas municipais pela lei nº 55 de 1899”. (BETTINI: 2000, pp. 42/43). A autora acrescenta ser importante ressaltar que no ano de 1894,

Limeira é contemplada com o regimento Interno das Escolas Públicas do Estado de São Paulo, assinado por Cesário Motta Jr em 26 de julho. O documento dá uma ênfase muito grande a Moral e Educação Cívica. Devendo ser ensinadas desde o 1º ano de escolaridade - moral: conversações familiares, visando à formação de bons sentimentos entre as crianças, hábitos de ordem, comportamento na escola, na rua e em lugares públicos, deveres morais com as outras pessoas, bom trato aos animais, ou seja, máximas que desenvolvessem boas qualidades morais. No civismo trabalhar com nomes do lugar, do Estado e do país onde a criança nasceu, nomes das principais autoridades do lugar, do Estado e do país, tornar familiares palavras que despertassem uma idéia de nacional, como: cidadão, soldado, exército, ou seja, uma idéia clara de nacionalismo (BETTINI: 2000, pp. 42/43).

Já estavam presentes aí princípios nacionalistas, antes mesmo da cidade ter organizado sua rede escolar, embora a Escola Alemã do Bairro dos Pires estivesse funcionando desde 1874, com organização própria definida dentro de padrões determinados pelos moradores, ou seja, utilizavam como língua principal o alemão. O professor era o pastor e assim o bairro já caminhava na frente da organização escolar da cidade. Pode ser que a administração municipal não tivesse tomado ciência da existência dessa escola, por ser um bairro afastado à época, de difícil acesso pela precariedade das

estradas, tanto que essa escola vai sofrer interferências somente na Primeira Guerra Mundial após o Brasil aderir a ela. Segundo Bettini (2000: p. 82) essa escola, para o município, passou a existir apenas em 1933, conforme a relação das portarias e atos municipais que criaram escolas em Limeira; podendo-se observar que foi só nesse ano que foi reconhecida a legitimidade desta escola, e esta tinha como professora responsável uma descendente de italianos, possivelmente já nascida no Brasil e mais facilmente cooptável, devido à proximidade da língua latina:

Ano	Quantidade de salas	Local	Responsável
1889	4 (2 masculino e 2 feminino)	Não identificado	Não identificado
1902	2	Bairro de Santa Cruz da Boa Vista e Cascalho	Não identificado
1912	1 mista	Bairro de Sertãozinho	Maria Isabel de Toledo
1913	1 escolas reunidas	Cordeiro	Não identificado
1918	1 mista	Fazenda Barreiro	Não identificado
1920	1 feminina	Bairro das Areias (Liga Nacionalista)	Não identificado
1923	1 masculina	Bairro de Pedreira (Tatu)	Não identificado
1925	1 noturna	Iracemápolis (suspensa em 1928)	Não identificado
1930	1	Escola da Venda Nova de São João	Profa. Ida Roland
1933	1	Escola Municipal dos Pires	Angelina de Fellice
1934	1	Escola Bairro da Graminha	Não identificado
1935	1	Escola do Bairro da Fazenda Velha	Anna de Castro Peixoto
1936	6	Escola do Bairro do Morro Alto Iracemápolis Cascalho, Graminha, Pereiras Escola noturna para adultos	Guiomar da Costa Silva
1937	4	Fazenda Barreiro Vila Esteves Bairro da Boa Vista Vila Camargo Bairro do Pinhal	

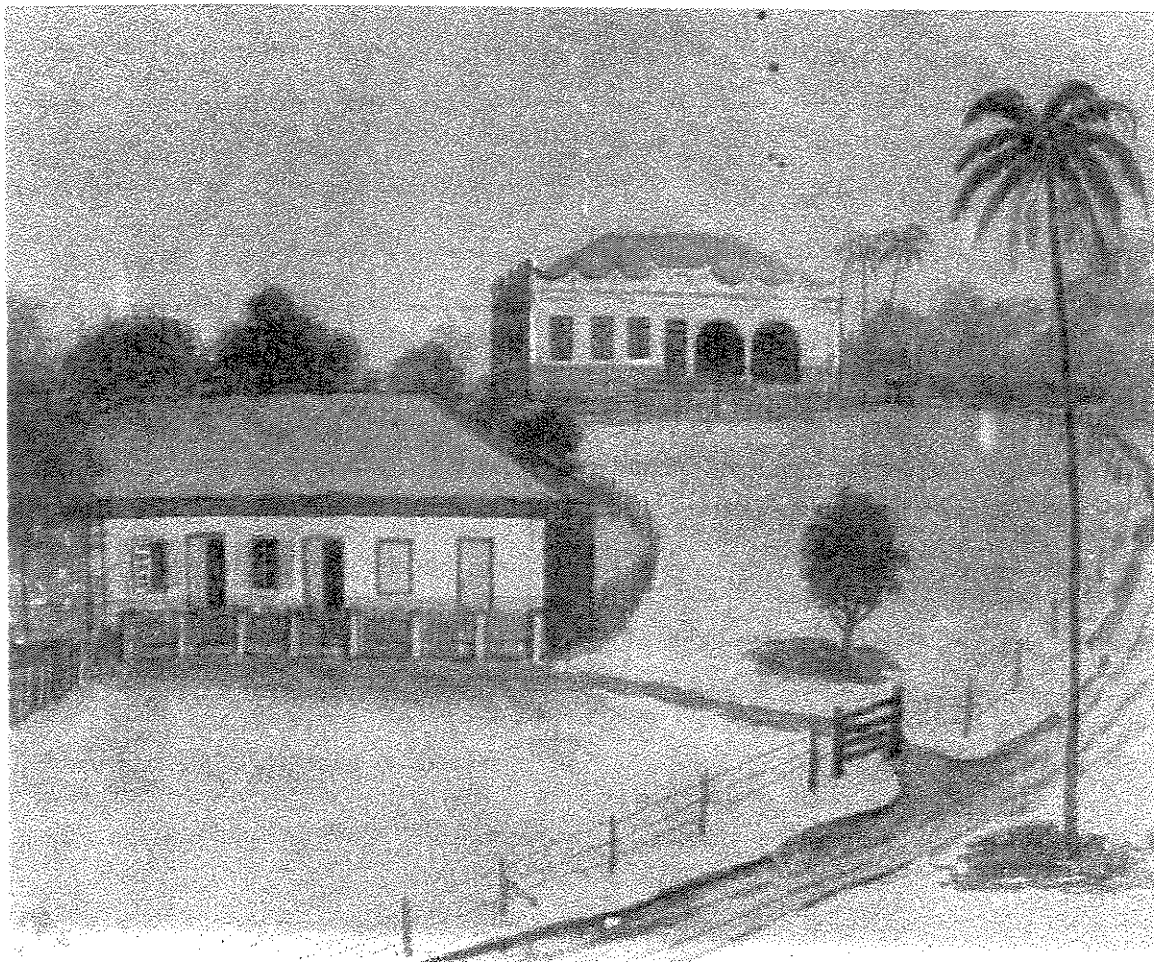
BETTINI: 2000, pp. 82 e 83.

No entanto, até então, já estavam sendo gestadas, como já foi dito anteriormente neste trabalho, as idéias de branqueamento, miscigenação, purificação da raça brasileira, superioridade do elemento imigrante e as políticas para combater o enquistamento gerado pelo próprio sistema de imigração, ao fazer os assentamentos, permitindo a concentração de imigrantes oriundos da mesma região.

Ainda segundo Bettini (2000: p. 44), o Estado de São Paulo já vinha se adiantando nas questões relacionadas ao uso da língua e aos ideais nacionalistas desde o final do ano de 1896, quando foi promulgada por Campos Salles a lei nº 489, de 29 de dezembro, sob o título “obrigatoriedade do ensino da língua nacional”. Já era conhecida pelo governo a existência das escolas particulares com vinculações étnicas, embora o sistema público não suprisse a demanda por escolas, nem dos nacionais, nem dos descendentes de estrangeiros. Diz o artigo primeiro da referida lei: “em todos os estabelecimentos e escolas particulares de instrução primária, para ambos os sexos, dirigidos por professores de qualquer nacionalidade, é obrigatório o ensino da língua nacional, bem como a Geografia e a História do Brasil”. O artigo segundo determina os conteúdos a serem trabalhados, ao dizer que: “o ensino da língua nacional compreenderá, além da Leitura e noções de Gramática Portuguesa, exercícios de Ditado e Composição”. A mesma lei designava os responsáveis pela fiscalização, ficando esta a cargo dos inspetores literários e às Câmaras Municipais. O quarto artigo previa multas e penas de suspensão ou até fechamento das escolas que não atendessem às exigências legais.

o governo, no regulamento de expedir para boa execução da presente lei, poderá culminar multas de 100 mil a 200 mil réis e penas disciplinares de suspensão e encerramento do estabelecimento ou escolas. Acintosamente essa legislação tem como alvo as escolas existentes ainda em algumas fazendas ou já dentro da zona urbana, onde se preserva o ensino da língua pátria dos imigrantes bem como sua cultura. Por outro lado, há outro alvo, que é político, e vai no sentido de impedir que os “estrangeirismos” sejam discriminados, em princípio pela via escolar. (BETTINI: 2000, p. 44).

O Bairro dos Pires manteve a tradição que existia entre os grupos de imigrantes alemães que vieram para o Brasil, desde a sua formação, ou seja, desde as formas de agrupamento à organização da vida religiosa, geralmente a principal, vindo sempre acompanhada da instalação de uma escola. Havia uma íntima conexão entre igreja e escola. A vida em comum destes núcleos populacionais, a partir de uma base comum de produção e organização, girava fundamentalmente em torno da igreja e da escola.



6- Proximidade escola igreja: desenho feito por artista desconhecido, provavelmente no início do século XX. O desenho original pertence ao senhor José Asbahr, que o recebeu de seu pai. Primeiro prédio à esquerda, abaixo, no primeiro plano, Casa da Igreja, acima, no segundo plano, bem evidente, a Escola Alemã, sendo seu prédio mais suntuoso que o da igreja. Ela era mais suntuosa que a igreja, dado as normas de construções vigentes que criavam alguns impedimentos para as construções de templos protestantes.

Segundo Kreutz, os imigrantes alemães que vieram para o Brasil trouxeram consigo uma concepção de educação e Estado, em que havia um distanciamento e autonomia entre ambos. Quando o Estado começou a assumir a difusão da escola pública e gratuita para todos, as Igrejas Católica e Evangélica fizeram intensa campanha em favor da escola confessional, entendendo que na escola pública se favorecia a difusão do liberalismo ateu. Tanto para a Igreja Católica, quanto para a

Evangélica (...) a escola confessional seria um espaço favorável para a defesa da religiosidade e do *Deutschtum*⁷⁷ (KREUTZ, 1994, p. 17).

Portanto, historicamente, desde a criação das escolas confessionais, fossem elas católicas ou evangélicas, como no caso do Bairro dos Pires, buscava-se a preservação da germanidade e essa preocupação em não abandonar as raízes culturais fez com que as escolas ensinassem o alemão desde a sua criação e as igrejas reforçassem a ideologia germanista, utilizando em suas pregações a língua da terra natal: o alemão. Paiva (1973: 83) salienta essa vinculação entre escola e a igreja e ainda a utilidade delas para o combate ao analfabetismo em regiões de colonização com imigrantes alemães:

Desde os primórdios da colonização, os imigrantes teutos zelavam pela instituição que se tornou característica de suas comunidades rurais: a escola comunitária ou paroquial. Foi uma instituição singular, com o mérito de suprir a ausência inicial das escolas públicas e criar uma situação totalmente original em sua área de abrangência: vastas regiões de população rural com grau quase zero de analfabetismo quando, na época, final do século passado e primeiras décadas do presente, a taxa de analfabetismo na zona rural do país ainda era muito alta, passando de oitenta por cento (PAIVA: 1973, p 83).

Ao se estabelecerem no Bairro dos Pires, tal qual quando estabelecidos nas colônias de parceria das fazendas de café de Limeira, os alemães manifestaram preocupação com a religião e a educação de seus filhos. Logo após se acomodarem, a primeira iniciativa foi a organização da vida religiosa do grupo e posteriormente, a fundação da escola e do cemitério. Essas instituições, como em colônias de alemães de outras regiões do país, foram planejadas e construídas através do esforço comunitário. As terras foram doadas por dois moradores do bairro “Christiano Henrique Frederico Stahl e João Hefliger, que doaram 18.000 m² de terreno para patrimônio da igreja, em nome da Comunidade Evangélica” (STAHLBERG: 1999, p. 63). Ainda segundo o autor,

⁷⁷ O termo *Deutschtum*, muito utilizado nos estudos de imigração alemã, engloba aspectos relacionados à germanidade, ou seja, à língua, à cultura, ao espírito alemão, a lealdade à Alemanha, representa a solidariedade cultural e racial do povo alemão. (Seyferth: 1982, p. 45 in Rambo: 1994, p. 47); “A idéia de *Deutschtum* demarca pertencimento à etnia alemã – a crença na mesma origem ou raça, no poder aglutinador da língua, na cultura compartilhada que une todos os imigrantes e seus descendentes à nação alemã” (SEYFERTH: 1999, p. 204).

escola e igreja seriam duas instituições virtualmente inseparáveis na vida comunitária daqueles alemães. Tanto que, além da Bíblia, trouxeram esses adventícios lousas, quadro-negro, livros para alfabetização, de hinos religiosos, os mais diversos, inclusive um versando sobre agricultura tropical (matéria logicamente desconhecida por eles) em resumo, material escolar veio o suficiente para o ensino das primeiras letras aos seus filhos (STAHLBERG: 1999, p. 63).

No relatório “sobre a situação desagradável em que se encontra(va)m as escolas rurais no interior do Estado de São Paulo”, apresentado por J. Keller, diretor da Escola Alemã de Vila Mariana, em conferência no dia 6 de maio de 1919 na assembléia da Associação “Germânia”, o autor relata que

a escola alemã desta colônia foi fundada no ano de 1874 pela Paróquia dos Pires. Em 1897 criou-se a Escola da Associação “Germânia”. Os dois institutos no ano de 1908 foram unidos sob a liderança de Friederich Hassel. Um lindo prédio escolar que foi construído em 1914 parecia coroar esta obra. O número de alunos subiu para até 72 e dois professores ensinaram nas salas claras do novo prédio. A Associação Escolar Alemã dos Pires que em tempos normais contava acerca de 80 membros assumiu o sustento⁷⁸.

Pelo que indica o relatório, houve por alguns anos duas escolas no Bairro dos Pires, uma vinculada à igreja e uma outra ligada à Associação Germânia. Os Estatutos da Sociedade Escolar Alemã em Pires via Limeira, datado de 1914 atestam que foi criada uma Escola Paroquial Alemã em 1874 e a Escola da Associação Germânia foi fundada em 1879 e data a reunificação citada no relatório acima em 1º de junho de 1908. Já o relatório de 1940 diz que a unificação se deu em julho e não em junho. Mas, por via de possíveis dúvidas que surjam, pode-se ler:

Escola Alemã Pires, criada da Escola Paroquial Alemã, fundada em 1874 e da escola de Associação Germânia, fundada em 1897. Foram unificadas no dia 1º de Julho de 1908. Escola primária mista, com dois professores: 1 professor alemão e 1 brasileiro. Número de alunos no início do ano escolar de 1940: 37 teuto-brasileiros e 3 luso-brasileiros. Prédio escolar próprio de duas salas de

⁷⁸ Relatório sobre a situação desagradável em que se encontram as escolas rurais no interior do Estado de São Paulo. Conferência realizada em 6 de maio de 1919 na Associação – Assembléia do Clube “Germânia” por J. Keller, diretor da Escola Alemã de Vila Mariana. São Paulo. Hennies Irmãos – Rua Riachuelo, 14 e 16. 1919. Original em alemão encontra-se no Arquivo Hans Staden. Parte do relatório referente à escola dos Pires segue em anexo.

*aula, uma sala de reunião e habitação de professor. Livraria escolar (biblioteca). Diretor: Ernst Drawin. Pires de Limeira, Caixa postal 59*⁷⁹.

A descrição dessa escola coincide com o desenho mostrado à página 152, o que nos leva a concluir que, a escola do alto do morro era a escola unificada, que foi construída, segundo os relatórios, em 1914. A partir daí, segundo o relatório supra citado, a Associação Escolar Alemã dos Pires passa então a gerir a escola. O artigo primeiro dos seus estatutos trata dos objetivos da Associação e esta “tem como finalidade a conservação do idioma e os costumes alemães, pela preservação da escola alemã e biblioteca, fundadas por esse objetivo”⁸⁰.

A união enquanto Associação Escolar durou até o ano de 1918, quando: “Aí rebentou a Guerra e surgiu a obrigação de em vez de dois professores alemães sustentar um professor alemão e um brasileiro. Até no ano de 1918 o “navio escolar” continuou desta forma equipado, mas inúmeras intrigas, calúnias e acusações no final acabaram criando um poder de maldade que se tornou capaz de levar o Sr. Diretor de Ensino Dr. Thompson a fechar a escola em Agosto 1918”.⁸¹

A escola representava, juntamente com a igreja, um instrumento de preservação da germanidade, como já dito anteriormente, e isso fica claro no primeiro artigo do Estatuto transcrito acima, que diz ser a mesma destinada a quem fosse de língua alemã, comportando em seu ínterim somente o associado, havendo, no entanto, critérios básicos e fundamentais para que se fosse aceito: tinha que ser alemão, de língua alemã ou casado com alemão desde que tivesse a predisposição para ensinar a seus filhos em língua alemã.

Todos os sócios tinham direitos e deveres definidos pelo estatuto. Deveriam educar as crianças nessa escola, tinham a obrigação de fazer com que escrevessem, falassem e fossem informados na língua alemã⁸². Essa fala do senhor

⁷⁹ Cópia do Relatório consta em anexo.

⁸⁰ Estatutos da Sociedade Escolar Alemã em Pires, de Limeira. Criado Escola Paroquial Alemã fundada em 1874. Escola da Sociedade Germânia “fundada em 1879, reunificada em 1908”. 1914. Tipografia H. Grobel. Rua Florêncio de Abreu, 102, São Paulo. Associação Brasileira de Professores Teuto-brasileiros. São Paulo. Rua Olinda, 48. Cópia do original em alemão que se encontra no Arquivo Hans Staden.

⁸¹ Relatório, op. Cit.

⁸² Estatuto da Sociedade Escolar alemã dos Pires. Artigo II, recebimento dos membros.

Pommer, considerado o arquivo vivo do bairro, representa bem o sentimento de identidade perdida, “A escola iniciou uma escola alemã” (WALTER POMMER: 1995, p. 8).

Desde a data de sua fundação até o início do século XX a escola dos Pires era mantida pela população do bairro, ensinava em língua alemã e não sofria nenhuma influência por parte de qualquer instância da instrução pública nacional, quer seja municipal, estadual ou federal.

Os documentos oficiais que registram acontecimentos na cidade e que fazem referência à educação não apresentam nenhuma menção à escola do Bairro Rural dos Pires, embora falem de escolas rurais, o que fez com que esta pesquisadora procurasse informações em Arquivos do Instituto Hans Staden, encontrando lá os estatutos da referida escola, nos quais me baseio para estas informações.

A escola até então se mantinha através da doação e pagamento de mensalidades pelos pais de alunos, de acordo com o artigo 3º, “cada membro recém aceito tem que pagar uma taxa de matrícula de 2\$000. Jovens que freqüentaram a Escola da Associação local por dois anos não pagam nenhuma matrícula, porém apenas terão voto a partir dos 21 anos de idade. Se um membro se perde por falecimento, assim a viúva entra nos direitos e obrigações do esposo falecido, tem então, também voto em assembleias da Sociedade”. Representava uma sociedade fechada, com a participação somente dos sócios do sexo masculino, sendo facultativa a participação da mulher somente em caso de viuvez.

A Associação Escolar Alemã do Bairro dos Pires era uma entidade criada e mantida pelos membros masculinos que organizava a vida sócio-cultural da comunidade: escola, biblioteca, festividades, lazer etc., as mulheres não participavam das reuniões e, portanto, não tinham consciência de que a contribuição mensal para a Associação gerava os fundos para manter a escola.

O artigo quarto que trata das contribuições e taxas escolares excluía indiretamente qualquer pessoa que não fosse membro associado; digo indiretamente, pelo fato de ser cobrada uma taxa maior do que a cobrada dos níveis mais altos da sociedade, que eram os classificados como capitalistas. “Cada membro da Associação

tem que pagar anualmente uma contribuição de 6\$000 para a Caixa da Escola que tem que ser paga em parcelas de quartel (trimestrais) antecipadamente à Diretoria. A arrecadação para proprietários e capitalistas fica em 2\$500 por mês, para não proprietários ou colonos 2\$000, para não membros, 3\$000. Se levarmos em conta que os não membros seriam aqueles que não se enquadravam nos requisitos mínimos exigidos no artigo 3º, podendo ser os luso brasileiros (caboclos) trabalhadores assalariados, que poderiam residir nas proximidades, a taxa cobrada deste, representava o caráter excludente da Associação, e pode-se perceber o separatismo ou o desejo explícito de não misturar, ou seja, uma busca incessante pela preservação da germanidade, além de, pelo valor da própria taxa já estar demarcando limites de posses, pela distinção clara de separação de classes.

O prédio foi construído pela própria comunidade, um prédio grande, bem estruturado e abrigava a escola e a casa dos professores – uma para professores e outra para professoras - que no geral eram contratados na Alemanha. “Agora o que tinha aqui era uma área grande e aqui ficava uma porta então aqui tinha uma sala de aula, aqui tinha (outra) sala de aula (apontando para outro lugar na fotografia) e atrás tinha dois quartos, tinha a sala, a cozinha era uma casa de moradia. Aqui uma professora minha morava aqui. Tinha outra professora do segundo e terceiro ano morava lá na escola” (ELÍRIA JURGENSEN: 1999, p. 48).



6- Escola do Bairro dos Pires. – 1937. A morada da memória: “essa escola é o prédio antigo. Aqui uma professora minha morava aqui. Essa aqui foi minha professora do primeiro ano, ela chamava dona Violeta. Agora o sobrenome dela eu não sei como ela chamava. E ela morava lá, ficava até o fim da semana porque naquele tempo não tinha ônibus que corria...” depoente retratada na foto, Dona Elíria, é a terceira criança da primeira fileira, da esquerda para a direita.

O ensino era dado em alemão. O dialeto falado no bairro era o “platt deutsche”, o baixo alemão, que até meados desse século foi a língua corrente. Essa tradição de escola particular lecionando em alemão foi mantida até a Primeira Guerra Mundial, como afirma o Sr Walter Pommer: “isso foi já no início desse século. Essa funcionou até 1914. (Em) 1914 estoura a Primeira Guerra Mundial e o Brasil entrou contra a Alemanha. Então, automaticamente a nossa escola foi fechada, ela continua fechada até 1925, em 1924 então o prefeito de Limeira Major Levy Sobrinho devolveu a escola para a sociedade, mas com um trato: que nesse tempo houve a escola aqui, mas do governo, prefeitura” (WALTER POMMER: 1995, p. 8).

Senhor Pommer (pai) fez uma pequena confusão nas datas de fechamento da escola, como podemos perceber pelo relatório do professor Keller. Sua memória trabalha com as informações recebidas de seus pais e com as suas próprias conclusões tiradas da sua vivência, além do mais, reflete muito a história oficial. Transmitir suas memórias particulares e as elaboradas a partir da historiografia oficial, era um hábito que o agradava e fazia dele um representante legítimo da história do Bairro. Segundo BOSI (1979: p. 11), esta memória hábito que é afluída, é “adquirida pelo esforço da atenção e pela repetição de gestos e de palavras, processo que se dá pelas exigências da socialização. A memória hábito faz parte de todo o nosso adestramento cultural (escrever, comer, costurar, etc.)”. O Senhor Pommer procura sempre mostrar a história alegre e bonita do bairro, preferindo não repetir as desavenças internas à comunidade, que tanto alteraram as relações sociais do bairro, criando assim uma versão que corresponde à memória coletiva da comunidade.

O estado de São Paulo implanta em 1920 uma nova reforma da Instrução Pública, promulgada por Washington Luiz, sob o nº 1750, de 8 de dezembro de 1920, alterando a idade mínima para ingresso na escola para 9 anos e a obrigatoriedade do ensino da língua nacional, especialmente nos estabelecimentos particulares⁸³. (BETTINI: 2000, p. 45/46).

A lei nº 2095 de 24 de dezembro de 1925, traz no seu interior a mesma tônica, já constante em outras legislações, com a preservação do espírito patriótico. No mesmo veio está o compromisso por escrito de: (...) incluir no programa, em número de aulas que o governo determinar, o ensino do Português por professores brasileiros natos ou por portugueses natos, e o de Geografia e História do Brasil por professores brasileiros natos, uns e outros de competência reconhecida (BETTINI: 2000, p. 46).

Gyralda Seyferth (1999: 208) complementa essa fala, dizendo que as primeiras medidas legais de natureza nacionalizadora foram tomadas durante a I Guerra Mundial, atingindo as escolas primárias particulares com ensino em alemão, como no

⁸³ Parágrafo 4º, artigo 3º, no título IV, do Ensino Particular. Ato do Poder Executivo, 127. In Bettina. Op. Cit.

caso a Deutsche Schule Pires de Limeira, que era mantida por uma Associação Escolar particular.

Decretos estaduais mudaram os currículos para incluir disciplinas de língua portuguesa, educação cívica, história e geografia do Brasil, e obrigaram a adoção de livros didáticos de autores brasileiros⁸⁴. Tais providências ficaram sem efeito após a guerra; na década de 1920, só o estado de São Paulo procurou nacionalizar o ensino primário. O clamor pela nacionalização do ensino encontrou respaldo na veemência com que os jornais em língua alemã defenderam o sistema escolar teuto-brasileiro em nome da manutenção das tradições germânicas. No entanto, sem intervenção direta, a partir de 1933 a única providência concreta do governo federal consistiu na concessão de auxílios aos estados para nacionalização do ensino (SEYFERTH: 1999, pp. 219/220).

A partir do momento da definição do Brasil contra a Alemanha, o sentimento germânico começava a ser ferido. Até esse período a comunidade vivia livremente dentro de princípios por eles mesmos definidos, mas a posição política adotada pelo Brasil com a promulgação da lei 1750, de oito de dezembro de 1920, que reformou a Instrução Pública, começou a interferir e a prefeitura tomou então as medidas restritivas determinadas.

os imigrantes, nas regiões que passaram a habitar, reconstruíram a sua vida e organizaram inúmeras instituições sociais e entre estas a escola, inicialmente modesta, mas que com o passar do tempo ganhou expressão. Um século mais tarde a rede escolar fundada pelos imigrantes alcançou um desenvolvimento muito grande. Estas escolas foram construídas a partir da cultura e da experiência educacional vivenciada pelos imigrantes em seus países de origem. Nas regiões coloniais, as escolas tinham a finalidade de preservar a língua e a tradição cultural, por isso o ensino ministrado em alemão ou em italiano (GOLFETO: 1994, pp, 7-9).

As escolas paroquiais teutas, durante mais de um século, mantiveram o tipo de organização escolar comunitária com fortes características étnicas. No caso da Escola Alemã do Bairro dos Pires, por mais de meio século permaneceu ensinando seus alunos em alemão, até ser impedida pelas constantes leis que visavam a nacionalização

⁸⁴ Esses aspectos serão desenvolvidos no capítulo seguinte, onde tratarei especificamente de cada instituição do Bairro.

do ensino, tanto as estaduais quanto as federais. No primeiro momento foi transformada em escola bilíngüe, para posteriormente, ser tomada pelo poder público municipal. Como a escola dos Pires, muitas outras escolas étnicas desenvolveram-se livremente e em alguns períodos chegaram mesmo a contar com o incentivo do poder público, mas,

durante o Estado Novo, Getúlio Vargas desenvolveu uma intensa campanha visando integrar os imigrantes que aqui viviam à sociedade brasileira. A escola foi a instituição social mais visada pela ação nacionalizadora e em decorrência sofreu inúmeras transformações. Deixou-se de ensinar em alemão ou em italiano e passou-se a ensinar somente em Português. O poder público também exigiu das escolas paroquiais o alinhamento à proposta educacional oficial do estado, em termos de currículo a ser desenvolvido e dos métodos a serem empregados (GOLFETO: 1994, p. 7-9).

O uso da língua passou a ser restrito, não deveria ser exclusivamente uma língua estrangeira, mas ter o português como língua primeira a ser ensinada na escola. Então a Escola Alemã dos Pires mudava de nome já que as escolas deveriam ser nacionalizadas. Essa memória ficou gravada assim nos moradores: “Porém de 1925 em diante ela não podia ser escola alemã. Ela ficou predominando Escola Deutsche Brasileira, que quer dizer que ela era alemã e brasileira. As crianças tiveram que tomar primeiro um ano e meio de aula de português, depois de um ano e meio passar a aprender o alemão também, aonde eu consegui a ler e escrever, leio bem o alemão, bastante gente daqui ainda, mas essa (escola) durou uma certa temporada (WALTER POMMER: 1999, pp. 8/9).

A lei veio ao encontro de ideais nacionalistas que permeavam a classe dominante como fica claro pela carta, aqui em fragmentos, enviada nessa época por Sud Menucci (educador e Diretor da Instrução Pública no Estado de São Paulo), ao presidente da República, Getúlio Vargas, nela ele preconiza: “Sr. Presidente. Eu disse que a lei 1750 reformou, de alto a baixo, a instrução pública. Entre os pontos a que estendeu a sua alçada, um abordou, que é de uma delicadeza extrema, capaz de suscitar os mais desagradáveis melindres. Refiro-me ao ensino particular, e, em paiz novo como o nosso, alimentado pelas correntes imigratórias de toda a origem, ensino particular é quase synonymo de ensino estrangeiro (sic)” (MENUCCI, 1930, p. 180).

O citado autor, embora saliente a importância do elemento estrangeiro para a constituição econômica do país, considera uma ameaça à nacionalidade a manutenção da língua e dos costumes trazidos com eles. “a entrada, pois, das correntes migratórias, em nosso país, apresenta-se como um problema de duas pontas: a do progresso e da civilização, em que o estrangeiro é imprescindível, e a das tradições, em que é um indesejável (sic)” (MENUCCI, 1930, p. 181).

Para ele, havia uma única saída, que também era defendida por outros nacionalistas, como Gilberto Freyre e Alberto Torres, seus contemporâneos – deviam, pois, serem assimilados: “o remédio para tal contingência só pode ser, portanto, um único: aproveitar todo bem que dele se espera e neutralizar-lhe o mal que pode fazer, atrair-o à terra e vinculá-lo à gleba, afeiçoar-lhe a alma e amalgamá-lo ao povo, em última análise, chamá-lo e absorvê-lo” (sic) (MENUCCI: 1980, p. 181).

Enquanto se davam essas discussões teóricas no campo acadêmico, a escola do bairro sentiu os efeitos da lei promulgada que provocou a sua desativação. Ela foi lacrada na década de 1920, ficando os alunos sem aulas. Alguns pais tomaram medidas paliativas e puseram seus filhos para estudar em casa de pessoas que lecionavam, como o próprio pastor Yüng, por exemplo, que posteriormente também teve sua escola fechada. “Depois vieram, não sei se é a prefeitura não sei o que que era, vieram e lacraram a escola, tornamos a ficar sem aula outra vez. Primeiro fechou aqui, depois meu pai passou eu para lá e depois vieram ali e lacraram ali também, não sei porque. Eu tinha uns 9 anos por aí. Eu estudei pouco. Daí depois veio a professora. A prefeitura que pôs a professora” (JOSEFINA MAAZ: 1999, p. 40).⁸⁵

Além da crise político-institucional mais ampla, havia um outro fato relevante que estava acontecendo internamente. A comunidade estava vivendo, como vimos, um período de disputas entre dois grupos que culminaram com a expulsão do pastor, a divisão da igreja e construção do novo templo evangélico.

Uma das depoentes afirma que logo após a separação das igrejas, ela, que estava em idade escolar no período, passou a estudar na casa do pastor Otto Yüng. Foi lá que iniciou seus estudos junto com mais algumas crianças do bairro. Seus pais eram

⁸⁵ Dona Josefina nasceu em 1919, supõe-se que a escola tenha sido fechada em 1928.

seguidores do pastor, tendo inclusive participado da construção do novo templo. Segundo ela a escola do bairro era particular (a da Sociedade). Na ausência de um professor habilitado, o pastor assume o ensino das crianças. “O Otto Yung dava aula lá. Não tinha classe, era só assim um banco com cadeiras em volta, não tinha nada. Porque a escola era lá. E meu pai não sei, meu pai e mais alguns lá...acho que foi pirraça de igreja que tiveram, não entendi, depois veio um homem aí e a escola não funciona mais” (JOSEFINA MAAZ: 1999, p. 34). O “homem que veio aí” possivelmente era um representante do poder público, e pelos relatos do prof. Keller, este não foi muito amistoso ao lacrar a escola, pois a sua chegada foi em horário de aula.

A busca por alternativas à falta de escola demonstra o quanto as famílias se preocupavam com a educação dos filhos. Se a comunidade já sofrera pressões na década de 20, nas duas décadas subseqüentes estas se agravaram. Eles passaram a representar uma ameaça ideológica à hegemonia cultural brasileira, fato difundido pelos discursos nacionalistas, o que culminou novamente com o fechamento e retomada da escola pelo poder público, só que desta vez sem nenhuma possibilidade de ser devolvida ao bairro nos mesmos moldes em que estivera até então edificada. “Em 1939 a escola torna a ser fechada. O Brasil guerreando contra a Alemanha, a escola alemã, tinha alemão no meio, não podia funcionar, foi tomada de novo. Até hoje não voltou mais para a sociedade. A escola hoje, eu sei que de lá para cá, de 1939, a escola é do governo, leciona só em português, o alemão caiu fora” (WALTER POMMER: 1995, p. 9).

A obrigatoriedade do ensino em língua vernácula e a instituição sucessiva de medidas intervencionistas através de decretos estaduais e da legislação federal nos anos de 1938 e 1939 inviabilizaram as escolas etnicamente orientadas. Muitas tiveram de encerrar suas atividades, porque não cumpriram as principais exigências contidas na nova legislação: todas as escolas deviam ter nomes brasileiros, só brasileiros natos poderiam ocupar cargos de direção, os professores deveriam ser brasileiros natos ou naturalizados graduados em escolas brasileiras, as aulas deviam ser ministradas em português, sendo vetado o ensino de línguas estrangeiras para menores de 14 anos, as subvenções de governos e instituições estrangeiras foram proibidas.

Assim, sob o impacto de pressões ideológicas que proibiam o uso da língua e o seu ensino, intensificadas durante a Segunda Guerra Mundial, o fato de a

escola ter sido incorporada à rede pública e o período em que ficou sem professor designado deixando o prédio ocioso e sem o uso cotidiano, fez com que esta fosse desativada e demolida pelos próprios moradores que a tinham mantido até então. “O homem que pegou para desmontar, desmontou. E ele fez casa para ele na cidade e fez aquela casinha tão pequenininha onde é a escola agora, depois foi aumentando mais. Deram para ele desmanchar e falaram para ele fazer outra coisa. Diz que iam fazer uma escola nova, não sei o que. E daí tiraram os material(is) tudo e levaram para eles e fizeram só aquele ‘ranchete’” (JOSEFINA MAAZ: 1999, p. 38).



7- Escola do Bairro dos Pires construída em 1914, após a união das duas outras escolas que existiam no bairro, a Deutsche Schule Germânia e a Escola Alemã Pires, vinculada à Igreja Luterana. Desenho feito por autor desconhecido, original pertencente à Família Asbahr, do Bairro dos Pires. Em 1919 foi fechada pelo poder público, devolvida ao bairro em 1926, sendo fechada novamente na Segunda Guerra, após a qual ela foi derrubada, pelos próprios habitantes do bairro, provavelmente em uma atitude de revolta ao ter que entregar um prédio particular e tão grande ao poder público. Este prédio era constituído de duas salas de aula, biblioteca e duas residências para os professores.



8 Prédio atual da escola do Bairro dos Pires, vinculada à EMEIEF Deovaldo Teixeira de Carvalho. Conta com duas salas de aula, um banheiro feminino e um masculino, uma cozinha e um pequeno pátio, onde as crianças tomam a merenda. Ao fundo tem alguns pés de frutas, no entanto, não há nenhum projeto de horta. Funciona em dois períodos e tem mais de cem alunos. Foto tirada pela pesquisadora em 13/03/01.

Ao que parece, a demolição do prédio escolar antigo foi uma reação às imposições dos diversos poderes instituídos, representando um ato de revolta contra o fechamento da escola.

Hoje a escola é administrada pelo município. Perdeu seu caráter étnico, uma vez que pela própria organização sócio-cultural do bairro, que está passando por alterações substanciais na sua estrutura, há a presença permanente de pessoas de outras etnias, além de um currículo que ignora a origem étnica da comunidade.

A frequência escolar é regular, a eliminação é pequena até mesmo porque a reprovação, um dos fatores que costumavam expulsar crianças da escola, atualmente inexistente pois, pela LDB, a aprovação é automática. Todas as crianças em idade escolar do bairro frequentam a escola que atende desde a pré-escola à quarta série, crianças de seis a dez anos. Os alunos terminam o segundo ciclo do primeiro grau e frequentam o segundo grau em escolas urbanas com acesso facilitado por transporte exclusivo fornecido pela Secretaria Municipal da Educação para tal fim.

Por ter lecionado no bairro, a pesquisadora observou que os alunos valorizam muito a escola e são muito dedicados aos estudos, procurando estar sempre se aperfeiçoando, apresentando bons resultados escolares.

Nos registros da escola, embora seja Escola Rural do Bairro dos Pires, não há menção à evasão para trabalho na lavoura, pois os pais contam com ajuda de adultos até mesmo contratados em outros sítios e chácaras e o trabalho infantil já não é mais tão necessário, a ponto de a criança deixar a escola para trabalhar na lavoura. Além disso, há um investimento na formação profissional dos filhos, o que faz com que algumas famílias encaminhem seus filhos para cursos profissionalizantes, cursos complementares como computação ou mesmo apoio a práticas esportivas, como o hipismo, em hípicas situadas no próprio bairro.

Os pais estão preocupados com o futuro dos filhos e, se tratando de um bairro rural de maioria teuta-brasileira, a procura pela escola é uma forma de garantir um futuro para os filhos. Demartini em uma pesquisa realizada em 1980, sobre o nível de escolarização, educação informal e procura educacional, aponta utilizando as palavras de Achim Schrader (1976) que “procura educacional é o fato de os pais buscarem

oportunidades sociais para os seus filhos, preparando-os não só para levar em conta as consequências sociais de sua procura como também para desistir da satisfação de outras necessidades, por exemplo, renda complementar ou contribuição dos filhos à renda familiar”. Em contrapartida “a escola primária representa uma etapa de ressocialização, isto é, a possibilidade de a criança proveniente de um meio rural, restrito e mesmo isolado, passar para um ambiente social mais amplo. Assim, nesta perspectiva, a aspiração educacional pode ser o desejo dos pais de proporcionar a seus filhos uma segunda socialização” (DEMARTINI: 1980, p 15).

Os resultados desta pesquisa mostram que, a escola é vista como um modo de estabilizar o status social para uns e de ascensão para outros e que no meio rural existe concomitância entre o início da escolaridade e do trabalho produtivo.

Na primeira, há uma preparação para a vida adulta, na segunda o indivíduo exercita-se como adulto porque participa do mundo do trabalho. Este paralelismo entre escolarização e trabalho produtivo abrange todos os indivíduos do meio rural, independentemente de sua condição como parceiro, arrendatários, e pequenos, médios ou grandes proprietários. (...) Numa economia de mercado a escola é valorizada tanto por assalariados como por proprietários, isto porque ler, escrever e contar são indispensáveis para a sua inserção no mundo do trabalho. A escolarização neste último caso é valorizada, por se ligar aos quadros urbanos, à sociedade mais ampla. (DEMARTINI: 1980, p. 16).

Ainda a mesma autora, citando outros autores⁸⁶ diz que a família se interpõe entre a criança e a escola. Esta não só o suporta economicamente como também o aluno pode lhe transmitir valores que o vinculam a uma vida escolar ou o afastam definitivamente dela.

Embora a pesquisa seja de mais de dez anos atrás, há ainda nela uma certa atualidade, por exemplo a interferência da família sobre a vida escolar dos filhos. Para as moças geralmente, foi proporcionada a oportunidade do curso de magistério, enquanto este existiu. daquelas que concluíram o segundo grau, a maioria se tornou professora primária. Algumas prestaram concurso público em 1998 e estão lecionando em escolas

⁸⁶ DEMARTINI, 1980, p. 17 cita os seguintes autores: A Joly Gouveia, S. Weber e J. S. Martins.

da rede pública municipal. Uma delas, já mencionada, conseguiu manter-se na escola do bairro, com dois cargos, um de Educação Infantil e outro de Ensino Fundamental.

Cursos universitários ainda não são uma realidade para todas as jovens do bairro, há um pouco de resistência, devido à necessidade que havia anteriormente de estudar fora da cidade. Porém, este já não é mais um obstáculo para a não formação acadêmica das moças do bairro, porque agora a cidade de Limeira tem duas faculdades que oferecem diversos cursos, mas a maior parte dos descendentes de alemães que freqüentam a faculdade é de origem urbana, sendo raros os casos de representantes do setor rural nas mesmas. O obstáculo pode ser ainda cultural, pois a faculdade permitiria um maior contato com pessoas das mais diversas classes sociais e etnias. Estando as jovens em idade para casamento, é um risco para a hegemonia do alemão, caso elas resolvam se casar com não-alemães.

A escola do bairro constitui-se como um elemento importante na coesão social, pois reúne diariamente a parcela infantil da população. Sua importância, porém, pode ser menor do que a das outras instituições porque se dirige a uma fração dos habitantes do bairro que nela permanece durante um período de tempo limitado: a quantidade de anos que dura o curso primário, agora ampliado para cinco anos com a pré-escola (QUEIROZ: 1973, p. 75).

A Escola Rural do Bairro dos Pires, depois de nacionalizada, foi estruturada obedecendo às normas gerais existentes na sociedade global; organizada fora do bairro, mas imposta de maneira monolítica a todos os bairros rurais e a todos os bairros dos municípios brasileiros, exerce, com relação às crianças, uma função homogeneizadora, aproximando-as culturalmente das crianças do Estado e do país. Onde quer que se vá, as crianças dos grupos escolares rurais recebem instrução semelhante à dos grupos citadinos. Esta função integrativa poderia ser contrariada pela pouca permanência das crianças na escola, uma vez que o curso não excede quatro anos atualmente (QUEIROZ: 1973, p. 67); no entanto, a ação integrativa não pára nos limites da ação escolar do bairro, mas se prolonga nos ciclos seguintes até que se complete o segundo grau.

Por ser um espaço de representações sociais com certas similaridades, a escola deveria ser democrática e pluricultural, no entanto, a escola, enquanto meio de transmissão e mantenedora de cultura, se coloca como porta voz da ideologia dominante e, como tal, tende mais à homogeneização cultural do que em compreender e valorizar a diversidade cultural que os alunos trazem de sua história de vida e de suas vivências em seus respectivos grupos sociais. “A homogeneização dos sujeitos como alunos corresponde à homogeneização da instituição escolar, compreendida como universal” (DAYRELL: 1996, p. 136).

A escola, enquanto espaço social, tem perpetuado a prática uniformizante, uma vez que essa prática reforça as desigualdades sociais e as injustiças que os alunos trazem de seu meio social. Assim:

analisar a escola como espaço sócio-cultural significa compreendê-la na ótica da cultura, sob um olhar mais denso, que leva em conta a dimensão do dinamismo, do fazer-se cotidiano, levado a efeito por homens e mulheres, trabalhadores e trabalhadoras, negros e brancos, adultos e adolescentes, enfim, alunos e professores, seres humanos concretos, sujeitos sociais e históricos, presentes na história, atores na história. Falar da escola como espaço sócio-cultural implica, assim, resgatar o papel dos sujeitos na trama social que a constitui, enquanto instituição (DAYRELL: 1996, p. 136).

As colocações anteriores sobre a influência das ideologias nacionalistas deixam claro aqui o quanto as políticas institucionais, representando ideologias dominantes, podem interferir e ferir a alteridade de grupos étnicos minoritários, quando os afeta naquilo que têm de mais sagrado, sua língua e suas formas de perpetuação e transmissão da cultura. Percebemos também que no momento em que se proibiu o uso da língua alemã e a escola foi tomada pelo município, a prática homogeneizante já começava a ser aplicada.

A continuidade dos estudos dos alunos do bairro rural, depois dos dez anos de idade, mantém aberto o veio de ligação com a cidade, embora não seja o único. O bairro não está isolado nem a escola, que em tempos atrás era caracterizada como “Escola Isolada do Bairro dos Pires”, estão em perfeita integração com a sociedade global.

Maria Isaura Pereira de Queiroz, estudando Bairros Rurais Paulistas de maioria de luso-brasileiros, afirma que a escola primária é a única instituição exterior implantada no bairro, sua aceitação está expressa nas matrículas infantis e na frequência às aulas. A escola primária se organiza da mesma forma que outras escolas rurais do município e ministra os mesmos conhecimentos; é dependente de professores, supervisores e diretores escolares sediados nas zonas urbanas; constitui assim um elemento real de penetração da sociedade global na intimidade das unidades semi-autônomas representadas pelos bairros rurais. “A escola primária é a única instituição não pertencente à civilização caipira que, de maneira constante e sistemática, arranca os indivíduos da vida limitada e local para lançá-los num universo mais amplo” (QUEIROZ: 1973, p. 82)

Está sujeita dessa forma às determinações do ensino público municipal, embora tenha surgido nos últimos anos uma preocupação em recuperar algumas tradições alemãs por parte de uma das professoras que lecionam na escola do bairro, moradora do lugar e de ascendência alemã. Essa professora, como já foi dito em outra ocasião, procura ensinar algumas palavras alemãs às crianças às quais leciona e freqüentemente promove festas culturais com apresentação de danças típicas alemãs, numa tentativa única e particular de estar construindo um pouco da tradição teuta, através do conhecimento da língua e danças típicas.

Os pais têm participação efetiva na manutenção da escola, com contribuição em dinheiro à APM (Associação de Pais e Mestres) e organização das atividades culturais e recreativas, como as festas escolares que têm participação maciça da comunidade, além do acompanhamento periódico e sistemático do aproveitamento escolar. Ainda há as reuniões na porta da escola quando os pais vão levar as crianças, quando estas não têm condições de chegarem sozinhas ou por vezes se organizam para conduzir os alunos até a escola para que não se sobrecarregue uma só família, se revezam e levam outras crianças do grupo de vizinhança:

Neste período, dada a intensidade dos contatos coletivos, que são diários, as escolas contribuem para reforçar o sentimento de vizinhança e de localidade de todos os que a ela comparecem. Como no caso das festas religiosas, dos mutirões

e de toda a sorte de reuniões, a distância geográfica vai agir como fator para traçar os limites do bairro também em relação à escola; um afastamento muito grande impede materialmente o comparecimento das crianças, fazendo-as convergir para uma mais próxima (QUEIROZ: 1973, p. 75).

A escola hoje é também um elo importante de ligação do bairro com a cidade, mas isso não se deu no início. Ela é uma conquista e um legado dos mais importantes que os formadores do bairro deixaram para a história de seus descendentes. Foi criada em terreno doado pela comunidade e por suas próprias mãos, da mesma forma que a Igreja: era uma construção coletiva para servir às necessidades prementes de educação das crianças filhas dos imigrantes que não eram atendidas pela instrução pública⁸⁷. Essa preocupação com a educação escolar de seus filhos também tinha uma característica importante a ser preenchida: ser realizada em idioma alemão para propiciar a manutenção da língua.

⁸⁷ Embora a escola do Bairro dos Pires tenha nascido como uma “escola alemã” e por dezenas de anos, como foi visto durante o trabalho, mantido a identidade étnica, atualmente a maioria de seus alunos são brasileiros. Dos cento e quatorze alunos regularmente matriculados, apenas vinte e cinco deles são descendentes de alemães. Calcula-se que essa queda na demanda escolar tenha diminuído devido a fatores sociais mais amplos, como por exemplo os poucos casamentos no bairro, a constituição de família com número menor de filhos (no máximo 3), ou seja, baixa natalidade entre os teuto-brasileiros, e o aumento das chácaras de recreio cujos donos as utilizam em finais de semana, ficando durante a semana aos cuidados de caseiros cujos filhos demandam por escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer desta pesquisa pretendi reconstruir a história do Bairro dos Pires, importante agrupamento de descendentes de alemães, formado na segunda metade do século XIX, pelos alemães que vieram para a cidade de Limeira para trabalhar no regime de parceria nas fazendas de café.

Os alemães foram muito importantes para a constituição do interior de São Paulo, uma vez que foram os primeiros trabalhadores brancos a virem trabalhar nas fazendas de café da cidade, depois dos portugueses. Trouxeram muitas contribuições para o desenvolvimento da cidade de Limeira, como pudemos ver no decorrer do trabalho, como as técnicas de aragem do solo, o carro de bois com a roda girando em torno do eixo e ainda diversas profissões não necessariamente ligadas ao trabalho com a terra, como pedreiros, engenheiros de estrada, louceiros, ferreiros, carpinteiros, alfaiates, entre outras atividades que exerceram na cidade, após saírem das fazendas de café. Fortaleceram o comércio e a indústria.

Trouxeram a técnica da enxertia para a produção de mudas cítricas e montaram também uma escola de enxertia. Contribuíram para que Limeira ficasse conhecida como a “Capital Brasileira da Laranja” não só pelo comércio nacional das frutas, mas também pelas exportações feitas desde o início do século XX. Exemplificados aqui estão as contribuições que os imigrantes alemães trouxeram para a cidade de Limeira. Ainda é importante lembrar que foram também a base sobre a qual se desenrolou o processo de substituição do trabalho escravo pelo assalariado, alterando totalmente as relações de produção. É claro que essa substituição não se deu de uma hora para outra, mas conseqüência de um processo longo de discussões e decisões

políticas, até que enfim, houve a abolição da escravatura, quase meio século após a chegada desses pioneiros do trabalho livre no interior do Estado de São Paulo.

Os imigrantes que se dirigiram para o Bairro dos Pires, dando a ele a identificação de “Bairro dos Alemães”, vieram para a cidade para trabalhar nas fazendas de café. Tiveram sua passagem subsidiada pelos cafeicultores, fato que já os deixava à mercê destes, porém, a permanência nessas fazendas não foi muito longa, pois, após alguns anos de trabalho, em média variando de quatro a no máximo dez anos, conseguiram arregimentar fundos suficientes para a compra das terras que hoje constitui o Bairro dos Pires. O período como parceiros na fazenda de café, constituiu como aprendizado quanto à agricultura em solo e clima tropical, formando-os como agricultores aptos a atuarem no Brasil.

Convém salientar que, para o Bairro dos Pires, se dirigiram colonos saídos das fazendas de café em diferentes anos, como algumas famílias que chegaram em 1846, uma parte maior que chegou em 1852 e ainda alguns colonos da Fazenda Sete Quedas de Campinas e também de fazendas de Cosmópolis. Portanto, não foram somente os imigrantes alemães que foram contratados para trabalhar na cidade de Limeira que formaram o Bairro dos Pires, o que confirma que realmente houve a intenção de se formar um agrupamento homogêneo, que foi estruturado em torno de uma religião – luterana –, das atividades comunitárias, que permitiram controlar as atividades de lazer e educativas, com a construção comunal da escola e ainda da construção e manutenção do cemitério. Esses aspectos assemelham-se com a organização de colônias etnicamente homogêneas de imigrantes alemães no Brasil, tomando como referência para essa conclusão trabalhos como os de Giralda Seyferth, René Gertz, Olga von Simson, Lúcio Kreutz, Regina Weber, entre tantos outros que estudam a imigração alemã para e no Brasil.

Atualmente o Bairro dos Pires está se reestruturando, devido às mudanças que estão sendo provocadas pelo sistema capitalista de produção. Os descendentes de alemães ainda são muito representativos no bairro e uma população de muita importância para a cidade de Limeira, uma vez que a maioria deles ainda trabalha com a agricultura de frutas cítricas, ao mesmo tempo que produzem suas próprias mudas,

movimentando o comércio agrícola da cidade e da região. Essa reestruturação engloba a diminuição na produção de laranja, o desconsolo e a venda das terras para pessoas de fora do bairro, geralmente corretores, que as revendem em pedaços para a constituição de chácaras de recreio, servindo tanto para a própria família descansar ou festejar, como para alugar a outras pessoas.

Essa situação vem causando um certo constrangimento para os descendentes de alemães que ainda moram e trabalham lá. Então acompanharam o processo de desagregação do bairro e não se sentem felizes com a invasão de “brasileiros” que agora está se dando em maior escala. Até as décadas de 1970 e 80 eles eram a maioria no bairro, tendo inclusive preservado o alemão como língua corrente até por volta das décadas de 1940 e 50, resistindo assim às leis nacionalizadoras do governo Vargas.

Perderam sua escola, esconderam muitos documentos ou os perderam também, as representações materiais foram abafadas, mas a identidade cultural foi mais difícil de ser anulada. Se lhes tiraram o bosque, lugar de lazer, ficou a memória dele e tudo que nele foi vivido. Se lhes tiraram a escola, também com o prédio não iam ficar, se lhes proibiram a língua, a religião permaneceu para lembrá-los sempre do catecismo de Lutero, ou seja, para lembrá-los sempre que essa igreja é de origem alemã e como vimos em Dreher e Jungblut, na igreja luterana a maioria de seus membros são alemães. Não há como negar uma origem, que fica tão encravada em todos os momentos da vida, destarte a igreja permeia todas as atividades executadas no bairro. Embora sendo duas as igrejas, de caráter distintos, as duas têm em comum o fato de serem de origem alemã, passando pelos Estados Unidos ou vindo direto da Alemanha, as duas originaram no Brasil como ligadas a grupos de imigrantes alemães.

A reconstrução da história do Bairro dos Pires foi feita baseada tanto nos documentos escritos quanto os orais e iconográficos. Basicamente, trabalhei com a memória dos moradores, procurando ouvir sempre os mais velhos. No entanto, a juventude do bairro também contribuiu muito no processo de pesquisa, servindo muitas vezes de contraponto ou mesmo de mediadores entre a pesquisadora e os pesquisados. Mas também em diversas vezes, esses jovens entre os vinte e os cinquenta anos, me

trouxeram muitas e valiosas informações, inclusive documentos que me permitiram conhecer a cisão da igreja, por exemplo, que foi uma das informações importantes para o desencadear da pesquisa e que os mais idosos tinham dificuldade em rememorar. A partir daí, pude entender e interpretar os acontecimentos do bairro.

A base desta pesquisa, portanto, foi o trabalho com memórias do grupo, sendo enfocado o período em que se aplicaram as leis nacionalistas, primeiramente em São Paulo e depois em todo o Brasil, numa busca do conhecimento do significado que essas medidas tiveram para a vida do bairro. Pude observar que há a construção e difusão de dois tipos de memória, a memória individual e a memória coletiva. Para a compreensão desse processo de construção da memória procurei apoio em Jacques Le Goff (1996) e em outros autores que pesquisam a exploração da memória, tanto individual quanto coletiva na pesquisa em Ciências Sociais.

Tomando a memória como propriedade de conservar certas informações ligadas à funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas e que, portanto, podem evocar traços e problemas da memória histórica e da memória social (Lê Goff, 1996, p. 423), busquei, ao coletar essas lembranças, trazer à tona a vivência relacionada aos espaços sociais que foram utilizados pelos moradores do bairro durante anos a fio e que, no entanto, foram abandonados, como é o caso do Bosque e do Salão de Bailes. Também focaliza aqueles espaços que, embora não tenham sido deixados de ser vivenciados, sofreram modificações estruturais em seu funcionamento, como é o caso da igreja, da escola, da Associação Germânia. Também, quanto ao uso da língua, observei transformações ao longo da história do bairro percebendo a restrição de sua utilização hoje confinada ao espaço religioso.

Dentre as instituições que ficaram no passado (o Bosque, o Salão de Bailes e a Associação que os geria) percebi pelas memórias que elas se colocavam muito presentes como os espaços sociais de importância relevante na vida dos moradores do bairro, pois através delas foi possível manter a germanidade durante décadas e, assim, preservar os descendentes dos contatos com os não teutos, ou, com os brasileiros. Embora não haja mais a existência física desses lugares, ficou guardado na memória de

todos os depoentes que esses eram os espaços onde se estreitavam as relações sociais entre eles, representando o local onde conheciam outros teutos e onde se davam os namoros e os casamentos, mantendo, assim, o fechamento do grupo em torno da cultura e etnia.

Retirar do fundo do baú da memória dos depoentes essas lembranças não foi tarefa das mais fáceis para a pesquisadora. Deve-se levar em conta que os contatos com o bairro vêm se dando há aproximadamente seis anos e que nesse período ainda convivi cotidianamente, na qualidade de professora lecionando por três anos no bairro, embora em escolas diferentes. Porém, não foi o fato de ter convivido esse tempo entre eles que me abriu as portas para a entrada nos “lugares proibidos” da memória, mas a possibilidade de ser um canal para mostrar para a sociedade mais ampla a história do “Bairro dos Alemães” e ao mesmo tempo estar mostrando o quanto eles foram importantes para a cidade de Limeira. Outra razão fundamental foi que ao se registrar essa memória, puderam deixar a seus descendentes o legado histórico que procuraram preservar intacto, à espera de um canal seguro, pois até mesmo de filhos e netos haviam ocultado certas lembranças.

Descobri que muitos descendentes não conheciam a história de seus antepassados e quando a conheciam, era de uma forma superficial, sem o aprofundamento que essa pesquisa está agora alcançando, tanto com os depoimentos orais quanto com a vasta documentação levantada no transcorrer da investigação⁸⁸.

Busco novamente Le Goff para entender os limites impostos sobre a memória, envolvendo seus dois aspectos constitutivos: a lembrança e o esquecimento. Segundo ele, tanto a recordação quanto o esquecimento são decorrentes de aspectos sociais, nos quais as manifestações conscientes ou inconscientes, a afetividade, o desejo, a inibição, a censura exercem influência sobre os indivíduos e, conseqüentemente, sobre a memória individual. Salieta porém que, do mesmo modo, “a memória coletiva foi

⁸⁸ Embora este trabalho conte com um número grande de informações até então desconhecidas pelos próprios descendentes de alemães do bairro, ainda ficou uma certa lacuna no levantamento documental, principalmente no que se refere ao Bosque e sua desativação, na segunda metade da década de 1930 (36), após o falecimento do proprietário do terreno que o abrigava. Não houve a possibilidade de acesso aos noticiários jornalísticos da época, pois o jornal mais antigo da cidade, onde poderia encontrar alguma notícia, está inacessível, devido à processo de restauração em microfilmagem.

posta em jogo, de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva” (Le Goff: 1996, p. 426).

Diante disso, as dificuldades enfrentadas no primeiro contato de pesquisa com as indagações sobre o Bosque, o Salão de Bailes, a Associação estavam permeadas pelo silêncio, mas também havia uma memória coletiva que se sobrepunha às individuais. Essa memória coletiva tinha um representante legitimado pelos moradores do Bairro, que exercia a função de “homem-memória”, que contava a saga dos imigrantes alemães para a sociedade limeirense e para o Bairro dos Pires, desde a saída da Alemanha, as intempéries da viagem no navio, a vida nas colônias de parceria até a formação do Bairro, da igreja, da escola, do cemitério; nomeava cada um dos imigrantes que “fundaram” o bairro, quem doou terra à qual instituição e outras informações do gênero. Mas quando lhe era perguntado sobre os acontecimentos políticos e as pressões sociais do período entre guerras, por exemplo, se calava.

Com o desenvolver da pesquisa, aliando a historiografia com os estudos da memória e o aprofundamento da utilização da metodologia da história oral, pude perceber que a história contada pelo Senhor Walter Pommer se equiparava com a história oficial da cidade escrita por Reynaldo Kuntz Busch, por sinal, também descendente de alemães, mas ambos representantes da classe média alta da cidade. A história que eles nos contavam, a mim e a seus conterrâneos, era a representação da memória coletiva que se queria preservar, por ser uma história mais bonita para ser contada, não havia nela nenhum conflito ou contradição, nenhum desgaste no meio do grupo, nenhum desentendimento que pudesse denotar a verdade sobre os acontecimentos que dividiram o bairro em dois, incorporando a divisão da igreja e como consequência a de seus moradores em duas tendências, como procurei mostrar nesse trabalho.

Thomson (1998) enfrentou dificuldades como essas, de estar escrevendo uma história submersa na memória individual, marcada por pressões psicológicas, sociais e políticas, processo doloroso de desarticulação da identidade cultural, que por

opção do grupo permaneceu ocultada pela memória coletiva e de como se torna difícil transferir esses depoimentos para o papel e assim as coloca:

Outra dificuldade nas novas entrevistas era refletir quanto ao modo como nossas memórias são afetadas pelas estratégias de contenção, a maneira como se lida com as frustrações, falhas, perdas ou dor. Isto requer um balanço sensível entre investigação potencialmente dolorosa e a leitura entre as linhas da memória. O que é possível ou impossível lembrar ou ser dito em voz alta? Quais são os sentidos ocultos no silêncio e nas mudanças bruscas de assunto? O que está contido numa história “fixa”? Experiências profundamente reprimidas ou sentimentais podem ser descartadas em forma de expressão menos conscientes, em sonhos passados ou presentes, em lapsos Freudianos, linguagem corporal ou mesmo humor, que é freqüentemente usado para encobrir ou disfarçar embaraço ou dor (THOMSON: 1998, p. 302).

Já em Mark Roseman (2000: p. 132) compreendi que esses ocultamentos da memória sugerem que algumas experiências foram mais traumáticas para os indivíduos e que esse trauma resultou numa incapacidade de enfrentar as lembranças tais como elas eram, uma pressão que os levou a uma inapetência de falar sobre isso com o mundo exterior. Para Jonathan Grossman (2000: p. 18-9) “eles não estão simplesmente ficando calados. Também estão sendo silenciados por uma visão oficial da história...”, e esta visão oficial da história, na melhor das hipóteses, está obscurecendo a contribuição dada pelos imigrantes teutos não só para o Bairro dos Pires, mas para a cidade de Limeira, outras cidades da região e para o estado de São Paulo como um todo.

Ainda segundo Grossman (2000: p. 19), e de acordo com o observado nas entrevistas, ao escolher silenciar, estão escolhendo esvaziar suas vidas dos contextos sociais dos quais fizeram parte e dos quais foram vítimas, e pude perceber, também, que o silêncio é escolhido para se protegerem dos traumas que o passado lhes impôs à memória e que, porém, escolher o silêncio também tem seu preço. Quando pessoas íntegras silenciam o que poderiam lembrar como uma parte importante de suas vidas, estão cortando fora um pedaço delas, ao mesmo tempo, ocultando de seus descendentes suas trajetórias de conquistas e derrotas, que entretanto, contribuíram para o estabelecimento do grupo social do qual são representantes qualificados.

Compreender os silêncios, ler nas entrelinhas, entender os contextos foi um trabalho interessante, pois ao mesmo tempo em que ia “desvendando” algumas dessas lacunas, estabelecendo a teia de significados, tinha meus sentidos aguçados ainda mais pela curiosidade buscando aprofundar-me na descoberta de uma história de tantas vidas, marcadas por tragédias e festividades. Felizmente a história não tem fim, e ainda é possível reescrevê-la sob novos enfoques ou continuar burilando a sua escrita.

Neste trabalho não foi possível fazer uma análise histórica minuciosa da implantação da religião luterana no Estado de São Paulo, pois isso demanda uma investigação muito mais ampla sobre toda a organização desta fé religiosa. Acredito ser de grande importância um estudo sobre a religião luterana para o Estado de São Paulo e até mesmo um aprofundamento dos estudos sobre as igrejas luteranas do Bairro dos Pires, tendo como princípio o fato de que a igreja luterana, se desenvolveu no interior, mais especificamente em Limeira, para depois se propagar para o restante do Estado de São Paulo.

Uma outra instituição trabalhada na pesquisa e que, ao meu ver, mereceria também um estudo maior, é a escola alemã. Sabe-se que houve uma organização muito forte de escolas alemãs no Estado de São Paulo, como foi mostrado nesse trabalho, tendo até uma Associação Estadual de Professores Teuto-Brasileiros, mas não se encontra estudo detalhado sobre tal assunto. As informações passadas neste trabalho foram encontradas fora da cidade, no Arquivo Hans Staden e foram essas fontes, aliadas às memórias dos sujeitos da pesquisa, que me permitiram a análise da escola do Bairro. Ainda que tenhamos conseguido apenas uma visão superficial, pois o aprofundamento não foi possível, devido a limitações de tempo e ao fato do material encontrado estar em sua maioria em língua alemã o que exigiria uma cuidadosa tradução para posterior análise. Ficam, entretanto, estas sugestões para futuras pesquisas que pretendam abordar os temas etnia e educação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZZOLINO, Adriana Pessatte; RIBEIRO, Maria José F. de A ; CARITÁ, Wilson José. *Pioneiros e Empreendedores: as atividades agrícolas e industriais desenvolvidas pelos imigrantes alemães em Limeira e Americana de 1850 a 1930*. [s/d.] mimeo
- BAÍA HORTA, José Silvério, *O Hino, O Sermão e a Ordem do Dia: A Educação no Brasil (1930-1945)*. Rio de Janeiro. Ed. UFRJ. 1994.
- BETTINI, Rita Filomena A J. *Laços Tecidos no Tempo. A instrução Pública em Limeira*. São Carlos. RIMA Artes e Textos. 2000.
- BOMENY, Helena M. B. *Três Decretos e um ministério: a Propósito da Educação no Estado Novo*. In PANDOLFI, Dulce Chaves, (org.) Repensando o Estado Novo. Rio de Janeiro. Editora FGV. 1999.pp.137-66.
- BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo. Ed. TA Queiroz. 1979.
- BUSCH, Reinaldo Kuntz. *História de Limeira*, Secretaria Municipal da Educação de Limeira. 1967
- CHACON, Vamireh, *A Questão Alemã*. São Paulo. Editora Scipione. Coleção História em Aberto. 1992.
- CONSORTE, Josildeth Gomes. *Culturalismo e Educação nos anos 50: o desafio da diversidade in Antropologia e educação - interfaces do ensino e da pesquisa*. Cadernos CEDES n 43. 1997.
- DAVATZ, Thomas. *Memórias de um Colono no Brasil. (1850)*. Livraria Martins Editora – Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo. 1972.

- DAYRELL, Juarez. (organ.) *Múltiplos olhares sobre educação e cultura*. Belo Horizonte, UTE/Humanitas, Simpro, 1996
- DREHER, Martin N.. *Igreja e Germanidade*. Editora Sinodal. Rio Grande do Sul. 1984.
- DEMARINI, Zeila de Brito Fabri. *A procura da escrita e da leitura*. Cadernos CERU. Série 2. n° 9. 1998. pp. 57 a 81
- _____. *Velhos mestres das novas escolas: um estudo das memórias de professores da Primeira República em São Paulo*. Cadernos do CERU. N° 19. Junho/1984. pp. 197 a 205.
- ELIAS, Norbert, *Os Alemães – a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Tradução de Álvaro Cabral. Jorge Zahar Editor. 1997.
- FERNANDES, Liliana Lagana, *O Bairro Rural dos Pires- Estudo de Geografia Agrária* Tese de Mestrado. São Paulo, 1971
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 27ª Edição. Cia Editora Nacional/Publifolha. 2000. (Coleção grandes Nomes do Pensamento Brasileiro).
- GERTZ, René E. *A construção de uma nova cidadania*. In Os Alemães no Sul do Brasil – cultura, etnicidade e história. Organizado por Cláudia Mauch e Naira Vasconcellos. Canoas. Editora ULBRA. 1994.
- GROSSMAN, Jonathan. Violência e silêncio: reescrevendo o futuro. In Revista da Associação Brasileira de História Oral. N° 03. São Paulo. junho/2000. pp. 07 a 24.
- GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. *Antropologia e educação: origens de um diálogo*. In Antropologia e educação - interfaces do ensino e da pesquisa. Cadernos CEDES n 43. 1997.
- HOLLOWAY, Thomas H. *Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo, 1886-1934*. Tradução de Eglê Malheiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. Coleção Estudos Brasileiros: volume 71
- JUNG, Paulo Kerte. *História da Igreja II*. Curso Diaconia em Educação Cristã. Escola Superior de Teologia . Instituto Concórdia. São Paulo. [s/d]. mimio.
- JUNGBLUT, Airton Luiz. *O protestantismo luterano dos teuto-brasileiros: algumas considerações necessárias para uma abordagem antropológica*. In Os Alemães

- no Sul do Brasil – cultura, etnicidade e história. Organizado por Cláudia Mauch e Naira Vasconcellos. Canoas. Editora ULBRA. 1994.
- KARASTOJANOV, Andréa Mara Souto. *Vir, Viver e Talvez morrer em Campinas: um estudo sobre a comunidade alemã residente na zona urbana durante o Segundo Império*. Campinas, SP. Editora da Unicamp, Centro de Memória – Unicamp. 1999. (Coleção Campiniana, nº 19).
- KOSMINSKY, Ethel Volfzon. Rolândia, *A Terra Prometida. Judeus Refugiados do Nazismo no Norte do Paraná*. São Paulo. FFLCH/ Centro de Estudos Judaicos. 1985. (Coleção Judaica Brasil, nº 4).
- KOSSOY, Boris. *Fotografia e Memória: Reconstituição por meio da Fotografia*. In O Fotográfico. Hucitec. São Paulo. 1998
- KREUTZ, Lúcio. *Material Didático e Currículo na Escola Teuto-Brasileira*. Série Estudos Teuto Brasileiros nº 02. Editora São Leopoldo. RS. Editora da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. 1994.
- _____. *Identidade étnica e processo escolar*. Fundação Carlos Chagas. Cadernos de Pesquisa, nº 107, julho/1999. pp. 79 a 96.
- _____. *Identidade Étnica e Processo Escolar*. Texto apresentado no XXII Encontro Anual da ANPOCS, realizado em Caxambu – MG, entre 27 e 31 de outubro de 1998. In Cadernos de Pesquisa. Nº 107. pp. 79 a 96. julho/1999.
- _____. *O professor paroquial: magistério e imigração alemã*. Porto Alegre: editora da UFRGS, Florianópolis: Editora da UFSC, Caxias do Sul: 1991.
- LANDO, Aldair Marli . BARROS, Eliane Cruxen. *A Colonização Alemã no Rio Grande do Sul – uma interpretação sociológica*. Editora Movimento. Coleção Documentos Brasileiros. Porto Alegre. 1976.
- LANG, Alice B. S. Gordo, CAMPOS, Maria Cristina S. Souza, DEMARTINI. Zeila B. Fabri, *História Oral e Pesquisa Sociológica. A Experiência do CERU*. São Paulo. Humanitas Publicações FFCH/USP. 1998.
- LAUREHASS, Jr Ludwig. *Getúlio Vargas e o triunfo do nacionalismo brasileiro - estudo do advento da geração nacionalista de 1930*. Belo Horizonte: Itatiaia, SP. Editora da USP: 1986. Coleção Reconquistado Brasil. 2º série. Volume 99.

- LAZZARI, Beatriz Maria. *Imigração e Ideologia – Reação do Parlamento Brasileiro à política de Colonização e Imigração (1850-1875)*. Universidade de Caxias do Sul. Porto Alegre. 1980.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Tradução de Bernardo Leitão ... [et. al.]. 4ª ed. Campinas. SP. Editora da Unicamp. 1996.
- LOVISOLO, Hugo Rodolfo. *Antropologia e educação na sociedade complexa*. 1994
- LOZZANO, Jorge Eduardo Aceves. *Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea*. In Usos e Abusos da História Oral. Org. FERREIRA & AMADO. 2ª ed. 1998. Ed. FGV pp 15-25
- MARCÍLIO, Maria Luiza, (org). *Família, mulher, sexualidade e igreja na História do Brasil*. Edições Loyola, São Paulo. 1993.
- MARTINS, José de Souza. *A Imigração e a Crise do Brasil Agrário*. Livraria Pioneiro Editora. Universidade de São Paulo. São Paulo. 1973.
- _____. *Regimar e seus amigos – a criança na luta pela terra e pela vida*. O Massacre dos Inocentes. A criança sem infância no Brasil. Editora Hucitec. São Paulo. 1991. pp. 51-80.
- MAUAD, Ana Maria, *História, Iconografia e Memória*. In Os Desafios Contemporâneos da História Oral. CMU/ Campinas. 1997.
- MELO NETO, João Cabral de. *Morte e Vida Severina*. 20ª Edição. Rio de Janeiro Livraria José Olímpio. 1994.
- MONTEIRO, Regina Maria. *A Instrução Pública no pensamento republicano paulista entre 1870 e 1889*. Anais do I Congresso Brasileiro de História da Educação. Educação no Brasil: História e Historiografia. Rio de Janeiro. 6 a 9 de novembro de 2000.
- _____. *As elites paulistas e a instrução pública no Segundo Império – Brasil: percursos da construção da nação (1870-1889)*. Campinas. FE. 1998.
- NOBRE, Sônia Aparecida dos Santos. *Colégio Koelle: um marco na História da educação em Rio Claro (1883-1933)*. UNESP. 1998.
- OLIVEM, Rubem George. *A parte e o todo - a diversidade cultural no Brasil nação*. Petrópolis. Vozes: 1992

- PAIVA, César. *Escolas de Língua Alemã no Rio Grande do Sul, o Nazismo e a Política de Nacionalização*. Texto apresentado ao XV Encontro Anual da ANPOCS, realizado em Campos do Jordão, entre 21 e 23 de outubro de 1986.
- PERAZZO, Priscila Ferreira. *O perigo Alemão e a Repressão Policial no Estado Novo*. Coleção Teses e Monografias. Vol. 1. Arquivo do Estado. São Paulo. 1999.
- PETRONE, Maria Thereza Schorer. *O Imigrante e a Pequena Propriedade (1824 a 1930)* Coleção tudo é História. Ed. Brasiliense. São Paulo. 1984.
- POLLAK, Michael, *Memória e Identidade Social*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro. Vol. 5, nº 10. 1992. Pp 200-212.
- _____. *Memória, Esquecimento e Silêncio*”. Estudos Históricos. Rio de Janeiro. Vol. 2, nº 3. 1989. Pp 3-15
- PRADO Jr, Caio. *História Econômica do Brasil*. Ed. Brasiliense. 34ª Edição. São Paulo. 1986.
- _____. *História Econômica do Brasil*. São Paulo. Editora Brasiliense. 20ª Edição. 1977. pp. 197-270.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de *O Camponato Brasileiro – Ensaio sobre a civilização de grupos rústicos no Brasil*. 2ª Edição. Coleção Estudos Brasileiros nº 3. Editora Vozes. Petrópolis. Rio de Janeiro. 1976.
- _____. Maria Isaura Pereira de, *Bairros Rurais Paulistas. Dinâmica das relações Bairro Rural – Cidade*. Livraria Duas Cidades. São Paulo. 1973.
- _____. Maria Isaura Pereira de. *Cultura, Sociedade rural, sociedade urbana no Brasil*. Rio de Janeiro. Livros Técnicos e Científicos Editora. São Paulo. Ed USP. 1978.
- REDONDANO, Dynoráh Cappi (org.). *Atlas Municipal Escolar*. 1ª Edição. Limeira, SP. Unigráfica. Sociedade Pró-Memória de Limeira. 2000.
- RENAUX, Maria Luiza, *O Outro lado da História: O Papel da Mulher no Vale do Itajaí – 1850-1950*. Editora da FURB. Blumenau. 1995.
- ROSEMAN, Mark. *Memória sobrevivente: verdade e inexatidão nos depoimentos sobre o holocausto*. Tradução de Lúcia Hipólito. In FERREIRA, Marieta de

- Moraes (org.). *História Oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro. Editora FioCruz/Casa de Oswaldo Cruz/CPDOC. Fundação Getúlio Vargas, 2000. pp. 123 a 134.
- SANTOS, Gildenir Carolino. *Manual de Organização de Referências e Citações Bibliográficas para Documentos Impresso e Eletrônicos*. Campinas. SP. Autores Associados/Editora da Unicamp. 2000.
- SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo. Ed. Da Universidade de São Paulo. 1998.
- SEYFERTH, Giralda. *Os Imigrantes e a Campanha de Nacionalização do Estado Novo*. In PANDOLFI, Dulce Chaves, (org.) *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro. Editora FGV. 1999. pp. 200-28.
- _____. *A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica*. In Os Alemães no Sul do Brasil – cultura, etnicidade e história. Organizado por Cláudia Mauch e Naira Vasconcellos. Canoas. Editora ULBRA. 1994.
- _____. *As identidades dos Imigrantes e o Melting Pot Nacional*. [S/d.]
- _____. *Identidade étnica, assimilação e cidadania. A imigração alemã e o Estado Brasileiro*. In Revista Brasileira de Ciências Sociais. Nº 26 ano 9. outubro, 1994.
- SILVA, José Graziano da (org.). *A crise do complexo citrícola paulista: uma proposta não excludente*. Publicação do Diretório Regional/Secretaria Agrária do PT. São Paulo. 2000.
- SIMSON, Olga von *Diversidade sócio cultural, reconstituição da tradição e globalização: os teuto-brasileiros de Friburgo - Campinas*. In Textos CERU: Famílias em São Paulo: vivências na diferença. Série 2 nº 7: 1997
- _____. *Folguedo Carnavalesco, Memória e Identidade Sócio-cultural*. Texto apresentado no XIV Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu. 1990.
- _____. *Fotografia e suas Histórias*. In O Fotográfico. Hucitec. São Paulo. 1998
- _____. *Identidades conjunturais x identidade tradicional. As múltiplas faces da teuto-brasilidade no interior de São Paulo*. In Gerações na Migração. Tavessia. Revista do Migrante. CEM. Ano XII, nº 35, setembro-dezembro/1999.

- _____. *A reelaboração da tradição orientando a educação informal: os teuto-brasileiros de Friburgo em Campinas*. Artigo.
- _____. *Som e imagem na pesquisa qualitativa em Ciências Sociais: Reflexões de pesquisa*. In Anais do Seminário Pedagogia da Imagem e Imagem na Pedagogia - 1995
- _____. LEITE, Miriam L. Moreira. *Imagem e Linguagem: reflexões de pesquisa*. In Textos CERU nº 3 2ª série 1992
- STAHLBERG, Altino, *Imigrantes Alemães e Suíços em Limeira*. Limeira. São Paulo. Projeto Memória Limeirense X. 1999
- THOMSON, Alistair. Memórias de Anzac. *Colocando a teoria da memória popular em prática na Austrália*. In THOMSON, A e PERKS, Robert. (ed) The Oral History Reader. London and New York. 1998. pp. 200 a 310.
- TRIMER, Roger, *Lições de Vida – Histórias do Koelle*. Ed. Riani Costa. São Carlos. 1994
- TUCCI CARNEIRO, Maria Luíza, *Histórias de Vida dos Judeus Refugiados do Nazi-fascismo*. Questões Teóricas e Metodológicas.
- _____. *Inventário DEOPS – Alemanha*. Arquivo do Estado. São Paulo. 1997
- VANGELISTA, Chiara. *Imigrantes e “caipiras” no mercado de trabalho paulista (1850-1930)*. São Paulo. Hucitec, 1991.
- VILANOVA, Mercedes, *A História Presente e a História Oral. Relações, balanço e perspectivas. Páginas de História*. Laboratório de História/UFPa. Vol II. Nº 02. Pará. 1998
- WEBER, Regina, “*Nacionalidade com prefixos: os teuto e o Estado Novo em Ijuí*”. In Os Alemães no Sul do Brasil – cultura, etnicidade e história. Organizado por Cláudia Mauch e Naira Vasconcellos. Canoas. Editora ULBRA. 1994.
- WITTER, José Sebastião. *Ibicaba, uma experiência pioneira*. Coleção Monografias. Nº 05. Arquivo do Estado. São Paulo. 1982.

BIBLIOGRAFIA DE APOIO

- ALBERSHEIM, Ursula *Uma comunidade teuto-brasileira Jarim- Santa Catarina 1962* (INEP)
- BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e Sombras. A Ação da Maçonaria Brasileira. (1870-1910)*. Campinas. SP. Editora da Unicamp, Centro de Memória – Unicamp. 1999. (Coleção Tempo e Memória, nº 14).
- BIANCO, Bela Feldmam. *Entre a saudade da terra e a América: Memória Cultural, Trajetórias de Vida e (re) construções de identidade feminina na intersecção de culturas*. In *As Faces da Memória. Coleção Seminários II*. CMU. Pp. 25-60.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues, (org) *As Faces da Memória*. Coleção Seminários. Nº 02. CMU Campinas. São Paulo. S/d.
- CAMPOS, Maria Christina S. de Souza. *A associação da fotografia aos relatos orais na reconstrução histórico-sociológica da memória familiar*. In *Textos CERU. Reflexões sobre a pesquisa sociológica. Nº 3 2ª série*. 1992
- CANCELLI, Elizabeth. *Ação e repressão policial num circuito integrado internacionalmente. In Os Imigrantes e a Campanha de Nacionalização do Estado Novo*. In PANDOLFI. Dulce Chaves, (org.) *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro. Editora FGV. 1999. pp. 309-26.
- CARNEIRO, Maria Luíza Tucci. *Inventário DEOPS – Alemanha*. São Paulo. Arquivo do Estado. 1997.
- _____. *O Estado Novo, o Dops e a ideologia da segurança nacional. In Os Imigrantes e a Campanha de Nacionalização do Estado Novo*. In PANDOLFI. Dulce Chaves, (org.) *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro. Editora FGV. 1999. pp. 227-40.
- CHOR MAIO, Marcos. *Qual anti-semitismo? Relativizando a questão judaica no Brasil dos anos 30*. in *Os Imigrantes e a Campanha de Nacionalização do Estado Novo*. In PANDOLFI. Dulce Chaves, (org.) *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro. Editora FGV. 1999. pp. 229-56.

- CINTRÃO, Janaina Florinda Ferri, *Nova Europa: uma Pátria Alemã no Interior Paulista*. Tese de doutorado. UNESP. Araraquara. 1998.
- CUNHA, Olívia Maria Gomes da. *Sua alma em sua palma: identificando a "raça" e inventando a nação*. In Os Imigrantes e a Campanha de Nacionalização do Estado Novo. In PANDOLFI. Dulce Chaves, (org.) Repensando o Estado Novo. Rio de Janeiro. Editora FGV. 1999. pp. 256-288.
- DURHAM, Eunice R, *A Aventura Antropológica*. Teoria Pesquisa - organizadora Ruth C.L. Cardoso - Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986
- FAUSTO, Boris. *Historiografia da Imigração para São Paulo*. Editora Sumaré. FAPESP. 1991. São Paulo.
- FERNANDES, Heloísa. ANDRÉ, Marli E. A, MARTINS, Heloísa H.T. de Souza. *Técnicas Qualitativas e quantitativas de pesquisa: oposição ou divergência?* In cadernos CERU nº 3 série II 1991.
- GADELHA, Regina Maria de Aquino. *Os núcleos coloniais e o processo de acumulação cafeeira (1850-1920). Contribuição ao estudo da colonização em São Paulo*. (tese/USP). São Paulo. 1982.
- GAMBINI, Roberto, *O Duplo Jogo de Getúlio Vargas: influência Americana e alemã no Estado Novo*. São Paulo. Editora Símbolo. 1997.
- GUSSI, Alcides Fernando. *Os norte-americanos (confederados) do Brasil – identidades no contexto transnacional*. Campinas. CMU/Unicamp. 1997. (Coleção Tempo e Memória).
- HEFLINGER JR, José Eduardo. Levy. Paulo Mazuti, *O Senador Vergueiro e a Imigração Européia*. Sociedade Pró Memória de Limeira. Limeira. 1999.
- HILTON, Stanley E., *Suástica sobre o Brasil. A História da Espionagem Alemã no Brasil*. Coleção Retratos do Brasil. Ed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 1977.
- KOELLE, *Centro de Estudos da Imigração Alemã na região de Rio Claro*. Museu Teodoro Kölle. Rio Claro. 1996.
- KREUTZ, Lúcio, *"Escolas da imigração alemã no Rio Grande do Sul: perspectiva histórica"*. In Os Alemães no Sul do Brasil – cultura, etnicidade e história.

- Organizado por Cláudia Mauch e Naira Vasconcellos. Canoas. Editora ULBRA. 1994.
- LAPLANTINI, François. *Aprender Antropologia*. 1993. SP. Ed. Brasiliense
- LEITE, Miriam Lifchitz Moreira, *Retratos de Família: imagem paradigmática no passado e no presente*. In O Fotográfico. Hucitec. São Paulo. 1998.
- MACHADO, Paulo Pinheiro *Colonizar para atrair* Dissertação de Mestrado UNICAMP
- MAGALHÃES, Marionilde Brephol de. *Pangermanismo e Nazismo. A trajetória alemã rumo ao Brasil*. Campinas. Sp. Editora da UNICAMP/FAPESP. 1998. (Coleção Momento).
- MICELI, Sérgio. *A política Cultural*. In *Os Imigrantes e a Campanha de Nacionalização do Estado Novo*. In PANDOLFI. Dulce Chaves, (org.) Repensando o Estado Novo. Rio de Janeiro. Editora FGV. 1999. pp. 191-6.
- PINTO, Sérgio Murillo. *A doutrina Góis: síntese do pensamento militar no Estado Novo*. In *Os Imigrantes e a Campanha de Nacionalização do Estado Novo*. In PANDOLFI. Dulce Chaves, (org.) Repensando o Estado Novo. Rio de Janeiro. Editora FGV. 1999. pp. 291-307.
- PÜLSCHEN, Henrique W. *O Destino – 1849*. Edição própria do autor. Santa Bárbara D'Oeste. 1991.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O pesquisador, o problema da pesquisa e a escolha de técnicas: algumas reflexões* In Reflexões sobre a pesquisa sociológica. São Paulo, CERU, 1992.
- RAMBO, Arthur Blasio, *Nacionalidade e cidadania*. In *Os Alemães no Sul do Brasil – cultura, etnicidade e história*. Organizado por Cláudia Mauch e Naira Vasconcellos. Canoas. Editora ULBRA. 1994.
- RICHTER, Klaus *A sociedade colonizadora Hanseática de 1897 e a colonização do interior de Joenvile Blumenal* 1943
- SANTOS, José Vicente Tavares dos. *A construção da viagem inversa: ensaio sobre a investigação nas Ciências Sociais*. In cadernos de Sociologia Porto Alegre 1991.
- SZMRECSANYI, Tamás. *Pequena História da Agricultura no Brasil*. São Paulo. Ed Contexto, Série Repensando a História, 1994.

- WAGNER, Reinhardt. *Os Parceiros de Ibicaba*. In Trabalhadores. Publicação mensal do Fundo de Assistência à Cultura. Prefeitura Municipal de Campinas, Secretaria de Esportes e Turismo. Campinas. São Paulo. 1989. pp.30-40.
- WEBER, Regina. *Alemães Classes Médias no Sul*. In Trabalhadores. Publicação mensal do Fundo de Assistência à Cultura. Prefeitura Municipal de Campinas, Secretaria de Esportes e Turismo. Campinas. São Paulo. 1989. pp. 16-21.
- WILLENS, Emílio. *Assimilação de Populações Marginais no Brasil. Estudo Sociológico dos imigrantes germânicos e seus descendentes*. São Paulo. Cia Editora Nacional. Brasileira. Série 5ª, vol. 186. 1940.
- ZUBARAN, Maria Angélica, *“Os teuto-rio-grandenses, a escravidão e as alforrias”*. In Os Alemães no Sul do Brasil – cultura, etnicidade e história. Organizado por Cláudia Mauch e Naira Vasconcellos. Canoas. Editora ULBRA. 1994.

PERIÓDICOS, REVISTAS E MANUSCRITOS

Cartas Manuscritas por Hermamm Guinther, engenheiro de Estradas 1856.

GAZETA DE LIMEIRA - *Suplemento Histórico, 1826* - Limeira, 1980, 15 de setembro de 1980

Livro de Registros de Casamentos da Câmara Municipal de Limeira. Cópia xerográfica. Anos: 1863 a 1889.

Regimento Interno da OASE (Ordem Auxiliadora de Senhoras Evangélicas da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. 1984.

Lar Cristão. 1988. Ano 39. Departamento de Comunicação da Igreja Evangélica Luterana do Brasil. Concórdia Editora Ltda. Porto Alegre, RS. Pp. 98 a 101.

Estatutos da Comunidade Cristo. Pires. 11/05/1990. Registrado em cartório em 1942. mimeo.

Minha Igreja. 75º aniversário da Igreja Evangélica Luterana do Brasil. Série Folhetos Luteranos nº 4. Departamento de Comunicação e Departamento de Educação Paroquial da Igreja Evangélica Luterana do Brasil. São Leopoldo. RS. 1979. (mimeo).

R O R T R A I T S DO PIRES

“PORTRAITS” DO BAIRRO DOS PIRES

1 “Portrait” da Senhora Elíria Sophia Dibbern Jürgensen

Dona Elíria é descendente de alemães da terceira geração no Brasil. Estudou na escola do Bairro dos Pires, completando apenas o terceiro ano primário. Tem 72 anos de idade. Ela está em uma das fotos que compõe esse trabalho. Filha de Frederico Dibbern e Cândida Asbahr Dibbern. Reside nas proximidades da Via Anhangüera, no início do Bairro dos Pires.

Conta que seus avós vieram da Alemanha e que sua bisavó faleceu no parto e foi jogada no mar, o cemitério de muitos corpos: “Os meus avós que vieram de lá, Joaquim Dibbern. E minha avó chamava Maria. O meu pai contava que o pai dele com a mãe dele vieram da Alemanha de navio, que a mãe dela morreu no transporte, foi ela que nasceu. Foi jogada dentro do rio (mar). A mãe dela faleceu.

Dona Elíria aprendeu alemão em casa, segundo ela, com os pais que falavam a língua, “conversavam mas não o alemão, o “hoch deustch” que eles falam, nós falava o “platt” (“deutsche”). Eu entendo um pouquinho de alemão. Tem o “platt deutsch” e o “hoch deutsch”. Até quando eu fui na escola e daí começou mudar sabe? Quando começou do comecinho sabia falar brasileiro. Foi diminuindo, (mas) continuava porque não sabia outra língua”.

Sua fala do presente ainda é perpassada pelos acontecimentos da igreja, sua vida se confunde com a vida do grupo. Foi presidente da OASE (Ordem Auxiliadora de Senhoras Evangélicas) por muitos anos. Seu maior orgulho é falar sobre o aparelhamento da cozinha feito na sua gestão. Por ter sido presidente da Ordem, tem muito conhecimento sobre a história da igreja e foi baseado nesses conhecimentos que contribuiu para a organização dos dados sobre a igreja e no direcionamento das entrevistas.



A casa da Memória: Coral em apresentação na igreja. Dona Elíria é a segunda da primeira fila de mulheres, blusa azul. Os relatos de sua vida sempre estiveram permeados pelos acontecimentos da igreja. “O grupo é suporte da memória se nos identificamos com ele e fazemos nosso o seu passado. Quando o grupo é efêmero, logo se dissipa...” (BOSI: 1979, p. 332).

2 Dona Josefina Maaz

Dona Josefina Helena Beck Maaz é descendente de alemães da primeira geração nascida no Brasil, nasceu em 11/12/1919, tem 81 anos, casou-se aos 21 anos de idade, no dia 20/04/1940. Mora no Bairro dos Pires, Chácara Maaz. Teve 3 filhos: Dirce, Rubens e Jonas. Seus pais eram Carlos Beck e Cristina Maaz. Sua mãe veio da Alemanha com dois anos de idade e uma de suas tias, que ela diz a próxima depois de sua mãe nasceu no navio.

Estudou até o terceiro ano primário, o que a escola do bairro oferecia, mas foi uma criança que participou do processo de substituição do pastor, porque ela, no período estava em idade escolar. Seu pai era uma das lideranças da Associação Escolar, que geria a vida do bairro e fez parte do grupo que ficou ao lado do pastor, portanto, que abandonou a Igreja Luterana alemã. Nesse ínterim, as crianças que estudavam com o pastor na escola foram estudar na casa do pastor onde foi improvisada uma escola. É uma representante da memória do outro lado da igreja, daqueles membros que não quiseram se afastar do pastor.

Um outro fato justifica a sua importância para esta pesquisa, seu irmão, Germano Beck foi o primeiro homem a morrer no Bosque, no dia 13/02/1934.



Dona Josefina: A memória guardada não é a mais gostosa de ser lembrada, porém, ela mantém sua memória sempre trabalhada, pois tem o hábito de contar histórias para as netas e bisnetas.

3 Dona Matilde Helena Jürgensen Hobbus

Dona Matilde é descendente de alemães da segunda geração nascida no Brasil. Cursou até o terceiro ano primário na Escola dos Pires, depois não estudou mais. Casou-se com 23 anos de idade. Frequenta a Igreja de Confissão Luterana. Na sua fala, fica claro o descontentamento com a situação atual do bairro, a maneira como ele tem se modificado. Defende a idéia de que o Bairro está muito mudado e que quando era jovem eram mais felizes, pois as festas eram só para alemães e não entrava ninguém que não o fosse. Relembra das roupas que eram usadas, fala da simplicidade dos hábitos antigos, diferenciando as atividades do bairro agora - bares, lanchonetes, clubes de dança - como instituições que deterioram a imagem do bairro. É muito saudosista quando retoma suas memórias, dizendo que quando ia aos bailes no Salão do Bosque, não era necessário muita sofisticação, cada um ia como podia e dançava com todos que queriam, mas lembrando sempre que nos bailes só era permitido a entrada de alemães. É sobrinha do dono do Bosque, João Henrique Lüders, que faleceu em acidente no Bosque no dia 26/01/1936.

Faz parte do grupo que ficou na igreja de vertente alemã, sua filha Ivani Hobbus Asbahr contribuiu muito para esse trabalho, pois ela foi zeladora da igreja Evangélica de Confissão Luterana por vários anos e nos permitiu acesso à alguns documentos que foram muito importantes para a compreensão e conclusão dessa dissertação. Sempre esteve disposta a ajudar, demonstrando interesse em contribuir no levantamento da história do seu bairro, pois sabia que assim estaria entendendo a sua própria vida e a de sua família.



Dona Matilde e sua filha Ivani Hobbus Asbahr: Valorização das tradições do bairro, participação efetiva na vida da igreja.

4 Dona Dirce Ivers Dibbern e Senhor Oswaldo Dibbern

O casal senhor Oswaldo e Senhora Dirce Dibbern faz parte de uma das famílias tradicionais do bairro e uma das mais atuantes na Igreja de Confissão Luterana do Bairro dos Pires. São casados a trinta e três anos. Tem duas filhas, uma que leciona na escola do Bairro e uma que dá aulas de teclado em sua própria casa.

Senhor Oswaldo faz parte da diretoria da Associação de Moradores do Bairro dos Pires e juntamente com sua filha Diná conseguiram, em 1994 que a Prefeitura de Limeira criasse uma escola de Educação Infantil Pedacinho do Céu. Até então a educação no bairro era só de primeira a quarta séries, não havendo portanto, escola para crianças menores de sete anos.

São um dos defensores da manutenção ou de reconstituição da memória histórica e das tradições teutas que acabaram perdendo, de acordo com todas as análises feitas nesse trabalho. Dão uma importância tão grande para a questão da identidade alemã que reconstruíram a trajetória da família Dibbern, indo até buscar informações na Alemanha, através de um amigo que para lá viajou. Apresentam um forte sentimento de ser alemão. É a filha do casal, Diná Dibbern que tem feito as maiores tentativas no sentido de mostrar para seus alunos da escola e da Escola Dominical ligada à Igreja de Confissão Luterana. A sua origem e alguns aspectos da cultura teuta, ensinando ainda algumas palavras em alemão para elas.

Vêem com muita ressalva as alterações que estão ocorrendo no Bairro, acreditando que está havendo uma deterioração do mesmo com a presença de estranhos, que vem para tomar conta das chácaras de recreio que agora imperam no Bairro.

Senhor Oswaldo é um dos agricultores que possui maior quantidade de terras, não só no Bairro dos Pires, mas também em outras cidades da região. São também, além da forte presença nas atividades da igreja e associação, a “classe alta do bairro”.



Senhor Oswaldo e Senhora Dirce Dibbern



Diná Dibbern

5 Senhor Emilio Hergert

Senhor Emílio Hergert é morador do Bairro do Pinhal, nas proximidades do Bairro dos Pires. É também um bairro rural com incidência bem grande de teuto-brasileiros. Atualmente é um morador itinerante, fica um ou dois meses na casa de cada filho. Participou muito tempo da Igreja de Confissão Luterana, mas atualmente não frequenta igreja alguma. Sua importância para essa pesquisa é pelo fato de ser morador de outro bairro, ser descendente de alemães, ter vivenciado toda a história do bairro, inclusive conhecer as desavenças ocorridas no bairro, que culminaram com a divisão da igreja. Tece sérias críticas ao acontecimento, dizendo ter ocorrido o racha por causa da truculência e da ignorância dos alemães antigos. Falou também de disputa de poder dentro da comunidade. Dentro desses critérios, contribuiu muito para o entendimento das ocorrências do bairro que acabaram com os ambientes sociais do grupo.



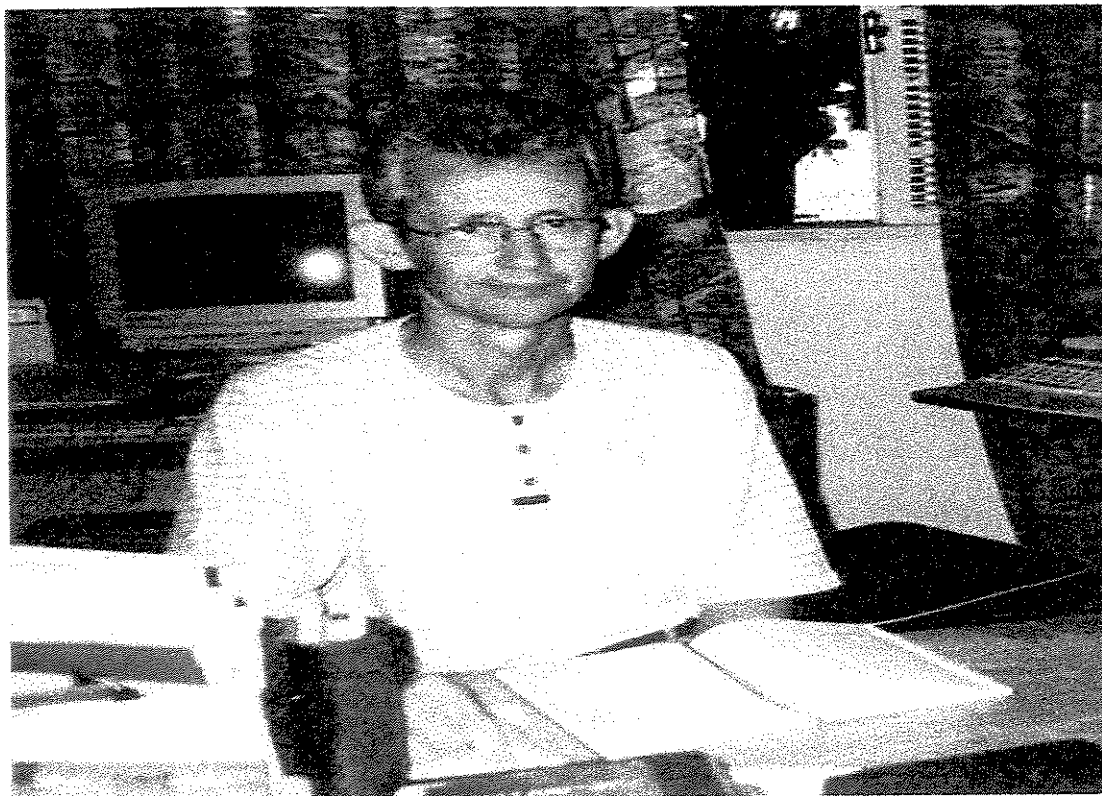
Crítico de sua própria etnia: ignorância e disputas por poder. Nesta imagem com seu neto Gilmar Hergert e o bisneto.

6 Pastor Osmar Schineider

Residente no Bairro dos Pires há 23 anos, desde que saiu de Vitória (ES) para dirigir a Igreja Luterana Cristo. Iniciou estudos com cinco anos de idade, acompanhando sua irmã à escola. Depois que terminou o curso primário, ficou sem estudar por alguns anos, retornando aos estudos, no propedêutico do Seminário, no Instituto Concórdia, em São Paulo. Cursou teologia em Porto Alegre, concluindo o curso em 1978. Após a ordenação, trabalhou em Porto Alegre, Espírito Santo e Pires.

Seu pai é descendente de alemães e sua mãe descendente de russos, tendo sua família fugido para a Polônia, vindo posteriormente para a Colônia de Russos em Ivaí (PR). Era católica até se casar, passando depois para a religião evangélica luterana. A igreja dirigida pelo pastor Osmar tem um coral que canta em alemão em ocasiões especiais, um mesmo hino, com uma estrofe em alemão, português e inglês.

Tem uma Banda com vocal e instrumental composta por 10 jovens. Apresentam-se em outras localidades como Campinas e Ribeirão Preto, mostrando que a ligação com outras igrejas se dá também, por vínculos culturais. É o responsável pela Noite Cultural, que acontece semestralmente, com apresentação de teatros, bandas, corais, tanto de sua igreja, como de membros da outra igreja do bairro. Segundo ele, participam até católicos. É o condutor de parte do rebanho do Bairro dos Pires, a parte que ficou ao lado do pastor Otto Yung, quando este foi afastado da outra igreja. Mostra-se interessado em atividades culturais, o que denota trazer ainda consigo marcas da tradição germânica: coral de vozes, teatro e banda.



7 Senhor José Asbahr

Senhor José Asbahr faz parte das primeiras famílias formadoras do bairro. Suas memórias convergem mais para o bosque e principalmente para o Salão de Bailes, do qual era freqüentador assíduo. Junto com a dupla de Cosmópolis, Emílio e Ricardo Pommer, animavam os Bailes do salão. Senhor José Asbahr cantava, enquanto que os outros tocavam os instrumentos musicais.

Contou-me que chegou a dar aulas no lugar da professora Maurer, que se ausentava muito da sala de aula para tratar de assuntos particulares, deixando-o a cuidar da sala e dos alunos. Pouco tempo depois foi transferida para a cidade de Campinas.

Freqüenta a Igreja Evangélica de Confissão Luterana, no Bairro dos Pires.



Senhor José Asbahr: memória dos dias felizes das festas do Bosque, no qual era o cantor, junto com os irmãos Emílio e Ricardo Pommer, instrumentistas da cidade de Cosmópolis que animavam as festas do Salão de Baile

8 Lúcia Luíza Jurgensen

Senhora Lúcia nasceu no Bairro dos Pires, está com 81 anos de idade. É irmã da senhora Matilde, também sobrinha do dono do Bosque, local de reuniões de lazer e culturais. Estudou na escola do Bairro dos Pires até o terceiro ano, pois era somente o que o bairro oferecia à época. Participa da Igreja de Confissão Luterana do Bairro dos Pires e da OASE, juntamente com sua irmã. Em sua fala, percebe-se também um saudosismo e uma certa criticidade com relação à modernização do Bairro, que para ela também é perniciosa. O que tem de mais marcante de tradição alemã é um jardim muito bonito e bem cuidado, na entrada de sua casa rústica.



ANEXOS

ANEXO 1

Cópia modelo do Contrato de Parceria assinado em Hamburgo pelos imigrantes suíços-alemães, chegados ao Brasil na metade do século XIX, conforme referência feita no capítulo II. Extraído do Livro de Thomas Davatz “Memórias de um Colono no Brasil”, páginas 197 a 201. Procurou-se manter o texto na sua forma ortográfica original, de acordo com o encontrado no referido livro.

“Contracto de parceria celebrado entre Vergueiro & Cia. e os abaixo assignados, por intermedio do Snr. Dr. F. Schmidt, em Hamburgo, em nome da referida sociedade”.

ART. 1º

O colono..... sua mulher..... e.....filhos, de
..... e assumem, por sua livre e espontanea vontade,
o compromisso de embarcar a bordo do navio commandante a
..... no porto de Hamburgo e dirigir-se a Santos, Provincia de São Paulo,
Brasil.

ART. 2º

O Snr. M. Valentim, de Hamburgo, se encarregará dos sobreditos colonos de Hamburgo a Santos, subsistencia inclusive, mediante os preços seguintes:

- a) Para cada pessoa adulta, do sexo masculino ou feminino, com mais de dez¹ annos de idade piastras, ou sejam francos.
- b) Para crianças de um ou de outro sexo, com menos de dez annos de idade piastras, ou sejam francos.
- c) Terão transporte e subsistencia gratis as crianças de menos de um anno.

¹ Na ocasião de minha viagem o limite entre crianças e adultos *foi* fixado na idade de oito annos.

ART. 3º

Logo que tenha chegado ao porto de Santos o sobredito colono deverá por-se á disposição de Vergueiro & Cia., que cuidará de acolhel-o, agazalhal-o e conduzil-o ao seu lugar de destino.

ART. 4º

Vergueiro & Cia. obrigam-se:

1 — A adeantar ao sobredito colono a somma necessaria para o transporte de Hamburgo a Santos, na provincia de São Paulo.

2 — A fornecer a cada um dos referidos colonos, logo á sua chegada, o importe das despesas feitas com sua subsistencia e transporte a uma das colonias de Vergueiro & Cia., alem daquillo de que precise para manter-se até ao momento em que possa sustentar-se pelo trabalho que lhe fôr facultado.

3 — A attribuir a cada pae de familia a porção de cafeeiros que elle possa cultivar, colher e beneficiar.

4 — Facultar ao colono o plantio em terras adequadas e em lugar designado dos mantimentos necessarios para o seu sustento.

ART. 5º

O sobredito colono obriga-se ao seguinte:

1 — A conduzir-se pacificamente sem perturbar ou prejudicar a seus vizinhos nem a colonia.

2 — A cultivar e colher como convem os cafeeiros recebidos, depositando o café colhido no lugar marcado no cafestal onde o entregará por medida ao recebedor da fazenda.

3 — A concorrer em commum com o serviço correspondente á quantidade do café entregue para o trabalho que o mesmo exige até entrar no mercado.

4 — A pagar quatrocentos reis por arroba de café - correspondente a três alqueires rasos de café em cereja — até que o trabalho referido no artigo precedente, trabalho em commum, tenha tido seu curso normal².

5 — A replantar as faltas que ocorrerem na parte do cafetal a seu cargo.

6 — A pagar a Vergueiro & Cia. o montante da passagem, sustento e auxílios recebidos, que vencerão os juros legais de seis por cento contados da data em que for feita a despeza -- pelo que ficarão os colonos solidariamente responsáveis applicando na amortização de tal divida pelo menos metade dos seus lucros annuaes.

7 — Os colonos terão de respeitar os regulamentos estabelecidos na colonia.

ART. 6º

Vendido o café por Vergueiro & Cia. pertencerá a estes a metade do seu producto liquido, e a outra metade ao dito colono.

ART. 7º

Nos generos alimentares produzidos pelo colono, sendo por elle consumidos não terão Vergueiro & Cia. parte alguma, porém terão metade das sobras alienadas.

ART. 8º

Vergueiro & Cia. não poderão desonerar-se das obrigações deste contracto emquanto o dito colono cumprir fielmente as suas; é porém livre a este retirar-se depois de satisfazer a Vergueiro & Cia. o que estiver devendo, participando-lhe com um anno de antecedencia³ por escripto a intenção de se retirar e sujeitando-se ao pagamento da multa de 50\$000 por pessoa no caso de abandonar a colonia antes de pagar a divida ou sem antecipar a declaração de sua intenção.

² Esse parágrafo e o seguinte não constam do contrato primitivo tal como vem reproduzido no livro já mencionado de Carlos Perret-Gentil — *op. cit.* ps. 99 sq. (T.)

ART 9º

Todas as duvidas que ocorrerem entre os contractantes serão decididas por subditos perante a autoridade competente do paiz, sem mais formalidade nem recurso de appellação.

ART. 10⁴

Vergueiro & Cia. poderão transferir o presente contracto com todas as clausulas nelle conticias para qualquer outro fazendeiro, desde que o dito colono não tenha nenhum motivo justo ou fundado para recusar essa transferência.

ART. 11º

Os colonos abaixo assignados declaram-se de accordo com as condições relacionadas nos paragraphos precedentes e contrahe desde já a divida de piastras por pessoas de sua familia.

(Seguem lugar e data da assinatura do contrato bem como as firmas dos agentes principais e colonos).

Artigos Suplementares

1º - declara ter recebido de sua municipalidade para preparativos para o embarque, viagem a Hamburgo e transporte a Santos frs cts. (por extenso francos) ou sejam piastras.

³ “...seis meses antes”, reza o contrato primitivo. V. nota anterior. (T.)

⁴ Os artigos 10º e 11º bem como os artigos suplementares não figuram no contrato primitivo referido nas notas anteriores. (T.)

2º - A família abaixo-assignada obriga-se solidariamente a amortizar a divida contrahida com a municipalidade de, devendo a amortização effectuar-se no curso de cinco annos, a partir do segundo, mediante quotas annuaes equivalentes á quarta parte da somma para o que vigorará o presente contracto entre as partes interessadas por um prazo de cinco annos.

3º - Para os pagamentos annuaes á municipalidade de conforme as estipulações acima, obrigam-se Vergueiro & Cia. a entregar metade do producto da venda do café e outros generos, da parte pertencente aos colonos (V. arts. 6º e 7º), logo após a sua venda, ao Snr. que se incumbirá de encaminhar as referidas sommas á municipalidade de recebendo o mesmo Snr. pelas vias officiais, os poderes necessarios da sobredita municipalidade.

4º - Os emigrantes abaixo-assignados declaram-se de accordo com as condições expressas nos artigos precedentes, confessando-se devedores da somma de frs. e cts. (por extenso francos) para pessoas.

(Seguem-se as assinaturas dos colonos dos conselheiros municipais, do delegado da companhia em Hamburgo, dos cônsules do Brasil e da Suíça. A assinatura do delegado da companhia é precedida da seguinte declaração: “Em nome de Vergueiro & Cia. de Santos subscrevo o presente contrato, responsabilizando-me provisóriamente pela sua execução.

Hamburgo,

Dr. Schmidt.

ANEXO 2

Na página “Deutsches Archiv – São Paulo”(Arquivo Alemão)

Extraído do Jornal Alemão de São Paulo em junho de 1926

Título: Escola alemã- excursão para Limeira

Foi um grupo viajante bastante grande que se encontrou na Estação da Luz no Domingo passado e depois de uma despedida fugitiva de novo se perderam rapidamente na grande cidade da qual, a dois dias se encontraram de manhã. Foram “apenas 60” grandes rapazes e garotas em cujo meio alguns poucos professores e professoras realmente não se destacaram muito. Apenas 60! É necessário estar junto para compreender completamente o que quer dizer isto, quando em 60 crianças da metrópole que tem tão pouca oportunidade para excursões comuns, extrapolar toda a força retida, pode uma vez sair em brincadeiras e cantos, no jogo e bagunça selvagem. É necessário estar junto.

O fim da excursão era mostrar uma vez às crianças um cafezal, levá-las uma vez à fonte da qual este estado se abastece. Seguimos um convite da Família Levy para Limeira.

Por enquanto a viagem levou apenas até Campinas, onde o Sr Germer da casa Alemã Campinas nos cumprimentou na estação e nos levou ao Instituto de Sericicultura, depois de termos levado a nossa bagagem na Concórdia. Com grande interesse seguimos as singulares fases de vida do bicho da seda, que ficou completamente degenerado por causa da criação artificial, ainda assim, tremendo com as asas mas não podendo mais voar. Também o fiar do fio do casulo nos ficou claro, no entanto, apenas poucos de nós foram capazes de seguir o processo de construção do casulo e da teia. Depois do café da manhã nos restou ainda tempo para um passeio pela cidade e para um descanso na magnífica Praça de Palmeiras.

Em São Paulo o tempo tinha sido inimigo. Em Campinas, porém, clareou e na continuação da viagem para Limeira ficou completamente ensolarado. Sol e céu azul sobre uma paisagem vasta que, da maneira como é cultivada, lembra da terra alemã. Parecia tudo tão bem organizado. De vez em quando grandes áreas de grama rosada voltaram a lembrar a Charneca de Luneburgo.

O grande parque de propriedade do Senhor Levy, pertinho da estação era o nosso alojamento. Já na chegada dos olhos do nosso hospedeiro brilhava toda a bondade que ele nos compartilharia durante dois dias.

Na manhã seguinte, o Dr Levy nos levou para a sua fábrica de fósforos. Provavelmente nunca um trabalho foi ainda contemplado com tanta alegria e verdadeiro interesse por nós como esta fábrica de fósforos. Foi uma visita de fábrica que se tornou nada tediosa. A manhã passou tão rápida. Por que? Porque tudo era tão simples, tão completamente claro pra um leigo entender. E o que nós não conseguimos entender das máquinas ativas sem descanso, foi nos explicado com competência. Assim, não ficaram nenhuma dúvidas e os nossos alunos ficaram capazes de dar relatos explícitos aos camaradas e professores que ficaram em casa. Sobre o processo do fósforo a partir do pau grosso de pinho até o momento que a mercadoria pronta para a remessa vai para o armazém. Também alguns de nós tentou a sua sorte de fazer fósforos na prática; obra manual que naturalmente era muito melhor que a mercadoria de fábrica, pois as cabeças eram grande feito unhas de polegar e quando se acendia-os aí fedia doze vezes mais que com fósforos de verdade. Cada um, presenteado com um pacote de fósforos, nos bolsos, caixas de fósforos em todos os estados de desenvolvimento, voltamos para o nosso alojamento.

Depois do café da manhã, na subida da Casa Imperial, já estavam preparados os caminhões e vários carros pequenos para nos levar para a fazenda de café. Numa viagem devagar, e em distanciamento que era um pouquinho maior que as nuvens de poeira agitadas, seguiam os carros um ao outro, cujos ocupantes olharam para fora mais ou menos alegres e satisfeitos para a paisagem. O tempo era maravilhoso, de certa maneira um tempo pra viagens no campo.

Na viagem de Campinas para Limeira já tínhamos avistado cafezais singulares. Agora o mundo parecia de vez em quando consistir apenas em café, tão extensas eram as plantações. Após mais ou menos uma hora chegamos em Ibicaba. Um carro depois do outro parou na frente da casa da fazenda. Na grande escada livre fomos cumprimentados calorosamente pelo filho do senhor José Levy, pois, o senhor Humberto e a sua esposa. Depois iniciamos logo a excursão pelas plantações e as instalações de secagem. – Lá então ficamos frente à frente com os frutos pretos espalhados para secar. Para todos que pela primeira vez tinham uma vista dessas, e particularmente para os europeus entre nós, foi praticamente um momento significativo. Quantas vezes cada um de nós ao curtir uma xícara de café tinha desejado estar uma vez lá, onde o café cresce, no exterior, na terra quente. Apenas agora esse desejo foi realizado, não quando o navio entrou em Santos, não, quando se chegou primeira vez na grande cidade de São Paulo, mas apenas agora. Não era muito que deu para ver, mas o momento foi praticamente significativo. Depois passeamos um bom trecho para dentro da plantação com uma força incomum para esta estação do ano o sol ardia em nós quando entre árvores verdes escuras andamos por aí no solo vermelho.

Dos esforços cansativos da inspeção nós nos recuperamos por enquanto um pouco no laranjal. Depois regressamos na casa da fazenda onde foram preparadas as nossas mesas de café em salas claras, altas, de inventário europeu. Isto foi um café! Puro e verdadeiro! Ah! Se pudesse ficar sempre assim, pelo menos aqui no Brasil.

Prá nos mostrarmos um pouco agradecidos por toda a hospitalidade que chegou à nós, alguns rapazes e garotas de nós apresentaram algumas danças folclóricas, que agradaram visivelmente aos nossos hospedeiros. As danças folclóricas no fundo eram ao livre, e outros instrumentos que o piano deviam soar junto, mas por mais estranho que pareça resultou-se em uma harmonia que torna diretamente feliz. As roupas das moças dançantes combinavam inteiramente com o inventário da época biedermeierense das salas, das cujas janelas podia-se olhar para longe no campo. E as danças que por motivo do comportamento tímido dos dançarinos (apresentaram pela primeira vez as danças) perderam em vitalidade, encaixaram-se bem com o

acompanhamento do piano, combinando muito bem com esta hora da tarde com a sua luz cheia e plena.

Depois cantava-se. Para aquele que estava deitado no outro lado do pequeno lago no sol deve Ter parecido bem estranho, como soou da casa grande da fazenda rodeada pela sua varanda e as palmeiras altas ao seu lado, cantigas alemãs cantadas por um coral lindo e cheio para a solidão da tarde brasileira.

Mas passaram-se as horas. Antes da escuridão devíamos chegar de volta em Limeira. Então, era necessário se despedir. Os carros se encheram novamente. Mas um “viva!” pra casa hospedeira e depois vamos!

Como o caminho de volta foi escolhido a estrada sobre Cordeiro. Primeiro nós andamos novamente numa velocidade modesta e distanciamentos adequados. Mas em breve em alguns carros expressou-se a vontade a uma viagem mais rápida, e quando um carro de repente passou para um tempo diferente passando de fininha o carro da frente, começou um verdadeiro racha. O sucesso ficou bem visível. Quando nós nos reunimos novamente pra seguir juntos até a cidade, ficamos todos verdadeiros “peles vermelhas”. A poeira fina, vermelha, nos deixou todos com uma fina camada. Simplesmente ficamos com um mal aspecto. Mas não foi tão grave, pois todas as mães em questão é que ficaram em São Paulo. Na cidade, porém, ficava-se admirado com os carros cheios de garotas e garotos que estavam tão sujos e pelo menos da mesma maneira extrovertidos. No alojamento havia então um grande lavar e escovar ao ar livre. Acabou diretamente em trabalho de se fazer novamente mais ou menos civilizado, um trabalho que se prolongou ainda mais como o debate sobre o racha não terminou de jeito nenhum. Por todos os lados ressoava excitadamente: “se nós...” ou “se o nosso motorista tivesse...” ou “se a mula não fosse...”

Entretanto o sol da tarde jogava os seus últimos raios no vasto parque. Depois um crepúsculo breve, enquanto por baixo das árvores e arbustos já ficava escuro. E logo o céu noturno semeado de estrelas ficava por cima de nós, e as grandes árvores e bambus gigantesos ficavam ainda muito maiores.

Onde as lindas árvores do parque cercam um espaço livre, o senhor Dr Levy mandou colocar iluminação elétrica durante o dia. Nesta “praça de festa”

chegamos todos, depois que, da limpeza caprichada, seguiu-se um jantar igualmente caprichado. Para os nossos hospedeiros como agradecimento e para nós mesmos como diversão, foram apresentadas danças folclóricas e duas pecinhas de teatro. Este parque noturno mal iluminado, foi o local pra estas danças, dançados seguindo música de violino. E também para o nosso teatro tudo estava ideal. Num lado do lugar havia um pequeno armazém de ferramentas coberto de plantas. Na frente dele foi apresentado. A curta peça do “Gaspar como professor” no fundo nos surpreendeu a nós todos. Realmente sucedeu excelentemente. As cenas de mal criados da peça de Sheakespheare “sonho da noite de verão” ficaram provavelmente um pouco atrás. Mas também elas agradaram. Especialmente elas aproveitaram o ambiente e a hora avançada. E quem sabe se os alunos com esta apresentação e seus desempenhos diletantes chegaram muito, muito mais perto ao poeta do que os teatros de europeus do século XX com a sua encenação correta do “sonho de uma noite de verão”.

Depois das apresentações passamos ainda muito tempo brincando, pois, embora o dia cheio nos tenha deixado verdadeiramente cansados, então custava muito deitar-se para descansar. A noite estava tão linda. E quanto mais tarde e calmo ficava, pois um depois do outro procurou a sua cama de palha, tanto melhor ficou para aqueles que continuaram ainda sentados na beira da praça festiva ou ficavam andando um pouco pra dentro do parque escuro, pra Ter a vista maravilhosa como a iluminação da praça festiva rompeu por baixo das árvores, que agora eram apenas sombras pretas. E essas sombras eram imensas e lidaram o olhar para cima, para o céu em qual eles se esticaram, e percebia-se a magnificência de estrelas que se perdia enquanto se tinha demorado na praça iluminada.

E entrava-se em lembranças e mal podia-se acreditar que foi apenas ontem à tarde que nós chegamos aqui no parque com mala e mochila quando, pela primeira vez sobre o muro para a casinha onde achamos as nossas camas de palha e ainda – muito tímidos – e cuidadosos tínhamos feito uma excursão pela propriedade inteira; pois hoje à noite tudo já se tornou tão confiável. E amanhã? Amanhã voltaria-se mais uma vez para o laranjal ao nascer do sol bebendo como primeira refeição uma dúzia daquelas frutas maravilhosas que ficam ainda geladas por causa da noite. Então

mais uma metade de dia neste parque – e o tempo passou! Tudo sempre passa tão rápido. Nessa metade de dia que ainda nos restou fizemos um passeio pela cidade que terminou no Conservatório onde uma garota de 15 anos nos deu um pequeno concerto de piano o que lhe agradecemos com duas cantigas de coral.

Depois pela última vez ficamos sentados espalhados no jardim, os pratos com a forte comida no colo. Aquelas refeições ao ar livre foram maravilhosas. Digno de observação era o silêncio que entrou quando todos tinham um prato na sua frente e se puseram ao trabalho. Apesar de que, na verdade, tenhamos passado o dia inteiro comendo frutas no jardim, mesmo assim parecia como se a nossa fome se tivesse aumentado de refeição para refeição. Será que foi por causa da comida? Por causa da nossa permanência ao ar livre? Por causa de toda aquela alegria? Certamente tudo veio junto. Depois da refeição de carrasco todo mundo se espalhou mais uma vez pelo pomar, aí ficamos deitados embaixo das árvores, ou ficamos sentados em cima dos galhos de baixo pensando: “que pena que nós temos que ir embora novamente”. Sem piedade a hora da partida vinha se aproximando, todos entalharam algumas frutas nas bolsas e malas. Depois nos reunimos para nos despedir das mulheres da casa sob continências sinceras de agradecimento. Dr Levy e os outros senhores que se esforçaram para o nosso bem estar nos levaram até o trem e acenaram atrás de nós.

A volta pra casa era um único cantar quase sem parar exceto a primeira quarta hora em qual se lembrava sem querer dos dias que passaram. Incansável foi o nosso tocador de violão. Nas paradas as pessoas se reuniram na frente do nosso carro (vagão) reservado e ficaram de boca aberta por causa da sociedade alegre, escutando as cantigas cujo idioma eles não entenderam.

Em seguida da nossa viagem pra Limeira os participantes organizaram na Quinta-feira uma noite colorida (festa) na Escola Alemã. As duas peças de comédia (cômicas) que foram apresentadas no jardim do Dr Levy e também as danças folclóricas foram repetidas. Além disso, foram cantadas músicas junto com alaúde. A sala estava tão cheia como raramente e a noite certamente agradou a todos na sua alegria e desenvoltura. Mas – e depois como ele agradou certamente podemos começar com o mas – as danças e brincadeiras eram apenas um fraco reflexo daquilo o que eles foram

para os viajantes no grande parque noturno, e o grupo que cantava junto ao alaúde, por mais naturalmente que ela foi organizado e por mais fresco e vermelho os rostos fossem maquiados, parecia frio e tenso, comparado com o quadro que a nos todos ficou na lembrança da viagem: o monte de feno no nosso alojamento onde uma grande parte de nós voltava sempre a se reunir para cantar. Todos espalhados ficamos sentados e deitados e o nosso violeiro ficava na frente em pé.

Desta forma esta festa com toda a sua alegria era para nós, não obstante, se nós participamos do palco ou ficamos sentados entre os espectadores, uma lembrança um pouco triste, e para um ou outro de nós apenas nesta noite se revelou como a nossa viagem foi maravilhosa.

Sachgebiet: G IV u Nr. 19. Associação de Excursão Villa Marianna - 31 de maio de 1925

Entnommen aus: Christoph Zeitung

Datum: 15. 6. 1926

Deutsche Schule. Ausflug nach Limeira. — Es war eine recht zahlreiche Reisegesellschaft, die am vorigen Sonntag abends am Luzbahnhof eintraf und sich nach flüchtigem Abschied schnell wieder in die grosse Stadt verlor, aus der sie sich zwei Tage vorher morgens zusammengefunden hatte. Es waren „nur sechzig“ grosse Jungen und Mädchen, in deren Mitte die paar Lehrer und Lehrerinnen wirklich nicht sehr auffielen. Nur sechzig! Man muss dabei gewesen sein, will man ganz verstehen, was das heisst, wenn sich bei sechzig Grossstadtkindern, die hier so selten Gelegenheit haben zum gemeinsamen Hinausziehen, all die verhaltene Kraft einmal Luft machen kann in Seherzen und Singen, im Spiel und wilden Tobereien. Man muss dabei gewesen sein. —

Der Sinn des Ausflugs war, den Kindern einmal eine Kaffeepflanzung zu zeigen, sie einmal an den Quell zu führen, aus dem dieser Staat schlüpft. Wir folgten einer Einladung der Familie Levy nach Limeira.

Zunächst ging die Reise nur bis Campinas, wo uns Herr Germer von der Casa Allemi Campinas am Bahnhof empfing und uns, nachdem wir unser Gepäck in die Concordia gebracht hatten, in das Instituto de Sericicultura führte. Mit grossem Interesse verfolgten wir die einzelnen Lebensstadien des Seidenspinners, der durch die künstliche Zucht vollkommen degeneriert ist, wohl noch mit den Flügeln zittern, aber nicht mehr fliegen kann. Auch das Abspinnen des Coconfadens wurde uns klar, dagegen konnten nur wenige von uns dem vielen Unspulen und dem eigentlichen Webvorgang folgen. Nach dem Frühstück blieb uns noch Zeit zu einem Gang durch die Stadt und zu einer Ruhepause auf dem prächtigen Palmenplatz.

In S. Paulo war das Wetter unfreundlich gewesen. In Campinas hellte es sich aber auf, und auf der Weiterfahrt nach Limeira wurde es vollends schön. Sonne und blauer Himmel über dem weiten Land, das in der Art, wie es bebaut ist, an die deutsche Heimat erinnert. Es sah alles so ordentlich aus. Zwischendurch liessen grosse Flächen, die mit rosigem Gras bestanden sind, immer wieder an die Lüneburger Heide denken.

Der grosse Parkbesitz des Herrn Dr. João Levy in Limeira, dicht am Bahnhof, war unser Quartier. Schon beim Empfang leuchtete aus den Augen unseres Gastgebers all das Wohlwollen, das uns dann zwei Tage lang zuteil werden sollte.

Am andern Morgen führte uns Dr. Levy in seine Streichholzfabrik. Wohl noch nie ist von uns eine Arbeit mit soviel Freude und wirklichem Interesse besichtigt worden wie diese fabrica de phosphoros. Es war eine Fabrikbesichtigung, die gar nicht langweilig wurde. Der Morgen ging so schnell dahin. Warum? Weil alles so einfach war, so vollkommen klar für den Laien zu durchschauen. Und was wir den rastlos tätigen Maschinen nicht ablesen konnten, wurde uns verständlich erklärt. So blieben keine Zweifel und unsere Schüler waren in der Lage, ihren dabeim gebliebenen Kameraden und Lehrern einen anschaulichen Vortrag zu halten über den Werdegang des Streichholzes vom groben Pinenklotz an bis zu dem Augenblick, da die zum Versand fertige Ware ins Magazin wandert. Auch hat mancher von uns sein Fell versucht und selbst Phosphoros gemacht; Hundstheil, die natürlich viel besser war als die Fabrikware, denn die Köpfe waren so gross wie ein Daumennagel, und wenn man sie anzündete, so stank es zwölf mal so sehr wie bei richtigen Zündhölzern. Jeder mit einem Paket Streichhölzer beschenkt, in den Taschen Schachteln und Hölzer, in jedem Entwicklungsstadium, kehrten wir in unser Quartier.

Nach dem Frühstück standen in der Aufahrt des Herrschaftshauses schon die Caminhões und mehrere kleine Wagen bereit, um uns auf die Kaffeefazenda zu bringen. In langsamer Fahrt und in Abständen, die etwas länger waren als die aufgewirbelten Staubwolken, folgten die Wagen einander, deren Insassen mehr oder minder fröhlich und vergrügt in die Ge-

gend hinaus blickten. Das Wetter war herrlich, so recht ein Wetter zum Ueberlandfahren. Auf der Fahrt von Campinas nach Limeira hatten wir schon vereinzelte Kaffeefelder gesehen. Jetzt schien die Welt manchmal nur noch aus Kaffee zu bestehen, so ausgedehnt waren die Pflanzungen. Nach etwa einer Stunde kamen wir in Ibiçaba an. Ein Wagen nach dem anderen hielt vor dem Fazendahause. Auf der grossen Freitreppe wurden wir von Herrn José Levy Sohn, Herrn Humberto und dessen Frau Gemahlin herzlich begrüßt. Dann traten wir gleich den Gang durch die Pflanzung und die Trockenanlagen an. — Da standen wir nun vor den zum Trocknen ausgebreiteten schwarzen Früchten. Für alle, die zum ersten Male diesen Anblick hatten, und besonders für die Europäer unter uns, war es ein beinahe bedeutender Augenblick. Wie oft hatte man sich beim Genuss einer Tasse Kaffee gewünscht, einmal dort zu sein, wo der Kaffee wächst, in der Fremde, im heissen Land. Jetzt erst war diese Sehnsucht erfüllt, nicht als der Dampfer in Santos einlief, nicht als man zum ersten Mal in die grosse Stadt São Paulo kam, sondern jetzt erst. Viel zu sehen war ja nicht; aber der Augenblick war beinahe bedeutend. Dann spazierten wir ein gutes Stück in die Pflanzung hinein. Mit einer für diese Jahreszeit ungewöhnlichen Stärke brannte die Sonne auf uns nieder, als wir zwischen den dunkelgrünen Bäumen auf dem roten Boden dahingingen.

Von den Anstrengungen der Besichtigung erholten wir uns zunächst ein wenig im Liranjengarten. Dann kehrten wir ins Fazendahaus zurück, wo in den hellen, hohen, ganz europäischen eingerichteten Räumen unsere Kaffeetafel gedeckt waren. Das war ein Kaffee! Reiz und unverfälscht! Ach könnt' es doch immer so bleiben, wenigstens hier in Brasilien!

Um uns für all die Freundlichkeit, mit der man uns entgegenkam, ein klein wenig erkenntlich zu zeigen, tanzten einige unserer Jungen und Mädchen ein paar Volkstänze vor, die unsere Gastgeber sichtlich erfreuten. Die Volkstänze gehören eigentlich ins Fröie, und andere Instrumente als das Klavier sollten dazu erklingen, aber seltsamerweise ergab sich eine nahezu beglückende Harmonie. Die Kleidung der tanzenden Mädchen passte ganz zu der biedermeierartigen Einrichtung der Zimmer, aus deren Fenster man weit ins Land hinausschauen konnte. Und die Tänze, die durch das etwas scheue Verhalten der Tanzenden (sie tanzten die Tänze zum ersten Male vor) an Lebhaftigkeit verloren, fügten sich gut der Klavierbegleitung und gehörten in diese Nachmittagsstunde mit ihrem vollen, satten Licht.

Dann wurde gesungen. Und für den, der auf der andern Seite des kleinen Sees in der Sonne lag, muss es recht eigenartig gewesen sein, wie aus dem grossen Fazendahause, mit seiner ringsherumlaufenden Veranda und den hohen Palmen an seiner Seite deutsche Lieder, von einem schönen, vollen Chor gesungen, in die brasilianische Nachmittagsstille hinausklangen.

Aber viel zu schnell giengen die Stunden dahin. Vor Dunkelheit sollten wir wieder in Limeira eintriften. So liess es denn Abschied nehmen. Die Wagen füllten sich wieder. Noch ein Hoch auf das gastliche Haus, und dann auf und davon.

Als Rückweg wurde die Strasse über Cordesro eingeschlagen. Zunächst fuhren wir wieder in mässiger Fahrt und in gemessenen Abständen. Aber bald wurde in einigen Wagen die Lust zu einer schnelleren Fahrt laut, und als dann ein Auto plötzlich in ein anderes Tempo überging und schlang in dem vor ihm liegenden Wagen vorbeifuh, begann ein regelrechtes Wettfahren. Der Erfolg war sehr sichtbar. Als wir uns wieder versammelten, um gemeinsam in die Stadt zu fahren, waren wir alle wahre Holzhäute. Der feine rote Staub hatte alle und alles mit einer dünnen Schicht überzogen. Wir sahen einfach schlimm aus. Aber es war nicht so schlimm, denn alle in Frage kommenden Mütter waren ja in São Paulo geblieben. In der Stadt stammte man allerdings über die „Wagen vollgefahren“ mit Mädchen und „Büchchen“, die so dreckig waren und mindestens ebenso ausgelassen. Im Quartier gab es dann ein grosses Waschen und Bürsten unter freiem Himmel. Es war direkt eine Arbeit, sich wieder einigermaßen menschlich zu machen, eine Arbeit, die sich um so länger hinzog, als die Debatte über das Autorennen keineswegs beendet war. Überall klang es noch ganz erregt: „Wenn wir ...“ oder „Hätte unser Chauffeur ...“ oder „Wäre die Mats nicht ...“

Währenddessen warf die Abendsonne ihre letzten Strahlen in den weiten Park. Dann kurze Dämmerung, während es unter Häusern und Büschen schon ganz schwarz ist, und schon war der sternbesäte Nachthimmel über uns, und die grossen Bäume und riesigen Bambus sahen nun noch viel gewaltiger aus als am Tage.

Wo die schönsten Bäume des Parks einen freien Platz einfassen, hatte Dr. Levy im Laufe des Tages elektrische Beleuchtung für uns legen lassen. Auf diesem „Festplatz“ fanden wir uns alle ein, nachdem der gründlichen Reinigung ein ebenso gründliches Abendessen gefolgt war. Unseren Gastgebern als bescheidenen Dank und uns selbst zum Spass wurden Volkstänze vorgetanzt und zwei kleine Theaterstücke aufgeführt. Dieser nächtliche Park, nur etwas erleuchtet, das war der Ort für diese Tänze, die jetzt nach Geigenmusik getanzt wurden. Und auch für unser Theater war alles wie geschaffen. An der einen Seite des Platzes stand ein kleiner unrankter Geräteschuppen. Davor wurde gespielt. Das kurze Spiel vom „Kasper als Lehrmeister“ überraschte uns eigentlich alle. Es gelang wirklich ausgezeichnet. Die Räpelszenen aus Stenkesphenres „Sommerachtsstraum“ standen wohl etwas dahinter zurück. Aber auch sie gefielen. Besonders ihnen kam die Umgebung und die späte Stunde zugute. Und wer weiss, ob nicht die Schüler mit dieser Aufführung und ihren Dilettantenleistungen dem Dichter viel, viel näher gekommen sind als das europäische Theater des 20. Jahrhunderts mit seiner korrekten Inszenierung des „Sommerachtsstraums“.

Nach den Aufführungen wurde noch lange gespielt, denn es ist der so ausgefüllte Tag uns recht müde gemacht hatte, so fiel es doch schwer, sich zur Ruhe zu legen. Die Nacht war so schön. Und je später und ruhiger es wurde, denn einer nach dem andern suchte doch sein Strohlager auf, desto schöner wurde es für die, die immer noch am Rande des Festplatzes sassen oder ein wenig in den dunklen Park hinausliefen, um rückblickend das herrliche Bild zu haben, wie die Beleuchtung des Festplatzes unter den Bäumen hervorbrach, die jetzt nur noch schwarze Schatten waren. Und diese Schatten waren gewaltig und tunkten den Blick nach oben, in den Himmel, in den sie hineintraten, und man gewahrte die Sternpracht, die einem entgegenwachte, solange man auf dem erleuchteten Platz gewillt hatte.

Und man dachte zurück und konnte kaum glauben, dass es erst gestern nachmittag gewesen war, als wir hier eingezogen in den Park mit Koffer und Rucksack, als wir zum ersten Mal über die Mauer hinunterstiegen in das kleine Haus, in dem wir unsere Strohlager vorfaulen und noch ganz schön und vorsichtig einen Gang durch das ganze Gewese gemacht hatten; denn heute Abend war uns schon alles so vertraut. Und morgen? Morgen würde man

noch einmal bei Sonnenaufgang in den Laren-Garten gehen und als erste Mahlzeit des Tages ein Dutzend dieser köstlichen Früchte austrinken, die dann von der Nacht her noch eiskalt sind. Dann noch ein halber Tag in diesem Park und — und die Zeit ist hin! Es geht immer alles so schnell.

An dem halben Tag, der uns noch blieb, haben wir einen Spaziergang durch die Stadt gemacht, der damit abschloss, dass uns im Konservatorium eine Fünfzehnjährige ein kleines Klavierkonzert gab, das wir für mit zwei Chorgesängen dankten.

Dann sassen wir zum letzten Mal bunt verstreut im Garten, die Teller mit dem kräftigen Essen im Schoss. Diese Mahlzeiten im Freien waren zu schön. Auffällig war die Ruhe, die eintrat, wenn jeder seinen Teller vor sich hatte und sich an die Arbeit machte. Feinsinnig wir eigentlich den ganzen Tag über im Garten Früchte assen, so schien es doch, als sei unser Hunger von Mahlzeit zu Mahlzeit grösser geworden. Lag es am Essen? An dem Aufenthalt im Freien? An all der Fröhlichkeit? Es kam wohl alles zusammen. Nach der Heizersmahlzeit verstrüete sich alles noch einmal in den Larenwald. Da lagen wir nun unter den Bäumen, oder sassen auf den unteren Ästen und dachten: „Wie schade, dass wir wieder fort müssen.“ Überbütlich rühte die Stunde des Scheidens heran. Jeder klebte sich ein paar Früchte in Taschen und Koffer. Dann sammelten wir uns, um uns von den Damen des Hauses unter aufrichtigen Dankesbezeugungen zu verabschieden. Dr. Levy und die anderen Herren, die sich um unser Wohlbefinden bemüht hatten, brachten uns an den Zug und winkten uns nach.

Die Heimfahrt war, mit Ausnahme der ersten Viertelstunde, in der man unwillkürlich an die verfloffenen Tage zurückdachte, ein fast painvoloses Singen. Übermüdet war unser Gitarrespieler. An den Stationen sammelten sich die Leute vor unserem Carro reservado, staunten über die frohe Gesellschaft und lauschten den Liedern, deren Sprache sie nicht verstanden.

Im Anschluss an die Linearfahrt veranstalteten die Teilnehmer am Donnerstag in der Deutschen Schule einen bunten Abend. Die beiden scherzhaften Theaterstücke, die man im Garten Dr. Levys aufgeführt hatte, und auch die Volkstänze wurden wiederholt. Ausserdem

wurden Lieder zur Laute gesungen. Die Anla war so voll wie selten, und der Abend hat in seiner Fröhlichkeit und Leichtigkeit wohl allen gefallen. Aber — und nachdem er gefallen hat, dürfen wir wohl mit dem Aher kommen — die Tänze und Spiele waren nur ein schwacher Abglanz von dem, was sie den Fahrtgenossen im grossen nächtlichen Park gewesen waren, und die Gruppe, die zur Laute sang, so natürlich sie auch aufgestellt war und so frisch und rot die Gesichter geschminkt waren, wirkte kalt und steif, verallgemeinert mit dem Bild, das uns allen von der Fahrt in Erinnerung geblieben ist: der Heuhaufen in unserem Quartier, auf dem sich ein grosser Teil von uns immer wieder zum Singen zusammenfand. Bunt lagen und sassen wir durcheinander, und unser Gitarrespieler stand davor.

So war dieser bunte Abend mit all seiner Fröhlichkeit für uns, einerlei ob wir auf der Bühne mitwirkten oder unter den Zuschauern sassen, ein etwas wehmütiges Zurückdenken, und manchem von uns ist es vielleicht erst an diesem Abend aufgegangen, wie schön unsere Fahrt gewesen ist.

ANEXO 4

Imigrantes alemães que vieram para a cidade de Limeira e região, segundo o Livro de Registro de Casamentos da Câmara Municipal de Limeira dos anos de 1863 a 1866 e de 1871 a 1889.

NOME	ORIGEM	PROFISSÃO
Adolfo Henrique Saps	Holstein	Colono Ibicaba
André Bojan	Suíça	Colono São Lourenço
Benedito Christiano Kuhl	Limeira	Cocherio Limeira
Benedito Frederico Kuhl	Holstein	Lavrador Gramadinho Limeira
Benedito Friederico Christiano Sass	Holstein	Colono São Jerônimo
Benedito Greve	Pires Limeira	Trabalhador – Pires
Carl Ernest Iesch	Presjóia	Colono São Jerônimo
Carlos Alberto Luis Prüsler	Alemanha	Camponês – Pires
Carlos Christiano Júlio Wenzel	Schwarzburgo- Alemanha.	Colono de Ibicaba
Carlos Frederico Greve	Holstein	Lavrador Pires
Carlos Guilherme Ulrick	Prússia	Pires
Carlos Henrique Iesch	Prússia	Colono São Jerônimo
Carlos Reinalvidt Busch	Limeira	Vendedor – Limeira
Carlos Schnoor	Alemanha	Camponês – Pires
Christiano Delfe Frederico Martensen	Holstein	Colônia
Christiano Frederico Ladwig	Holstein	Lavrador Limeira
Christiano Sass	Pires Limeira	Camponês – Pires
Conrado Baniger	Suíça	Padeiro - Limeira
Ernesto Hermano Ulrick	Prússia	Trab. São Jeron. mora Pires
Frederico Rudolf Christiano Kuhl	Holstein	Sapateiro Pires
Gerhardt João Christiano Asbahr	Holstein	Colono 7 quedas – agora, Pires
Gottfried Dick	Mecklemburg Schveniss	Colono Faz. Crisciumal
Guilherme Adolpho Godofredo Baasch	Holstein	Colono São Jerônimo
Heinrich Asbhar	Limeira	Pires – Camponês
Henrique Bernardo Müller	Rudolstadt	Colono Faz. Crisciumal
Henrique Delle Kuhl	Holstein	Bairro Pinhal
Henrique Perle	Prússia	Colono São Jerônimo
Henrique Schlittler	Glarus - Suíça	Alfaiate
Henrique Tank	Schestudt - Holstein	Fabricante de licor
Hermano Kleiss	Wasunger na Savana Mininger	Colono São Jerônimo
Hugo Frederico Kappel	Schlesien	Marceneiro – Limeira
Jacob Blumer	Glarus - Suíça	Colono Ibicaba
Jacob Schnur	Holstein	Bairro dos Pires
Jacob Scholl	Limeira	Camponês - Pires
Joahann Conrad Schmidt	Suíça	Camponês - Pires
Joannes Blummer	Suíça	Colono Ibicaba
Joannes Bolliger	Suíça	Colono Ibicaba
Joannes Saps	Holstein	Colono Faz. Sr. Ferreira
João Carlos Augusto Sarb	Hamburgo	Inspetor Ibicaba
João Christiano Stahlberger	Prússia	Lavrador Limeira
João Eichnberger	Suíça	Colono Ibicaba

João Fisher	Hessia Darmstadt	Canteiro Ibicaba
João Frederico Tetzner	Holstein	Trabalhador – Pires
João Gottfried Bischopp	Prússia	Colono Faz. Crisciumal
João Guilherme Kuhl	Holstein	Colono São Jerônimo
João Jacob Forster	Beres Suíça	Louceiro Ibicaba
João Jacob Meier	Suíça	Carpinteiro carros Campinas
João Kuhn	Mehlemberg Schuenin	Colono São Jerônimo
João Luis Krambeck	Holstein	Colono São Jerônimo
João Meng	Suíça	Telheiro
João Nicolau Heinz	Baviera do Reno	Marceneiro-Limeira
João Theophilo Dittmann	Prússia	Bairro dos Pires
Johann Heinrich Theodoro Kock	Alemanha	Camponês – Pires
Jorge Frederico Tank	Holstein	Lavrador Limeira
Jorge Meier	Thurigan - Suíça	Colono Ibicaba
José Blumer	Suíça	Camponês – Pires
José Wolf	Alemanha	Chácara perto de Limeira
Luis Delteo Henrique Asbahr	Holstein	Lavrador Pires
Luis Henrique Saps	Holstein	Colono Faz. Boa Vista
Michael Hansen	Limeira	Camponês – Araras
Muodoro Krambeck	Limeira	Camponês S. Jerônimo
Nicolas Schineider	Prússia	Colono Faz. Crisciumal
Nicolau Henrique Frederico Kühl	Holstein	Colono Faz. Boa Vista
Nicolau Laubenstein	Baviera do Reno - Suíça	Pedreiro Ibicaba
Nicolau Marioso	Itália	Negociante – Piracicaba
Pedro Kalau	Holstein	Carpinteiro Ibicaba
Philippe Leonard	Baviera do Reno - Suíça	Ferreiro Ibicaba
Rodolpho Dalkart	Cantões Zurich-Suíça.	Ferreiro
Rudolph Forster	Suíça	Oleiro - Pires
Rudolpho Christiano Henrique Asbahr	Holstein	Lavrador Pires
Samuel Blumer	Ibicaba Limeira	Camponês Pires
Thomas Henrique Friederico Asbahr	Holstein	Colono 7 quedas – agora, Pires
Ubrick Burki	Suíça	Colono Faz. Crisciumal

ANEXO 5

RENDA REGIONAL

Região de Governo	População	Renda Total (em R\$)	Participação na Renda (%)	Renda per Capita (em R\$)
Araraquara	445.414	1.920.790.742	1,0812	4.312
Campinas	2.030.722	12.097.232.281	6,8096	5.957
Limeira	467.151	2.377.462.153	1,3383	5.089
Piracicaba	396.480	2.188.071.820	1,2317	5.519
Rio Claro	188.642	1.027.422.231	0,5783	5.446
São Carlos	283.360	1.436.397.108	0,8086	5.069
Total Estado	31.537.194	177.649.000.000	100,00	5.633

Fonte: "Ranking das regiões paulistas segundo o potencial de mercado", do prof. Carlos Roberto Azzoni, economista, FEA-USP, diretor da FIPE, e prof. Rodrigo Capelato, economista e pesquisador da FIPE, 1995

ANEXO 6

Doc. 543, EI P12 Centro de Memória Histórico de Lineira. Circular repassada pelo governo do Estado à Câmara Municipal, determinando descentralização dos registros de naturalização, devendo os mesmos serem efetuados junto à Câmara Municipal ou Juizes de Paz.

(CÓPIA.)

2.ª Secção.—N.º 52.—Rio de Janeiro, Ministerio dos Negocios do Imperio, Repartição Geral das Terras Publicas, em 21 de Novembro de 1857.—Ilhn. e Exm. Sr.—Sua Magestade O Imperador, Tendo Ouvido a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho d'Estado: Houve por bem Declarar por Sua Immediata Resolução de 14 de Agosto ultimo, que o juramento de fidelidade á Constituição e mais Leis do Imperio, que os Colonos estrangeiros devem prestar na fórma do art. 2.º do Decreto N.º 808 A de 23 de Junho de 1855 para obterem carta de naturalisação, não tem de ser necessariamente recebido pelo Presidente da Provincia, podendo-o ser tambem, se os ditos Colonos assim o preferirem, pelas Camaras Municipaes, ou Juizes de Paz, que com as copias das declarações feitas pelos solicitantes remetterão igualmente ao referido Presidente as do termo do juramento. O que communico a V. Ex. para sua intelligencia e execução.—Deos Guarde a V. Ex.—*Marquez de Olinda*.—Sr. Presidente da Provincia de S. Paulo.—Cumpra-se e archive-se. Palacio do Governo de São Paulo 27 de Novembro de 1857.—*Fernandes Torres*.

Conferencia - João Carlos de S. P. Torres
Secret. de P. M.

ANEXO 6 a

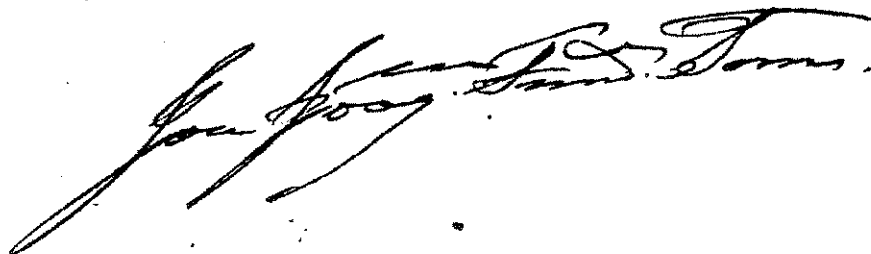
Doc. 543, El P12 – Centro de Memória Histórico de Limeira. Circular repassada pelo governo do Estado à Câmara Municipal, determinando descentralização dos registros de naturalização, devendo os mesmos serem efetuados junto à Câmara Municipal ou Juizes de Paz.

CIRCULAR.

1.ª Secção. — Palacio do Governo de S. Paulo
27 de Novembro de 1857.

Remetto a Vms. para seu conhecimento e execução na parte respectiva, a copia inclusa do Aviso expedido pelo Ministerio dos Negocios do Imperio, em data de 21 do corrente, declarando que o juramento de fidelidade á Constituição e mais Leis do Imperio, que devem prestar os Colonos estrangeiros para obterem carta de naturalização, pode ser recebido pelas Camaras Municipaes, ou Juizes de Paz; cumprindo que Vms. dêem conhecimento da materia do referido Aviso aos Juizes de Paz desse Municipio.

Deos Guarde a Vms.



Sñrs. Presidente e Vereadores da Camara
Municipal da *Limeira*

ANEXO 7

Doc. 548, El P12 - Centro de Memória Histórico de Limeira Decreto do Presidente da Província de São Paulo determinando que os colonos estrangeiros não deveriam pagar pelas cartas de naturalização, datada de 22 de outubro de 1857, assinada por Fernando Torres.

Copia.-2.^a Secção.--Rio de Janeiro, Ministerio dos Negocios do Imperio. Repartição Geral das Terras Publicas, em 12 de Outubro de 1857.--Circular n. 44.--Ilm. e Exm. Snr.--Tendo o art. 24 da Lei do orçamento n. 939 de 26 de Setembro findo dado interpretação authentica ao art. 17 da Lei n. 601 de 18 de Setembro de 1850, e os Decretos n.ºs 712 de 16 do mesmo mez de Setembro de 1853, e 808 A de 16 de Junho de 1855, declarando que o direito de 127800, de que trata o art. 9 da Lei de 23 de Outubro de 1832 não é devido pelo registro das cartas de naturalisação, concedidas gratuitamente a estrangeiros em virtude das disposições citadas; assim o communico á V. Ex. para sua intelligencia e execução. Deus Guarde a V. Ex.--Marquez de Olinda.--Snr. Presidente da Província de S. Paulo. Cumpra-se e archive-se. Palacio do Governo de S. Paulo 22 de Outubro de 1857.--Fernandes Torres.

Conferenciado João Carlos sub.º
Secretaria do Interior

ANEXO 7 a

Doc. 547, Fl P12 – Centro de Memória Histórico de Limeira. Circular repassada pelo governo do Estado à Câmara Municipal, determinando a suspensão da cobrança pelas cartas de naturalização, datada de 22 de outubro de 1857.

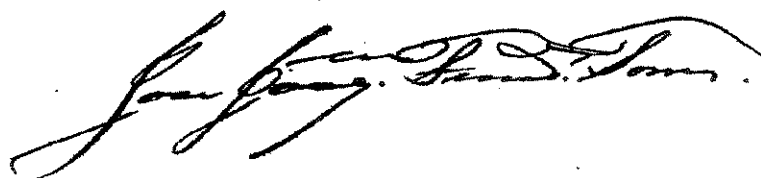
CIRCULAR.

1.ª SECÇÃO.

Palacio do Governo de S. Paulo
22 de Outubro de 1857.

Remetto a Vmes. para seu conhecimento e execução a copia inclusa do Aviso expedido pelo Ministerio dos Negocios do Imperio em 12 do corrente, declarando que o direito de 12~~7~~800 rs. de que trata o art. 9 da Lei de 23 de Outubro de 1832, não é devido pelo registro das cartas de naturalização, concedidas gratuitamente a estrangeiros.

Deos Guarde a Vmes.



Srs. Presidente e Vereadores da
Camara Municipal da *Limeira*

ANEXO 8

Deutsches Archiv – São Paulo

Extraído do Jornal Alemão de São Paulo em junho de 1925

Título da matéria: Associação de Excursões Villa Marianna

Subtítulo: Visita à Festa Escolar no Pires em 31/05/1925

No Domingo de Pentecostes, a Escola Pires de Limeira celebrou sua festa anual e para tanto convidou seus amigos de perto e de longe. Também a Associação de Excursões encontrava-se entre os convidados, porém diversos obstáculos impediram uma participação maciça da Associação, pois muitos teriam que trabalhar na Segunda-feira, pois São Paulo, que geralmente curtem feriados não quer liberar esse dia.

A comitiva seguiu dia 30 para Pires, parte de trem e de carro sem maiores imprevistos e foram hospedados na casa do Sr Theodor Stein. – Pires é uma das colônias mais antigas do Estado. Há mais de 60 anos um número grande de agricultores de Schleswig-Holstein aqui se fixaram. Aproximadamente na mesma época, o Senador Queiroz mandou vir muitos alemães os quais fundaram a Colônia Phillipi e encontraram trabalho na Fazenda Tabajara. Até mesmo uma escola alemã lá foi fundada e dirigida por um sapateiro que por isso recebia do fazendeiro um salário de 30\$. Posteriormente esse salário cessou e resultou uma escola do governo, os jovens abraçaram e apenas os velhos mantêm sua língua pátria. Ainda hoje o pastor evangélico dos Pires viaja de tempos em tempos para Phillipi para celebrar um culto alemão às aproximadamente 25 pessoas.

De forma bem diferente que a pequena colônia citada cujos moradores na maioria estão no nível de diaristas, desenvolveu-se Pires. Quando se ouve falar dos grandes agricultores Bürger, Sthal e Tetzner, do fazendeiro de laranjas Ivers e do rústico Asbahr de 81 anos, com numerosa família, dos colegas Heflinger, Ulrich, Lange e João Lüders, sabe-se que a colônia Pires se sustenta sobre pés saudáveis e que fará frente a muitos ventos tempestuosos. Porém a maior e mais forte árvore da floresta alemã de

carvalhos do Pires é o senhor Theodor Stein, um verdadeiro e fiel alemão. Seu grande sítio mostra ao visitante uma paisagem agrícola modelo, sua verde montanha de café e uma floresta com 900 pereiras e 1000 laranjeiras alegam qualquer coração isento de inveja. O cultivo de café e árvores frutíferas são os ramos principais da colônia. A agricultura na região não se limita apenas ao extrativismo, porém cada agricultor utiliza em sua plantação adubo artificial. Também já era tempo. A necessidade educa o homem. As outrora grandes matas reduziram-se a poucos restos e sobre antiga riqueza de árvores do frondoso Campo de Pires, apenas alguns troncos petrificados de Quarantã que aos pedaços se encontram no quintal do Sr Stein e em alguns outros lugares, podem testemunhar.

Além disso são mostrados ao atencioso visitante machado de pedras neolítica e bastões belísticos lindamente alisados que nos dão testemunho de grandes acontecimentos históricos que ocorreram neste solo em tempos remotos (passados). – a fundação mais antiga que vale a pena ser mencionada do Pires de hoje, é a Escola Alemã, que foi chamada para vira pelo senhor pastor Müller no ano 1874, e por ele administrada durante décadas. Durante 44 anos este pastor agüentou como professor e atendente espiritual sob as maiores dificuldades na Colônia, um que luta na frente (preludador) para o evangelho e o germanismo. Tais homens são verdadeiros heróis do nosso povo! Nas tempestades dos anos de guerra a escola alemã estava em perigo permanente de sucumbir. Aí foram os senhores Th. Stein, I. J. Lüders que com valentia se engajaram para o estabelecimento ameaçado. A luta terminou com uma vitória parcial. A escola continuou a trabalhar no prédio antigo mas ainda não foi possível habitar novamente o prédio escolar que hoje em dia está arruinado.

A festa escolar se realizou no parque do senhor J H Lüders e começou com apresentações e cânticos dos 447 crianças escolares. Apresentaram peça de conto de fadas, provocou agrado geral. Muito comovente ficou a cantiga de despedida que as crianças dedicaram à sua professora demissionária (estava de saída) a senhorita Maurer. A senhorita Maurer vai assumir a escola da Associação em Campinas e é uma valente professora. Ela pertence aos poucos que nasceram aqui, que falam alemão e português e por isso são reconhecidos pelas entidades locais como professores para escolas privadas. Cumprido a sua tarefa, as crianças foram agradas com bolos e doces, doados pela Associação Escolar e o senhor Heinrich Steckelberg. Mais prazer nos causaram as

cantigas do coral masculino de Cosmópolis, dirigido pelo senhor Merki. Mas particularmente lindo era o dueto maravilhoso “cantiga sertaneja de Mendelsohn” apresentado pelas damas senhorita Maurer e senhora Wittern. O senhor Wittern é pregador e sucessor da senhorita Maurer como professor na escola. De resto a festa do Bosque seguiu de maneira acostumada paulistana. Mãe Stein e as suas duas filhas trabalhadoras venderam café e bolo sem cansar. E os homens bebem e cantam: “onde se bebe cerveja, aí pode rir com alegria; pessoas más bebem coisas mais ardentes.”. Sem parar, porém, os irmãos bem dispostos de Cosmópolis entonaram cantigas do caderno amarelo, vermelho e verde.

Somente quando caminhão semi escondido começou a roncar impientemente eles se acomodaram a entrar para voltar às suas esposas esperando com saudades. O primeiro quarto da lua lhes iluminava de coração batendo na sua longa viagem através do campo cheio de formigueiros e buracos de tatu. Que viagem feliz! Também os restantes visitantes da festa se encontraram na saída dos fundos da floresta e se reuniram na sala grande do Sr Lüders para o baile. A sala de fato era pequena demais para todos os pares girantes. Até mesmo o papai Steckelberg (chefe da família) de 72 anos encontrou uma Eva rija e girava com tanto entusiasmo que no turbilhão aparecia apenas a sua barba longa branca. Até a manhã seguinte durou a festa rural (rustical, sertaneja). Aos poucos perdeu-se a multidão, um tropel para leste outro pra oeste. Também para a nossa delegação bateu a hora da despedida. No final foi feita uma visita na casa do técnico agrário Vandekamp, um rapaz de cabelo grisalho cujo destino há anos o conduziu à esta praia e quem agora mora como filósofo na casa rural. Ele produz fertilizante artificial e instruiu os camponeses no uso deste produto. Se o capital alemão uma vez possibilitar a fundação de uma escola de prática agrícola para os nossos filhos de fazendeiros, certamente vai ganhar o senhor Vandekamp como professor. O mérito imortal, porém, ele ganhou sabendo transformar o vinho de laranja para o melhor vinho de Reno. Esta gota de néctar é vendido em Limeira pelo Sr João Lüders e exportado para todos os países habitados da terra. A procura é incrivelmente grande e o Sr Vandekamp nem consegue fornecer vinho suficiente, senão a Associação de Excursões já teria recebido há muito tempo a caixa de vinho encomendada no 1º de junho. Até logo, no próximo ano e um abraço alemão da Associação de Excursão.

Sachgebiet: G IV in Nr. 17.Verfasser: João KellerEntnommen aus: Deutsche Zeitg. S. PaulaDatum: Juni 1915**Wanderbund Villa Marianna**

Besuch des Schulfestes in Pires am 31. Mai 1925

Am Pfingstsonntag feierte der Schulverein Pires de Limeira sein alljährliches Fest und hatte dazu seine Freunde von nah und fern eingeladen. Auch der Wanderbund befand sich unter den Geladenen, aber verschiedene Hindernisse vereitelten eine allgemeine Beteiligung des Vereins. Die Herren hatten am Pfingstmontag zu arbeiten; denn das sonst so feiertagsfreundliche S. Paula will diesen Tag nicht freigeben. Die Damen des Wanderbundes hätten wohl Zeit gehabt zu reisen, aber sie sind zum grössten Teil in den heiligen Hafen der Ehe eingelaufen und wollten ihre noch nicht ganz gezähmten Männer nicht ohne Aufsicht in der Grossstadt zurücklassen. So half man sich denn dadurch, dass man eine kleine Abordnung nach Pires sandte, die am 30. ohne weiteren Zwischenfall teils per Bahn, teils per Auto am Ziele ankam und im Hause des Herrn Theodor Stein einquartiert wurde. — Pires ist eine der ältesten Kolonien im Staate. Schon vor mehr als 60 Jahren haben sich eine grössere Anzahl Bauern aus Schleswig-Holstein hier angesiedelt. Ungefähr um dieselbe Zeit liess Senator Queiroz eine Schar Deutscher kommen, welche die Kolonie Philippin gründeten und auf der Fazenda Tabajara Arbeit fanden. Sogar eine deutsche Schule wurde dort gegründet und von einem Schuster geleitet, der dafür vom Fazendeiro einen Monatslohn von 30\$ erhielt. Nachher hörten diese Zuschüsse auf, es entstand eine Regierungsschule, die jungen Leute verbrasilianisierte und nur die Alten halten noch ihre Heimatsprache hoch. Noch heute reist der evangelische Geistliche von Pires von Zeit zu Zeit nach Philippin, um den dortigen deutschen Familien, etwa 25 an der Zahl, deutschen Gottesdienst zu halten. Ganz anders als die genannte kleine Kolonie, deren Bewohner meistens auf der Stufe der Tagelöhner stehen geblieben sind, hat sich Pires entwickelt. Wenn man reden hört von den Grossbauern Bürger, Stahl und Totzner, vom Orangenzafendeiro Ivers und vom 81jährigen, rüstigen Ashahr mit zahlreicher Familie, von den Schulfreunden Häflinger, Ulrich, Lange und João Liders, so weiss man, dass die Kolonie Pires auf gesunden Füissen steht und noch manchem Sturmwind standhalten wird. Aber der grösste und stärkste Baum im deutschen Eichenwalde von Pires ist Herr Theodor Stein, ein echter, treuer Germane aus der Urvalterzeit. Sein grosses Sítio zeigt dem Besucher eine Musterlandwirtschaft, sein frischgrüner Kaffeberg und ein Wald von 900 Birnbäumen und 1000 Orangenbäumen erfreuen jedes heidlose Herz. Kaffee- und Obstbau sind die Haupterwerbszweige der Kolonie. Die Landwirtschaft beschränkt sich in der Gegend nicht mehr bloss auf Raubbau, sondern jeder Bauer verwendet in seiner Pflanzung

Kunstdünger. Es war aber auch Zeit. Die Notwendigkeit erzieht den Menschen. Die einst so grossen Wälder sind auf wenige Reste verschwunden und über den früheren Baumreichtum des gewaltigen Kampes von Pires berichten noch versteinerte Quarantastämme, die in Bruchstücken auf dem Hofe des Herrn Stein und auch andersorts zu finden sind. Ferner werden dem aufmerksamen Besucher schön geglättete neolithische Steinheile und steinerne Kriegskellen gezeigt, welche uns Kunde geben

von grossen geschichtlichen Ereignissen, sich auf diesem Boden vor altersgrauer Zeitgetragen. — Die älteste nennenswerte Gründung des heutigen Pires ist die deutsche Schule, die im Jahr 1874 von Herrn Pastor Müller ins Leben gerufen und Jahrzehnte lang geleitet wurde. 44 Jahre lang hat dieser Pastor als Lehrer und Geistlicher unter den grössten Schwierigkeiten auf der Kolonie ausgehalten, ein Vorkämpfer für Evangelium und Deutschtum. Solche Männer sind die echten Helden unseres Volkes! In den Stürmen der Kriegsjahre war die deutsche Schule in steter Gefahr, unterzugehen. Da waren es die Herren Th. Stein und J. Liders, welche mannhaft für die bedrohte Ausfall eintraten. Der Kampf endete mit einem teilweisen Siege. Die Schule arbeitet im alten Gebäude weiter, aber noch war es nicht möglich, das neue, heute baufällig gewordene Schulhaus wieder zu beziehen.

Das Schulfest fand im Parke des Herrn J. Liders statt und begann mit Darbietungen und Gesängen der 447 Schulkinder. Das aufgeführte Märchenstück erregte allgemeines Wohlgefallen. Sehr zu Herzen gehend war das Abschiedslied, an die Kinder ihrer scheidenden Lehrerin, Fräulein Maurer, widmeten. Fräulein Maurer übernimmt die Vereinsschule in Campinas und ist eine sehr tüchtige Lehrkraft. Sie gehört zu den wenigen, die hier geboren sind, Deutsch und Portugiesisch sprechen und daher von den hiesigen Behörden als Lehrer für Privatschulen anerkannt werden. Nachdem die Kinder ihre Aufgabe erfüllt hatten, wurden sie mit Kuchen und Doce beglückt, die der Schulverein und Herr Heinrich Steckelberg gestiftet hatten. Weiteren Genuss bereiteten uns die frischen Lieder des Männerchors Cosmopolis, geleitet von Herrn Merkl. Besonders schön aber klang das herrliche Duett „Heidelied von Mendelssohn“, vorgetragen durch die Damen Fräulein Maurer und Frau Wiltorn. Herr Wiltorn ist Prediger und Nachfolger des Fräuleins Maurer als Lehrer der Schule. Im übrigen verlief das Waldfest nach gewohnter Paulistiner Weise. Mutter Stein und ihre beiden fleissigen Töchter verkauften mermüde Kaffee und Kuchen. Die Männer tranken und sangen: „Wo man Bier trinkt, da darfst du fröhlich lachen; böse Menschen trinken schärfre Sachen.“ Ohne Aufhören aber intonierten die gemüthlichen Brüder aus Cosmopolis Lieder aus dem gelben, roten und grünen Heft. Erst als der halb verborgen stehende Auto-Caminhão anfang, ungeduldig zu rattern, bequemen sie sich, einzusteigen, um zu den sehnsüchtig wartenden Frauen zurückzukehren. Das erste Viertel des Mondes leuchtete ihnen herzklopfend auf ihrer langen Fahrt über das Kampland voll Ameisenhaufen und Tatalöcher. Glückliche Reisel! Auch die übrigen Festbesucher fanden den Ausgang aus dem Walde tiefsten Gründen und sammelten sich im grossen Saale des Herrn Liders zum Tanz. Der Raum war tatsächlich zu klein für all die drehenden Paare. Selbst der 72-jährige Papa Steckelberg hatte eine dralle Eva gefunden und wirbelte so eifrig herum, dass im Gewoge nur sein langer, weisser Bart von Zeit zu Zeit auftauchte. Bis zum folgenden Morgen dauerte das ländliche Fest. Nach und nach verlief sich die Menge, der eine Schwarz nach Ost, der andere nach West. Auch für unsere Abordnung schlug die Abschiedsstunde. Zum Schlusse wurde noch der Landwirtschaftstechniker Vandekamp besucht, ein Jüngling im grauen Haar, den das Schicksal vor Jahren an diesen Strand gespült hat und der jetzt als Philosoph im Bauernhause wohnt. Er stellt Kunstdünger her und hat die Bauern im Gebrauch dieses Kraftmittels unterwiesen. Wenn das deutsche Kindel einst die Gründung der

praktischen landwirtschaftlichen Schule für unsere Bauernsöhne ermöglicht, so wird Herr Vandekamp sicher als Lehrer gewonnen. Unsterbliches Verdienst aber hat er sich damit erworben, dass er versteht, den Orangenwein in den besten Rheinwein zu verwandeln. Dieser Nektartropfen wird durch Herrn João Lúders in Limeira verkauft und nach allen bewohnten Ländern der Erde versandt. Die Nachfrage ist ungeheuer gross und Herr Vandekamp kann gar nicht genug Rheinwein liefern, sonst hätte der Wanderbund seine am 1. Juni bestellte Kiste Wein schon längst erhalten. Auf Wiederseh'n im nächsten Jahr und deutscher Gruss vom Wanderbund!

João Keller. }

ANEXO 10

Carta do Engenheiro Hermann Günther, datada de 01 de janeiro de 1856. Manuscrita. Original encontra-se no Arquivo do Estado.

Illmo e Exmo. Sr.

Tendo me V^a Excia. Pela portaria do dia 18 do mês de outubro do ano próximo passado incumbido de servir também como Administrador da turma dos trabalhadores alemães dos Caminhos de Campinas cumpre me de referir sobre esta missão a mim confiada.

Como já dei parte do recebimento dos trabalhadores principio este meu relatório com o dia em que saí com os trabalhadores para a Fazenda do Alambari, lugar que V^a Ex^a por via do Dr. Antonio Joaquim de Sampaio Peixoto se dignou me mandar destinar, aonde cheguei no dia 2 do mês de novembro do ano próximo passado. Os ranchos, que na sobredita fazenda foram entregues para que os trabalhadores residissem neles, achei em estado deplorável.

A maior parte sem portas e os telhados mostraram-se com muitas goteiras. Procurei de os melhorar e com muito trabalho o alcancei.

Principiou o trabalho efetivo do caminho no dia 6 do mês de novembro e por causa de aprontar todas as ferramentas, não pude dar começo mais cedo.

O trabalho principiou na ponte do Alambari e vai em direção a Santa Bárbara. O caminho antigo apresenta-se em um estado tal, que se deve fazer voltas procurando as fazendas da vizinhança pedindo licença para passar estes caminhos particulares. Assim vê V^a Excia muito bem, que quase em nada me possa servir do caminho antigo.

No dia imediato da minha chegada principiei de fazer os trabalhos de explorar um caminho novo. Nisso aguardei-me sempre nos limites da Lei Provincial do ano de 1854, que manda que todos os declives de caminhos de novo explorados não

passassem de cinco por cento. O terreno é dificultoso, tem inúmeras barrocas e custou-me muito unir o declive leal com um aspecto bom, quer dizer que me custou muito, de não quebrar muitas vezes a direção da linha reta sobre a ponte do Alambari e Santa Bárbara.

No correr deste mês de janeiro não deixei de entregar às mãos de V^a Excia a planta topográfica como igualmente o nivelamento longitudinal deste trabalho e por esta verá V^a Excia, que a direção nova encurtará muito a distância como também diminuirá consideravelmente os declives, que se achavam no caminho antigo.

No princípio não se pode esperar grande coisa no efeito do trabalho dos novos trabalhadores. Uma vez tinham esta por causa das viagens e por espaço de mais do que três meses em inatividade e outra vez completa diferença dos viveres, com o que estavam acostumados. Por isso da minha parte houve muita contemplação no princípio e V^a Excia há de me perdoar dando eu como desculpa a minha permissão, que assim caminhasse no sentido da V^a Excia que é bem conhecido como muito humano. Porém esta contemplação durou até o dia 16 do mês de novembro, dia em que houve pouco chuvisqueiro, dia em que alguns colonos me deixaram perceber que entendessem o bom e humano trato como produto da fraqueza.

O caso era este. Um pouco antes da hora do almoço, hora em que principiou a chover um pouco, estive com o Inspetor Riemann ocupado de construir uma curva, que era uns cem passos distante do lugar onde alguma gente trabalhou com enxada, que cinco trabalhadores A. Wenzel, G. Werlich e os irmãos Kühnberger deixarão o lugar do trabalho sem dar parte alguma. Voltado para o mesmo perguntei aos estes trabalhadores pela causa de um tal comportamento e responderam-me eles, que por causa de não quererem prejudicar o estado de sua saúde tivessem deixado o lugar do trabalho.

Não duvidei que sempre é muito bom de cuidar para uma boa saúde, mas que este cuidado nunca devia excluir um comportamento civil e que para que eles não esquecessem desta regra multei a cada um em Rs0\$600. como V^a Excia vê na fêria do mês de novembro. Num outro caso, em que fui obrigado de multar a um colono. Teve lugar neste mês próximo passado de dezembro. O trabalhador Schicbel ausentou-se no

dia 16 e apresentou-se a mim no dia 19, sem ter tido licença em especial para esta saída. Impuz uma multa de R1\$000, como V^a Excia vê na fêria do mÊs de dezembro. Assim com estes pequenos exemplos estou formando uma turma de bons e obedientes trabalhadores.

A respeito dos mantimentos, vi que os colonos, comprando-os nas vendas, gastassem todo o dinheiro que ganham. Para mostrar a eles, que V^a Excia queira cumprir mais do que se obrigou pelos contratos, compro os víveres da primeira necessidade em porção maior e vendo-os por preço de custo, assim que nenhum trabalhador da minha turma por exemplo pague ou pagou mais do que seis vinténs por uma libra de toucinho. Na festa do Natal foram alguns para várias colônias de parceria e ouvindo lá dos preços altos, que aqueles colonos pagam para os mantimentos voltaram eles bem contentes. Assim, tenho mais um freio de os governar facilmente. Caso que um ou outro trabalhador não se comporta conforme, suspendo imediatamente para ele a venda de qualquer mantimento e o sujeito ficará bem multado, quando vai comprar nas tavernas da vizinhança aonde está obrigado de pagar tudo por preço dobrado.

O estado sanitário é muito satisfatório. No mês de novembro tinha dois: M. Wunderlich e F. Werlich, que deram-me muito cuidado, mas agora se reestabeleceram. As doenças que agora aparecem são febres passageiras, pernas inchadas e feridas. O filho do vice inspetor Munnich que tinha nascido nos últimos dias do mês de outubro, morreu no dia 10 de dezembro.

O lugar do residio está situado numa extremidade do caminho, que estou fazendo e como já aprontei $\frac{3}{4}$ léguas, obriga-me esta distância de fazer um rancho provisório de palha, para que os trabalhadores poupem muito tempo que agora gastam só em caminhar.

Sobre as quintas partes, que desconto do ganho mensal de cada um um colono, passo mensalmente recibo a cada um deles num livro ou caderno especial, que fica sempre na mão de cada um, assim, que eles à qualquer hora possam ver a conta corrente que eles tem com o Tesouro Provincial.

O mal estado de todos os caminhos de Campinas exigem maior número de trabalhadores e peço a V^a Excia que se digne de mandar dirigir para cá mais uns trinta ou quarenta trabalhadores para poder melhor satisfazer todas as necessidades, que estes caminhos tão freqüentes apresentam.

Deus guarde a V^a Excia por muitos anos.

Limeira, 1 de janeiro de 1856.

Ilmo e Exmo Sr Dr Antonio Roberto de Almeida.

Digníssimo Vice-Presidente desta Província.

Engenheiro Civil e Administrador

Hermann Guinther.

Cópia da carta manuscrita do Engenheiro Hermann Ginter ao Presidente da Província de São Paulo datada de 1º de janeiro de 1856. A original encontra-se no Arquivo do Estado na pasta "Ofícios Diversos" pasta 04 ordem 1092.

Ill^{ma} e Ex^{ma} Sr^a



Reivido-me V^{ra} Ex^{cia} pela portaria de dia 18^o do mez de Outubro do anno proximo passado, pedum- bido de v^{ra}za, tambem como Administrador da Accia dos trabalhadores Allemaes dos caminhos de Campinas sempre me de referir sobre esta commissão a p^{ri}mei confidencia. Como ja dei parte do recebimento dos trabalhadores principia este meu relatório com o dia em que sah- com os trabalhadores para a Fazenda do Alamy, lugar que V^{ra} Ex^{cia} p^{re}via do Sr. Dr. Antonio Joze de Sampaio Pinoto se dignou me mandar deslinar, onde cheguei no dia 2 do mez de Novembro do anno proximo passado. Os ranchos, que me sobredita- Fazenda foram entregues para que os trabalhadores residissem n^{os} collos, achei um estado deploravel. A maior parte sem p^{re}stas e os tolhados m^ultos, se com m^ultos goteiras. Procuvi de os melhorar e com m^uto trabalho o alcancei. Principiou o trabalho effectivo do caminho no dia 6 do mez de Novembro e p^{re} causa de ap^{re}senta- toda as ferramentas não p^ude dar comas mais cedo e

Q

O trabalho principia nas pontes de Alambury e vai
na direcção de S. Barbara. O caminho antigo apresenta-
se em hum estado tal, que se deve fazer voltas pro-
curando as ilheudas das vizinhanças pedindo licença
para passar pelos caminhos particulares. Assim pôe M.^o
Chamé, em lo bom, que quasi nenhuma das póssas servir
do caminho antigo.

No dia immediato da minha chegada principiei
de fazer os trabalhos de explorar hum caminho novo.
Visto a guisa de - me sempre por limites da Lei Pro-
vincial de Junho de 1834 que manda, que todos os
declives de caminhos de novo explorados não passem
cinco por cento. O terreno he difficilissimo, tem
innumeras barcos e custou me muito unir os
declives de tal ou de tal aspecto. Tem, que digas que
me custou muito, de não quebrar muitas vezes a dire-
cção de adiante sem deixar muita distancia da linha
recta entre as pontes de Alambury e S. Barbara.

No soccor d'este meo de Janeiro não se viu mais de
entregar as maos da M.^o Co.^a a planta topographica
como igualmente o nivellamento longitudinal d'este
trabalho e já esta pôda M.^o Co.^a, que a distancia
nova augmenta, não a distancia, como Alambury
diminui a consideravelmente os declives, que se
acham no caminho antigo.

O principio não se pode separar grande coisa no
effeito do trabalho dos novos trabalhadores. Uma
vez, porém, causa das viagens e do espaço de tempo
de que

de que: três mezes em inactividade e outra vez
completa differença das visões, com as que estou
acostumado. Porisso dei minha gente horra, mais
contemplação no principio de N^a Esc^a da de n^a
poderes, dando eu como desculpas as minhas perseguições,
que nascem da minha, no sentido da N^a Esc^a, que
he bem conhecida como ente humano. Porém esta
contemplação durou até o dia 16 de meiz de Novembro,
dia, em que houve pouco chuveirão, dia, em que
alguns colonos me deixaram perceber, que entendem
o bem e humano, tratao novo por duto da fragor,
O caso era este. Um pouco antes da hora de alim,
hora em que principio a chorar a hum pessoa,
estive com o Inspector Nicomann occupado, de armar
hum a nova, que na hien com passos distantes de
longa, de alguma gente trabalhau com encha, e
que anno trabalhadores A. Engel, G. Werlich,
e irmãos Kuhnberger deixara o lugar do trabalho
deixando para alguma. Hotta depois e variadas
perguntas aos estes trabalhadores, a causa de hum
tal comportamento e respostas me elles, que
p^a causa de não queriam prejudicar o acto de
da sua vida e hien de dando o lugar do trabalho.
Não duvidei, que sempre he, mais bem de cuidar
para hum, boa saída, mais que, visto a vida do
mundo, devia avaliar hum comportamento civil
e por isso não se esqueciam d'esta regra, multi
a vida hum em N^a O. 1600, com N^a Esc^a na g^a da

... e de 18 de Dezembro. ... e os outros, em
... de muitas de hum delles. Se, ha
gora neste ... passado de Dezembro. O tma
... Schiebel ausentou-se no dia 16 e appare
... no dia 19, sem ter tido licença
... para esta saída. Fingiu humas multas
de 1000, como 1000 e não mais de 1000
de Dezembro. Assim, com estes pequenos exemplos
estou formando humas humas de bons e alienados
trabalhadores. ...
... respeito dos mantimentos ^{vi} que os alguns
... que os outros, com
frando os, nas vendas, gastam em tal o dinheiro
que ganham. Para mostrar a' elles, que 1000
queria cumprir mais do que se exigiu pelo con
tracto, comprou os vinhos da primeira necessidade
em preço maior e vendeu os p^o preço de custo, as
sim, que ninguém trabalhador da primeira turma
p^o exemplo pague e pague mais do que seis
vintus p^o humas libras de farinha. Na festa do
Natal foram alguns para varias colonias de par
ticipar e vindo lá dos preços altos, que ahielles
colores paguem para os mantimentos, voltaram elles
com os outros. Assim tenho mais um meio de
se fazerem facilmente. Caso, que humo outro
... não se comporta conforme, suspendo
... para elle a venda de qualquer
... e o supito ficara' bem multado, quando
... as lavouras de vizinhança, aonde
... está

está obrigada de pagar tudo q' p'ço debrado.
(O estado sanitario he satisfactorio. No mez de
Novembro tinham dores, M. Wunderlinh & F. de L. de
"qu' d'isso me muito cuidado, mas agora se existe
beleceção. As doencas q' agora apparecem s'ão
febres passageiras, pernas encharadas e febridas.
O filho do Vice-Inspector Munninh, que tinha
nascido nos ultimos dias do mez de Outubro
morreu no dia 11 de Dezembro.

O lugar do residio está sitiado n'uma extre-
midade do caminho, que estou fazendo e como
já' apromptei 3/4 legoas, obriga-me esta distancia
de fazer hum rancho provisório de palha, para
que os trabalhadores possam n'te tempo que
agora gastão só em caminhar.

X Sobre as quintas partes, que desconto do ganho
mensal de cada hum colono, faço mensalmente
recibo a' cada hum d'elles n'um livro ou caderno
especial, que fica sempre na mão de cada hum;
assim, que elles a' qualquer hora possam ver
a conta corrente que elles tem com o Thesouro
Provincial. X

O máo estado de todos caminhos de Campinas
exigem maior numero de trabalhadores e peço a'
1.^a Excia, que se digne de mandar dirigir
para cá mais hums trinta ou quarenta
trabalhadores, para poder melhor satisfazer
todas as necessidades, que estes caminhos
tão

com os seguintes aprezentão.
O Sr. Juiz de d. 1.^a Ex.^a p.^a muitos annos,
Simão A. de Figueiro, de 1856.
Almeida Ex.^a Sr. Dr. Antonio Roberto d. Almeida
Miguelissimo Vice-Presidente desta Provincia

Engenharia civil & Administrador
Hermann Finkler

ANEXO 12

Cópia autêntica extraída do Livro de Registro de Casamentos¹

Ano de 1863.

RODOLPHO DALKART COM CATHARINA TANK

Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e cessenta e três nesta cidade da Limeira aos vinte e nove dias do mez de setembro do dito anno foi-me apresentada para registro a Certidam de Cazamento de Rodolpho Dalkart com Guilhermina Catharina Tank a qual é do theor seguinte: Certidam de Matrimonio. Com dispensa de banhos de casamento dada em seis de agosto de mil oitocentos e Cessenta e tres pelo senhor Juiz Municipal da Limeira. – Rodolpho Dalkart de Religião Evangelica moço solteiro, nascido aos trinta e um de Janeiro de mil oitocentos e trinta e oito em Nie-den-platt destrito de Regemberg, Cantois Zurich na Suissa, actualmente morador de Morro Azul perto da Limeira, de profissão Ferreiro, filho legitimo de Felix Dalkart e sua mulher Derina Dalkart, contrahio matrimonio, conforme o rito da Igreja Evangelica com Guilhermina Catharina Tank, de Campinas, de religião evangelica, virgem, nascida aos treze de fevereiro de mil oitocentos e quarenta e um, em Ehlerodorf da Freguecia do Bovenau em Holoteim na Alemanha, filha legitima do defunto Jorge Tank e sua mulher Margarida Bock. Este acto solene foi celebrado pelo abaixo assignado na morada delle em Limeira as quatro horas da tarde de vinte e sette de Agosto de mil oitocentos e cessenta e tres, ao qual assistirão as testemunhas = Christiano Tank e Martim Harbeck, ambos de Campinas. A verdade do precedente fica attestado sub fide Pastoralis por Jorge Hoelzel - Pastor Evangelico - Limeira, onze de setembro de mil oitocentos e cessenta e tres. Nada mais se continha e nem se declarava em dita Certidam que bem e fielmente copiei e vae em tudo conforme o seu original ao qual me reporto em poder da parte que que n'a prezentou nesta Cidade de Limeira aos vinte e nove dias do mez de Setembro de mil oitocentos e cessenta e tres. Eu Antonio Augusto Botelho secretario da Camara que registrei conferi e assigno.

Antonio Augusto Botelho

¹ Originais encontram-se no Arquivo Municipal alocado na Biblioteca Municipal de Limeira. Procurou-se manter a grafia tal qual o original.

ANEXO 13
ESTATUTOS
DA
ASSOCIAÇÃO ESCOLAR ALEMÃ¹

Em

Pires via Limeira

Criado Escola Paroquial Alemã fundada em 1874

**Escola da Sociedade Germânia “fundada em 1879
reunificada em 1º de junho de 1908”**

1914

Tipografia H Grobel – Rua Florêncio de Abreu, 102

São Paulo

Associação Brasileira de Professores teuto/brasileiros

São Paulo – Rua Olinda, 48

¹ Estatuto da Associação Escolar Pires de Limeira. Originais em alemão se encontram no Arquivo Hans Staden. Tradução de Vait Stumpenhansen.

A

Da Associação em geral

ARTIGO 1

Finalidade da Associação.

A Sociedade Escolar Alemã em Pires tem como finalidade a conservação do idioma e dos costumes alemães, pela preservação da escola alemã e biblioteca, fundadas por esse objetivo.

Artigo 2

Recepção de Membros.

A Sociedade consiste apenas de membros de idioma alemão, portanto, na mesma só podem ser aceitos candidatos de idioma alemão e aqueles que são casados com uma esposa de idioma alemão, se mandarem os seus filhos aprender a língua (idioma) alemã.

Se alguém desejar ingressar (entrar) na Sociedade como membro, este precisa indicar a sua pretensão à um membro da diretoria; este membro depois precisa sugerir o candidato a uma comissão de admissão (que deve autorizar) que consiste no Presidente e três juízes adjuntos vogais (assessores).

ARTIGO 3

Cada membro recém aceito tem que pagar uma taxa de matrícula de 2\$000.

Jovens que freqüentaram a Escola da Associação local por dois anos não pagam nenhuma matrícula, porém apenas terão voto a partir dos 21 anos de idade.

Se um membro se perde por falecimento, assim a viúva entra nos direitos e obrigações do esposo falecido, tem então, também voto em assembleias da Sociedade.

ARTIGO 4

Contribuições e taxas escolares

Cada membro da Associação tem que pagar anualmente uma contribuição de 6\$000 para a Caixa da Escola que tem que ser paga em parcelas de quartel (trimestrais) antecipadamente à Diretoria. A arrecadação para proprietários e capitalistas fica em 2\$500 por mês, para não proprietários ou colonos 2\$000, para não membros, 3\$000.

Artigo 5

Redução ou liberação das contribuições e mensalidades escolares.

Para aqueles membros que têm filhos na escola em caso de doença ou outros desastres na família, ou se não lhes é bem possível conseguir a mensalidade e eventualmente a contribuição anual, a mensalidade pode ser reduzida ou completamente cancelada por decisão da diretoria.

Artigo 6

Freqüentar a Escola de graça.

Caso algum membro da sociedade que é pai de família ou a sua esposa falece e deixam para trás uma família sem recursos, de maneira que o viúvo ou a viúva sejam incapazes de pagar a mensalidade, assim torna-se necessário que a diretoria reduza a mensalidade ou a cancele e os filhos freqüentem a escola de graça.

ARTIGO 7

Recepção e frequência da escola por crianças de fora.

Se um membro da Associação receber uma criança de qualquer parente ou um afilhado, já cedo na infância para criar, assim aquela criança tem as mesmas vantagens que as crianças de um membro da Sociedade.

Se um membro da Sociedade aceitar aquela criança apenas para época escolar, assim a criança pode, *se o membro pagar a mensalidade do seu bolso*, visitar a escola *por conta dele*, mas nunca para reduzir dessa forma a mensalidade para os seus parentes. Portanto, neste caso, a mensalidade tem que ser paga inteiramente.

ARTIGO 8

Prestação de ajuda mútua em casos de acidente (ou desastre).

Se um membro da Sociedade perder uma mão ou um braço, ou um pé ou uma perna, ficar cego ou for atingido por um outro desastre grave, assim em caso de necessidade pode lhe ser dado por consideração da Sociedade uma contribuição da Caixa. A Sociedade precisa realizar uma colheita entre os seus membros e em casos gravíssimos em círculos maiores (fora da Sociedade).

ARTIGO 9

Reuniões (Assembléias)

A cada ano, num dos primeiros domingos de janeiro que precisa ser determinada 3 a 4 semanas antes pela diretoria e publicado no jornal, realiza-se uma Assembléia geral anual, nesta assembléia geral é necessário comparecerem se possível todos os membros, por que serão realizadas prestação de contas e se necessário reeleição ou recondução da diretoria.

As outras assembléias se realizam trimestralmente e o dia de cada assembléia seguinte precisa ser anunciada pelo presidente, se for necessário por convites escritos.

Todos as assembléias ordinárias começam às treze horas.

Sobre pedidos que são feitos numa assembléia somente pode ser decidido na próxima assembléia, *caso que não sejam urgentes*.

Caso que acontecimentos especiais não esperados tornarem necessária uma convocação de uma *assembléia extraordinária* a diretoria precisa mandar anunciar a mesma de maneira especial por escrito ou por convites impressos, como também precisa publicá-la pelo jornal em um prazo adequado. Cada assembléia extraordinária começa no horário divulgado pelos diretores. Todos os membros são obrigados à comparecer no dia marcado ou, num caso de impedimento real, precisam fornecer uma boa desculpa (muito bem justificativa) para sua ausência.

Se para a aceitação de uma decisão ou petição se encontra apenas um voto contra, assim é necessário passar à decisão por bolas (sorteios).

Os ausentes tem que se subordinar (aceitar) as decisões da assembléia.

Se uma reunião for anunciada adequadamente e publicada pelo jornal ou por correio assim ela pode tomar decisões com qualquer número de votos.

Artigo 10

Saída ou exclusão de um membro.

Se um membro quiser sair da sociedade, o mesmo precisa indicar a sua pretensão à diretoria, e precisa pagar seus eventuais atrasos de uma contribuição anual prometida para o ano corrente para o contador da caixa. Se o membro saído (ex membro) tiver satisfeito a suas obrigações para com a sociedade, assim ele pode ser reaceito a qualquer hora pela sociedade segundo artigos 3 e 4, porém (sem ter que pagar novamente) a taxa de matrícula.

Artigo 11

Exclusão da Sociedade

Se um membro se mantém afastado da sociedade sem avisar, isto é, sem indicar sua saída à diretoria, se não cumprir as suas obrigações para com a sociedade e também não pagar a contribuição anual prometida para um ano completo, apesar de cobrança feita por escrito, assim é considerado como excluído da sociedade e só pode ser aceito novamente pela sociedade por decisão da mesma, se tiver satisfeito as suas obrigações (dinheiro, débitos, dívidas).

Se um membro da sociedade atuar contra os interesses da sociedade, isto é, procurar prejudicar a sociedade com palavras ou ações, assim deve ser cobrado severamente pela diretoria. Em caso repetitivo aquele membro tem que ser excluído da sociedade por decisão da mesma. Aquele membro nunca mais pode ser aceito na sociedade.

B

Da diretoria

Artigo 12

Eleição da diretoria

A sociedade vota em uma diretoria de 4 membros para um ano; isto é, um primeiro e segundo presidente, um assessor e um secretário (escrevente) que ao mesmo tempo é contador da caixa da escola.

No caso de doença, falecimento ou outro impedimento severo, que pode atingir um membro da diretoria, o assessor ocupa o lugar dele. O mesmo caso rege apenas o tempo em que o membro da diretoria estiver impedido de assumir a sua carga e deixa a diretoria convocar um substituto para si mesmo.

A diretoria permanece no cargo por três anos e pode ser sempre reeleita.

O contador e mais um membro da diretoria precisam ser moradores permanentes em Pires.

Cada membro da Sociedade é obrigado a aceitar a eleição (assumir seu cargo quando eleito); porém não é obrigado de obter o cargo transferido à ele por mais de um ano.

Uma reeleição tem que ser feita de maneira que a diretoria anterior (que sai) convoque seis candidatos escrevendo seus nomes na lousa, na “ballotage” é de proceder de maneira que aquele candidato que recebe a maioria dos votos se torna o primeiro presidente. Se o primeiro presidente for um forasteiro assim aquele candidato de Pires e região assume o cargo do segundo presidente que tem a maioria dos votos. – em caso de discordância é de ser feito uma reeleição, essa porém, vale sob todas as condições.

Artigo 13

Direitos e obrigações da diretoria

O cargo da diretoria é um cargo de honra e como tal é voluntário (não recebe salário). Despesas que resultam a um ou mais membros da diretoria por causa de viagens etc. do interesse da Sociedade, tem que ser, porém, restituídos (devolvidos).

A diretoria toma responsabilidade para os seus atos apenas frente à Sociedade, não porém, frente aos membros singulares (individuais).

A eficiência da diretoria apenas abrange os assuntos da Sociedade, porém, não aqueles de natureza privada.

Em todos os atos oficiais da diretoria a mesma tem que estar completamente presente.

Os diretores ou presidentes escolares tem a tarefa de organizar as Assembléias ordinárias, de determinar os dias para as seguintes no caso de emergência, convocar assembléias extraordinárias além de informar membros de moradia mais distante por escrito e também através do jornal. Em todas as assembléias os presidentes têm que assumir a presidência da mesma para apaziguar na hora impertinências eventuais.

Além disso, os diretores escolares tem que visitar a escola várias vezes por ano, examinar o progresso da escola como também mandar fazer consertos eventuais (na casa) no prédio da escola e no final do ano, fazer uma revisão das contas escolares. No caso de um comportamento imoral do professor os diretores são autorizados a despedir o mesmo imediatamente do seu serviço segundo o regulamento do artigo 22.

O secretário tem que fazer registro metódico (regular) sobre entrada e saída de dinheiro, sobre as contribuições anuais dos membros, como também sobre o dinheiro escolar para crianças de fora, afinal, receber todas entradas, pagar os professores e efetuar todo o restante dos pagamentos, também o mesmo tem que efetuar todas as correspondências. No final do ano, na assembleia ele tem que prestar contas à Sociedade sobre entradas e saídas.

De resto, os diretores tem que atuar em cada caso individual segundo os pontos apresentados nos diversos artigos destes estatutos.

As ordens da diretoria tem que ser seguidas sem falta por todos os membros, porém, esses podem tomar uso do seu direito de reclamar na próxima assembleia, segundo artigo 14; também neste caso porém, eles tem que respeitar as ordens da diretoria.

Nenhum dos diretores é permitido abandonar o seu cargo durante o período de cargo, se a sociedade não se declara a favor com a sua demissão ou se situações especiais não a permitirem .

Se os dois presidentes não conseguirem chegar à um acordo em qualquer assunto, assim o secretário precisa tomar a decisão.

C

Dos membros

Artigo 14

Todos os membros tem direito das vantagens que a sociedade presta aos seus membros segundo os estatutos, mas também tem que cumprir as obrigações colocadas pelos estatutos.

Cada membro que sabe ler e escrever e fazer cálculos ou de outra maneira oferece a garantia para cumprir os interesses da Sociedade, a partir de completar 26 anos de idade pode ser eleito para a diretoria e não pode se retirar dessa eleição, não precisa porém, tomar o cargo por mais tempo que um ano, membros porém que tenham mais que 65 anos não são obrigados a aceitar o cargo caso que eles se sintam atrapalhados pelas suas obrigações.

Todos os membros tem que prestar obediência às ordens da diretoria, porém podem, quando acharem necessário se queixar sobre a diretoria, apresentar à sociedade uma reclamação na próxima assembléia que vai decidir então sobre a reclamação.

Queixas ou reclamações sobre o professor só podem ser dadas à diretoria e em caso nenhum o professor pode ser molestado.

Outros assuntos podem ser achados sob diversos artigos desses estatutos.

D

Da escola

Artigo 15

Matrícula dos escolares

Crianças são matriculadas uma vez por ano na escola, isto é, no mês de janeiro, no início do novo ano escolar e precisam ser cadastrados para o Natal (pré-matrícula). Crianças porém, que já visitaram uma escola podem ser recebidas a qualquer tempo.

Crianças de fora são recebidas na escola em troca da mensalidade determinada pela sociedade.

Se uma dessas crianças for visitar a escola apenas uma semana em um mês, a mensalidade completa para este mês tem que ser paga.

A mensalidade escolar tem que ser paga se possível a cada trimestre antecipadamente.

A diretoria tem que informar os pais de crianças de fora sobre os artigos dos estatutos que são do seu interesse.

Artigo 16

Abandono da escola

Ninguém pode tirar os seus filhos da escola sem ter dado aviso disso ao professor. O professor tem que informar imediatamente a diretoria sobre a declaração de abandono.

Artigo 17

A aula

A escola é alemã; o professor porém, precisa dominar o idioma português de maneira que ele tenha capacidade para lecionar leitura e escrita no idioma do país, tanto em gramática como também em traduções e redações de cartas portuguesas. – o idioma de ensino porém, fica sempre o alemão.

Na escola são lecionados leitura, cálculo e geometria, caligrafia, ortografia, idioma, geografia, história do país e história bíblica e, se possível, também canto.

A escola é não confessional (laica); por este motivo o ensino religioso abrange apenas as primeiras três partes principais do catecismo e a história bíblica apenas até o ponto que ensina as crianças para o verdadeiro e bom, de maneira que membros (adeptos) de outras confissões possam mandar seus filhos para a escola (sem escrúpulos, sem dúvida), sem hesitação.

ARTIGO 18

Exames e festas escolares

Todos os anos antes do início das férias de natal, precisa ser feita um (prova) exame escolar.

Mais tarde são feitos passeios maiores com as crianças maiores; a diretoria precisa entender-se com o professor sobre a escolha destes dias, porém se possível para isso apenas devem ser visados domingos e feriados.

Artigo 19

Férias

Em todos os domingos e feriados a escola permanece fechada. Como feriados valem: o dia 25 de janeiro, o segundo e o dia 24 de fevereiro, Assumpção de Cristo, os dois feriados Pentecostais, o dia 21 de abril, o 3 e 13 de maio, o dia 29 de junho, o 14 de julho, o 15 de agosto, o 7 de setembro, 12 de outubro, 1, 2 e 15 de novembro, como também o 8 de dezembro.

Quatro vezes por ano, há férias, isto é, o tempo de 24 de dezembro até o dia 7 de janeiro, e de cada mês uma semana para a Páscoa, a chamada Semana Sagrada, para São João, e no final de setembro até começo de outubro (férias de outono).

E

Do professor

Artigo 20

Emprego e salário

A sociedade emprega um ou se necessário dois professores dos quais o primeiro então é efetivo (titular superior) e o ajudante aos quais a sociedade paga, depois de feito acordo.

O salário tem que ser pago mensalmente ao professor pela diretoria.

Artigo 21

Demissão

O acordo com o professor permanece o tempo que agrada ambos os partidos, à sociedade e o professor.

Se o professor quiser se retirar ele precisa anunciar a sua pretensão um trimestre antes à diretoria, respectivamente, tem que se demitir caso contrário perde uma mensalidade, (um salário de um mês).

O professor pode ser demitido por motivos justos a qualquer hora, porém apenas por meio de conclusão da Associação (veja, porém as exceções disto em artigo 22). Se porém, o professor estiver pelo menos 2 anos no emprego contentando a Associação, ele tem que ser igualmente demitido por parte da Associação um trimestre antes.

Se o professor porém, perder um emprego melhor por causa do aviso prévio prolongado, pode ser dispensado dois meses do aviso prévio através da diretoria caso tendo assumido o seu cargo contentando a Sociedade.

Artigo 22

A repreensão e demissão

A diretoria é obrigada, também sem conclusão prévia da Sociedade demitir a qualquer hora o professor do seu cargo se o mesmo causa escândalo por comportamento imoral.

Se o professor levar uma vida escandalosa a diretoria tem que lhe fazer repreensões sérias. No caso de repetição, ele pode ser imediatamente demitido pela diretoria ou depois do aviso prévio.

Porém a diretoria precisa examinar minuciosamente o direito (autorização) e eventualmente as reclamações, por que ela é responsável, a Sociedade etc. pelo seus atos.

Artigo 23

Obrigações do professor

O professor tem que dar aulas o ano inteiro no verão das 8h às 13h, no inverno das 9h às 14h, então 5 horas diariamente, sendo incluído porém um pequeno intervalo de café da manhã de 20 a 30 minutos.

Em todos os domingos e feriados, (veja artigo 19) a escola permanece fechada, igualmente também durante as férias. Quarta feira e Sábado são dados apenas três a quatro horas de aula.

O professor tem que ensinar as matérias que são prescritos no artigo 17; em cálculo ele tem que ensinar também o aqui tão importante cálculo de terreno; quanto ao ensino religioso ele precisa-se de ter de qualquer posição confessional.

O professor tem que fazer escrituração em um caderno escolar e neste registrar os alunos ausentes. Adoecidos tem que ser indicados como doente, na matrícula tem que ser registrado o dia da entrada, na saída o da saída (transferência), por quanto tempo os mesmos freqüentaram a escola e quantos dias faltaram no período em que estiveram na escola.

O professor além disso, é bibliotecário da biblioteca da Associação Escolar e como tal tem que fazer escrituração dos livros bibliotecários, entregar e receber livros e de dar aviso a diretoria em caso de danificações eventuais.

Da mesma forma, tem que administrar a caixa bibliotecária da Associação Escolar, além disso, a biblioteca juvenil a qual ele tem que dirigir igualmente.

A saída de crianças tem que ser indicada imediatamente ao professor, para que estas possam ser registradas no livro como transferidos e para que possa ser feito um comunicado disso à diretoria pelo professor.

Mensalmente tem que ser registrado um resumo no caderno escolar.

Artigo 24

Funções eclesiásticas

Em enterros, casos em que o pastor esteja impedido, ele tem que fazer a oração de sepultamento quando solicitado, como também o discurso em honra do falecido sendo que a aula fica suspensa, e tem que cantar com as crianças desde que ele domine o canto.

O professor neste caso, precisa ser avisado na hora certa do falecimento, para que ele possa se preparar para o discurso do enterro. Para o discurso de enterro tem que ser direcionada uma cobrança de 10\$000 à diretoria a qual a entrega ao professor.

Artigo 25

Moradia de serviço, etc.

Ao professor e à sua família é dado como moradia de serviço o prédio escolar com única exceção da sala escolar como localidade da Associação; ele em compensação precisa manter limpa a sala escolar e o quanto possível também a região próxima do prédio escolar.

Como horta lhe é dado um pedaço de terra cercado pertencente à escola; além disso lhe são fornecidos no início do ano pela diretoria a lenha de forno necessária como também o café.

A diretoria

Theodor Stein – presidente

Guilherme Asbahr – segundo presidente

Friederich Hassel – Secretário e tesoureiro

João H. Lüders – Assessor

Bernhard Bürger (senior)

Rudolf Asbahr

João Lange

Rudolf Lange

Wilhelm Beckmann

Membros da Comissão de Estatutos
Pires via Limeira, 1 de maio de 1914.

G IV h 40. 78

STATUTEN

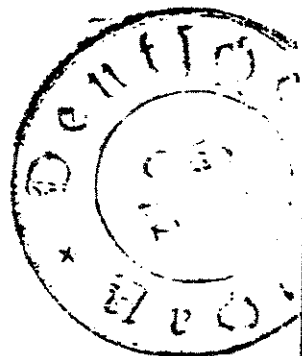
DES

Deutschen Schulvereins

IN

PIRES via LIMEIRA

entstanden aus
der deutschen Gemeindeschule, gegründet 1874
der Vereinsschule Germania " 1879
vereinigt am 1. Juli 1908



1914

TYP. H. GROBEL — RUA FLORENCIO DE ABREU, 102
S. PAULO

LANDESVERBAND

DEUTSCH-BRASILIANISCHER LEHRER

S. PAULO, 264

STATUTEN

DES

Deutschen Schulvereins

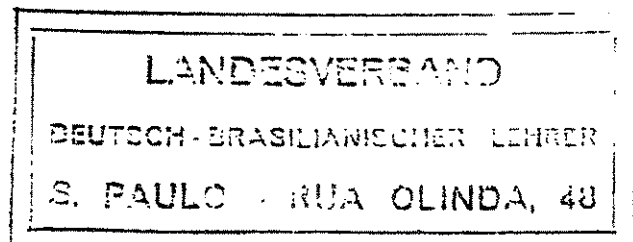
IN

PIRES via LIMEIRA

entstanden aus
der deutschen Gemeindeschule, gegründet 1874
der Vereinsschule Germania „ 1879
vereinigt am 1. Juli 1908



1914
TYP. H. GROBEL — RUA FLORENCIO DE ABREU, 102
S. PAULO



Vom Vereine im Allgemeinen.

Art. 1

Zweck des Vereins.

Der Deutsche Schulverein in Pires bezweckt die Erhaltung deutscher Sprache und Sitte durch Unterhaltung der zu diesem Behufe gegründeten deutschen Schule und Bibliothek.

Art. 2

Aufnahme von Mitgliedern.

Der Verein besteht nur aus deutschsprechenden Mitgliedern, es können somit auch nur deutschsprechende Bewerber oder solche, welche mit einer deutschsprechenden Gattin verheiratet sind, in denselben aufgenommen werden, wenn sie ihre Kinder die deutsche Sprache erlernen lassen.

Wünscht jemand in den Verein als Mitglied einzutreten, so hat der Betreffende sein Vorhaben einem Mitgliede des Vorstandes anzuzeigen: dieses Mitglied hat dann den Bewerber der Aufnahmekommission, bestehend aus Vorstand und 3 Beisitzern vorzuschlagen.

Art. 3

Jedes neu aufgenommene Mitglied hat ein Aufnahmegebühr von 2\$000 zu entrichten.

Junge Leute, welche die hiesige Vereinsschule 2 Jahre besucht haben, bezahlen keine Aufnahmegebühr, sind aber erst vom 22. Lebensjahre an stimmberechtigt.

Geht ein Mitglied durch den Tod ab, so tritt die Witwe in die Rechte und Pflichten des verstorbenen Gatten ein, ist also bei den Versammlungen des Vereines auch stimmberechtigt.

Art. 4

Beiträge und Schulgeld.

Jedes Vereinsmitglied hat jährlich einen Beitrag von 6\$000 an die Schulkasse zu entrichten, welcher vierteljähr-

lich im voraus an den Vorstand zu bezahlen ist. Das Schulgeld beträgt für Eigentümer und Kapitalisten 2\$500 per Monat, für Nichteigentümer oder Kolonisten 2\$000, für Nichtmitglieder 3\$000 per Monat.

Art. 5

Ermässigung oder Befreiung von den Beiträgen und Schulgeldern.

Denjenigen Mitgliedern, welche Kinder in der Schule haben, kann bei Krankheits- oder sonstigen Unglücksfällen in der Familie, oder wenn es ihnen sonst nicht wohl möglich ist, das Schulgeld und eventuell den Jahresbeitrag zu erschwigen, durch Vorstandsbeschluss das Schulgeld wieder Beitrag ermässigt oder auch ganz erlassen werden.

Art. 6

Unentgeltlicher Schulbesuch.

Sollte ein Vereinsmitglied, welches Familienvater ist, oder dessen Ehefrau sterben und die Familie mittellos zurücklassen, so dass der Witwer oder die Witwe nicht wohl Schulgeld bezahlen können, so ist ihnen vom Vorstande das Schulgeld zu ermässigen oder zu erlassen und die Kinder besuchen die Schule unentgeltlich.

Art. 7

Aufnahme und Schulbesuch auswärtiger Kinder.

Nimmt ein Vereinsmitglied ein Kind irgend eines Verwandten oder ein Patenkind schon in früher Jugend zur Erziehung auf, so genießt ein solches Kind die Vorteile der Kinder eines Vereinsmitgliedes.

Nimmt ein Vereinsmitglied ein solches Kind nur für die Schulzeit auf, so kann das Kind, *wenn das Mitglied das Schulgeld aus seiner Tasche bezahlt, auf dessen Rechnung* die Schule besuchen, niemals aber, um auf diese Weise seinen Angehörigen das Schulgeld zu ermässigen. Es muss daher in solchem Falle das Schulgeld voll bezahlt werden.

Art. 8

Gegenseitige Hilfeleistungen bei Unglücksfällen.

Verliert ein Vereinsmitglied eine Hand oder einen Arm, einen Fuss oder ein Bein, erblindet es oder wird es

sonst von einem schweren Unglücksfall betroffen, so kann ihm im Falle der Dürftigkeit nach Ermessen des Vereins ein Beitrag aus der Kasse gegeben werden. Der Verein hat dann unter seinen Mitgliedern, und bei ganz schweren Fällen, auch in weiteren Kreisen eine Sammlung zu veranstalten.

Art. 9

Versammlungen.

Jedes Jahr, an einem der ersten Sonntage im Januar, welcher vom Vorstande 3-4 Wochen vorher bestimmt und in der Zeitung bekannt gegeben werden muss, findet die allgemeine Jahresversammlung statt. Bei dieser Generalversammlung haben möglichst alle Mitglieder zu erscheinen, da Rechnungsablage und nötigenfalls Neuwahl oder Bestätigung der Vorstandschaft stattfindet.

Die anderen Versammlungen finden vierteljährlich statt und ist immer in der letzten Versammlung der Tag der nächstfolgenden durch die Präsidenten, nötigenfalls durch gedruckte Einladungsschreiben, bekannt zu geben.

Alle regelmässigen Versammlungen beginnen um 13 Uhr.

Ueber Anträge, die in einer Versammlung gestellt werden, kann erst in der nächsten Versammlung Beschluss gefasst werden, *falls sie nicht dringlich sind*.

Machen unerwartete besondere Vorfälle die Einberufung einer *ausserordentlichen Versammlung* nötig, so hat die Vorstandschaft dieselbe schriftlich oder durch gedruckte Einladungsschreiben besonders ansagen zu lassen, sowie durch die Zeitungen in angemessener Frist bekannt zu geben. Jede ausserordentliche Versammlung beginnt in der von den Vorstehern bekannt gegebenen Zeit. Sämtliche Mitglieder sind an dem hierfür anberaumten Tage zu erscheinen verpflichtet oder haben im wirklichen Verhinderungsfalle eine triftige Entschuldigung ihres Ausbleibens beizubringen.

Findet die Annahme eines Beschlusses oder Antrages auch nur eine Stimme der Entgegnung, so muss zur Abstimmung durch Kugeln geschritten werden.

Die Nichterschienenen haben sich den Beschlüssen der Versammlung zu fügen.

Ist eine Versammlung entsprechend angesagt und durch die Zeitung oder brieflich bekannt gemacht, so ist sie bei jeder Stimmenzahl beschlussfähig.

Art. 10

Austritt oder Wegzug eines Mitgliedes.

Will ein Mitglied aus dem Vereine austreten, so hat dasselbe sein Vorhaben der Vorstandschaft anzuzeigen und allenfallsige Rückstände an seinem versprochenen Jahresbeitrag für das laufende Jahr an den Kassierer zu entrichten. Ist das austretende Mitglied seinen Verpflichtungen gegen den Verein nachgekommen, so kann es jederzeit nach Bestimmungen der Art. 3 und 4 wieder in den Verein aufgenommen werden, doch kommt die Aufnahmegebühr in Wegfall.

Art. 11

Ausschluss aus dem Vereine.

Bleibt ein Mitglied stillschweigend, d. h. ohne seinen Austritt der Vorstandschaft anzuzeigen, dem Verein fern, erfüllt es seine Pflichten gegen den Verein nicht und bezahlt es auch den versprochenen Jahresbeitrag für ein volles Jahr trotz erfolgter schriftlicher Mahnung nicht, so wird es als aus dem Verein ausgeschlossen betrachtet und kann nur nach Vereinsbeschluss, wenn es seinen Verpflichtungen nachgekommen ist, wieder in den Verein aufgenommen werden.

Sollte ein Vereinsmitglied den Interessen des Vereins zuwiderhandeln, d. d. Verein mit Wort oder Tat ernstlich zu schädigen suchen, so soll es von der Vorstandschaft ernstlich verwarnt werden. Im Wiederholungsfalle muss ein solches Mitglied durch Vereinsbeschluss aus dem Vereine ausgestossen werden. Ein solches Mitglied kann nie mehr in den Verein aufgenommen werden.

B.

Von der Vorstandschaft.

Art. 12

Wahl der Vorstandschaft.

Der Verein wählt einen Vorstand von vier Mitgliedern auf ein Jahr; nämlich einen 1. und 2. Präsidenten, einen

Beisitzer und einen Schriftführer, der zugleich Kassierer der Schulkasse ist.

Für den Fall der Erkrankung, des Todes, oder sonst einer ernsten Abhaltung, welche ein Mitglied der Vorstandschaft betreffen könnte, tritt der Beisitzer an dessen Stelle. Derselbe tritt nur so lange ein, als das betreffende Vorstandsmitglied verhindert ist, seinen Posten zu versehen, und lässt durch den Vorstand für sich einen Ersatzmann bestimmen. ♦

Die Vorstandschaft amtiert drei Jahre und kann immer wieder gewählt werden.

Der Kassierer und noch ein Mitglied des Vorstandes müssen ihren ständigen Aufenthalt in Pires haben.

Jedes Vereinsmitglied ist verpflichtet, eine auf es fallende Wahl anzunehmen; es ist aber nicht gehalten, das ihm übertragene Amt länger als ein Jahr zu behalten.

Eine Neuwahl hat dergestalt zu erfolgen, dass der abgehende Vorstand 6 Kandidaten zur Wahl aufstellt, und deren Namen auf die Tafel schreibt. — Bei der Ballotage ist in der Weise zu verfahren, dass derjenige Kandidat, auf den die meisten Stimmen entfallen, I. Präsident ist. Ist der I. Präsident ein Auswärtiger, so erhält den Posten als II. Präsident derjenige Kandidat aus Pires und Umgebung, der die meisten Stimmen hat. — Bei Uneinigkeit ist eine Neuwahl vorzunehmen, diese hat aber unter allen Umständen dann Gültigkeit.

Art. 13

Rechte und Pflichten der Vorstandschaft.

Das Amt der Vorstandschaft ist ein Ehrenamt und als solches unbesoldet. Unkosten, die durch Reisen etc. im Interesse des Vereins einem oder mehreren Mitgliedern der Vorstandschaft erwachsen, müssen jedoch vergütet werden.

Die Vorstandschaft ist für ihre Amtshandlungen nur dem Vereine, nicht aber den einzelnen Mitgliedern verantwortlich.

Die Wirksamkeit der Vorstandschaft erstreckt sich nur auf Angelegenheiten des Vereins, nicht aber auf solche privater Natur.

Bei allen Amtshandlungen der Vorstandschaft hat dieselbe **vollzählig** zugegen zu sein.

Die Schulvorsteher oder Präsidenten haben die gewöhnlichen Versammlungen anzuberaumen, die Tage für

die folgende zu bestimmen, und im Falle der Dringlichkeit ausserordentliche Versammlungen einzuberufen und selbe den entfernter wohnenden Mitgliedern schriftlich, sowie durch die Zeitung bekannt geben zu lassen. Bei jeder Versammlung haben die Präsidenten in der Versammlung, den Vorsitz zu führen, um etwaige Ungehörigkeiten sofort beilegen zu können.

Ferner haben die Schulvorsteher die Schule einigemale jährlich zu besuchen, den Fortgang der Schule zu prüfen, sowie allenfallsige Reparaturen am Schulhause ausführen zu lassen und am Jahresschlusse die Schulrechnung nachzusehen. Im Falle einer unmoralischen Aufführung des Lehrers sind die Vorsteher befugt, denselben nach den Bestimmungen des Art. 22 sofort seines Dienstes zu entheben.

Der Schriftführer hat über Einnahmen und Ausgaben ein ordentliches Buch zu führen, die Jahresbeiträge der Mitglieder, sowie das Schulgeld für auswärtige Kinder, überhaupt alle Einnahmen einzukassieren, den Lehrer zu besolden und alle sonstigen Auslagen zu bestreiten, auch hat derselbe alle Korrespondenzen zu führen. Am Schlusse des Jahres hat er in der Versammlung dem Vereine über Einnahmen und Ausgaben Rechnung abzulegen.

Im Uebrigen haben die Vorsteher nach Massgabe der in den verschiedenen Artikeln dieser Statuten aufgeführten Punkte von Fall zu Fall zu handeln.

Den Anordnungen der Vorstandschaft ist von jedem Mitgliede unweigerlich Folge zu leisten, jedoch kann dasselbe von seinem Beschwerderechte nach Art. 14 in der nächsten Versammlung Gebrauch machen; es muss jedoch auch in diesem Falle die Anordnungen der Vorstandschaft respektiren.

Kein Vorsteher darf während seines Amtsperiode von seinem Posten zurücktreten, wenn der Verein sich nicht mit seinem Rücktritte einverstanden erklärt hat, oder wenn besondere Verhältnisse dessen Rücktritt bedingen.

Können sich beide Präsidenten in irgend einer Sache nicht einigen, so hat der Schriftführer den Ausschlag zu geben.

C.

Von den Mitgliedern.

Art. 14

Jedes Mitglied hat Anrecht auf die Vorteile, welche der Verein laut den Statuten seinen Mitgliedern gewährt, es hat aber hierfür auch die durch die Statuten ihm auferlegten Pflichten zu erfüllen.

Jedes Mitglied, welches des Lesens, Schreibens und Rechnens kundig ist, oder sonst die Gewähr bietet, die Interessen des Vereins wahrzunehmen, ist vom vollendeten 25. Altersjahre an in die Vorstandschaft wählbar und kann sich dieser Wahl nicht entziehen; braucht aber seinen Posten nicht länger als ein Jahr zu übernehmen. Jedoch sind Mitglieder, welche über 65 Jahre zählen, nicht gehalten, eine auf sie fallende Wahl anzunehmen, falls sie sich durch deren Obliegenheiten behindert fühlen sollten.

Jedes Mitglied muss den Verfügungen der Vorstandschaft Gehorsam leisten, kann aber, wenn es glaubt, sich über die Vorstandschaft beschweren zu müssen, seine Beschwerde in der nächsten Versammlung vor den Verein bringen, welcher dann über die Beschwerde entscheiden wird. Keinenfalls darf aber den Anordnungen der Vorstandschaft der Gehorsam verweigert werden.

Beschwerden über den Lehrer können nur bei der Vorstandschaft angebracht werden und ist keinenfalls der Lehrer zu belästigen.

Das Weitere ist unter den verschiedenen Artikeln dieser Statuten zu suchen.

D.

Von der Schule.

Art. 15

Aufnahme von Schulkindern.

Kinder werden einmal im Jahre in die Schule aufgenommen, nämlich im Januar, dem Beginn des neuen Schuljahres, und sind zu Weihnachten anzumelden. Kinder aber, welche schon eine Schule besucht haben, können jederzeit Aufnahme finden.

Auswärtige Kinder werden in die Schule gegen Erlegung des von dem Vereine festgesetzten monatlichen Schulgedes aufgenommen.

Ist ein solches Kind auch nur eine Woche in einem Monate zur Schule gegangen, so muss für den ganzen Monat bezahlt werden.

Das Schulgeld ist möglichst vierteljährlich im voraus an den Kassierer zu entrichten.

Der Vorstand hat die Eltern der auswärtigen Kinder von den sie angehenden Artikeln der Statuten zu verständigen.

Art. 16

Austritt aus der Schule.

Niemand darf seine Kinder aus der Schule nehmen, ohne vorher dem Lehrer hiervon Anzeige gemacht zu haben. Der Lehrer hat der Vorstandschaft von der Austrittserklärung ungesäumt Mitteilung zu machen.

Art. 17

Unterricht.

Die Schule ist eine deutsche; der Lehrer muss aber der portugiesischen Sprache derart mächtig sein, dass er auch Unterricht im Lesen und Schreiben der Landessprache zu ertheilen vermag, sowohl in Grammatik, als in Uebersetzung und Abfassung portugiesischer Briefe. — Unterrichtssprache aber bleibt immer die deutsche.

In der Schule wird Unterricht ertheilt im Lesen, Rechnen, Raumlehre, Kalligraphie, Orthographie, Sprachlehre, Geographie, Landesgeschichte, biblische Geschichte, und, wenn möglich, auch im Gesange.

Die Schule ist eine konfessionslose; daher erstreckt sich der Unterricht in der Religion nur auf die drei ersten Hauptstücke des Katechismus und auf biblische Geschichte nur insoweit, als sie die Kinder zum Wahren und Guten anleitet: sodass auch Angehörige anderer Konfessionen ihre Kinder ohne Bedenken in die Schule schicken können.

Art. 18

Schulprüfung und Schulfeste.

Jedes Jahr vor Beginn der Weihnachtsferien muss eine Schulprüfung abgehalten werden.

Späterhin werden mit den grösseren Kindern grössere Ausflüge unternommen; die Vorstandschaft hat sich über die Wahl dieser Tage mit dem Lehrer ins Einvernehmen zu setzen; doch dürfen hierfür möglichst nur Sonntage und Feiertage ins Auge gefasst werden.

Art. 19

Ferien.

An allen Sonn- und Feiertagen bleibt die Schule geschlossen. Als Feiertage gelten: der 25. Januar, der 2. und der 24. Februar, Christi Himmelfahrt, die beiden Pfingstfeiertage, 21. April, der 3. der 13. Mai, der 29. Juni, der 14. Juli, der 15. August, der 7. September, der 12. Oktober, der 1., 2. und der 15. November, sowie der 8. Dezember.

Viermal des Jahres sind Ferien; nämlich die Zeit vom 24. Dezember bis zum 7. Januar, und je eine Woche zu Ostern, die sogenannte heilige Woche, zu Johannis, und Ausgang September — Anfang Oktober.

E.

Vom Lehrer.

Art. 20

Anstellung und Gehalt.

Der Verein stellt einen oder nötigenfalls zwei Lehrer an, von denen der eine dann Oberlehrer und der andere Hilfslehrer ist, die er nach Uebereinkommen besoldet.

Das Gehalt ist den Lehrern monatlich von der Vorstandschaft auszubezahlen.

Art. 21

Kündigung.

Das Uebereinkommen mit dem Lehrer bleibt so lange bestehen, als es beiden Theilen, dem Vereine und dem Lehrer, gefällt.

Sollte der Lehrer sich zurückziehen wollen, so hat er sein Vorhaben ein Vierteljahr vorher der Vorstandschaft anzuzeigen, resp. zu kündigen, widrigenfalls der Lehrer eines Monatsgehaltes verlustig geht.

Dem Lehrer kann auf triftigen Grund hin jederzeit, jedoch nur durch Vereinsbeschluss, gekündigt werden (siehe jedoch die Ausnahmen hiervon in Art. 22). Ist aber der Lehrer mindestens zwei Jahre zur Zufriedenheit des Vereins in Stellung, so muss ihm von Seiten des Vereins ebenfalls ein Vierteljahr zuvor gekündigt werden.

Verliert der Lehrer jedoch durch die längere Kündigungsfrist einen besseren Posten, so können ihm, im Fall er sein Amt zur Zufriedenheit des Vereins verwaltet, zwei Monate der Kündigungsfrist vom Vorstande erlassen werden.

Art. 22

Rüge und Entlassung.

Die Vorstandschaft ist verpflichtet, auch ohne vorherigen Vereinsbeschluss, den Lehrer jederzeit seines Dienstes zu entheben, wenn derselbe durch unmoralisches Verhalten Aergernis giebt.

Führt der Lehrer einen anstössigen Lebenswandel, so ist ihm von der Vorstandschaft ernstlich Vorhalt zu machen. Im Wiederholungsfalle kann er von der Vorstandschaft sofort oder nach vorausgegangener Kündigung entlassen werden. Doch hat die Vorstandschaft genau die Berechtigung allenfallsiger Beschwerden zu prüfen, da sie für ihre Handlungen dem Vereine etc. verantwortlich ist.

Art. 23

Obliegenheiten des Lehrers.

Der Lehrer hat das ganze Jahr im Sommer von 8—13, im Winter von 9—14 Uhr, also 5 Stunden täglich, Schule zu halten, wobei aber eine kleine Frühstückspause von 20—30 Minuten, einbegriffen ist.

An allen Sonn- und Feiertagen (siehe Artikel 19) bleibt die Schule geschlossen, ebenso auch während der Ferien. Mittwochs und Samstags wird nur 3-4 Stunden Unterricht erteilt.

Der Lehrer hat die Fächer zu lehren, welche in Art. 17 vorgeschrieben sind; beim Rechnen hat er auch in den hier so wichtigen Landrechnungen Unterricht zu ertheilen; bezüglich des Religionsunterrichtes hat er sich jeder konfessionellen Stellungnahme zu enthalten.

Der Lehrer hat ein Schulbuch zu führen und in diesem die fehlenden Schulkinder zu verzeichnen. Erkrankte

sind als krank anzuführen. Bei Neueintretenden ist der Tag des Eintrittes, bei Austretenden der des Austrittes zu verzeichnen und anzugeben, wie lange dieselben die Schule besucht und wie viele Tage sie in ihrer Schulzeit gefehlt haben.

Der Lehrer ist ferner Bibliothekar der Bibliothek des Schulvereins und hat als solcher die Bibliotheksbücher zu führen, Bücher zu verabfolgen oder in Empfang zu nehmen und von allenfallsigen Beschädigungen derselben der Vorstandschaft Mitteilung zu machen.

Ebenso hat er die Bibliothekskasse des Schulvereins zu verwalten, ferner die Jugendbibliothek, welche letzterer er ebenfalls vorzustehen hat.

Der Austritt von Kindern ist sofort dem Lehrer anzuzeigen, damit diese im Buche als ausgetreten verzeichnet werden, und der Vorstandschaft vom Lehrer hiervon Mitteilung gemacht werden kann.

Monatlich ist eine Uebersicht des Lehrganges in das Schulbuch einzutragen.

Art. 24

Kirchliche Funktionen.

Bei Beerdigungen hat er, falls der Pastor verhindert ist, auf herlangen das Leichengebet, sowie die Grabrede zu halten, wobei die Schule ausfällt, und mit den Kindern zu singen, wofern er des Gesanges kundig ist.

Der Lehrer ist dann von dem Todesfalle rechtzeitig zu verständigen, damit er sich auf die Grabrede vorbereiten kann. Für die Leichenrede ist eine Gebühr von 10\$000 an den Vorstand zu entrichten, welcher sie dann dem Lehrer einhändigt.

Art. 25

Dienstwohnung etc.

Dem Lehrer ist für sich und seine Familie das Schulgebäude, mit alleiniger Ausnahme der Schulzimmers als Vereinslokal zur Dienstwohnung angewiesen; er hat dagegen die Schulzimmer rein zu halten, und soviel als möglich, auch die nächste Umgebung des Schulhauses.

Als Küchengarten ist ihm ein zur Schule gehöriges eingezäuntes Stück Land überwiesen; ferner wird ihm vom Vereine zu Beginn des Jahres das nötige Brennholz, wie auch der Kaffee geliefert.

ANEXO 14

Protocolo* de 06 de janeiro de 1925

Início: 14:30 horas

Presentes: 69 membros

Após uma satisfatória presença, os outros foram substituídos por:

I – presidente – Jacob Sass

II – presidente – Augusto Dibbern

Secretário - Cristian Bürger

Tesoureiro – João Lúders, aceitos.

Assim colocou-se a proposta para que o Pastor Otto Yung renunciasse, devido às constantes grosserias. Após longos debates decidiu-se votar e o resultado foi o seguinte:

38 votos pela renúncia

31 votos contra

Assim, o pretendido foi aceito. Consequentemente, o Pastor teria prazo de 3 meses para a mudança de residência e teria assegurado neste espaço de tempo o salário integral, todavia, não exerceria a função. O presbitério comunicou ao pastor a decisão por escrito. A próxima reunião dar-se ia no primeiro Domingo do mês: 2 de abril. Após encerrou-se a reunião. 16:15h.

Pires, abril de 1925

II presidente

I secretário

* Cópia traduzida do protocolo em alemão, que foi cedido por Vaninha Asbahr, responsável pelos cuidados da Igreja de Confissão Luterana do Bairro dos Pires.

Protocolo da reunião da Igreja Evangélica Luterana, do dia 06/01/1925, na qual foi definida a saída do pastor Otto Yung.

Protokoll vom 6 Januar 1925.

Beginn: 2^h nachm.

Anwesend: 59 Mitglieder.

Nach erfolgter Beitragszahlung wurden die Anker wie folgt besetzt:

I. Präsident: Jakob Lass

II. Präsident: August Dübbers

Schriftführer: Christian Zünger

Kassierer: João Liders, jun.

einstimmig angenommen.

Sodann wurde der Antrag gestellt, in dem Pastor Otto Yung wegen seiner häufigen groben Verfehlungen zu kündigen. Nach längerer Debatte erfolgte die geheime Abstimmung und ergab:

38 Stimmen für die Kündigung

31 Stimmen dagegen

damit ist der Antrag mit Stimmenmehrheit angenommen.

Anw. Wohnungsverwechsel: wird ihm vom Verein eine 3 monat. Frist bei vollem Gehalt bewilligt, jedoch hat er keinerlei Amtstätigkeit in dieser Zeit auszuüben.

Der Vorstand hat dem Pastor hiervon schriftl. Mitw zu beibringenden.

Die nächste Versammlung findet am 1. Sonntag im April 2^h nachm. statt.

Schluss: 4^h 15 nachm.

Pies, den April 1925.

ANEXO 16

Protocolo* de 02 de fevereiro 1925

Início – 14 horas

Presentes: 38 membros

Com o Pastor Otto Yung declarou não estar satisfeito com a decisão do Presbitério, recebida no dia 07, foi convocada a presente reunião para Ter o apoio da comunidade, constituindo uma comissão, juntamente com todos os pastores. O problema foi discutido (solvido) com toda a comunidade, para que não houvesse mais uma reunião geral na nossa cidade. Augusto Dibbern aceitou novamente seu cargo de segundo presidente. A nossa eleição secreta deu a vitória, como primeiro presidente a Benedix Greve com 33 votos contra 5. A comissão foi, como consta a seguir, eleita:

I Secretário: Adolf Garner com 21 votos contra 17

Membros da comissão: Sr Ulrich com 25 votos contra 13

Hani Ivers com 25 votos contra 13

Rudolf Hafliger com 31 votos contra 7

Theodor Stein com 28 votos contra 10

Suplentes da comissão: Rudolf Schnoor com 33 votos contra 5

H. von de Kamp com 23 votos contra 15

Correspondência recebida: carta do Pastor pretendido confirmando a sua vinda para 20 de fevereiro.

Encerramento: 16:45 horas

Pires, abril de 1925.

II Presidente

I Secretário

* idem

Protokoll vom 2 Februar 1925.

Beginn: 8¹⁵ nachm.

Anwesend: 38 Mitglieder

Da sich der Pastor Otto Yung mit der ihm vom Vorstand am 7. Januar 1925 erteilten Kündigung einfach nicht einverstanden erklärte, wurde die heutige Versammlung einberufen, um eine Unterstützung des Vorstandes und Entlastung des Vereins eine Kommission zu ernennen, die mit dem Vorstand zusammen die ganze Pastoren-Angelegenheit im Namen der ganzen Versammlung erledigt, sodas deswegen keine Versammlung mehr stattfindet. Hing. Wibben legt sein Amt als Präsident nieder. Die geheime Wahl ergab Jensdix Jørg mit 33 gegen 5^{Stimmen} Val. Päs.

Die Kommission wurde wie folgt gewählt:

Schriff. (für die Kom.)	Adolf Gärner	mit 21	gegen 7 ^{Stimmen}
Mitglieder der Kommission:	Herrn Ulbrich	25	13
"	Herrn Ivers	25	13
"	Rudolf Höffiger	31	7
"	Rudolf Lange	28	10
^{Beisitzer}	Theodor Stein	28	10
Beisitzer	Rudolf Schmoor	33	5
"	H. van de Kamp	23	15

Eingel. Post: Brief von dem als neuen Pastor in Rücksicht genommenen Herrn Jückmann, der sein Kommen für den 20. Februar anzeigt.

Schluss: 4⁴⁵ nachm.

Pres. d. V. April 1925

Reflexão

MENSAGEM DA PRESIDÊNCIA**100 anos de serviço à igreja e à vida**

Os grupos de mulheres tiveram papel inestimável no processo de constituição da IECLB

Walter Altmann

Com justa alegria, louvor e gratidão, a OASE celebra seus 100 anos de existência. Hoje sabemos bem mais de sua história, graças ao grande mutirão de informações (e fotos) recolhidas pela própria OASE de todas as regiões do país e tecidas por cuidadosa redação de Sibyla Baeske, no livro "Retalhos no Tempo". É forçoso realçar o papel inestimável que os grupos de mulheres, a princípio com diferentes nomes, exerceram no processo de constituição da IECLB. Foram eles um dos elementos unificadores da igreja.

Desde o início um dos objetivos primordiais desses grupos foi o de prestar serviço à comunidade, em necessidades bem concretas. O primeiro grupo (Rio Claro/SP), levou à frente o projeto de construção da torre de sua igreja, um símbolo de identidade importante, já que no Império tinha sido proibido que templos evangélicos ostentassem torres. Logo se destacou também o serviço à vida, quando mulheres de Blumenau (SC) se preocuparam em atender a gestantes, enfermos e carentes. Posteriormente, o movimento apoiou o surgimento e a manutenção de uma casa de diaconisas, por excelência prestadoras de serviço a hospitais, asilos, creches, comunidades.

Notória é a atuação dos grupos de OASE junto a pessoas idosas, proporcionando-lhes convívio e alegria. Esmeram-se na visita a enfermos. Em anos recentes, tem havido o empenho em sensibilizar nossas comunidades para o apoio às pessoas portadoras de deficiência. Com justiça, veio a cristalizar-se o nome de

“auxiliadora”, hoje um pouco oculto na familiar sigla de OASE. Com seus trabalhos, atendem às mais diversas necessidades.

O livro mencionado também contribui para a definição de trajetórias futuras da OASE (hoje são quase 1200 grupos em 296 paróquias de 17 sínodos), até mesmo por saudável autocritica. É mencionada a “lenta aculturação”, pela qual só mais recentemente os grupos e o movimento têm se manifestado acerca de questões públicas e sociais de nosso país. O patriarcalismo na sociedade e nas igrejas é aí apontado como uma das razões. Apesar do imenso serviço prestado por mulheres em nossas comunidades, os espaços de ‘decisão continuam amplamente concentrados em mãos masculinas. É certo que houve avanços de participação feminina nos órgãos diretivos da IECLB, mas não temos ainda hoje nenhuma mulher entre a Presidência da IECLB ou pastores sinodais, tampouco na Diretoria do Conselho de Igreja.

Esse fato ilustra a importância e a necessidade de nos conscientizarmos na IECLB com maior intensidade das chamadas “relações de gênero”, isto se relacionam homens e mulheres na família, no trabalho e na comunidade.

Assim, a IECLB também necessita e se regozija com o surgimento cada vez mais freqüente de grupos de mulheres voltados para esse e outros temas e atuações. Contudo, nenhuma dessas observações diminui o reconhecimento devido ao extraordinário exemplo de comunhão, testemunho e serviço dados pelas OASES. A IECLB se sente grata às pioneiras de 100 anos atrás; muito obrigado também e muito ânimo na fé, esperança e amor a suas seguidoras de hoje.

Dr Walter Altmann
é pastor primeiro vice-presidente da ICLB
e professor da Escola Superior de Teologia,
em São Leopoldo (RS).

ANEXO 19

JORNAL EVANGÉLICO LUTERANO – SETEMBRO DE 1999 - 5

RIO CLARO

Lágrimas e emoção marcam festa da OASE.

“Luta por dignidade foi um tributo ao nascimento da OASE. Em 1899, o grupo formado pelo pastor Theodor Kölle e sua esposa Julie tinha como objetivo angariar fundos para construir uma torre para o templo de Rio Claro – afinal, somente com o advento da primeira Constituição republicana, em 1891, é que se permitiu aos não-católicos construir templos com identificação externa. “A primeira OASE trabalhou uma palavra: dignidade”, afirmou o pastor e historiador Martin Dreher em sua palestra sobre a história da Ordem. “Protestantes eram cidadãos de segunda categoria. Na torre estava expresso que eram e queriam ser cidadãos desse país”.

Dreher conversou com as duas filhas ainda vivas do casal fundador, Emma e Hertha Koelle, hoje com 95 e 92 anos de idade. Delas ouviu o pedido esquecesse de mencionar sua mãe: “era ela que fazia os bordados”, explicaram, “e nossas irmãs mais velhas, com 9 e 10 anos, saíam para vender”. De meninas que vendiam bordados na rua, a OASE expandiu-se para quase 1200 grupos e cerca de 40 mil participantes em todo o Brasil. As que foram ao centenário viram, em mais um momento de grande significado, Emma Koelle ajudar a hastear a bandeira da cidade de Rio Claro na solenidade oficial de abertura, na noite da sexta-feira”.

ANEXO 20

Relatório Sobre a situação desagradável em que se encontram as Escolas Rurais no interior do Estado de São Paulo¹.

**Conferência realizada em 6 de maio de 1919 na Associação –
Assembléia do Clube “Germânia” por J. Keller, diretor da Escola
Alemã de Villa Mariana.**

São Paulo
Hennies Irmãos – Rua Riachelo, 14 e 16
1919

Dentro de um prazo de 12 dias até o dia 22 de abril fiz uma viagem ao interior do Estado de São Paulo em função da Associação dos Professores para verificar a situação das escolas alemãs do interior e pra tirar uma base para aqueles que tem capacidade de dar apoio para o germanismo ameaçado.

A situação das escolas rurais não é muito boa, chega a ser sinistra e desesperadora. De 16 escolas sob as quais o relato sabe informar, 5 fecharam permanentemente, 6 fecharam por período indeterminado, 3 continuam trabalhando com grandes déficits, depois de ter fechado por meses seus portões e apenas duas funcionam entre as torres da guerra, com alguns distúrbios, não funcionam bem. Fechadas permanentemente são: Villa Augusta, Santo Amaro, Ribeirão Preto, Corumbataí e Inconfidentes de Ouro Fino. Por enquanto fechadas foram as escolas de Associação em Campinas, Nova Berlim, Nova Europa, Kirchdorf, Pires de Limeira e Vila Ema. Entre as que foram parcialmente fechadas e novamente abertas estão Friburgo e Cosmópolis. Sem distúrbios, continuaram a trabalhar as escolas privadas do Pastor Köeller em Rio Claro e de Karl Zink em Campinas. Mas também essas duas escolas encontram-se numa situação financeira bastante difícil e sem apoio forte não vão poder manter as suas

¹ Para a finalidade desta pesquisa apresento parte do relatório referente ao panorama geral das escolas alemãs da Região de Campinas e especificamente o relatório referente à Escola dos Pires e também as sugestões do professor da Escola de Villa Mariana para melhorar o nível de salário dos professores das escolas alemãs.

funções por muito tempo. Motivo para o fechamento existia principalmente por causa da Lei Escolar do dia 19 de dezembro de 1917, que exige de todas as escolas alemãs o emprego de um professor brasileiro, que porém, não será pago pelo Estado mas pela própria escola alemã. Em alemão dizemos: “quem manda paga” mas aqui dizem: “não paga mas manda”. A lei por si ainda não significa o fim das escolas, pois também existe uma interpretação mais mansa e um cuidado melhor do ensino de português em muitos lugares também era muito necessário. Mas os funcionários inferiores nas vilas menores do interior eram muitas vezes mais conservadores, mais exigentes, se sentiam mais superiores, “mais papal que o próprio papa” e deram à lei a interpretação mais aguda, mais rigorosa que se possa imaginar, só para atingir o germanismo e para deixar brilhar a própria pessoa vaidosa, numa iluminação altamente patriótica. Onde não era possível impressionar os alemães com grandes palavras e ataques legislativos, aí o povo foi acionado ou entrou em ação aniquilando, estragando através de objetos jogados, como machados e fogo, a isso foi chamado de manifestação patriótica, um ato na luta por direito, justiça e civilização. O fechamento das escolas também foi realizado em alguns lugares de uma maneira ignorante, (rude, agressiva, selvagem). Caso de um inspetor escolar armado com um facão e acompanhado de um cocheiro negro com um chicote na mão pregava uma gentileza para assustar o professor e entrar sem permissão numa sala da escola. Aí quase poderia se esquecer que vive numa terra civilizada. Mas também outros motivos ainda ajudaram no desabamento das escolas. Muitos professores que por causa dos salários miseráveis não se identificaram mais com o seu círculo de atuação profissional abandonaram o lugar rápido demais (sem resistência), outros não se deram bem com o professor brasileiro por causa da situação econômica complicada, as entradas financeiras, os pagamentos diminuíram tanto de maneira que as escolas só podiam ser mantidas sob grandes suplicios. As dificuldades causaram desmotivação e desamparo nas Associações e desentendimentos internos nelas, (atrapalharam) aleijaram ainda completamente as forças dos mesmos. Onde um valente führer (líder) tinha o controle e enfrentava com calma e sangue frio os perigos, aí uma ou outra coisa podia ser salva e a escola podia retomar a sua função, mas, quantas vezes faltava o “líder”! quantos, na maré alta aproximando, ergueram as velas e esqueceram a origem alemã. Vamos honrar então os que ficaram fiéis, vamos fechar as nossas linhas mais estreitas e mais firmes; pois o mundo pertence ao corajoso. Se antigamente tivéssemos mais intimidade um ao

outro (relacionamento mais estreito), aí uma ou outra escola poderia ter sido salva. Assim, porém cada um lutava por si mesmo, tinha sua luta particular e cada lugar tinha seu inimigo particular. Aqui era um Salvador, ali ou acolá um Aristides, um Moretti e num terceiro lugar um dentista obcecado pelo espírito santo do patriotismo como quem queria como Simson, os Philisteus matar os bárbaros alemães a golpes de um maxilar de burro.

Lá foram fechadas as escolas alemãs, ergueram-se escolas governamentais feito cogumelos depois de uma noite de chuva. É na verdade bastante elogiável se ao Estado se mostra amigo da escola (escola amigável) fiel e se importa em fundamentar instalações de ensino, mas o súbito cuidado para com as escolas parece-me fluir de uma fonte não muito confiável e também muitos professores brasileiros que são encontrados nas colônias não são sempre puros como anjos. Quem funda escolas também precisa cuidar dos prédios escolares. Prédios escolares são artigos e custam muito dinheiro. Mas para que eles guerreem? Certamente para ganhar alguma coisa. Conseqüentemente as entidades esticam as mãos em direção aos prédios escolares alemães das colônias. As escolas alemãs foram fechadas em muitos lugares. Nos mesmos espaços agora deve um (brasileiro) professor do governo comandar. Não em todo lugar são ameaçadas as casas escolares alemãs, pois não é em todo lugar que as mesmas são tão bonitas, são tão bonitas que poderiam provocar a inveja dos latinos, mas Nova Berlim, Friburgo, Kirchdorf, Pires, Cosmópolis entre outros estão lutando mais ou menos veementemente pela posse da sua propriedade escolar. As Associações Escolares que não se deixaram tirar suas propriedades de boa vontade foram marcadas (pichadas, caluniadas) e culpadas de pôr obstáculo (se opor ao desenvolvimento) às escolas governamentais.

Na situação triste das escolas rurais, porém, também tem culpa, são parcialmente culpados os próprios professores. O brasileiro é um homem com que se pode conversar. Lá onde o líder escolar tinha um bom relacionamento, até quase amigável, as inimizades foram até bem menos fortes (traumáticas), por essa razão as escolas privadas em Campinas e Rio Claro foram poupadas das represálias.

As relações amigáveis com o falecido presidente da escola de Kirchdorf motivaram o delegado em Leme de inibir o povão de uma nação conhecida de um arrastão na Colônia de Kirchdorf. Mas onde o professor alemão não tinha moral e levava uma vida não honrosa nem para a colônia alemã, aí o inimigo teve um jogo fácil.

Depois desses relatos gerais quero apresentar algumas notas sobre cada escola particular (cada caso) e isto é na seqüência como elas foram por mim visitadas. São as seguintes: Villa Emma, Neu Berlim, Friedburg, Monte Mor, Rio Claro, Ferraz-Corumbataí, Nova Europa, Kirchdorf, Pires, Cosmópolis, Campinas.

Pires

A escola alemã desta colônia foi fundada no ano de 1874 pela Paróquia dos Pires. Em 1897 criou-se a Escola da Associação “Germania”. Os dois institutos no ano de 1908 foram unidos sob a liderança de H. Hassel. Um lindo prédio escolar que foi construído em 1914 parecia coroar esta obra. O número de alunos subiu para até 72 e 2 professores ensinavam nas salas claras do novo prédio. A Associação Escolar Alemã dos Pires, que em tempos normais contava com cerca de 80 membros, assumiu o sustento. Aí rebentou a guerra e surgiu a obrigação de em vez de 2 professores alemães sustentar um professor alemão e um brasileiro. Até no ano de 1918 o “navio escolar” continuou desta forma equipado, mas inúmeras intrigas, calúnias e acusações no final acabaram criando um poder de maldade que se tornou capaz levar o Sr. Diretor de Ensino Dr. Thompson a fechar a escola em Agosto 1918.

O que aconteceu nos Pires não presta diretamente como material para um relato e o que lá se ouve não deixa o sentimento de decoro do professor brasileiro imposto em um nível muito alto. A honesta colônia alemã será agora castigada pelos pecados daquele senhor. O prédio escolar, com um valor de 14.000 \$ será tirado pelo governo que quer dar apenas 8.000 \$ por isso e será usado para o estabelecimento de uma escola governamental. Logo no sábado, 19 de Abril, 2 professores governamentais mudaram-se para o prédio escolar para preparar a inauguração da escola brasileira. E uma antiga colônia alemã de 100 famílias tem que tolerar este ato violento! É isso que se chama direito e justiça, cultura e civilização! (...)

Se os senhores me perguntarem no final do que as escolas rurais necessitam mensalmente, então é o seguinte:

- 1- dinheiro e isso quer dizer muito dinheiro para poder pagar adequadamente dois professores, um alemão e um brasileiro e equipar os prédios de maneira adequada.

Um professor rural deve receber pelo menos 150\$ com moradia livre, senão nunca vai parar a troca de professores. Os salários por mim pesquisados são os seguintes:

Vila Emma, antigamente 120\$, agora 100\$, com moradia,

Nova Berlin, 120\$ com moradia,

Friedburgo, 108\$ com moradia,

Monte Mor, 140\$ com moradia,

Nova Europa, 120\$ com moradia,

Kirchdorf, 100\$ com moradia,

Pires, 150\$ com moradia,

Cosmópolis, 140\$ com moradia.

Os poucos professores brasileiros com cargo nas escolas rurais alemãs receberam menos, mas também o salário dos professores alemães nos últimos tempos manifestava a tendência assustadora de se arredondar fortemente para baixo.

2- As escolas rurais também precisam de professores, homens sérios, de moral incontestável, que querem dedicar inteiramente a sua força à educação juvenil. Abaixo com servidores de salário e matadores de tempo, abaixo com bebedores de costume, enganadores e patifes!

3- Vamos cuidar de um plano de ensino homogêneo, de livros e meios de ensino de mesmo tipo para que no estado inteiro possa ser feito um ensino alemão regular.

4- Seria recomendável aos professores e Associações Escolares procurar contato com São Paulo, entrar na Associação de Professores para que em dias difíceis possam ter conselho e ajuda. Vamos estender as mãos um ao outro para união fraternal segundo o voto:

“União fortalece”.

Não vamos deixar cair a esperança e vamos olhar com confiança para o futuro, porque depois dos dias terríveis da provação vão seguir também novamente dias de felicidade e também à noite mais escura se segue um dia ensolarado.

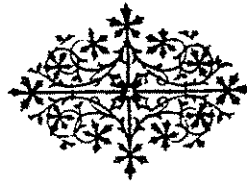
BERICHT

über die gegenwärtige Lage

der Landschulen im Innern

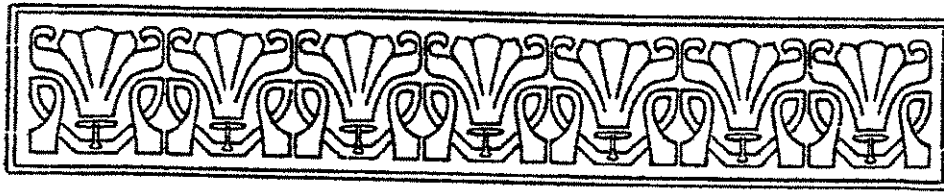
des Staates São Paulo. ☼ ☼

Vortrag, gehalten am 6. Mai 1919
an der Lehrervereins-Versammlung
im Klubhaus der „Germania“, von
J. Keller, Direktor der Deutschen
Schule Villa Marianna. —————



SÃO PAULO
HENNIES IRMÃOS — Rua Riachuelo, 14 e 16
1919





IN der Zeit vom 12. bis 22. April unternahm der Vortragende im Auftrage des Lehrervereins für Mittelbrasilien eine Reise ins Innere des Staates, um den Zustand der dortigen deutschen Schulen festzustellen und eine Grundlage zu schaffen für diejenigen, welche das bedrohte Deutschtum zu unterstützen in der Lage sind.

Die Lage der Landschulen ist keine tröstliche, sondern eine sehr düstere und mancherorts eine verzweifelte. Von 16 Schulen, über die der Bericht etwas zu melden weiss, sind fünf ganz eingegangen, sechs sind für unbestimmte Zeit geschlossen, drei arbeiten mit grossem Defizit weiter, nachdem sie monatelang ihre Tore geschlossen hatten, und nur zwei funktionierten auch mitten in den Kriegsstürmen, allerdings unter mancherlei Störungen. Zu den fünf Schulen, die auf längere Zeit wohl nicht mehr aufgemacht werden, gehören V. Augusta, S. Amaro, Rib. Preto, Corumbatahy-Ferraz und Inconfidentes bei Ouro Fino. Vorläufig geschlossen sind die Vereinsschulen in Campinas, Neu-Berlin, Nova-Europa, Kirchdorf, Pires bei Limeira und V. Emma, zeitweise geschlossen und jetzt wieder geöffnet sind Friedburg, Cosmopolis und Monte Mór. Ohne Unterbruch weiter gearbeitet haben die Privatschulen der Herren Pastor Kölle in Rio Claro und Karl Zink in Campinas. Aber auch diese beiden Schulen befinden sich in der denkbar schwierigsten finanziellen Lage und können ohne kräftige Unterstützung ihren Betrieb nicht mehr lange aufrechterhalten. Grund zur Schliessung gab vor allem aus das Schulgesetz vom 19. Dez. 1917, welches

für jede deutsche Schule die Anstellung eines brasilianischen Lehrers verlangt, der aber nicht vom Staate, sondern von der deutschen Schule selber unterhalten werden soll. Im Deutschen sagt man: Wer befiehlt, der bezahlt. Aber hier heisst es: Er bezahlt nicht und befiehlt sehr viel. Das Gesetz an und für sich wäre den Schulen noch nicht zum Verhängnis geworden, denn es gibt auch eine gelindere Auslegung desselben und eine bessere Pflege des portug. Unterrichts war an vielen Orten sehr nötig. Aber die Unterbeamten in den kleinen Orten des Innern waren manchmal päpstlicher als der Papst und gaben dem Gesetze die schärfste Auslegung, die man sich denken kann, nur um dem Deutschtum eines zu versetzen und die eigene eitle Person in hochpatriotischer Beleuchtung erstrahlen zu lassen. Wo es nicht möglich war, die Deutschen mit grossen Worten und gesetzlichen Übergriffen zu verblüffen, da trat der Pöbel in Aktion und wenn dieser deutsche Kulturstätten mit allerlei Wurfigeschossen, mit Axt und Feuer vernichtete, so nannte man das eine patriotische Kundgebung, einen Akt im Kampfe für Recht, Gerechtigkeit und Zivilisation. Die Schliessung der Schulen wurde mancherorts auf recht hinterwäldlerische Manier vorgenommen. Wenn ein Schulinspektor, mit einem Facon bewaffnet, in Begleitung eines schwarzen Kutschers, der mit der Peitsche in der Hand dem erschrockenen Lehrer Höflichkeit predigt, ohne Erlaubnis in ein Schulzimmer eindringt, so könnte man beinahe vergessen, dass man sich in einem Kulturlande befindet. Aber auch andere Gründe halfen noch zum Untergang der Schulen mit. Viele Lehrer, die infolge elender Besoldung nicht sehr eng mit ihrem Wirkungskreis verwachsen waren, räumten allzu schnell den Platz, andere vertrugen sich mit dem bras. Lehrer nicht. Durch die schwierige wirtschaftliche Lage verminderten sich die Einnahmen derart, dass die Schulen nur unter starken Opfern aufrecht erhalten werden konnten. Die Schwierigkeiten verursachten Mutlosigkeit und Ratlosigkeit in den Vereinen und innere Streitigkeit lähmten die Kräfte derselben noch ganz. Wo ein tüchtiger Führer die Hand am Steuer hielt und mit Ruhe und Kaltblütigkeit den Gefahren begegnete, da konnte

noch manches gerettet und die Schule wieder in Betrieb gesetzt werden. Aber wie oft fehlte der Führer! Wie viele haben vor der andringenden Sturmflut die Segel gestrichen und ihres deutschen Ursprungs vergessen. Halten wir daher die Treugebliebenen in Ehren, schliessen wir unsere Reihen enger und fester; denn dem Mutigen gehört die Welt. Hätten wir früher engeren Anschluss zu einander gehabt, so wäre manche Schule zu retten gewesen. So aber kämpfte jede ihren besonderen Kampf und jeder Ort hatte seinen besonderen Feind. Hier war es ein Salvador, dort ein Aristides oder Moretti, am dritten Ort ein vom heiligem Geist des Patriotismus besessener Zahnarzt, der, wie Simson die Philister, mit seinem Eselskinnbacken die deutschen Barbaren totschlagen wollte.

Da, wo die deutschen Schulen geschlossen worden waren, erhoben sich Regierungsschulen wie Pilze nach einer Regennacht. Es ist zwar recht lobenswert, wenn ein Staat schulfreundlich ist und sich die Gründung von Unterrichtsanstalten angelegen sein lässt, aber die plötzliche Schulfreundlichkeit der Behörden scheint mir aus einer nicht ganz einwandfreien Quelle zu fliessen, und auch viele brasil. Lehrkräfte, die man auf den Kolonien antrifft, sind nicht immer engelrein. Wer Schulen gründet, muss sich auch nach Schulhäusern umsehen. Schulhäuser sind ein teurer Artikel und kosten viel Geld. Aber wozu führt man denn Krieg? Doch um etwas zu gewinnen. Also streckten die Behörden ihre Hände nach den deutschen Schulhäusern auf den Kolonien aus. Die deutschen Schulen sind vielerorts geschlossen worden. In denselben Räumen soll nun der bras. Regierungslehrer sein Szepter schwingen. Nicht überall sind die deutschen Schulhäuser bedroht, denn nicht überall sind dieselben so schmuckvoll; dass sie den Neid der Lateiner erregen. Aber Neu-Berlin, Friedburg, Kirchdorf, Pires, Cosmopolis u. a. ringen mehr oder weniger scharf um den Besitz ihres Schuleigentums. Die Schulvereine, die sich ihr Eigentum nicht gutwillig aus den Händen winden lassen, werden angeschwärzt u. beschuldigt, der Entwicklung der Regierungs-Schulen Hindernisse in den Weg gelegt zu haben.

An der traurigen Lage der Landschulen ist aber zum Teil auch die Lehrerschaft selber schuld. Der Brasilianer ist ein Mann, der mit sich reden lässt. Da, wo die Schulleiter mit den Behörden auf gutem, ja beinahe auf freundschaftlichem Fusse standen, waren die Anfeindungen weit weniger scharf. Aus diesem Grunde blieben die Privatschulen in Campinas und Rio Claro von den Chicanen aus jener Richtung verschont. Die freundschaftlichen Beziehungen mit dem verstorbenen Schulpräsidenten von Kirchdorf veranlassten den Delegado in Leme, den Pöbel einer bekannten Nation von einem Raub- und Plünderungszug nach der Kolonie Kirchdorf abzuhalten. Aber wo der deutsche Lehrer des moralischen Haltes entbehrte und ein Leben führte, das der deutschen Kolonie nicht zur Ehre gereichte, da hatte der Gegner leichtes Spiel.

Nach diesen allgemeinen Mitteilungen will ich einige Notizen über die einzelnen Schulen bringen und zwar in der Reihenfolge, wie sie von mir besucht worden sind. Es

Pires

Die deutsche Schule dieser Kolonie wurde im Jahr 1874 von der Kirchgemeinde Pires gegründet. 1897 entstand die Vereinsschule «Germania». Beide Institute wurden im Jahr 1908 unter der Leitung des H. Hassel vereinigt. Ein schönes neues Schulhaus, das 1914 gebaut wurde, schien das Werk zu krönen. Die Schülerzahl war bis auf 72 gestiegen und 2 Lehrer unterrichteten in den hellen Räumen des neuen Gebäudes. Den Unterhalt der Schule übernahm der deutsche Schulverein Pires, der in normalen Zeiten etwa 80 Mitglieder zählte. Da brach der Krieg aus und man war gezwungen, statt 2 deutschen Lehrern einen deutschen und einen brasil. zu unterhalten. Bis ins Jahr 1918 hinein fuhr das Schulschiff auch in dieser Auftackelung weiter, aber zahllose Intrigen, Verleumdungen u. Klagen schufen schliesslich eine böse Macht, die im Stande war, den Herrn Unterrichtsdirektor Dr. Thompson im August 1918 zur Schliessung der Schule zu veranlassen. Was in Pires passiert ist, eignet sich nicht recht als Stoff für einen Vortrag u. was man dort hört, stellt das Schicklichkeitsgefühl des aufgezwungenen Flicklappen einsetzt, Strümpfe stopft u. einfache Kleider macht, um die teuren Schneidersleute vom Hause fernzuhalten. Die Besoldung betrug früher 1:300\$000 für den deutschen Lehrer, wurde dann aber auf 1:600\$000 erhöht. Mit dieser Erhöhung hat es aber eine eigene Bewandnis; denn die 300\$ werden erst nach dem Examen als Gratifikation ausbezahlt. Geraten nun die Kartoffeln schlecht oder hat der Lehrer das Pech, dem Sohne des angesehensten Bauern kurz vor dem Examen den Kopf zurechtsetzen zu müssen, so kann ihm die Gratifikation in Anbetracht der schlechten Zeiten entzogen werden. Der Lehrer, der nicht gern 300\$ verliert, wird also das ganze Jahr bestrebt sein müssen, die Tonangeber im Verein bei guter Laune zu erhalten. Er muss die Kinder dieser Leute ganz besonders aufmerksam behandeln, natürlich zum Schaden der Übrigen. Es läge im Interesse der Schule, wenn die Einrichtung mit der Gratifikation aufgehoben und statt dessen dem Lehrer monatlich statt 108\$ deren 133\$ ausbezahlt würden. Friedburg besitzt eine der ältesten Schulen im Staate. Dieselbe wurde im Jahre 1879 gegründet.

1. Geld und zwar viel Geld, um zwei Lehrer, einen deutschen und einen brasilianischen, anständig bezahlen und die Gebäulichkeiten ordentlich ausstatten zu können. Ein Landlehrer sollte mindestens 150\$ mit freier Wohnung bekommen, sonst hört der Lehrerwechsel nie auf. Die von mir in Erfahrung gebrachten Besoldungssätze sind folgende:

Villa Emma,	früher 120\$,	jetzt 100\$,	mit Wohnung.
Neu-Berlin	120\$	mit Wohnung,	
Friedburg	108\$	»	»
Monte Mór	140\$	»	»
Nova Europa	120\$	mit Wohnung,	
Kirchdorf	100\$	»	»
Pires	150\$	»	»
Cosmopolis	140\$	»	»

Die wenigen im Amt stehenden brasil. Lehrer an den deutschen Landschulen wurden schlechter bezahlt, aber auch die Besoldung der deutschen Lehrer zeigte in letzter Zeit das bedenkliche Streben, sich stark nach unten abzurunden.

2. Die Landschulen brauchen auch Lehrer, ernste, sittlich, unanfechtbare Männer, die ihre Kraft der Jugend-erziehung voll und ganz weihen wollen. Fort mit den Lohn-dienern und Stundengebern, fort mit den Gewohnheitssäufern, Schwindlern und Betrügern!

3. Sorgen wie für einen einheitlichen Lehrplan, für gleichartige Bücher und andere Lehrmittel, damit im ganzen Staate ein gleichmässiger deutscher Unterricht erteilt werden kann.

4. Es ist den Lehrern und Schulvereinen zu empfehlen, Anschluss an S. Paulo zu suchen, dem Lehrerverein beizutreten, damit ihnen in schwierigen Tagen Rat und Hilfe werden kann. Reichen wir uns die Hand zum starken Bruderbunde nach dem Grundsatz

„Eintracht macht stark“.

Lassen wir die Hoffnung nicht sinken und sehen wir getrost der Zukunft entgegen; denn nach den furchtbaren Tagen der Prüfung werden auch wieder Tage des Glückes folgen und auch der dunkelsten Nacht folgt ein sonnenreicher Tag.

Escola Alemã: relatório do ano de 1929¹.

Pires de Limeira, colônia agrícola alemã, dista 6 km de Limeira. Fundada por volta de 1872. Produtos principais: café e laranjas. Cerca de 600 alemães, na maioria descendentes de Halsácia e Vestefália. Além de português, baixo-alemão é o idioma principal oficial usado. No lugar há 2 lojas alemãs, 3 empresas industriais com 2 máquinas de purificação de café, 1 máquina de descascar arroz e 2 moinhos de fubá (farinha de milho), carroçaria e marcenaria. Associações Alemãs: 2 paróquias teuto-luteranas e 1 uma Associação Escolar de 80 membros.

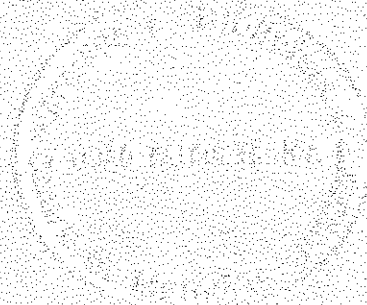
Escola Alemã Pires, criada da escola paroquial alemã, fundada em 1874 e da Escola da Associação Germânia, fundada em 1897, unificadas no dia 1º de Julho de 1908. Escola Primária mista, conta com 1 professor alemão e 1 brasileiro. Número de alunos no início do ano escolar: dos 40, 37 são teuto-brasileiros e 3 luso-brasileiros. Prédio escolar próprio de duas salas de aula, uma sala de reunião e habitação de professor. Livraria escolar (Biblioteca). Diretor: Ernest Drawin. Pires de Limeira, Caixa postal 59, Estado de São Paulo.

¹ Originais em alemão se encontram na Biblioteca do Centro de Memória da UNICAMP. Tradução feita por Veit Stumpenhansen.

DEUTSCHE SCHULE- SÃO PAULO

Escola Allemã - São Paulo

OBERREALSCHULE
MITTELSCHULE
VORSCHULE
HEIME



Bericht über das 51. Schuljahr 1929

Die Deutschen Schulen im Staate São Paulo

Zusammengestellt von G. A. Hoch.

(Neudruck mit Ergänzungen.)

Stand Anfang 1929: 26 Schulen mit 2915 Schülern und 115 Lehrern.

Veränderungen seit Anfang 1928: — 2 Schulen, + 200 Schüler, + 3 Lehrer.

Stärkste Zunahme: Stadt São Paulo.

Inneres und Santos: Fast unverändert.

Eingegangen: Carioba, Colonia Paraizo, Jundiahy, Privatschule São Paulo.

Neu: Lapa, Itararé, São Caetano.

Im Entstehen: Costa Machado.

Küstengebiet

Santos, größter Kaffeehafen der Welt. Unter 170 000 Einwohnern etwa 700 Reichsdeutsche und Österreicher. 15 deutsche Großhandelshäuser, 3 deutsche Banken. Vereine: Deutscher Schulverein mit 102 Mitgliedern, Gesellschaft „Germania“, Schützenverein, deutsche evangelische Gemeinde, Verein „Deutsche Herberge“, deutscher Hilfsverein.

Deutsche Schule, gegründet am 15. November 1895. Mittelschule (Realschule i. E.) Paritätisch. 8 Jahrgänge, 67 Schüler, davon 17 reichsdeutsch, nur wenig Lusobrasilier. 5 Lehrkräfte, Eigenes Schulhaus. Direktor: Paul Klemig, Praça dos Andrades 87, Santos.

Stadtbezirk São Paulo und Vorstädte

São Paulo, Hauptstadt des gleichnamigen Staates. 1 500 000 Einwohner. Größter Kaffeehandelsplatz der Welt. Wirtschaftlicher Mittelpunkt Brasiliens. Sitz der Staatsregierung. Juristische und Medizinische Fakultät; Technische Hochschule; 1 Staatsgymnasium, 41 Privatgymnasien, mehrere große Ordensschulen. Schlängel-Serotherapie-Institut; Biologisches Institut; 2 Lehrerbildungsanstalten; zahlreiche staatliche Volksschulen, etwa 70 ausländische Schulen; Zahnärztliche Hochschule; Pharmazentische Schule; 1 staatliche und mehrere private Handelsschulen; 2 staatliche Gewerbeschulen, 1 Kunsthochschule; 1 staatliche anerkannte Hochschule für Musik, 2 private Musikhochschulen; mehrere Theater, darunter das prächtige Stadttheater. Ypiranga — Staatsmuseum für Naturwissenschaft und Geschichte. 2 Botanische Gärten, 1 Tiergarten, mehrere öffentliche Gärten, zahlreiche Kirchen; Sitz eines Erzbischofs; 2 Priesterseminare; 25 Großbanken; Mehrere Handelskammern; Hochhäuser bis zu 24 Stockwerken; 22 000 Kraftwagen.

In der Hauptstadt samt Vororten etwa 55—40 000 deutschstämmige Bewohner, die größtenteils im Handel und der Industrie tätig sind. 40—50 deutsche Großhandelshäuser, 10—15 deutsche Großindustriebetriebe, drei deutsche Banken. Etwa 40 deutsche

Monte Mór, — Ackerbausiedlung, gegründet 1911, etwa 32 km südwestlich von Campinas. Die Kolonie besteht fast nur aus deutsch-brasilischen Landwirten, welche sich mit Viehzucht und hauptsächlich mit Kartoffelbau beschäftigen. Außerdem werden Reis, Mais, Bohnen und auch Kaffee gepflanzt. Zahl der Deutschen: 50 Familien. Es bestehen ein Schulverein mit 108 Mitgliedern und ein evangelischer Kirchenverein mit 40 Mitgliedern.

Germania Schule, gegründet 1911. Deutsch-Brasilische konfessionslose Volksschule, 4 Jahrgänge. Gesamtzahl der Schüler 52, nur Deutsch-Brasilier. 1 Lehrer. Eigenes Schulhaus. Leiter der Schule: Paul Richard, Monte Mór, Linha Ituana, Est. de S. Paulo.

Nova Europa (Município Tabatinga), landwirtschaftliche Siedlung, gegründet 1900. 110 km südwestlich von São Carlos. Etwa 50 deutsche Familien. Es bestehen folgende Vereine: Schulverein mit 50 Mitgliedern, 2 Gesangsvereine mit je 25 Mitgliedern, 2 Turnvereine mit je 20 Mitgliedern. Evangelische Kirchengemeinde.

Deutsche Schule, gemischte Volksschule, gegründet 1919, paritätisch. Unterrichtsziel gleich dem einer deutschen Dorfschule, 2 Jahrgänge. Gesamtzahl der Schüler 40, 2 Lehrer. Eigenes Schulhaus. Name des Leiters: Wilhelm Lange, Nova Europa, Linha Douradense, Município Ibitinga, Caixa Postal 14, Est. de São Paulo.

Pires de Limeira, deutsche Ackerbausiedlung, 6 km von Limeira entfernt. Gegründet um 1872. Hauptprodukte: Kaffee und Apfelsinen. Etwa 600 Deutsche, größtenteils von Holsteinern und Westfalen abstammend. Plattdeutsch ist neben Portugiesisch die Hauptverkehrssprache. Im Ort sind 2 deutsche Kaufläden, 5 gewerbliche Betriebe mit 2 Kaffeereinigungsmaschinen, 1 Reisschälmaschine und 2 Fubāmühlen (Maismehl). Wagenbau und Tischlerei. Deutsche Vereine: 2 Deutsch-Evangelische Kirchengemeinden und 1 Schulverein mit 80 Mitgliedern.

Deutsche Schule Pires, entstanden aus der deutschen Gemeindeschule, gegründet 1874 und aus der Vereinsschule Germania, gegründet 1897, vereinigt am 1. Juli 1908. Gemischte Volksschule. 1 deutsche, 1 brasilische Lehrkraft. Schülerzahl am Anfang des Schuljahres 40, 57 Deutsch-Brasilier, 5 Lusobrasilier. Eigenes Schulgebäude mit zwei Klassenzimmern, einem Versammlungszimmer und Lehrerwohnung. Schülerbücherei. Leiter: Ernst Drawin, Pires de Limeira, Caixa postal 59, Est. de São Paulo.

ANEXO 24

COMARCA DE LIMEIRA ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA PIRES¹

Artigo 1º – A comunidade Evangélica Pires, que reconhece com toda a cristandade em Jesus Cristo o seu único senhor, faz parte da Igreja Cristã comum. Foi fundada em sociedade no ano de 1873, sob a denominação de Associação Evangélica Pires, e para poder gozar os direitos de pessoa jurídica, se regerá pelos Estatutos a seguir:

Artigo 2º – Continua sob a denominação adotada em 1873, de “Associação Evangélica Pires”. São seus fins: - o culto da fé evangélica, a celebração de ofícios divinos, a prática de atos sacerdotais e o ensino religioso da adolescência.

Artigo 3º – a sede da Associação é a Vila de Pires, pertencente ao município de Limeira, Estado de São Paulo, Brasil.

Artigo 4º – a Associação é representada judicial e extra-judicialmente e perante terceiros em geral pela diretoria.

Artigo 5º – os estatutos só podem ser modificados conforme reza o artigo 21, por resolução da assembléia geral.

Artigo 6º – os sócios não respondem nem pessoal nem judicialmente pelas obrigações contraídas em nome da associação.

Artigo 7º – a associação só pode ser dissolvida observadas as cláusulas do artigo 57, por resolução da assembléia geral, a qual dará o competente destino ao patrimônio social.

Artigo 21º – nos casos previstos nos artigos 5, 7 e 21 a maioria deve ser de dois terços dos votantes, nos demais casos basta a maioria simples dos sócios presentes, no gozo do

¹ Extratos dos Estatutos da “Associação Evangélica Pires”, com sede na comarca de Limeira. Publicada no Diário Oficial do Estado, no dia 7 de novembro de 1939. Cópia da página em que se encontra o texto, cedida por Vaninha Asbahr.

direito a voto. Quando se der igualdade de votos, desempata o voto do presidente. Não é permitido fazer-se representar por outro às votações.

Artigo 57º – sobre as modificações eventuais dos estatutos ou sobre a dissolução da associação tem que resolver uma assembléia geral extraordinária, como também sobre o patrimônio social, livremente disponível. O mesmo deve ser guardado de modo adequado por 10 anos, para o fim de uma refundação da Associação Evangélica Pires, ou, findo este prazo, será entregue a uma associação evangélica, a um hospital ou a um asilo de infância, no Estado de São Paulo.

Sócios fundadores: Guilherme Ulrich, Germano Ulrich, João Dibbern, Christiano Stahl, Carlos Greve, João Haefliger, Henrique Jurgensen, Luis Sass, João Greve, Carlos Dibbern, Carlos Jurgensen e Germano Bürger.

Diretoria atual: Presidente: Henrique Frederico Jurgensen.

Vice-presidente: Alfredo Dibbern.

1º secretário: João Guilherme Ivers.

2º secretário: Emílio Sass.

1º tesoureiro: Augusto Dibbern e

2º tesoureiro: Gustavo Dibbern.

Limeira, 7 de novembro de 1939.

O presidente,

Henrique Frederico Jurgensen.

MARCA DE LIMEIRA.

Art. 1.º A comunidade Evangélica Pires, que reconhece com toda a cristandade em Jesus Cristo o seu único Senhor, faz parte da Igreja Cristã comum. Foi fundada em sociedade no ano de 1873, sob a denominação de Associação Evangélica Pires, e para poder gozar os direitos de pessoa jurídica, se regerá pelos Estatutos a seguir:

Art. 2.º — Continua sob a denominação adotada em 1873, de "Associação Evangélica Pires". São seus fins: — o culto da fé evangélica, a celebração de ofícios divinos, a prática de atos sacerdotais e o ensino religioso da adolescência.

Art. 3.º — A sede da associação é a Vila de Pires, pertencente ao município de Limeira, Estado de São Paulo, Brasil.

Art. 4.º — A Associação é representada judicial e extra-judicialmente e perante terceiros em geral pela Diretoria.

Art. 5.º — Os estatutos só podem ser modificados conforme reza o art. 21, por resolução da assembléia geral.

Art. 6.º — Os sócios não respondem nem pessoal nem julicialmente pelas obrigações contraídas em nome da associação.

Art. 7.º — A associação só pode ser dissolvida observadas as cláusulas do art. 57, por resolução da assembléia geral, a qual dará o competente destino ao patrimônio social.

Art. 21 — Nos casos previstos nos arts. 5, 7 e 21 a maioria deve ser de dois terços dos votantes, nos demais casos basta a maioria simples dos sócios presentes, no gozo do direito a voto. Quando se der igualdade de votos, desempata o voto do presidente. Não é permitido fazer-se representar por outro as votações.

Art. 57 — Sobre modificações eventuais dos estatutos ou sobre a dissolução da associação tem que resolver uma assembléia geral extraordinária, como também sobre o patrimônio social, livremente disponível. O mesmo deve ser guardado de modo adequado por 10 anos, para o fim de uma refundação da Associação Evangélica Pires, ou, findo este prazo, será entregue a uma associação evangélica, a um hospital ou a um asilo de infância, no Estado de São Paulo.

Sócios fundadores: — Guilherme Ulrich, Germano Ulrich, João Dübbern, Joaquim Libbern, Christiano Stahl, Carlos Greve, João Haefliger, Henrique Jurgensen, Luiz Sass, João Greve, Carlos Dübbern, Carlos Jurgensen e Germano Burger.

Diretoria atual: — Presidente — Henrique Frederico Jurgensen. Vice-Presidente — Alfredo Dübbern; 1.º Secretário — João Guilherme Ivers; 2.º Secretário — Emilio Sass; 1.º Tesoureiro — Augusto Dübbern e 2.º Tesoureiro — Gustavo Dübbern.

Limeira, 7 de novembro de 1939.

O Presidente,
Henrique Frederico Jurgensen
(16199 — 102\$600)

(19